



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS

**PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE**

“DILMA ROUSSEFF, UMA MULHER FORA DO LUGAR”

*As narrativas da mídia sobre a
primeira Presidenta do Brasil*

POR

FERNANDA ARGOLO DANTAS

ORIENTADOR(A): PROF(A). DR(A). LINDA RUBIM

SALVADOR, 2019





UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS

**PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE**

“DILMA ROUSSEFF, UMA MULHER FORA DO LUGAR”

*As narrativas da mídia sobre a
primeira Presidenta do Brasil*

POR

FERNANDA ARGOLO DANTAS

ORIENTADOR(A): PROF(A). DR(A). LINDA RUBIM

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Cultura e Sociedade.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DANTAS, FERNANDA ARGOLO

"Dilma Rousseff: uma mulher fora do lugar. As
narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do
Brasil / FERNANDA ARGOLO DANTAS. -- Salvador, 2019.
271 f. : il

Orientador: Linda Rubim.

Tese (Doutorado - Pós-Graduação Multidisciplinar em
Cultura e Sociedade) -- Universidade Federal da
Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos, 2019.

1. Gênero. 2. Mulheres políticas. 3. Mídia. 4.
Cultura. 5. Presidenta Dilma Rousseff. I. Rubim,
Linda. II. Título.



ATA DA REUNIÃO DA DEFESA ORAL DA TESE DE FERNANDA ARGOLO DANTAS

INTITULADA: "Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar": As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil".

Aos 26(vinte e seis) dias do mês de abril do ano dois mil e dezenove, no IHAC - Instituto de Humanidades Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia - foi instalada a Banca Examinadora da Defesa da tese intitulada: "Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar": As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil". Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores Drs.: Prof.(a) Dr.(a) Lindinalva Silva Oliveira Rubim – Orientador(a), pelos examinadores externos: Prof.(a) Dr.(a) Clara Maria de Oliveira, Prof.(a) Dr.(a) Nancy Rita Ferreira Vieira, e internos do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: Prof.(a) Dr.(a) Antônio Albino Canelas Rubim, Prof.(a) Dr.(a) Rita de Cássia Aragão Matos, Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que o/a doutorando(a) fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou o(a): Prof.(a) Dr.(a) Clara Maria de Oliveira Araújo, em seguida o(a) Prof.(a) Dr.(a) Nancy Rita Ferreira Vieira, avaliadores externos. Após os examinadores externos, fez sua arguição o(a) Prof.(a) Dr.(a) Antônio Albino Canelas Rubim, Prof.(a) Dr.(a) Rita de Cássia Aragão Matos, avaliadores internos. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o(a) doutorando(a) fizesse sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a tese de Fernanda Argolo Dantas como Aprovada. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.(a) Dr.(a) Lindinalva Silva Oliveira Rubim, orientador(a), lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo(a) doutorando(a) Salvador, 26 de abril de 2019.

Prof.(a) Dr.(a) Lindinalva Silva Oliveira Rubim Lindinalva Silva Oliveira Rubim
Prof.(a) Dr.(a) Clara Maria de Oliveira Araújo Clara Maria de Oliveira Araújo
Prof.(a) Dr.(a) Nancy Rita Ferreira Vieira Nancy Rita Ferreira Vieira
Prof.(a) Dr.(a) Antônio Albino Canelas Rubim Antônio Albino Canelas Rubim
Prof.(a) Dr.(a) Rita de Cássia Aragão Matos Rita de Cássia Aragão Matos
Doutorando(a) FERNANDA ARGOLO DANTAS Fernanda Argolo Dantas

A minha prima Suzana de Santana (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Linda Rubim, por todo o aprendizado ao longo dos anos, da graduação ao doutorado. Pela parceria, dedicação incansável ao projeto e zelo pela busca constante do melhor resultado.

A Susan Franceschet, pela orientação, atenção e cuidado durante o meu período no doutorado sanduíche no Latin American Research Center (LARC) da University of Calgary, Canadá.

Ao diretor do LARC, professor Pablo Policzer, pela recepção e apoio; a Monique Greenwood, pela acolhida e dedicação; aos colegas de pesquisa do Centro, Rita Giacalone e Victoria Simmons; e à professora Mariana Mota, especial interlocutora, a quem agradeço pela oportunidade de atuar na assistência da disciplina Latin American Politics, pelo acolhimento e pela amizade.

A Albino Rubim, pelas sugestões na etapa de qualificação e pela permanência enquanto avaliador na banca examinadora de defesa de tese.

Às professoras Clara Araújo, Nancy Vieira e Rita Aragão, por aceitarem compor a Banca Examinadora de Defesa de Tese e contribuírem para o resultado final do trabalho.

A Renata Rocha, pelo incentivo e troca de ideias.

Aos professores do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), pela grande dedicação.

Aos pesquisadores do grupo de pesquisa Miradas, do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Universidade Federal da Bahia (CULT-UFBA), pelos debates e indicações bibliográficas.

A Adriana Jacob, parceira nessa jornada acadêmica.

A minha família. Angela Argolo Dantas, minha mãe, que passava as tardes ensinando aos filhos as tarefas escolares, com paciência e zelo. Antônio Carlos Dantas, meu pai, por seu acervo literário e incentivo à leitura desde a primeira infância. A meu irmão Bruno Dantas, pelo apoio irrestrito. Aos tios José Carlos Dantas (*in memoriam*) e Francisco Dantas, pelo incentivo à minha formação escolar. À minha avó Helena Argolo, pela dedicação.

Aos amigos. Damile Menezes, Camila Muritiba, Renata Rocha, Maíra Muritiba, Gabriela Leal, Julienna Nunes, Michelle Vilarinho, Aline Moura, Salim Khouri e Paulo Pauto, pela acolhida e incentivo nos momentos de cansaço e insegurança durante o percurso. A Mariana Romero, Juliana Azevedo, Alba Paiva, Clarissa Lara, Schirley Alves, Thasla Rodrigues e Fernanda Rocha, por estarem presentes e pela torcida constante.

Às amigas Roberta Mota e Nidhi Panwar, pela acolhida. Natália Addas, Renata Rosada, Lízia Reis, Elisa Bastos, Bruna Correia, Fernanda Tedesque e Helena Mian, pelo incentivo na reta final deste projeto.

Aos amigos Eduardo Gomes e Lucas Reis, pelo apoio e torcida.

Aos colegas e amigos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pelo apoio e compreensão nos momentos em que a pesquisa exigiu mais atenção.

Por fim, a todas as mulheres que se dedicam ou se dedicaram à construção de um mundo mais equânime e justo para meninas e meninos.

“Meus senhores, meus senhores! Eis-me aqui pronta para a vida! Meus senhores, ninguém me olha, ninguém nota que eu existo. Mas, meus senhores, eu existo, eu juro que existo! Muito, até” (LISPECTOR, 2018, p. 95)

“Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.”
(ROUSSEFF, 2016)

RESUMO

Com a eleição da sua primeira presidenta, a mineira Dilma Vana Rousseff, em 2010, o Brasil associa-se ao Chile e a Argentina, que já haviam elegido, respectivamente, Michelle Bachelet, em 2006, e Cristina Fernández de Kirchner, em 2007, para construírem novos cenários políticos na América Latina. A expectativa gerada por essa conquista, exemplo factível de empoderamento da mulher, era que houvesse de fato uma mudança nos papéis definidos para os gêneros e que houvesse maior crescimento da representatividade feminina na política, por exemplo. No entanto, as presidentas, após a novidade da primeira eleição, vivenciam um segundo mandato com intenso desgaste de imagem e queda nos índices de popularidade. No Brasil, de modo mais traumático, a experiência da primeira mulher presidente do país acabou em 2016, cumprindo menos da metade do mandato iniciado em 2014, em um tumultuado processo de *impeachment*. As narrativas de domínio público que tentam explicar a crise do governo de Dilma Rousseff versam, em sua maioria, sobre o déficit econômico, escândalos de corrupção e problemas da articulação política. A questão de gênero é silenciada, restrita a poucos comentários ou notas de rodapé. Nesse sentido, esta pesquisa recupera a categoria gênero como premissa para uma análise sobre a primeira gestão de mulher na presidência da República do Brasil. O objetivo desta tese é investigar de que modo a categoria gênero permeia as narrativas da mídia sobre a crise do governo de Dilma Rousseff, observando, a partir de matriz teórica feminista, as marcas de gênero utilizadas na cobertura da imprensa brasileira.

O *corpus* da pesquisa, constituído das capas e suas respectivas reportagens das quatro maiores revistas semanais de política do país, *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*, no período de janeiro de 2015 a agosto de 2016 é analisado a partir do conceito de enquadramento e dos pressupostos da análise crítica da mídia, de base multidisciplinar. A pesquisa aponta a homogeneização da cobertura realizada pela mídia sobre as mulheres políticas desqualificando a atuação pública delas e com destaque às suas relações na esfera privada. De forma enfática, o estudo verifica como a cobertura da imprensa representou Dilma Rousseff como uma “mulher fora de lugar”, uma liderança figurativa e solitária, destituída das qualidades consideradas essenciais para o exercício da presidência.

Palavras-chave: Gênero. Presidenta Dilma Rousseff. Mulheres Políticas. Mídia. Cultura.

ABSTRACT

With the election of its first female President, Dilma Vana Rousseff, in 2010, Brazil joined Chile and Argentina (which had already elected Michelle Bachelet in 2006, and Cristina Fernández de Kirchner, in 2007) in constructing new political scenarios in Latin America. The expectation generated following this achievement, a realistic example of women's empowerment, was that there would indeed be a shift in defined gender roles and greater growth of female representation in politics, for example. However, after the novelty of the first election, the Presidents experienced second terms involving intense deterioration of their images and falls in popularity ratings. In Brazil, more traumatically, the experience of the first female president ended in 2016, fulfilling less than half of the term that had begun in 2014, in a tumultuous process of impeachment. The public domain narratives that attempt to explain the Rousseff government crisis mostly concern economic deficits, corruption scandals and problems of political articulation. The gender issue is suppressed, restricted to a few comments or footnotes. Thus, this study recovers the gender category as a premise to analyze the stewardship of the first female at the Presidency of the Brazilian Republic. The aim of this thesis is to investigate how the gender category has permeated the media narratives regarding the crisis of Dilma Rousseff's government, noting the gender bias used in the Brazilian press coverage, drawing on the feminist theoretical matrix. The research corpus, including covers and respective reports from the country's four largest weekly political magazines (Veja, Isto É, Época

and Carta Capital), is addressed using the concept of framing and the assumptions of critical media analysis, through a multidisciplinary approach. The paper suggests a homogenization of media coverage of women in politics, dismissing their public role and with reference to their relationships in the private sphere. In detailed fashion, this study reveals how press coverage represented Dilma Rousseff as a “woman out of place”, a figurative and lonely leader, devoid of the qualities to perform as President.

Key-words: Gender. Presidenta Dilma Rousseff. Women in politics. Media. Culture.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Personagens mais citadas nas revistas brasileiras	946
Tabela 2	Temas mais abordados pelas revistas	144
Tabela 3	Número de capas e reportagens	147
Tabela 4	Incidência da presidenta em imagens e textos	148
Tabela 5	“Criador e criatura”	163
Tabela 6	Mulheres políticas nas revistas	167
Tabela 7	Valorização da liderança masculina	175
Tabela 8	Inabilidade política	185
Tabela 9	Solidão	195
Tabela 10	Emoções	207
Tabela 11	Repórteres na cobertura	208

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Jânio Quadros por Pedro Bottino	123
Figura 2	Dilma Rousseff por Sponholz	123
Figura 3	A arte das capas de <i>Veja</i> , <i>Época</i> , <i>Isto É</i> e <i>Carta Capital</i>	147
Figura 4	O sensacionalismo da <i>Isto É</i>	148
Figura 5	Lula nas capas	149
Figura 6	A presidenta Dilma Rousseff nas capas	150
Figura 7	Charges e caricaturas nas capas	151
Figura 8	A sombra projetada	152
Figura 9	O país em colapso	152
Figura 10	Associação com corrupção	153
Figura 11	Criador e criatura	162
Figura 12	Liderança masculina valorizada	173
Figura 13	Inabilidade política	183
Figura 14	Solidão	191
Figura 15	A fotomontagem da <i>Isto É</i>	194
Figura 16	Cristina Fernández de Kirchner na revista <i>Notícias</i>	195
Figura 17	Lula na <i>Isto É</i>	196
Figura 18	Em chamadas	201

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Frequência das nomenclaturas	157
-----------	------------------------------	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	MULHERES NO CAMPO POLÍTICO: DESAFIOS DA INCLUSÃO	33
2.1	MULHERES POLÍTICAS: INTEGRAÇÃO, ADAPTAÇÃO OU INCLUSÃO?	44
2.2	“ELA É HONRADA, MAS FALTA UM PRESIDENTE”, UM DEBATE SOBRE RECONHECIMENTO	58
2.3	O <i>GLASSCLIFF</i> E A EXPECTATIVA DA DIFERENÇA	77
3	MÍDIA, DEMOCRACIA E GÊNERO	89
3.1	MULHERES POLÍTICAS E A COBERTURA DE GÊNERO	98
3.1.1	Presidentas da América do Sul e o estereótipo das mulheres autoritárias	110
3.2	DILMA ROUSSEFF E A MÍDIA: UMA DIFÍCIL RELAÇÃO	117
4	DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS	129
4.1	O JORNALISMO COMO BASE DA INVESTIGAÇÃO	132
4.1.1	Enquadramento e enquadramento de gênero	134
4.2	O <i>CORPUS</i> DA ANÁLISE	139
4.2.1	As revistas escolhidas, breve apresentação e relação com o objeto	143
5	ANÁLISE: NÚMEROS E DISCUSSÃO	147
5.1	AS CAPAS DAS REVISTAS, NÚMEROS E SIMBOLOGIAS	147
5.2	OS ENQUADRAMENTOS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	156
5.2.1	Criador e criatura: a presidenta como poste de Lula	158
5.2.2	Liderança masculina valorizada: ausência de mérito, liderança e poder em Dilma Rousseff	165
5.2.3	O ser fora de lugar: a inabilidade política	177
5.2.4	A solidão das mulheres	186
5.2.5	As emoções em foco	195
5.3	OS PROFISSIONAIS DA COBERTURA: O GÊNERO DO REPÓRTER IMPORTA?	208

5.4	DILMA ROUSSEFF, A CULTURA E “ESSA NOVIDADE DE SER MULHER”	211
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
	REFERÊNCIAS	227
	APÊNDICE A	253
	APÊNDICE B	259



1 INTRODUÇÃO

Esta investigação encerra um ciclo de pesquisas iniciado em 2012, em nível de mestrado, que se dedica a analisar as relações entre mulher e política. Nosso interesse pelo tema se desenvolve em paralelo às conquistas das mulheres políticas sul-americanas na última década, em especial com as vitórias de Michelle Bachelet (2006), Cristina Fernández de Kirchner (2007) e Dilma Rousseff (2010) nas eleições presidenciais de Chile, Argentina e Brasil, respectivamente. Essas conquistas, à época, contrariavam um arcabouço teórico que apontava como mais difícil a eleição de mulheres para os cargos mais altos na hierarquia política, como Senado Federal e presidência da república (HUDDY; TERKILDSEN, 1993; ROSENWASSER; DEAN, 1989).

Nesse sentido, em 2012, a pesquisa buscou compreender as tensões que demarcam a incursão feminina pelo mundo da política: os argumentos utilizados para legitimar a maior presença das mulheres nos espaços da democracia representativa; a proposta de uma política feminina; expectativas do eleitorado; os principais meios de inserção política e de acúmulo de capital político; e as exigências da formação de imagem pública. O estudo de caso avaliou a candidatura da presidenta Dilma Rousseff, sua trajetória na política, como se formou seu capital político, os argumentos da propaganda eleitoral e as estratégias de consolidação da imagem pública da candidata.

Uma das marcas da campanha de 2010 foi a novidade de se ter uma mulher presidente em uma república que, até aquele

momento, só havia conhecido presidentes homens. Os debates teóricos sobre a inserção das mulheres à política destacam como a questão do ineditismo e da vontade de renovação na política conduzia os eleitores a votarem em mulheres, personagens menos vinculados à “política tradicional”. Na eleição de Dilma Rousseff em 2010, portanto, o *marketing* de campanha explorou a proposta da “primeira mulher presidente” e, na propaganda eleitoral do segundo turno, optou pelo *slogan* “É a vez da mulher”.

A eleição de Dilma Rousseff em 2010, portanto, chega como promessa/expectativa de um novo tempo para as mulheres na política brasileira. Neste país de cultura marcadamente machista e patriarcal, a eleição de uma mulher para tão prestigiada posição política revestia-se de grande potencial simbólico, fato reconhecido pela presidenta em seu discurso de posse: “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão” (ROUSSEFF, 2011).

Com a eleição das presidentas sul-americanas e o avanço da representação descritiva de mulheres no Executivo federal na América do Sul, o nosso interesse de pesquisa, inicialmente, era avaliar os resultados dessa presença feminina em termos de representação substantiva. As discussões teóricas sobre a aplicação das políticas afirmativas de inclusão e, mais profundamente, sobre o nível de participação dos grupos minoritários no atual modelo de democracia representativa motivavam essa indagação. Entre os temas dessa literatura, evidencia-se o debate sobre a necessidade de instituição de uma política de presença (PHILLIPS, 1995), da representação de grupos a partir de sua perspectiva social (YOUNG, 2011) e da construção de uma democracia verdadeiramente multicultural.

A intenção inicial do trabalho de doutorado, pensado em 2014, portanto, era verificar na experiência brasileira, do Chile e Argentina se a chegada das mulheres à presidência da república teria produzido uma representação especial de mulheres, com o desenvolvimento e institucionalização de políticas específicas para esse gênero.

No entanto, ao tempo em que iniciávamos a pesquisa, Dilma Rousseff caminhava para o segundo mandato em um cenário menos festivo que o de 2011. Não apenas a mandatária brasileira, também as presidentas Bachelet e Fernández de Kirchner, todas em segundo mandato, enfrentavam uma crise de imagem pública, com grave reatamento em seus índices de popularidade.

No Brasil, entretanto, o processo político mais conturbado se instituiu com uma campanha político-midiática pela destituição da presidenta Dilma Rousseff, iniciada logo após o resultado das eleições em 2014. Após um ano turbulento para o Governo Federal, no dia 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Rio de Janeiro, acatou o pedido de abertura de processo de *impeachment* da presidenta, motivado pela denúncia de crime de responsabilidade impetrado pelo jurista Hélio Bicudo e pelos advogados Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior.

Após a abertura do processo, foi instituída uma comissão para avaliar a admissibilidade do *impeachment*, que apresentou relatório favorável ao processo de impedimento da presidenta: 38 deputados aprovaram o relatório e 27 foram contrários. Na sequência, em 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara dos Deputados em sessão com discursos pró-família e cartazes com o slogan “Tchau, querida” acatou o relatório com 367 votos favoráveis ao *impeachment* e 137 contrários. A primeira batalha pela manutenção do mandato da presidenta Dilma Rousseff estava perdida. O parecer da Câmara seguiu para o Senado Federal, que também instituiu sua comissão especial de admissibilidade, com posterior aprovação de relatório pela abertura do processo de *impeachment*. Em 12 de maio de 2016, o Senado aprovou, por 55 votos contra 22, a abertura do processo de *impeachment* e o afastamento de Dilma Rousseff da presidência até a conclusão do processo. No dia seguinte, o vice-presidente Michel Temer assumiu o governo interinamente. Após três meses de tramitação do processo, em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi oficialmente destituída do cargo de Presidenta da República do Brasil. Encerraram-se de

modo melancólico a primeira gestão de mulher na presidência brasileira e um ciclo de 13 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) na condução do Governo Federal.

Durante esse conflitivo processo, algumas questões emergiram de modo mais enfático e conduziram a mudança de rumos da investigação proposta. É possível falar de representação especial quando nem o processo democrático está garantido? – foi o questionamento que se revelou inicialmente. Outro questionamento que se colocou como fundamental é se o gênero da presidenta tinha de algum modo interferido em sua gestão ou colaborado para sua destituição.

Os textos e análises de domínio público produzidos sobre o *impeachment* descartaram o debate sobre gênero, considerado tema menor e estrategicamente silenciado. Chamou a atenção, em especial, o fato de a imprensa brasileira tangenciar esse debate, uma vez que se tratava da primeira experiência de mulher na presidência da república brasileira, ocupada há 121 anos por homens. A maior parte das publicações deu centralidade à crise econômica, aos escândalos de corrupção e aos desentendimentos da base política do governo.

O debate sobre gênero só foi agendado pela imprensa após o governo interino do presidente em exercício Michel Temer apresentar a lista dos novos ministros sem nenhuma mulher. O presidente foi questionado pela ausência de mulheres e negros na composição ministerial, considerada excludente e retrógrada, uma vez que era formada apenas por homens brancos idosos. O governo interino, com aparente desinteresse pela pauta também, extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial dos Direitos Humanos e reduziu a Secretaria de Políticas para Mulheres a um departamento do Ministério da Justiça. Novamente, a questão de gênero se impõe como fator que merece uma reflexão mais substancial nos processos políticos e sociais vivenciados nos últimos anos pelo Brasil.

Sob tal perspectiva, a pesquisa retoma a questão de gênero na crise do governo Dilma Rousseff, observando como essa categoria de análise permeia as narrativas da mídia sobre o desempenho da presidenta no seu segundo mandato. Destaca-se que

a investigação não se detém no debate sobre o *impeachment* nas questões referentes à condução econômica ou aos arranjos políticos partidários e, desse modo, não exaure a problemática sobre os motivos que culminaram na destituição da presidenta.

O trabalho, nesse sentido, pretende ser uma contribuição à corrente de estudos feministas na perspectiva da avaliação e problematização das condicionantes que têm comprometido o avanço das mulheres no espaço político. É uma fonte documental complementar sobre os últimos episódios da história política brasileira, em especial da primeira gestão feminina na presidência da República do Brasil.

A questão de fundo que guia a investigação é como se desenvolve a relação da mídia, analisada aqui a partir das revistas semanais de política, com as mulheres na política. Em nosso estudo de caso propriamente dito, observamos se os enquadramentos na cobertura da presidenta Dilma Rousseff apresentam marcas de gênero.

A mídia é entendida como elemento central para esse debate pelo seu já reconhecido papel estruturador dos eventos e das carreiras políticas na modernidade (CHAMPAGNE, 1998; SODRÉ, 2010). O jornalismo, nesse sentido, requer atenção privilegiada por ser um discurso legitimado socialmente; e a imprensa, por se apresentar como o “cão de guarda da sociedade”. Longe da imparcialidade reivindicada pelos jornalistas, a produção da notícia, desde a escolha da pauta até o enquadramento noticioso, é revestida de inúmeros posicionamentos de natureza ideológica sobre os fatos e os personagens envolvidos.

A pesquisa leva em consideração o poder de reorganização simbólica da mídia, de sua potencialidade para produzir novas representações sociais sobre as mulheres, assim como de sua capacidade para reproduzir estereótipos e simbologias que atuam pela manutenção de papéis sociais tradicionais de homens e mulheres.

Entretanto, antes de adentrar na relação entre mídia e mulheres políticas, a investigação recupera o debate sobre a inserção das mulheres ao campo político, evidenciando uma problemática rede de normas e institucionalidades que promovem sua exclusão ou freiam seu desenvolvimento na carreira.

A literatura especializada destaca como as mulheres políticas vêm sendo incluídas aos espaços parlamentares em condições de atuação desfavoráveis às ofertadas aos homens, com lento progresso no crescimento do número de mulheres nas assembleias e parlamentos e com condições de participação e avanço na hierarquia política desiguais (YOUNG, 2011; ESTEVES, 2009; GRAZZIOTIN, 2018). As regras de atuação nesses ambientes são orientadas por um modelo de organização e de planejamento do espaço físico organizado na perspectiva masculina. Basta dizer que, até 2015, não havia banheiro feminino no Plenário do Senado Federal brasileiro.

Nesse sentido, as primeiras dificuldades enfrentadas pelas mulheres políticas se referem às bases do Estado liberal, que, como aponta Catherine Mackinnon (1991), está fundamentado em sua integralidade num modelo universalista androcêntrico e burguês.

Retomando a perspectiva da relação entre mídia e mulher política, diferentes pesquisas ao redor do mundo têm evidenciado o caráter sexista dos conteúdos da mídia em relação às lideranças políticas femininas. Uma série de enquadramentos estereotipados fundamentados em papéis de gênero foi evidenciada nessas investigações, como a associação de mérito aos padriños políticos homens, cristalizado no enquadramento “criador e criatura”, ou, ainda, às remissões à aparência e às relações familiares e de natureza privada. No caso de Dilma Rousseff, consolidou-se, para além dos enquadramentos mais comuns, o enquadramento da inabilidade política e da ausência de liderança, da mulher “fora de lugar”. Sugere-se, portanto, que a mídia reproduz os elementos de senso comum partilhados na cultura machista e patriarcal, sem ressignificar de modo mais ativo as simbologias sobre o papel social da mulher.

Diante desse contexto, compreender a passagem de Dilma Rousseff pela presidência da república brasileira exigiu um aporte teórico multidisciplinar, que abarcou a literatura da comunicação social, sociologia, ciência política e estudos culturais, com especial atenção às pesquisas de orientação feminista.

Destaca-se a dificuldade de trabalhar de modo científico com um fenômeno novo: a ascensão da primeira mulher presidente do Brasil e, ao mesmo tempo, a primeira mulher presidente a passar por um processo de *impeachment*. Dois momentos que convocam experiências marcantes, porém muito distintas, em um curto espaço de tempo na história. Assim, as investigações de natureza acadêmica sobre o tema ainda estão em curso, o que motivou uma jornada de investigação original a partir de caminhos de observação plurais e atentos às diversas nuances do objeto de pesquisa. Não foi possível, a exemplo, estabelecer um estudo de política comparada clássico, visto que não há experiência similar à de Dilma Rousseff experimentada por outra mulher, de uma cultura ou instituição análoga à brasileira. Outra dificuldade observada no percurso da pesquisa foi realizá-la com a “história acontecendo”, visto que a turbulência política no Brasil não se encerra com o processo de *impeachment*, mas segue até os dias atuais.

Diante da escolha de assumir a categoria gênero como baliza desta análise, buscou-se também a adoção de metodologia que englobasse a perspectiva feminista, reconhecendo-se as diferentes experiências das mulheres (raça, etnia, classe, religião, região, sexualidade, geração). Assim, optamos por um processo científico reflexivo, que considera as experiências e perspectivas do investigador, sem reivindicar o paradigma científico da neutralidade.

O método escolhido para a análise do *corpus* de pesquisa, composto por 139 capas e 186 reportagens das quatro revistas de política de maior tiragem e circulação no Brasil (*Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*), foi a análise crítica da mídia, com a leitura articulada dos conteúdos, considerando as relações sócio-históricas e seus cruzamentos com os postulados feministas. O conceito de enquadramento é utilizado como ferramenta para apresentar os resultados da análise da cobertura da mídia sobre a crise da presidenta Dilma Rousseff.

As capas e suas respectivas reportagens analisadas têm a presidenta Dilma Rousseff como personagem, seja em textos, imagens ou na junção de ambos. O período analisado compreendeu o

início do segundo mandato de Dilma Rousseff, iniciado em 1º de janeiro de 2015, e o encerramento do mandato pelo *impeachment*, em 31 de agosto de 2016.

Para organizar essa narrativa, a tese foi dividida em quatro seções. A seção “Mulheres no campo político: desafios da inclusão” recupera a problemática que deu início à pesquisa e retoma o essencial debate sobre os modelos de integração, inclusão e adaptação aos espaços políticos. Desse debate, parte-se para uma reflexão sobre o conceito de reconhecimento social, sua conexão com o desenvolvimento das carreiras públicas das mulheres e as questões que envolvem as expectativas sobre a liderança feminina em espaços de poder.

Na sequência, a seção “Mídia, democracia e gênero” discorre sobre a centralidade da mídia nos eventos políticos modernos, sua interferência no jogo democrático e os padrões de enquadramento que a imprensa tem utilizado para a representação das mulheres políticas, com ênfase à problemática relação da mídia com Dilma Rousseff desde sua primeira campanha à presidência da república em 2010. Essa seção traz um mapeamento da literatura internacional sobre a relação da mídia com as mulheres políticas em todo o mundo, no qual é possível identificar com clareza padrões de enquadramento e de representações simbólicas que uniformizam características de mulheres oriundas de diferentes continentes e culturas.

Os procedimentos metodológicos e as discussões epistemológicas da investigação são abordados na seção “Definições metodológicas”, com a apresentação do *corpus* de pesquisa e das ferramentas metodológicas utilizadas. O conceito de enquadramento é observado a partir dos critérios propostos por Gamson e Larsch para avaliação qualitativa do material.

A análise das capas e reportagens é apresentada na seção “Análise: números e discussão”. Na primeira subseção, identificamos as características do planejamento visual gráfico das capas, com foco nas estratégias de disposição dos elementos gráficos, como fotografias, charges e fotomontagens, bem como na seleção das pautas e as mensagens explícitas. Em seguida,

apresentamos os enquadramentos de gênero encontrados na avaliação do material completo, que englobou capas e suas reportagens correspondentes.

Na sequência, recuperamos os estudos culturais e as abordagens sobre o conceito de cultura para demonstrar como as diferenças de gênero demarcadas pela cultura patriarcal e machista brasileira comprometem o desenvolvimento da gestão da presidenta Dilma Rousseff e as avaliações de domínio público sobre ela.

Nas considerações finais, retomamos os principais temas e resultados da pesquisa, com destaque aos aspectos teóricos, metodológicos e empíricos, e propomos o desenvolvimento de algumas investigações sobre a relação mulher e política que necessitam mais aprofundamento.

Por fim, esta pesquisa busca motivar uma reflexão social mais profunda sobre a nossa crise política e moral, destacando questões que, apesar de impactar a vida dos cidadãos, são tratadas de maneira periférica, obscurecidas pela centralidade do mercado financeiro na nossa democracia. É, antes de tudo, uma investigação dedicada à luta das mulheres por reconhecimento social e plena cidadania.



2 MULHERES NO CAMPO POLÍTICO: DESAFIOS DA INCLUSÃO

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser Presidenta; e para que – no dia de hoje – todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher (ROUSSEFF, 2011).

Com essas palavras, Dilma Vana Rousseff iniciou, em janeiro de 2011, a primeira gestão de uma mulher na presidência da República Federativa do Brasil. O discurso refletia a expectativa da época de que a chegada de uma mulher ao posto mais alto do Executivo nacional pudesse finalmente alavancar a participação das mulheres no campo político e mais: que representasse a inclusão de pautas feministas na agenda política. Havia bons motivos para se pensar assim: a emergência de fatos nesse sentido no mundo, especialmente no continente latino-americano, no qual duas mulheres do Cone Sul chegaram a presidência, com a eleição de Michelle Bachelet e Cristina Kirchner. Bachelet foi a pioneira das três presidentas, eleita em 2006 e reeleita em 2013.

A eleição dessas mulheres contrariava a teoria, visto que a maior parte das pesquisas sobre a participação política feminina

indicava que quanto mais alto fosse o cargo na hierarquia do poder, menores seriam as chances de uma mulher ser eleita, porque as “qualidades masculinas” são mais valorizadas quando a eleição sai da esfera local para a nacional (HUDDY; TERKILDSEN, 1993; ROSENWASSER; DEAN, 1989). Desse modo, iniciamos uma pesquisa em 2012 sobre as estratégias utilizadas pelas presidentas para promoverem a quebra desse “teto de vidro”.

Na campanha eleitoral, elas empregaram narrativas semelhantes e símbolos consagrados do feminino, como a maternidade. As três falavam de um novo modo de fazer política, do olhar da mulher sobre o mundo, e havia o reforço ao pioneirismo delas no campo político. A abordagem empregada nas campanhas é tematizada pela literatura especializada como “oportunidade de gênero” – qual seja, utilizar o discurso do gênero para ofertar um novo modo de fazer política, remetendo a características ditas inatas das mulheres, como a maternidade, honestidade e cuidado com o outro. A proposta era de renovação da classe política, cada dia mais desacreditada pela população.

Mas não foi apenas a propaganda eleitoral que consolidou a ponte dessas mulheres ao poder. A conjuntura política e o apoio do presidente antecessor foram fundamentais nessas vitórias. A primeira eleita, Bachelet, tinha o apoio do presidente Ricardo Lagos, de quem foi ministra da Saúde e, posteriormente, da Defesa. Os dois pertencem à coalizão de centro-esquerda Concertação, que assumiu a condução do país após a derrubada da ditadura de Augusto Pinochet. Já na Argentina, Cristina Fernández de Kirchner sucedeu o marido Néstor Kirchner, do Partido Justicialista de centro, que vinha de um governo com amplo apoio popular, especialmente pelos bons resultados da economia argentina no período.

Dilma Rousseff chegou à campanha eleitoral de 2010 apoiada pelo presidente Lula, que, à época, tinha 84% de aprovação popular. A gestão Lula marcou um período de reformas sociais, do combate à miséria, com aplicação de políticas redistributivas, como o consagrado programa Bolsa Família, o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC), este último muito vinculado à Rousseff na campanha de 2010, chamada de mãe do PAC.

Nota-se que as relações com os homens presidentes citados são distintas, com a presidenta Cristina Fernández de Kirchner mais comprometida com o enquadramento de esposa do presidente. Já as presidentas Bachelet e Rousseff estão mais ligadas ao *status* de gerentes, já que se destacaram em suas atuações como ministras.

Com grande apoio popular nos primeiros mandatos, as três presidentas sul-americanas alcançaram a reeleição, já mais protagonistas de suas campanhas,¹ menos à sombra de seus apoiadores. Entretanto, o cenário dessa segunda incursão não foi o mesmo. Os resultados da economia já não eram tão animadores e houve um fortalecimento da mobilização social dos opositores aos governos.

Entre 2015 e 2016, a situação política das três presidentas alcançou os piores contornos, com queda vertiginosa de seus índices de popularidade. Bachelet, que, ao assumir o governo, apresentava popularidade de 81%, chegou ao pior indicador em junho de 2016, com apenas 20% de aprovação popular. Cristina Fernández de Kirchner, que recebeu mais votos que todos os presidentes eleitos nos 28 anos de democracia argentina, caiu dos 74% dos primeiros anos para 30% em 2015, ano da última eleição presidencial argentina. No Brasil, Dilma Rousseff chegou a 2016 com 70% de desaprovação ao governo, uma mudança assombrosa perto dos 80% de aprovação alcançada na primeira gestão. A inversão dos números impressiona, em especial, pelos resultados sociopolíticos provenientes desse declínio do apoio popular ao governo dessas presidentas. Assim, é preciso retomar o enredo das crises para entendermos a derrocada dos números, o sentimento de insatisfação popular e seus impactos imediatos.

.....

1 A propósito, Cristina Kirchner foi para a reeleição sem a presença de Néstor Kirchner, falecido em 2010. E no caso de Bachelet, reforça-se o fato de a legislação chilena não permitir a reeleição consecutiva, o que a fez esperar um intervalo de quatro anos para entrar em uma nova disputa presidencial. Ressalta-se que Bachelet foi sucedida em 2011 pelo conservador Sebastian Piñera (Partido da Renovação Nacional).

Na Argentina, Cristina Fernández de Kirchner chegou ao final do seu mandato em franco declínio. A primeira derrota foi eleitoral, com a perda de Daniel Scioli, do Partido Justicialista, para Ricardo Macri, do Partido Proposta Republicana (PRO). Na última semana de Fernández de Kirchner na presidência, foi expedida uma medida cautelar que determinou o fim do seu mandato um dia antes do término final e habilitou o presidente provisório do Senado, Federico Pinedo, integrante do PRO, a exercer temporariamente a presidência até a posse de Macri. Em seu discurso de despedida antecipado, a presidenta argentina destacou a intervenção do Judiciário na democracia argentina.

‘É verdade que vi muitas medidas cautelares. Mas nunca pensei em minha vida que haveria um Presidente cautelar durante 12 horas em meu país’, disse Cristina, que assegurou que é ‘doloroso’ e ‘muito difícil’ ver ‘um Presidente instituído por uma sentença judicial em quem ninguém votou’ (TERRA NOTÍCIAS, 2015).

A saída da presidência, entretanto, não encerrou os problemas de Cristina Fernández de Kirchner com o Judiciário. A mandatária foi indiciada em um processo de fraude contra a administração pública por prejuízo deliberado ao Estado.² Adicionalmente, ela foi associada a diversas denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro por meio do complexo de hotéis da família. A economia argentina nos últimos quatro anos de mandatos de Fernández de Kirchner entrou em recessão com a diminuição dos preços das *commodities*.

Os problemas da presidenta Michelle Bachelet no Chile foram iniciados em 2015 a partir da denúncia de tráfico de influência e especulação financeira que envolvia, além de integrantes do governo, o filho e a nora da presidenta. A situação se agravou com a Reforma Tributária, que muito desagradou setores da elite chilena. Outros dados, como o baixo crescimento econômico e

.....
2 A acusação refere-se à medida adotada pelo Banco Central argentino para controlar a disparidade do dólar, mas que teria resultado em grande dano aos cofres públicos (CUÉ, 2016).

consequente aumento da taxa de desemprego, as manifestações estudantis contra o projeto de Reforma Universitária e a renúncia do chefe de gabinete de Bachelet (Gi, 2016), contribuíram para que o governo chegasse a seu pior índice de aprovação popular em junho de 2016 (22%). A renúncia da presidenta chilena foi especulada pela imprensa local, mas severamente negada por Bachelet. Apesar da crise, a mandatária chilena manteve-se firme no cargo, encerrando seu mandato em março de 2018.

No Brasil, o cenário mais grave, no sentido da ruptura democrática, se estabeleceu. Desde a vitória nas eleições para o segundo mandato, a resistência à presidenta Dilma Rousseff aumentou. As primeiras edições das três revistas de política de maior circulação do país (*Veja*, *Época* e *Isto É*) após a reeleição da presidenta criticaram a vitória dela e destacaram o senador Aécio Neves como principal liderança da oposição ao governo Dilma Rousseff. O primeiro discurso do senador no Plenário do Senado depois do segundo turno dizia que seria feita uma “oposição incansável, inquebrantável e intransigente na defesa dos interesses dos brasileiros” (NEVES, 2014). O discurso foi encerrado com um tema muito abordado pela imprensa brasileira, de que a eleição mostrara uma divisão no país, com metade da população insatisfeita com os resultados eleitorais:

A oposição não terá a voz de um único líder. Ao olharem para as oposições no Congresso Nacional, não contabilizem apenas o número de cadeiras. Enxerguem através de cada gesto, voto, manifestação a voz estridente de mais de 51 milhões de brasileiros que não aceitam mais ver o Brasil capturado por um partido e por um projeto de poder (NEVES, 2014).

A reeleição da presidenta foi, portanto, questionada e combatida, com pedido de auditoria do pleito eleitoral pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e de cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral. As medidas tomadas pelo governo na economia e que contrariavam parte do programa de governo apresentado na campanha por Rousseff também foram exaustivamente

criticadas pela mídia e oposição, que acusavam a presidenta de fraude eleitoral. Tanto a oposição no Congresso, quanto imprensa e Judiciário atuaram de modo articulado e simultâneo para a consolidação de um quadro generalizado de instabilidade política.

O desarranjo político mais a recessão econômica alimentaram o movimento de desgaste da popularidade da presidenta, potencializado pelos sucessivos escândalos deflagrados pela Operação Lava-Jato, que expunha os esquemas de corrupção no âmbito da Petrobras e que comprometia empreiteiras, doleiros e agentes políticos. Os partidos da coalizão manifestavam publicamente descontentamento com os rumos do governo e começavam a atuar em movimentos de saída da base governista, o que a imprensa denominou de desembarque do governo.

Nos últimos anos, a América Latina, assim como partes da Europa e da América do Norte, tem vivenciado uma guinada à direita e à extrema-direita. Isso atingiu tanto governos de mulheres quanto de homens. No entanto, as narrativas da crise das presidentas convergem e trazem como item específico a questão de gênero.

Em que pesem as diferenças de organização política de cada país e do desfecho de cada caso, na narrativa da crise das presidentas sul-americanas, verificamos elementos comuns: recessão econômica, escândalos de corrupção, desconstrução do projeto político vigente e gênero.

O efeito da recessão econômica no dia a dia dos cidadãos emerge como o grande mal-estar, que causa de forma imediata o descontentamento nas diferentes camadas sociais, potencializado pelo noticiário financeiro.

A difícil relação que se estabelece entre capitalismo e democracia, com os neoliberais acenando para a progressiva redução do Estado e a despolitização da economia, já foi tematizada por diferentes autores, como Habermas (1987) e Schumpeter (1971) (BELUZZO, 1993, p. 29). Puliti (2009), ao observar o cenário brasileiro, destaca ainda que houve uma ascensão, entre os anos 1980 e 1990, dos economistas do mercado financeiro como fontes da mídia e também como consultores no Congresso. Esses

especialistas formados pelo padrão norte-americano do neoliberalismo – ou seja, entusiastas do Estado mínimo e da livre regulação de mercado – ganharam espaço na imprensa, levando, segundo a autora, ao processo de financeirização do noticiário econômico, ao predomínio de temas de interesse do mercado financeiro e de suas fontes em detrimento de quaisquer outros agentes sociais. Nesse sentido, é construída uma aura do cientista econômico, que estabelece uma dinâmica matemática da economia, deslocando-a de sua matriz, que é a ciência social. Ao mesmo tempo, destituiu-se o espaço político, ou os parlamentares, como responsáveis pelo debate sobre os rumos da economia.

A análise dos números e as decisões sobre os temas da economia, em especial sobre juros e câmbio, inflação e política fiscal, aspectos críticos dessa área em qualquer país, foram assim subtraídas do parlamento, ambiente de exercício da democracia representativa, restando ao Congresso Nacional, Câmara e Senado, o varejo dos interesses de seus membros e das cúpulas partidárias, a liberação de verbas orçamentárias, a indicação de aliados à ocupação de cargos públicos na administração federal, entre outros mimos que passaram a sustentar a relação de fidelidade às ações dos governos de plantão (SANTIAGO, 2016).

Assim, gerou-se uma cultura de cientificidade técnica da economia, contra a inabilidade e corrupção da classe política. A corrupção abordada incessantemente pela mídia, associada ao déficit econômico, potencializa a frustração social e serve como importante combustível para acirrar as disputas no campo político e social. Ao associar resultados ruins da economia às práticas de corrupção, a mídia contribui para o descontentamento popular. Verifica-se, no entanto, a prática da corrupção seletiva pela imprensa e pelo Judiciário brasileiro. O PT, conforme verificou Azevedo (2016), foi mais exposto e identificado com a prática de corrupção que os demais partidos políticos desde o primeiro governo Lula, atitude que, segundo o autor, historicamente

se repete no comportamento da imprensa brasileira, que possui tendência ao paralelismo político, seja na disputa por valores ideológicos, partidários ou políticos (AZEVEDO, p. 53). O autor destaca, ainda, a histórica adesão da imprensa brasileira aos liberais e conservadores, atuando como braço de oposição aos governos identificados como populistas (AZEVEDO, p. 135).

O sociólogo Jessé de Souza (2018) identifica que a repetição insistente da mídia em associar o PT à corrupção foi exitosa pelo longo tempo de exposição dessa associação em diferentes canais e, em especial, pela Rede Globo, a emissora com maior audiência no país. Souza observa que a estratégia de circunscrever a corrupção à classe política tem como objetivo blindar o mercado financeiro, que, na visão do autor, está mais comprometido com práticas ilícitas que causam prejuízos econômicos de maior volume à sociedade.

A corrupção trilionária do sistema financeiro tem que ser ocultada e acobertada pela mídia e pelo Poder Judiciário de modo a enfraquecer a política perante os ditames do mercado financeiro – uma vez que o Estado é a única instância que, bem utilizada, pode servir de anteparo a isso (SOUZA, 2018, p. 182).

O que ocorre nas sociedades contemporâneas, com sua complexidade e volume demográfico, é que a formação da opinião dos cidadãos depende dos meios de comunicação (FERES JR; SASSARA, 2016, p. 207-208). E os meios de comunicação, por sua vez, têm operado pela lógica do escândalo. Nesse sentido, Thompson (2011) aponta que as carreiras políticas na contemporaneidade são regidas pelo controle do escândalo, visto que essa é a condicionante para o sucesso ou fracasso dos políticos e partidos. Nos casos citados, portanto, temos o escândalo como combustível dos processos de declínio dos governos instituídos.

A mídia brasileira, enquanto parte interessada na desestabilização do governo, alimenta a agenda negativa no jogo do quanto pior melhor.

O modo tradicional de exercer o poder em países como o Brasil, e isso tem acontecido historicamente com frequência, é a capacidade que a imprensa tem de mexer na estabilidade, ou seja, de criar crises, cuja origem é simplesmente uma mobilização do condicionamento da opinião pública. O que a imprensa nos países da América Latina, e particularmente no Brasil tem é a capacidade de criar instabilidades. É a capacidade que a imprensa tem de criar movimentação popular, de criar atitudes, opiniões, independentemente do que está acontecendo na realidade. Isso é próprio de países latino-americanos, mas particularmente no Brasil, em que as empresas jornalísticas têm poder econômico e capacidade e disposição para a intervenção política. Então, a arma da imprensa no Brasil, o seu recurso diante dos governos: esta capacidade de criar instabilidade política (SANTOS, 2016)

A literatura, portanto, evidencia com bastante clareza, na narrativa da crise, os embates político-partidários, a influência da economia e o discurso da corrupção. Entretanto, há um elemento pouco explorado pelos “especialistas da opinião pública” na avaliação da crise de Dilma Rousseff e das outras presidentas sul-americanas: a dimensão de gênero. A campanha de corrosão da imagem de Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet, nessa perspectiva, revela os enfrentamentos de gênero no parlamento e expõe fragilidades do processo de inserção das mulheres ao campo político. Não por acaso, a imprensa internacional perguntaria, no ápice da crise de Dilma Rousseff: o que estaria acontecendo às mulheres poderosas da América do Sul, uma questão de gênero? (GILBERT, 2016).

Em entrevista após uma conferência sobre mulheres e representação política, Bachelet afirmou que o desfecho do *impeachment* de Dilma Rousseff teria sido mais fácil por ela ser mulher. Também a cientista política Céli Regina Jardim Pinto identifica o lado sexista da crise “Já vi muitas pessoas, inclusive ligadas ao PT, dizendo: ‘também, essa mulher...’. Há uma fragilidade maior

na defesa da Dilma porque há um certo preconceito por ela ser mulher” (PINTO, 2016).

Como já destacado, as três presidentas assumem seus mandatos como promessas de um novo tempo para as mulheres na política. Porém, o balanço dos últimos anos revela um efeito reverso, de sangria da imagem dessas mulheres e de descrédito no desempenho feminino. Nota-se que as políticas de gênero não se institucionalizam; há avanços pontuais e, ao mesmo tempo, muitos retrocessos. De modo foucaultiano, podemos dizer que cada avanço das vozes subalternas correspondeu a uma contraofensiva do sistema dominante.

Em sua primeira gestão no Chile, a presidenta Michelle Bachelet levantou a bandeira da igualdade de gênero, empregou esse lema em seus discursos e instituiu um gabinete paritário. Já na propaganda eleitoral de TV, ela marcou seu posicionamento pela igualdade de direitos e de acesso das mulheres ao mercado de trabalho. A candidata denunciava o desequilíbrio de oportunidades entre os gêneros, advertindo, ainda, para as diferenças salariais que penalizam as mulheres em seu país. “Quiero igualdad de sueldo entre hombres e mujeres. O acaso si vá pagar a mi menos que Presidente Lago?” – questionava ironicamente Bachelet (HPEG CHILE, 2005).

A pesquisadora Marcela Ríos-Tobar (2009, p. 21) afirma que a eleição de Bachelet “inflamou interesse sem precedente pelo desenvolvimento do papel político das mulheres e das relações de gênero no país. Sua eleição foi indubitavelmente um marco histórico”. Entretanto, a autora ressalta que a influência do partido democrata cristão, que compunha a aliança de apoio à presidenta, limitou o avanço do debate sobre direitos das mulheres e o incremento de políticas de equidade de gênero, notadamente as políticas de reprodução (RÍOS-TOBAR, 2009, p. 24).

No governo de Rousseff, há o fortalecimento da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) com a indicação de uma ministra historicamente ligada ao movimento feminista e o aumento do orçamento da pasta em aproximadamente 18%. Destaca-se ainda o aumento da representação descritiva com a posse de mais mulheres no alto escalão do governo e a aprovação da Lei

do Femicídio. Outra postura adotada pelo governo foi garantir mais autonomia às mulheres na gestão da vida familiar, tornando-as titulares das casas no programa Minha Casa, Minha Vida, bem como beneficiárias prioritárias do programa Bolsa Família. Em 2016, elas correspondiam a 93% dos beneficiados e 84% das proprietárias das casas. Essas medidas foram consideradas pela SPM como extremamente relevantes ao processo de autonomização das mulheres, a exemplo: diminuía relações matrimoniais violentas ou abusivas que estavam fundamentadas apenas na dependência financeira da mulher (BRASIL, 2016).

Semelhante à situação chilena, o governo Dilma Rousseff sofre muitas derrotas no Legislativo nas questões que mobilizam a equidade de gênero e as políticas reprodutivas. Acontece uma ofensiva vitoriosa da bancada religiosa para exclusão dos temas de identidade de gênero e sexualidade do Plano de Educação do Ministério da Educação, bem como a discussão de projetos de lei sobre direitos do feto que restringem por completo os direitos das mulheres sobre seus corpos (PL 5.069/2013).

No auge da crise do governo brasileiro, a Reforma Ministerial reúne as secretarias vinculadas a políticas para mulheres, direitos humanos e promoção da igualdade em um ministério unificado. E de modo emblemático, após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o presidente, ainda interino, Michel Temer instituiu gabinete ministerial sem a presença de mulheres e transformou a SPM em um anexo do Ministério da Justiça, o que demonstra claramente a incompreensão e o desinteresse para essas questões.

Nesse sentido, diminuir ou negligenciar a categoria gênero das análises que problematizam a crise do governo Dilma Rousseff e das demais presidentas apenas reforça a manutenção dos padrões patriarcais que sustentam as engrenagens do Estado liberal e conta apenas a parte conveniente à manutenção do *establishment*. Assim, para além das questões político-partidárias, econômicas e jurídicas que compuseram a crise brasileira, resolvemos refletir em que medida as questões de gênero compuseram a narrativa da crise do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Como já foi mencionado, a mídia atua como um agente fundamental no processo de espetacularização da política com foco nos escândalos. Enquanto ordenadora do sistema social moderno (SODRÉ, 2010), ela atua para a confirmação ou reconfiguração de representações sociais e se torna peça-chave para a promoção das carreiras políticas. O sociólogo Patrick Champagne (1998) enfatiza que os meios de comunicação se configuraram como pontos de passagem obrigatórios para o desenvolvimento de carreiras políticas mais longas, destacando, ainda, na contemporaneidade, o peso das sondagens de opinião para o jogo político. Nesse sentido, a mídia brasileira exerceu papel central no processo de dissolução do governo Dilma Rousseff, aliada a setores da elite e do Judiciário nacional (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016), e, assim, constituiu-se como suporte para verificarmos de que modo o gênero baliza as narrativas simbólicas sobre o desempenho das mulheres políticas.

Antes de adentrarmos especificamente na relação entre mídia e gênero, é preciso observar o debate sobre o modelo de inserção das mulheres ao campo político e identificar como elementos estruturais têm impactado o desenvolvimento das mulheres nos espaços de poder. A compreensão dos arranjos institucionais que coordenam a integração das mulheres ao espaço público e, mais especificamente, ao campo político é fundamental para entendermos a conjuntura em que se desenvolveu a primeira gestão feminina na presidência da República do Brasil.

2.1 MULHERES POLÍTICAS: INTEGRAÇÃO, ADAPTAÇÃO OU INCLUSÃO?

Na obra *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*, Gilles Lipovetsky (1997) apresenta a revolução feminina que demarca o tempo por ele nomeado de hipermodernidade, com a politização das questões referentes aos direitos das mulheres, a alteração no comportamento social, especialmente em sua interação no espaço público, e o advento da mulher-sujeito. O pesquisador francês enfatiza que o novo feminino é moldado a partir

de uma reconciliação entre o passado e o presente, “as funções e papéis antigos perpetuam-se, combinando-se de forma inédita com os papéis modernos” (LIPOVETSKY, 1997, p. 11).

A partir dessa afirmação, o autor identifica a questão das permanências estruturantes do agir das mulheres no espaço público, como a expectativa de que elas imprimam um comportamento diferente do masculino na condução profissional, menos orientado para a competição e mais voltado para a humanização dos espaços de trabalho. As pressões igualitárias, adverte, não “põe fim aos códigos sociais, aos estereótipos e às associações imaginárias que dizem respeito às diferenças entre os sexos” (LIPOVETSKY, 1997, p. 299) e, apesar da cultura democrática e individualista desestabilizar papéis dos dois sexos, o processo é contrabalançado por uma exigência social e identitária de diferenciação do masculino e do feminino (LIPOVETSKY, 1997, p. 300).

O diagnóstico elaborado pelo autor sobre a condição das mulheres na modernidade é bastante revelador, porque, para além do dado das alterações da rotina e do devir das mulheres no espaço público, Lipovetsky evidencia o nó não desatado: qual seja, a inalterada constituição da identidade masculina. É relevante perceber em toda a obra do autor francês que as alterações na dinâmica de vida das mulheres não significaram de modo proporcional a alteração das rotinas e do simbólico que compõem a vida dos homens. A propósito, apesar do homem estar mais presente na vida doméstica, no cuidado com os filhos, o papel doméstico ainda é primordialmente assumido pela mulher, como dado naturalizado na cultura e na constituição da identidade feminina.³ Desse modo, Lipovetsky pondera que a não reformulação da identidade masculina e, portanto, a manutenção de regras e simbologias corroboram a desigualdade de participação de homens e mulheres nos

.....
3 Em recente pesquisa, BilaSorj (2014) identificou que as mulheres despendem mais tempo com as atividades domésticas do que os homens, em todas as classes sociais. A diferença na clivagem entre raça e classe social fica por conta do número de horas gastas, menor para as mulheres das classes altas. Já para os homens, o número de horas é igual e independe de raça ou classe. SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

espaços de poder, bem como do que lhes é exigido em termos de atuação nesses espaços. Assim, a chegada de mulheres à presidência da república não representa a ruptura das estruturas materiais e simbólicas que organizam o funcionamento das instituições democráticas, tão somente evidencia as desigualdades estruturais do estado liberal. Como adverte Miguel (2014, p. 105), “o acesso a posições formais na estrutura de poder não significa que se esteja, automaticamente, em posição de igualdade em relação a outros agentes que lá se encontram”.

As condições de entrada, inserção e permanência das mulheres no campo político revelam as diferenças que se estabelecem para o exercício das funções públicas entre homens e mulheres. Estruturado em um modelo masculino, o campo político, termo aqui empregado conforme Bourdieu,⁴ construiu modos de operação que interditam o acesso das mulheres e outros grupos minoritários, bem como o seu avanço nas estruturas do poder. Nesse sentido, é instituída uma cadeia de signos, normas e institucionalidades que legitima o grupo de homens já dominante e expurga ou disciplina as diferenças.

[...] a presença de integrantes de grupos subalternos nos espaços decisórios não garante automaticamente uma efetiva pluralidade de perspectivas. É necessário levar em consideração a influência homogeneizadora do campo político. Um ‘campo’, no sentido dado ao termo pela sociologia de Pierre Bourdieu, é um espaço social estruturado e estruturante das práticas daqueles que nele ingressam e nele desejam progredir. A adesão aos seus códigos é exigida, promovendo a reprodução de formas de exclusão. O campo político busca ‘enquadrar’ as vozes diferentes,

.....
4 O campo político, conforme a sociologia de Bourdieu (2011a), expressa um campo de forças e de lutas que exige de seus agentes determinados saberes e o aprendizado dos costumes e regras que ali operam. Por isso, existem, segundo o sociólogo, algumas condicionantes que limitam o acesso dos indivíduos, de um modo geral, ao campo. A primeira condição é tempo livre para a ação política, seguido de educação e recursos financeiros. Nesse sentido, para o sociólogo, a participação das mulheres no campo político é prejudicada, tendo em vista a divisão sexual do trabalho, o menor nível escolar e financeiro.

forçando adaptações e reduzindo o potencial disruptivo da incorporação de vozes dissonantes. Os grupos subordinados se vêem diante de uma escolha entre 'autenticidade' e 'efetividade'. Seu discurso e seu comportamento tornam-se mais eficazes quando se adaptam às regras do jogo estabelecidas, mas com isso a 'diferença' que se queria representar é dissipada (MIGUEL, 2011, p. 36).

As mulheres que adentram o espaço político, portanto, precisam se adaptar às regras vigentes, que coadunam um jogo de adaptações que invalida ou reforça marcas da dita feminilidade. Para a presidenta Dilma Rousseff, esse jogo foi iniciado na pré-campanha eleitoral de 2010, quando foi promovido um *retrofit* da imagem da candidata, que deveria aliar os símbolos da cultura feminina aos traços de sua personalidade, considerada excessivamente masculina. Havia uma cobrança dos colegas ministros a respeito do comportamento contundente de Dilma Rousseff. Era preciso torná-la mais simpática, com uma fala mais simples, e associá-la às representações tradicionais da mulher. Assim, foram realizadas alterações drásticas no visual da candidata, que incluíram cirurgias estéticas, procedimentos fonoaudiológicos para suavizar os vícios de linguagem e o tom incisivo, tematização de seu papel materno na campanha e reforço a seu pioneirismo no campo político (ARGOLO, 2014). Em sua arguição durante o julgamento do processo de *impeachment*, interpelada pela senadora Regina Sousa (PT), a presidenta voltou a falar das cobranças que pesavam sobre seu comportamento e como isso permeou sua trajetória na presidência.

Fui descrita como uma mulher dura, e sempre disse que era uma mulher dura no meio de milhões de homens meiguíssimos. Nunca ouvi ninguém acusar um homem de ser duro. E a gente sabe que eles são duros. Muitas vezes disseram para mim: 'mas você é sensível'. Essa informação é estarrecedora: porque conseguiram construir em torno de mim um nível de desumanização muito alto (ROUSSEFF, 2016).

A incorporação do feminino ao campo político está vinculada a uma rede de estratégias paradoxais, que ora afirmam os valores da cultura feminina, ora a denegam. Scott (1998), na obra *Only Paradoxes to Offer*, consegue mapear nos discursos de cinco feministas sufragistas francesas o embrião dessa ambiguidade que marca a luta das mulheres por participação na vida pública. As personagens históricas Olympe de Gouges (1791), Jane Deroïn (1848), Hubertine Auclert (1870), Madeleine Pelletier (1905) e Louise Weiss (1930) representam, na obra mencionada, um período na história do movimento sufragista francês e também distintos argumentos em favor dos direitos políticos da mulher. Desde discursos que clamavam pela indiferenciação sexual entre homens e mulheres, passando pela reafirmação dos valores da cultura das mulheres que humanizariam a política, até a defesa da ‘virilização’ das mulheres. Cada uma dessas mulheres utilizou um tipo de argumento para tentar legitimar a participação das mulheres no espaço político.

Olympe de Gouges dedicou-se à causa da Revolução Francesa e, impedida de participar do governo, escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e do Cidadão, em que defendia a igualdade de cidadania entre homens e mulheres. Ela costumava afirmar: “sou uma mulher e tenho servido ao meu país como um grande homem” (SCOTT, 1998, p. 23). Jane Deroïn, por sua vez, lutou pelo sufrágio universal a partir da defesa dos interesses específicos das mulheres, com a crença no “amor materno” e na complementaridade entre os sexos (SCOTT, 1998, p. 57-89). Auclert, ao contrário disso, propunha que ambos, homens e mulheres, enquanto seres racionais, deveriam partilhar os mesmos direitos. Ela propôs ainda a feminilização da linguagem com a flexão do gênero como um dos passos para a igualdade (SCOTT, 1998, p. 90-124). Madeleine Pelletier, por sua vez, apostava na negação do feminino como estratégia de emancipação das mulheres. Ela pregava a “virilização” das feministas, as incentivava a vestirem suas filhas como meninos e afirmava que “era preciso ser homem socialmente” (SCOTT, 1998, p. 135). O que se percebe, portanto, é o uso de estratégias de inserção, com argumentos

complementares ou contraditórios que, de certo modo, permanecem até os nossos dias.

Percebe-se que essas condições de atuação das mulheres no campo político são consequência da linguagem e dos modelos de ação que constituem a democracia liberal. Mackinnon (1991) descreve que a neutralidade aventada como base para a instituição do Estado liberal, em verdade, organizou o Estado a partir da perspectiva masculina. “O estado liberal de modo coercitivo e autoritário constitui a ordem social no interesse do gênero masculino – por meio de normas, formas, relação com a sociedade e políticas substantivas legitimadoras”.

Consoante Young (1997), avalia ainda que o modelo de deliberação da democracia vigente é oriundo de contextos institucionais específicos do Ocidente moderno, como tribunais, debates científicos e parlamentos modernos, instituições das revoluções burguesas que tiveram êxito e tornaram-se instituições governantes, com estilos retóricos e culturais definidos em razão do mundo moderno. Entretanto, são instituições elitistas e exclusivas que limitam o conceito da deliberação (YOUNG, 1997, p. 44-45). A autora, que advoga por uma democracia comunicativa mais inclusiva, destaca que, nesse modelo, há uma disputa entre o mais competente dentro dos padrões estabelecidos para argumentar; o “melhor” argumento, ou o argumento que mais se ajusta aos modelo vigente, sobrepõe-se ao entendimento mútuo, e, assim, ganha quem conhece melhor as regras do jogo e está mais preparado para o confronto. As mulheres, nesse caso, estariam em desvantagem, pois, conforme a literatura⁵ citada pela autora, as mulheres e meninas tenderiam a falar menos que os meninos e os homens em situações discursivas argumentativas e, quando o fazem, tendem a ser menos combativas e mais questionadoras.

.....
5 Ver: SANDERS, Lynn. Against Deliberation. *Political Theory*: June 1997, v. 25, n. 3, p. 347(30).
Ver: MANSBRIDGE, Jane: Feminism and Democratic Community. *Nomos*, 1993, v. 35. p. 339-395.

O ideal deliberativo sustenta que, quando conseguimos eliminar a influência do poder político e econômico, a maneira como as pessoas falam e compreendem continuará sendo a mesma. No entanto, essa afirmação só será verdadeira se conseguirmos eliminar tanto as diferenças culturais quanto as diferentes posições sociais. Em suma, o modelo da democracia deliberativa tende a supor que a deliberação é culturalmente neutra e, ao mesmo tempo, universal. Uma teoria da democracia comunicativa que enfoca as diferenças sociais reconhece a especificidade cultural das práticas deliberativas e propõe um modelo de comunicação mais inclusivo (YOUNG, 1997, p. 44, tradução nossa).

Com a participação de mais mulheres nos espaços políticos, foi possível identificar com mais clareza esses traços da organização social, bem como ficaram mais claras a disputa pela manutenção do *status quo* e a tentativa de reprodução dos papéis sexuais na divisão dos assuntos públicos, com as mulheres vinculadas a pastas de caráter assistencialistas e de menor prestígio hierárquico. As chances de uma mulher exercer, por exemplo, lideranças do bloco partidário nas casas parlamentares são menores, bem como de assumirem a presidência de comissões ligadas a atividades econômicas. A título de ilustração, no Brasil, uma mulher jamais ocupou as presidências da Câmara ou Senado Federal. Para ficar com a definição de Pateman (1990, p. 60), “as mulheres vêm sendo excluídas e incluídas como mulheres”. Entender como esse processo se dá no campo político e em outros campos do espaço público é imprescindível para afastarmos a questão da neutralidade associada à justiça e às normas que estruturam a ordem social.

Pateman (1990) destaca o viés patriarcal na constituição do estado liberal e que, sem mudanças estruturais no modelo de organização sociopolítica, as marcas do patriarcado continuarão moldando as ações de homens e mulheres e estabelecendo concepções “sexualmente diferenciadas” de cidadania, em que as mulheres são tratadas como mulheres e seu trabalho é menos

valorado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018 demonstram, por exemplo, que as mulheres continuam ganhando menos que os homens para o exercício do mesmo cargo (IBGE, 2018). Nas ações ditas “naturais”, ritualizadas, o patriarcado se perpetua com a adaptação a padrões da cultura dominante.

Como exemplo aleatório, mas não menos importante, recorro aqui episódio de um programa de televisão que auxilia pessoas, em geral mulheres, a se vestirem adequadamente. O cabeleireiro fala para uma jovem de 21 anos, que cursa Engenharia e trabalha na área, que ela precisa cortar o cabelo para camuflar a aparência de menina. Ele afirma que, por trabalhar em um ambiente masculinizado, ela precisa ter uma aparência mais forte e, conseqüentemente, um cabelo mais curto. Opera-se uma intervenção para adequá-la ao campo, conforme as regras tradicionalmente estabelecidas, e, nesse caso, é aproximar a imagem da garota a um visual de poder que é dado pela referência masculina, ou de masculinização, já que é uma área tradicionalmente ocupada por homens. Esse tipo de intervenção que, a princípio, parece mínimo denota a resistência simbólica à associação do feminino com o poder. Cabelos longos, voz mais aguda, saias e vestidos, enfim, os signos da cultura feminina não são simbolicamente reconhecidos como signos de liderança e poder. O resultado é que, no processo de inserção ao espaço público, as mulheres absorvem a referência masculina.

Um caso emblemático na política foi o da primeira ministra britânica Margareth Thatcher, que realizou um treinamento fonoaudiológico para baixar seu tom de voz em 46Hz, a metade da diferença entre as vozes femininas e masculinas. A ministra tinha um tom considerado muito agudo e, para seus colegas de Parlamento, era completamente inadequado ao cargo público que exercia (Viladot Y Presas, 2008, p. 151).

As listas de adequações que organizam a participação nos espaços decisórios estabelecem, portanto, a diluição visual e discursiva da identidade cultural feminina. Como já observado, é um jogo nos moldes de uma brincadeira de mostra e esconde. Neste,

se, por um lado, a mulher não deve transmutar-se em homem, pois incorreria em um comportamento desviante, por outro, deve esconder os traços da feminilidade. Em consequência, a professora Zilda Freitas observa que a fala em público se constituiu em um desafio para as mulheres, divididas entre dois referenciais.

Assim, a mulher vê-se diante de um impasse: utilizar o discurso masculino é pôr em risco sua feminilidade. Não utilizá-lo é expor-se ao ridículo, ao falar em público. A maioria das mulheres opta pela ambigüidade na sua atitude pública, *Isto É*, adotam parcialmente o falar masculino, mantendo um pouco daqueles traços da cultura feminina (FREITAS, 2002, p. 118).

Esse sistema normativo atua para afastar e constranger identidades subalternas dos espaços decisórios. Nesse processo de integração ao espaço político, os sujeitos vão deixando a diferença pelo caminho. As premissas da cultura dominante são assimiladas, e as consequências práticas são o apagamento de interesses não hegemônicos da agenda política e a permanência da institucionalidade vigente.

Todas as chamadas à ordem inscritas na ordem das coisas, todas as injunções silenciosas ou as surdas ameaças inerentes à marcha normal do mundo especificam-se evidentemente, segundo os campos, e a diferença entre os sexos se apresenta para as mulheres, em cada um deles, sob formas específicas, através, por exemplo, *da definição dominante da prática*, que é corrente e que ninguém pensa em apreender como sexuada e, portanto, pôr em questão. É característico dos dominantes estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal (BOURDIEU, 2011b, p. 78, grifo nosso).

Ao visualizarmos as condições de participação das mulheres na política, podemos inferir que a ascensão de mulheres à presidência da república de países com tradição machista e forte

influência religiosa no debate político deflagrou uma reação à possível reorganização da ordem social e das estruturas de poder. Não raros são os episódios envolvendo parlamentares homens e discursos sexistas sobre a participação das mulheres na política. A Câmara dos Deputados brasileira conta com inúmeros episódios públicos de constrangimento às deputadas, confrontadas em plenário sobre o papel “desviante” do seu gênero no exercício de uma função considerada masculina. Em sessão sobre a proposta de constituição das Comissões da Defesa dos Direitos da Mulher e da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, cujo texto integral sofria oposição da bancada feminina, temos a emblemática fala do deputado Flavinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) de São Paulo, que “as mulheres de verdade, que estão lá fora, não querem empoderamento. Querem ser amadas” (ÉBOLI, 2016). Em outro episódio lamentável, o deputado Alberto Fraga, do Democratas (DEM) do Distrito Federal, argumentou ao microfone: “eu digo sempre que mulher que participa da política e bate como homem, tem que apanhar como homem também” (PASSARINHO; ALEGRETTI, 2015). Era a resposta à líder do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na Câmara, a deputada Jandira Feghali, que reclamava ter sido empurrada por um deputado.

A respeito disso, em recente conferência, a presidenta Michelle Bachelet falou dos enfrentamentos de gênero no espaço político e observou: “se você for mulher, te dizem que é fraca porque não grita ou fala palavrão, e algumas mulheres líderes se disfarçam de homens, mas é preciso respeitar a sua própria maneira de liderar” (BACHELET, 2016). A presidente chilena, conforme Manuel Garretón (2009), é criticada pelo seu comportamento demasiado conciliador e, por isso, é considerada uma líder fraca.

Ainda relativo a esse tema, Esteves (2009) critica o modelo de inserção das mulheres ao campo político. Ele evidencia o equívoco no uso do termo “inclusão” para falar da participação das mulheres na política e emprega a definição da pedagogia para explicar a diferença entre “integração” e “inclusão”. A integração, nesse sentido, pressupõe uma relação escola/indivíduo que atribui prevalência ao primeiro termo, e o ensino e a

aprendizagem atuam como meios para forçar o ajustamento do indivíduo, com uma matriz dirigista e autoritária. Já a inclusão pressupõe a inversão desse quadro de forças, com o ensino e a aprendizagem orientados para o reconhecimento e valorização das diferenças e o estímulo à participação do sujeito. Assim, enfatiza o autor, estabelece-se um duplo estatuto em que a escola é agente de ensino, mas também sujeito de aprendizagem. A partir dessa conceituação, o autor avalia:

Parece cumprir-se, assim, um objectivo pouco mais que burocrático, que poucos mostram interesse em equacionar noutros termos que não os de uma 'maior integração' das mulheres nos órgãos políticos oficiais: tipo teste ou prova de avaliação, para demonstrar como as mulheres também podem ser competentes (tanto quanto os homens ou talvez mais, é o que se subentende) – não para fazer diferente, mas exactamente 'tal qual os homens fazem', do mesmo jeito de sempre e como as coisas 'devem' ser feitas. Trata-se, em última instância, de um paradoxo: uma integração não inclusiva, que atrai ao interior do sistema (mais) mulheres, mas continua a sua exclusão, se é que não acaba mesmo por reforçar esta – na medida em que torna mais subtil e imperceptível o dispositivo de dominação em que a exclusão se sustenta (ESTEVES, 2009, p. 41).

O ponto tratado por Esteves parece-nos mister para entender as experiências vividas até então pelas mulheres em sua relação com o espaço público, além de coadunar-se com a perspectiva abordada por Lipovetsky e com a argumentação de Pateman. Tivemos a saída das mulheres do espaço privado para o público, sem, no entanto, reconfigurar as relações do espaço privado, tampouco as institucionalidades do espaço público. A incorporação das mulheres aos espaços de poder dá-se num modelo adaptativo, em que elas devem aprender e submeter-se àquela gramática que, por sua vez, denega a validade dos elementos associados à cultura/biologia feminina. Desse modo, não se

estabelecem rupturas ou hibridismos, mas mantêm-se inalteradas as relações de poder.

A experiência de Dilma Rousseff na presidência da república é repleta de episódios que ratificam as questões apontadas pelo debate feminista, desde a indicação à candidatura em 2010, que sofreu imediata rejeição entre seus pares, até o capítulo final do processo de *impeachment*. Na primeira campanha eleitoral, uma lista de argumentos contrários à sua candidatura foi elaborada. Em recente publicação sobre a crise no Brasil, o psicanalista Tales Ab'Saber (2016, p. 1) argumenta que a indicação da presidenta Dilma Rousseff foi uma das decisões mais equivocadas do ex-presidente Lula. Tal observação tem como base, segundo o escritor, a integral falta de poder de sedução da candidata.

Considerada como indicação pessoal do então presidente, a candidata ganhou a alcunha da mídia de “o poste de Lula”. Após sua vitória em 2010, Dilma Rousseff causou alvoroço ao solicitar a substituição da denominação do termo para nomeá-la de “presidente” por “presidenta” nos documentos oficiais e nas referências da mídia. Um fórum se estabeleceu para discutir tal solicitação no sentido de avaliar a correção do termo antes de confirmá-lo ou negá-lo. Em 2012, a presidenta sancionou a Lei nº 12.605/2012, que determina a flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas – determinação vetada, após o afastamento de Dilma Rousseff, pelo seu substituto, nas publicações da Empresa Brasileira de Comunicações (EBC).⁶ A filósofa Marcia Tiburi atribui a polêmica em torno do termo como uma disputa pela manutenção do discurso androcêntrico como o lócus legítimo do poder. Diz ela:

Mas o que realmente está em jogo no caso de uma pessoa que se auto-define como Presidenta além de uma autoafirmação que pode levar ao ódio? Ora, o jogo

.....
6 Azevedo, R. A palavra “Presidenta” sofre impeachment na EBC. *Veja* Online, 31 maio 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-palavra-Presidenta-sofre-impeachment-na-ebc/>>.

de linguagem machista opera por hetero denominação e hetero determinação. Isso quer dizer: homens falam e dizem sobre mulheres. Ora, o poder é uma questão de voz, de discurso, de quem fala e de quem escuta. O poder também se cria por meio do ato de falar sobre o outro. A categoria do 'outro' é criada em um discurso. Assim é que se cria a mulher ideal e, ao mesmo tempo, se demoniza a mulher fora do 'ideal'. Fato é que Dilma Rousseff, ao dizer-se 'Presidenta' causou mal-estar ao machismo. Interrompeu, talvez sem perceber, o jogo de linguagem machista da história da política no Brasil. Ao afirmar-se Presidenta, ela se afirmou como eleita e reeleita potencializando seu lugar – único e pioneiro – de representante justamente das mulheres, histórica e atualmente ainda mais sub-representadas no cenário da democracia brasileira (TIBURI, 2018),

Outra característica demarcada insistentemente nesse jogo de desqualificação foi a oratória da presidenta, frequentemente ridicularizada por expressar discursos confusos, segundo seus críticos, e/ou dúbios. A dificuldade na fala de improviso de Dilma Rousseff gerou inúmeras páginas de humor em redes sociais, esquetes em programas de rádio e críticas contundentes. Em uma análise comparativa entre os discursos dos presidentes da República do Brasil, o especialista em comunicação Reinaldo Polito externou:

Dilma é péssima oradora. Troca os nomes das pessoas, inventa teses impossíveis, perde o raciocínio, trunca as ideias, chega a ser desconexa. Enfim, não sabe como se expressar em público. Sempre apresentou uma boa qualidade como oradora – sabe ler bem os discursos. Só que, em vez de se valer dessa técnica de apresentação, preferia falar de improviso. Aí era uma tragédia (POLITO, 2016),

Em adição a esse assunto, comparou com o desempenho de Michel Temer:

Temer chegou como um bálsamo com sua oratória. Formal, quase protocolar, cirúrgico nas ideias que defende. Não agride a gramática. Não perde a linha de raciocínio. Não se compromete com afirmações contraditórias. Ao contrário de Dilma, pensa antes de falar. É provavelmente um dos presidentes de comunicação mais elaborada que tivemos no país (POLITO, 2016),

Além de Dilma e Temer, a análise levou em consideração o discurso de outros cinco presidentes: Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Polito é respeitoso com todos os homens, exalta suas qualidades e habilidades, afirma-os preparados, sábios. No entanto, o especialista muda o tom nas considerações feitas sobre a presidenta, já enunciadas. Em tom mais humorístico, mas não menos jocoso, o jornalista Celso Arnaldo Araújo escreveu o livro *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*, em que satiriza os discursos da presidenta, descritos como “verdadeiros espetáculos de comédia bufa protagonizados pela dramática inaptidão da oratória de Dilma” (ARAÚJO, 2016, p.10). Um editorial do jornal *Estado de S. Paulo* (2013) vinculou a oratória à competência para gerir o país. “Se a Presidente não consegue se expressar com um mínimo de clareza em relação a um assunto tão importante [...], como esperar que tenha capacidade para conduzir o governo de modo a debelar a escalada dos preços e fazer o país crescer?”, argumentou o periódico.

Para além de um debate sobre oratória, o que se observa, do ponto de vista sociopolítico, é a falta de reconhecimento social das mulheres, o rebaixamento e a desvalorização das características associadas ao feminino. Essa ideia é desenvolvida por teóricos da justiça social a partir do conceito de reconhecimento, oriundo da filosofia de Hegel. Em diferentes abordagens, os autores identificam a ausência de respeito a grupos sociais marginalizados pelo grupo dominante e excluídos de uma cidadania completa. A literatura feminista incorpora o conceito para problematizar a ausência das mulheres dos

espaços de poder com ênfase nos procedimentos que mantêm a exclusão e a desigualdade de participação. Destacam-se nesse debate as contribuições de Axel Honneth, Iris Marion Young e Nancy Fraser.

2.2 “ELA É HONRADA, MAS FALTA UM PRESIDENTE”, UM DEBATE SOBRE RECONHECIMENTO

Após o anúncio da composição do gabinete ministerial de Michel Temer, a imprensa repercutiu a ausência das mulheres; alguns veículos com enquadramentos que neutralizavam o tema, outros que defendiam a postura do presidente interino e outros que tencionavam a questão indicando o retrocesso. Fizemos o exercício de observar o comentário dos leitores sobre o tema, na nota do *site* G1,⁷ para verificar a recepção dos cidadãos à notícia, em abordagem exploratória. Em 237 comentários postados até o dia 1º de dezembro de 2015, verificamos a regularidade dos seguintes argumentos:

1. “não precisa ser mulher, tem que ser competente”;
2. “o Estado não deve ter cotas por gênero ou raça”; e
3. “testamos uma mulher e deu errado”.

Há ainda argumentos pelo retorno das mulheres ao lar, ao cuidado do marido e dos filhos, e comentários sexistas sobre a atuação da mulher no espaço público. Em observação nas notas sobre a mesma pauta em outros *sites* de notícias, verificou-se a mesma tendência. Além do antiesquerdismo, o conjunto de argumentos dos leitores confronta a corrente que advoga a justiça social por meio de políticas redistributivas e de reconhecimento e reforça o discurso da meritocracia e da universalidade do

.....
7 PASSARINHO, N; MATOSO, F. 'Partidos não indicaram', diz Padilha sobre falta de mulheres no ministério. *G1*, 13 maio 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/partidos-nao-indicaram-diz-padilha-sobre-falta-de-mulheres-no-ministerio.html>>. Acesso em 13 maio 2015.

Estado. Adicionalmente, a retórica do “ser competente” empregada pelos leitores para legitimar a escolha do presidente legitima a ausência feminina, com alusões à falta de capacidade das mulheres para a vida pública.

A presidenta Dilma Rousseff é especialmente ridicularizada e culpabilizada pela crise econômica no país, mas há também uma generalização sobre o desempenho das mulheres em locais de poder e o reforço constante ao retorno da mulher ao seu lugar, o espaço privado. O conjunto de comentários localiza o que Valcárcel (2012, p. 160) chamou de olhar social sobre as mulheres, não identificadas com quaisquer das características definidoras de poder: capacidade de ordenar, autoridade, prestígio e privilégio. Muito ao contrário, a relação mulher e poder foi sempre referenciada a partir do mal, “das mulheres só se espera o cataclisma” (VALCÁRCEL, 1994, p. 77).

Eva tem uma manhã livre e condena toda a humanidade. Semíramis governa a Babilônia e semeia o crime. Livia inventa o império romano e nos lega o substantivo leviandade. [...] Os pecados reais são profissionais e estão todos inventados. Mas as mulheres têm sobre elas um pecado específico, ela mesma (sic) (VALCÁRCEL, 1994, p. 77-78, tradução nossa).

O acervo literário e os relatos de cunho político-históricos repetidamente têm divagado sobre a “inadequação das mulheres” aos espaços de poder. Só em 2016, foram lançados 12 títulos literários sobre o governo Dilma. Em pelo menos cinco das publicações pesquisadas, a descrição da gestora converge para a depreciação e para o desastre da nação. Em um deles, *Como matar a borboleta-azul – uma crônica da era Dilma*, a economista Monica de Bolle (2016) faz referência no título a um desastre ecológico ocorrido nos anos 1970 – a extinção das borboletas-azuis na Inglaterra, causada por medidas tomadas para estancar a superpopulação de coelhos. A borboleta azul, nesse caso, é o Brasil. Dilma Rousseff é o instrumento da catástrofe. Percebe-se que as elucubrações

sobre a gestão dela foram desde análises econômicas fatalistas a grandes abstrações ficcionais.

O material bibliográfico que relata as experiências da mulher no poder guarda relação com o pensamento de Gustave Le Bon (2004), autor do século XIX para quem as massas assemelham-se às mulheres enquanto elementos geradores do caos e da desordem, pois não empregam a racionalidade, são emotivas, um perigo para a política.

Essas mensagens, ações e simbologias que depreciam a atuação das mulheres no espaço público constituem o que Axel Honneth (2003) chamou de desrespeito, ou seja, ações que, em conjunto, comprometem o reconhecimento social de determinados grupos.

Honneth (1992) faz parte do grupo de teóricos da terceira geração da Escola de Frankfurt, com estudos nas áreas de filosofia social, política e moral. Sua obra mais famosa, *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, tem como objetivo identificar os modos de inserção e desenvolvimento de indivíduos e grupos na sociedade atual, consolidando uma explicação teórica e crítico-normativa das relações de poder, respeito e reconhecimento na sociedade.

A partir das obras de Hegel e Mead, o autor reforça que os indivíduos empreendem uma luta por reconhecimento intersubjetivo, ao invés da autoconservação, presente nas obras de Hobbes e Maquiavel. E nesse sentido, ele defende a importância do desenvolvimento de uma teoria do reconhecimento diferenciada que ultrapasse as questões de distribuição.

[...] a formulação conceitual do reconhecimento é de central importância hoje, não porque expressa os objetivos de um novo tipo de movimento social, mas porque ela tem provado ser uma ferramenta apropriada para categorialmente desvendar experiências sociais de injustiça como um todo (HONNETH, 2003, p. 133).

O conceito de reconhecimento é tratado na obra *Sistema da eticidade*, do filósofo alemão Friedrich Hegel, que defende a

essencialidade do reconhecimento nas relações entre os indivíduos em uma estrutura social e política eticamente compartilhada. Hegel entende que os indivíduos se constituem por relações intersubjetivas nas quais o papel de mediação é legado ao reconhecimento. Assim, a identidade se estabelece em um ambiente dialógico preexistente a qualquer prática social ou política, o que marca a intersubjetividade, ou aspecto de interação, essencial à constituição dos sujeitos (HAVAGNANI, 2009, p. 41).

Na estrutura formulada por Hegel, o reconhecimento ultrapassa a simples tolerância ou a aceitação da alteridade, mas a atribuição de um valor positivo à pessoa mediante ato explícito. É a partir da manifestação do reconhecimento no nível prático que o reconhecimento acontece de modo cognitivo. Essa ação garante a constituição de autoestima e confiança para que se estabeleça entre os sujeitos, que objetivam o respeito e a confirmação de suas identidades, com ganho moral e autocompreensão.

Hegel acredita que nossa conduta se pauta mais pela percepção que temos do valor que nos é dado pelas pessoas com quem nos relacionamos do que pelo valor intrínseco que nos atribuímos. Em certo sentido, nos guiamos pelos valores dos outros porque necessitamos que o reconhecimento que eles nos outorgam seja renovado constantemente (FERES JR.; POGREBINSCHI, 2010, p. 117).

Desse modo, Honneth retoma a crítica de Hegel e, por meio do conceito de eticidade, defende a existência prévia de uma vida intersubjetiva que permeia o processo humano de socialização e formação da identidade (HONNETH, 2003, p. 3). As três formas de reconhecimento social, nesse sentido, seriam o amor, o direito e a estima.

O autor destaca que a modernidade configurou o processo de desenvolvimento moral da sociedade e dos indivíduos, que passam a ter reconhecida sua imputabilidade moral, confirmada pelo reconhecimento jurídico. Conforme Ventura (2011, p. 160), Honneth destaca que o reconhecimento jurídico materializa a

existência pública e instrumentaliza o acesso à visibilidade, consolidando-se em um meio de expressão simbólica, “cuja efetividade empírica torna o agente dotado de auto-respeito e detentor de uma propriedade que o capacita a participar da ordem pública”.

Ao refletir sobre a questão moral nas lutas sociais, Honneth declara que as experiências de desrespeito afetam individual e coletivamente o modo como determinados indivíduos e grupos se inserem no corpo social. O desrespeito, além de limitar a ação, compromete a autoimagem do indivíduo, o que ele pensa sobre si mesmo. O autor define três formas de desrespeito para as quais corresponde respectivamente uma forma de reconhecimento.

Honneth (2003) afirma que o primeiro tipo de desrespeito refere-se à violação do corpo, caracterizado pelos maus-tratos físicos, como nos casos de tortura, abuso e estupro. “A injúria física se torna uma injustiça moral se as vítimas são levadas a enxergá-la como uma ação que intencionalmente desprezou um aspecto central do bem-estar pessoal delas” (HONNETH, 2003, p. 213). O mal psicológico, nesse sentido, é superior ao físico, pois resulta em perda de autoconfiança e da confiança no mundo. Assim, o autor ressalta que o reconhecimento, nesse caso, provém da segurança oriunda do amor e da afeição recebida pelos “outros significativos”, família, amigos e amantes. É tipificado como reconhecimento emocional que atua para a constituição do respeito próprio.

O segundo tipo de desrespeito é a negação dos direitos que são conferidos apenas a determinados grupos sociais. O indivíduo se reconhece merecedor dos direitos por fazer parte de uma determinada sociedade, mas os direitos são sistematicamente negados, a exemplo do direito ao voto, negado a mulheres e escravizados. Assim, há o rebaixamento moral da pessoa, uma limitação da sua capacidade de participação e de interação com outros indivíduos em igualdade. O reconhecimento “recíproco” se realiza pela aceitação de um indivíduo como portador de iguais direitos, como membro da comunidade a partir do reconhecimento dos outros membros. Nesse sentido, o segundo tipo de reconhecimento está no usufruto igualitário dos direitos, expresso não apenas nas relações interpessoais, mas também por meio das instituições,

das leis. Conforme Honneth, essa relação de igualdade no gozo dos direitos gera o respeito próprio ou autorrespeito elementar (FERES; POGREBINSCHI, 2010, p. 127-128).

Por fim, o último desrespeito é a negação da estima social, o desrespeito ou depreciação de modos de vida individuais e coletivos a partir da marginalização dos estilos de vida e pertencimento cultural.

[...] ou, falando em termos modernos, o “status” de uma pessoa, refere-se, como havíamos visto, a medida de estima social que é concedida a sua maneira de auto-realização no horizonte da tradição cultural; se agora essa hierarquia social de valores se constitui de modo que ela degrada algumas formas de vida ou modos de crença, considerando-as de menor valor ou deficientes, ela tira dos sujeitos atingidos toda a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades (HONNETH, 2003, p. 217).

O reconhecimento viria da solidariedade social, de uma estima social alcançada pela aprovação social coletiva de diferentes estilos de vida, o que geraria o sentimento de autoestima. “O relacionamento de reconhecimento associado à solidariedade incorpora o princípio da diferença igualitária, que, resultante da pressão que vem dos sujeitos individualizados, pode se desenvolver mais plenamente” (HONNETH, 2007, p. 87). Entretanto, o autor não fala de que modo pode se estabelecer o sistema de solidariedade social ou, mais especialmente, quais valores da diferença devem ser considerados no corpo social.

Ao confrontarmos a sistematização desenvolvida por Honneth com a história social das mulheres, observamos que é um grupo social atingido por três tipos de desrespeito e, consequentemente, por seus efeitos de degradação da autoimagem, ausência de autoconfiança e autorrespeito. A violação ao corpo ou sua submissão à vontade dos homens (pais e maridos) estabeleceu-se durante séculos, inclusive de modo jurídico, o que gerou uma cultura de posse e violência na relação homem-mulher. A

negação de direitos civis comprometeu sua inserção nos espaços de poder. Isso fundamenta a construção de um simbólico que desvaloriza a cultura das mulheres, sujeitando-as ao terceiro tipo de desrespeito referente à marginalização da diferença ou mais especificamente, nos termos de Honneth, atribuindo a elas menor valor no sistema de estima social.

As marcas do desrespeito social às mulheres tornaram-se evidentes na passagem de Dilma Rousseff pela presidência da república, com uma sucessão de episódios que feriram seus direitos e sua autoimagem, com indagações constantes à capacidade feminina de participação nos espaços de poder. A propósito, a colunista Adriana Salles Gomes (2016) reflete sobre as implicações do bordão “Tchau, querida”, empregado na campanha pró-*impeachment* de Dilma Rousseff, identificando o viés machista que conduziu o processo.

Vamos pensar juntos. Vocês acham que o bordão ‘Tchau, querida’ seria utilizado com um homem – digamos, com Lula? Como li em um texto do Brasil Post, escrito pela estudante Thais Viyuela, a ‘intimidade não autorizada dessa frase’ deslegitima a figura pública da presidente (SALLES GOMES, 2016).

No ápice da crise do *impeachment*, foi possível identificar como o pertencimento de gênero se consolidou como um critério para a crítica rasteira e agressões machistas. Em um dos momentos mais lamentáveis da crise, foram produzidos e comercializados adesivos com apologia à violência sexual contra a presidenta Dilma Rousseff.⁸ Críticas a governos ou ao desempenho de um governante fazem parte de qualquer nação democrática, mas a diferença constatada quando se trata de governantes mulheres é que o foco se desloca da crítica profissional para o xingamento e os ataques de cunho sexual. O mesmo tipo de repertório utilizado

.....
8 Ver: LEAL, Aline. *Ministros e ONU Mulheres repudiam ofensas sexistas a Dilma*. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/07/ministros-e-onu-mulheres-repudiam-ofensas-sexistas-dilma>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

para agredir a Presidenta Dilma Rousseff foi empregado contra a presidenta Cristina Fernández de Kirchner na Argentina. Em entrevista, a historiadora argentina Dora Barrancos destaca, por exemplo, o caráter sexista de grafites contrários à presidenta:

‘Cristina, no te vayas com Chaves, ándate conChuda’. Ela explica: ‘A interpretação salta à vista: tratava-se de indicar a destituição de uma prostituta. Conchuda é uma palavra que insinua essa noção [e ándate pode ser interpretado como ‘vá embora’]. Tal é o nível de agressividade que tem sido alvo a presidente’ (BARRANCOS, 2016).

Assim, a observação empírica comprova o argumento defendido por teóricas feministas de que ocupar cargos, ser autoridade, não gera uma paridade imediata entre homens e mulheres, visto que os componentes institucionais e simbólicos que sustentam o *establishment* não são reconfigurados. Para essa corrente, enquanto não houver alterações estruturais no modelo de participação na democracia representativa, assim como nos modos de representação do feminino, não há como falar em igualdade ou paridade.

Como uma estratégia para a consolidação do que acredita confluir para um modelo efetivo de justiça social, Iris Marion Young defende a proposta de novos padrões de acesso e participação dos grupos minoritários na democracia. A autora tem como principal argumento o fato de a injustiça ser reforçada pela universalização das normas definidas pelos grupos dominantes, que, em políticas de distribuição, minimizam a diferença, estabelecendo uma dicotomia entre a ordem cultural e econômica. Nesse sentido, a pesquisadora se aproxima de Honneth ao perceber que, embora a ordem jurídica expresse um sentido de direitos universais, a vivência da cidadania é diferenciada entre os indivíduos, o que irá conferir maior ou menor estima e legitimidade de participação social entre os grupos sociais.

Em *Justice and the politics of difference*, Young (2011) desenha uma teoria que advoga pela incorporação dos grupos minoritários aos espaços de poder democráticos a partir da ideia de perspectiva

social. Em linhas gerais, ela argumenta a favor das políticas de identidade e sustenta que a diferenciação entre grupos não promove necessariamente a divisão ou a geração de conflitos sociais. Pelo contrário: “a diferenciação de grupos propicia recursos para um público democrático comunicativo que visa estabelecer a justiça, uma vez que pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento” (YOUNG, 2006, p. 162).

A pesquisadora discorre amplamente sobre como o mito da imparcialidade, assumido no discurso que legitimou o desenvolvimento das democracias liberais, falseou as condições de exclusão da deliberação pública ao instituir um modo de participação que dificulta a reivindicação de grupos socialmente oprimidos. Em sua ampla argumentação, ela defende que os atores são sempre social e historicamente situados, participam de práticas políticas e sociais concretas e, portanto, não são capazes de transcender suas particularidades e desenvolver conceitos de justiça objetivos e universais. “O ideal da imparcialidade é uma ficção idealista. É impossível adotar um ponto de vista moral não situado e, se um ponto de vista é situado, então ele não pode ser universal, ele não tem como estar separado de e entender todos os pontos de vista” (YOUNG, 2011, p. 5).

Nesse sentido, Young defende uma teoria crítica que se desloque do plano filosófico para a observação das demandas dos movimentos sociais ou, ainda, para “algumas das demandas sobre justiça e injustiças implícitas nas políticas desses movimentos e explorar seus significados e implicações” (YOUNG, 2011, p. 7). Da avaliação dessas demandas, ela destaca a impossibilidade de produção de uma norma neutra a partir do conceito de imparcialidade, já que os pontos de vista estão socialmente situados e que, para uma norma ser considerada justa, ela deverá ser resultado da discussão na qual todos os que são por ela afetados tenham sido incluídos e que tenham sido consideradas suas perspectivas (YOUNG, 2011, p. 118). Perspectiva social é definida como “o ponto de vista que membros de um grupo têm sobre processos sociais por causa de sua posição neles” (YOUNG, 2011, p. 137).

Com base nessa reflexão, a autora vai identificar, no sistema de organização moral e social, regras que demarcaram os espaços legítimos de atuação dos indivíduos a partir de seus corpos e comportamentos emocionais ou sexuais. “Respeitabilidade consiste na conformação de normas que reprimem sexualidade, funcionalidades do corpo e expressões emocionais” (YOUNG, 1990, p. 136). A autora visita postulados da obra de Michel Foucault para elucidar as questões de marginalização e injustiças sociais. O filósofo francês, também influenciado por Hegel, dissertou sobre a existência de um sistema de restrições que antecedia a comunicação entre os indivíduos, que limitava papéis e propriedades e, nesse sentido, são pré-estabelecidas posições, gestos e padrões de comportamento. Na obra *A ordem do discurso*, por exemplo, Foucault detalha o conjunto de interdições que antecede os discursos e as ações em sociedade, observando especialmente as restrições referentes ao corpo e à sexualidade, observando que essas restrições se dão por meio do ritual.

A forma mais superficial e mais visível destes sistemas de restrição é constituída por aquilo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo do diálogo, na interrogação, na recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de sinais que devem acompanhar o discurso; o ritual fixa, por fim, a eficácia, suposta ou imposta, das palavras, o seu efeito sobre aqueles a quem elas se dirigem, os limites do seu valor constrangedor. Os discursos religiosos, jurídicos, terapêuticos, e em parte também os políticos, não são dissociáveis desse exercício de um ritual que determina para os sujeitos falantes, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis convenientes (FOUCAULT, 1971, p. 10).

Assim, ao se debruçar sobre os modelos de participação democráticos em vigor, Young problematiza a cultura de argumentação

racional que estandardiza uma forma de discurso que rejeita a diferença nos modos de se expressar. A consequência desse modelo é o constrangimento institucional à participação. O que se estabelece é o apartamento dos grupos e/ou expressões consideradas desviantes da linguagem padrão do centro da deliberação. No caso das mulheres, há uma rede de empecilhos materiais e simbólicos destacados por Young que atuarão para sua inadequação aos espaços de poder. Ela considera as diferenças de gênero estruturais e retoma, a partir do pensamento de Hannah Arendt, aquele que é avaliado como um dos principais gargalos para que não se reconheça nas mulheres a legitimidade de atuação na esfera pública, que é sua vinculação ao espaço privado.

O privado, como ressalta Hannah Arendt [...], está etimologicamente ligado à privação. O privado é tradicionalmente concebido como aquilo que deve ser escondido, ou o que não deve ser trazido às vistas. *Isto É* conectado com vergonha e incompletude. Como Arendt destaca esta noção de privado implica a exclusão das questões do corpo e da afetividade da vida humana do espaço público (YOUNG, 2011, p. 119, tradução nossa).

A alternativa vislumbrada por Young para evitar o constrangimento de participação e aumentar a representatividade de mulheres e demais grupos considerados minoritários prevê que a participação dos grupos sociais nos espaços de decisão observe suas especificidades a partir da afirmação positiva de suas identidades. A partir do envolvimento desses grupos nos espaços de decisão, existe a possibilidade de quebra do modelo universalista e, conseqüentemente, da prevalência ideológica dos grupos dominantes.

Assim, em correspondência com nosso objeto de estudo, destaca-se, na obra de Young, o debate sobre o apagamento discursivo da identidade, do fato da pretensa universalidade ter configurado espaços de poder marcados pelo referencial masculino. A autora destaca que as questões de gênero, por exemplo, não se restringem a limitações biológicas, mas orientam a um tipo de

formação da identidade que, por vezes, não se adequa ao padrão burocrático estabelecido (YOUNG, 1990, p. 176).

Voltamos aqui a um ponto enunciado na seção anterior e que nos parece de grande relevância para o entendimento da condição da mulher no espaço público e, mais explicitamente, em espaços de poder. As mulheres fazem a transição do espaço privado para o espaço público sem que haja uma profunda reformulação dos papéis de gênero. Elas chegam a espaços nos quais a referência de estilo e comportamento são notadamente masculinas, pouco abertas a transformações e à aceitação de diferenças comportamentais e discursivas. O processo envolve embate e assimilação. O embate é causado pelo estranhamento da diferença e pelo medo da perda gradual de poder pelos homens.

Assim, as mulheres passam por um processo de insulamento a determinados nichos temáticos organizados, em geral, para a replicação no espaço público de papéis desempenhados no espaço privado, como matérias assistencialistas e cuidados maternos. Ressalta-se que a adesão a essas temáticas não se constituiria como problema, caso expressasse uma opção política das mulheres, ou seja, se elas escolhessem, entre diversas opções, aderir a essas temáticas. O que se observou, no entanto, é que essas são as temáticas ofertadas a elas, as que elas podem assumir na hierarquia parlamentar, uma vez que não são convidadas a assumir outras temáticas consideradas de maior prestígio e visibilidade, a exemplo da comissão de infraestrutura.

Em outra perspectiva do processo de inclusão das mulheres políticas, tem-se a assimilação do referencial masculino e das decisões do grupo dominante. De intervenções estéticas a ajustes fonoaudiológicos e no formato dos discursos, as etapas de adaptação ao campo político por vezes empreendida pelas mulheres buscam negar ou minimizar o feminino, considerada a não identificação da cultura feminina com poder.

A avaliação de Young sobre as dificuldades de inserção das mulheres aos espaços de poder alcança pontos extremamente relevantes, como a forçosa adaptação a modelos comunicativos e comportamentos ditados por um modelo androcêntrico

que exclui e constrange a diversidade de perspectivas sociais. Entretanto, como adverte Miguel, a política de presença defendida por Young minimiza a tendência à homogeneização característica do campo político. O cientista político aponta que, ao deslocar a categoria interesse para perspectiva social, Young anula o caráter conflitivo do campo político (MIGUEL, 2011, p. 35). Nesse sentido, ele destaca que, em *Justice and the politics of difference*, há uma perda de centralidade dos conceitos de dominação e opressão, importantes para compreender a dinâmica de interação social.

Mas não se trata somente de diversidade. A posição da mulher numa sociedade machista ou do negro numa sociedade racista não é apenas diferente da posição do homem ou do branco. É uma posição marcada pelos signos da subalternidade. Mulheres e negros possuem menos acesso às posições de poder, menos controle dos bens materiais. Estão mais sujeitos à violência e à humilhação. A ruptura com esse estatuto subalterno implica na revisão dos privilégios dos grupos dominantes. Ainda que muitos homens e muitos brancos possam ser solidários às reivindicações de mulheres e negros, há, sim, um conflito entre a emancipação de uns e a permanência do papel social dominante de outros (MIGUEL, 2011, p. 35-36).

A avaliação da experiência brasileira com Dilma Rousseff dialoga com esse debate teórico porque ilustra as dificuldades apontadas por Young sobre o processo adaptativo dos sujeitos tradicionalmente marginalizados da esfera política e, ao mesmo tempo, expõe o padrão agonístico do campo político.

Como dito por Bourdieu, o campo político não é para profanos. “Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão”, afirmava o sociólogo, “a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão” (BOURDIEU, 2011a, p. 195). Dilma Rousseff não estava disposta a fazer a conversão exigida.

Sua ética particular afrontava a práxis, quebrava um padrão institucional e, desse modo, desafiava o grupo dominante. Os agentes do campo obviamente reagiriam àquela conduta, que ameaçava romper com seus privilégios. Para permanecer com as palavras de Bourdieu (2011a, p. 197): “com dificuldade para suportar a intrusão dos profanos no círculo sagrado dos políticos, eles os chamam à ordem do mesmo modo que os clérigos lembravam aos leigos sua ilegitimidade”. Mas a categoria gênero também poderia ser considerada nesse contexto das batalhas no campo político?

A resposta é afirmativa a partir do momento em que se decodificam as ações da presidenta também pelos códigos culturais que aprendemos na divisão de gêneros. Nas seções seguintes, veremos com mais detalhes como ações igualmente tomadas por homens e mulheres no exercício do poder são decodificadas e qualificadas de modos distintos a partir de uma leitura fundamentada em tradicionais condutas de gênero. Ao romper com a lógica hierárquica em que homens dividiam e controlavam o poder, Dilma Rousseff naturalmente se instituiu como transgressão. Os homens estavam “acostumados” – costume é cultura – a ser orientados, comandados e também a receber broncas de outros homens, durante 121 anos, se limitarmos apenas ao período republicano do país. A inversão desse quadro *per se* é uma inversão da ordem das regras do campo. É um elemento de desestabilização do jogo, em que o grupo dominante se sente ameaçado em sua perpetuação no poder pelos desdobramentos daquela presença “diferenciada”. É de tal forma que se instituiu uma resistência a chamá-la de presidenta ou que, de forma desrespeitosa, parlamentares referem-se a Rousseff como “aquela mulher”.

No livro *A sombra do poder*, o assessor da presidência Rodrigo de Almeida (2016) destaca a percepção que teve de que havia preconceito contra a liderança feminina da presidenta:

Ao trabalhar com ela, descobri uma das mulheres mais inteligentes que já conheci e pude constatar de perto o tamanho do preconceito existente sobre uma líder mulher. Uma brincadeira dela se tornou célebre: era

uma Presidente rude cercada de homens sensíveis. Ironia em resposta à fama de briguenta, grosseira e de difícil trato num país acostumado a ter o macho adulto branco sempre no comando (ALMEIDA, 2016, p. 11).

Neste sentido, é preciso destacar que só o aumento da representação descritiva pode iniciar um processo de transformação mais profundo na cultura política, na cultura dos parlamentos e instituições democráticas. As experiências vividas de modo isolado por uma ou outra mulher em períodos distintos não tem conseguido alterar de maneira substancial as questões de legitimidade e reconhecimento da mulher.

A propósito, retomo pesquisa anterior referente à trajetória de Dilma Rousseff em que se observa a uma escolha de natureza mais contingencial de uma mulher para concorrer à presidência do Brasil. A definição por Rousseff está mais associada às consequências provocadas na estrutura hierárquica do PT pelo escândalo político-midiático do mensalão e a uma estratégia de *marketing* eleitoral do que a um posicionamento político pró-gênero; tem “essa novidade de ser mulher”, pregavam à época.

Recordamos que, na campanha de 2010, as questões sobre equidade de gênero foram tangenciadas na propaganda eleitoral de Dilma Rousseff, bem como no programa de governo. Nos episódios da propaganda eleitoral da então candidata, as mulheres aparecem majoritariamente em papéis tradicionais como defensoras de suas famílias, em geral associadas aos programas assistencialistas, enquanto os homens surgiam como protagonista de temas associados ao espaço público, como emprego e economia. A própria candidata não traz em seu discurso elementos mais profundos da agenda feminista.

Outro traço identificado é a participação dos homens como fiadores da candidatura de Rousseff e como legítimos representantes do espaço público. O ex-presidente Lula, senadores, governadores e o candidato a vice na chapa, Michel Temer, apareciam na propaganda em depoimentos que garantiam a competência e a capacidade de Dilma Rousseff para assumir o cargo. Mulheres

políticas não apareciam na propaganda, à exceção de Marta Suplicy, com menor tempo de fala do que a média dos homens. O que se depreendia da narrativa da propaganda é que Dilma Rousseff era uma mulher “diferenciada”, uma exceção à regra, mulher singular e pioneira no campo político (ARGOLO, 2014). Não há um processo de associação da política como um espaço também do feminino. Esse processo de singularização conforma a lógica de excepcionalidade que vem conduzindo a aceitação da participação das mulheres na política, como bem identifica Valcárcel (2012, p. 124, tradução nossa):

A dinâmica das exceções é perversa. E nela - a exceção confirma a regra -, segundo diz o velho ditado. Se a lógica afirma que uma boa exceção lança a regra por terra, na lógica peculiar dos estereótipos isto não ocorre. Se alguém abandona o acordo por todo o seu gênero, não parece forçar a mudança da consideração global que aquele tem, mas salva momentaneamente a este indivíduo discordante. A regra pode continuar sendo usada para o todo sem um traço de insegurança.⁹

Neste ponto, observamos as preocupações de Fraser sobre as fragilidades das propostas de empoderamento das mulheres, muito festejadas pelas feministas americanas, conforme a autora, mas que conservam a base da injustiça. Em sua avaliação, as poucas mulheres que ascendem a postos mais altos na hierarquia das empresas ou da política o fazem mantendo a condição de subalteridade das demais. Não se promovem rupturas com institucionalidades e padrões da organização social como a divisão sexual do trabalho. Desse modo, apenas singularizam-se algumas mulheres

.....
9 “La dinámica de las excepciones es perversa. E nella – la excepción confirma la regla –, segundo reza el vetusto refrán. Si en buena lógica debemos siempre afirmar que una excepción echapor tierra a la regla que no la contempla, en lógica peculiar de los estereótipos esto nunca ocurre. Si alguien se sale de lo acordado para todo su género, ello no parece obligar a cambiar la consideración global que aquél se tenga, sino a – salvar – momentáneamente a esse individuo discordante. La regla se podrá seguir usando para el conjunto sin um ápice de inseguridad”.

levadas à condição de exemplo, mas não se altera de modo substancial o modo de vida do grupo de mulheres, nem se reconfiguram padrões de representação simbólica sobre elas. Assim, o avanço é superficial, e o personagem pode ir e vir dos espaços de poder sem alterar os padrões de dominação (FRASER, 2015).

A avaliação de Fraser, nesse sentido, tende a desconsiderar os efeitos da referência simbólica, da “força do exemplo” como agente indutor da transformação social. No entanto, a explicação da autora é de que a desigualdade social das mulheres, bem como de outros grupos sociais minoritários, precisa ser avaliada em um modelo tridimensional que considere dimensões econômicas, culturais e políticas e, desse modo, necessita de ações distributivas, de reconhecimento e participação política. A autora desloca o debate da perspectiva da identidade para o conceito de *status*. Ao tratar a questão do reconhecimento na perspectiva do *status*, Fraser argumenta em favor de tratar o tema a partir da perspectiva da justiça social, e não de modo psicológico. O não reconhecimento é moralmente inaceitável por limitar as condições de participação de membros e grupos sociais, como questão de *status* é deslocada da perspectiva de formação psicológica individual para o equívoco das relações sociais. O que precisa ser combatido nesse sentido são os processos institucionalizados de desvalorização cultural, as estruturas que impedem a participação igualitária.

No modelo de *status*, então, o não reconhecimento aparece quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação. Exemplos abrangem as leis matrimoniais que excluem a união entre pessoas do mesmo sexo por serem ilegítimas e perversas, políticas de bem-estar que estigmatizam mães solteiras como exploradoras sexualmente irresponsáveis e práticas de policiamento tais como a ‘categorização racial’ que associa pessoas de determinada raça com a criminalidade. Em todos esses casos, a interação é regulada por um padrão institucionalizado de valoração cultural que constitui algumas categorias de atores sociais como

normativos e outros como deficientes ou inferiores. [...] Em todos os casos, o resultado é negar a alguns membros da sociedade a condição de parceiros integrais na interação, capazes de participar como iguais com os demais (FRASER, 2007, p. 109).

Fraser (2006, p. 234) afirma que “o gênero não é somente uma diferenciação econômico-política, mas também uma diferenciação de valoração cultural”. Há uma construção autorizada de normas que privilegiam os traços da masculinidade e, de forma associada, uma desqualificação generalizada das coisas codificadas como “femininas”, adverte. Essa desvalorização cultural se expressa no arcabouço jurídico e em diferentes danos sofridos pelas mulheres, como violência e exploração sexual, violência doméstica generalizada, “representações banalizantes, objetificadoras e humilhantes na mídia”; assédio; sujeição a normas androcêntricas que as fazem parecer desviantes ou em desvantagem intelectual; exclusão e marginalização das esferas públicas e centros de decisão.

Esse conjunto de injustiças não é superado pelos instrumentos de redistribuição político-econômica. É necessário atuar adicionalmente com medidas de reconhecimento. Ao apresentar as questões de gênero como exemplo do que se está chamando de coletividades bivalentes, Fraser destaca como a junção dos tipos de injustiça gerou um quadro de subordinação social e de que modo esse combinado de desigualdade econômica e cultural funciona para a dominação.

Naturalmente as duas faces não são claramente separadas uma da outra. Elas se entrelaçam para se reforçarem entre si dialeticamente porque as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a ‘voz’ das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica (FRASER, 2006, p. 234).

É importante notar na observação empírica a confirmação do argumento de Fraser e como as mulheres estão afetadas por um conjunto mais amplo de impedimentos de participação política. O fato de terem menos acesso aos setores privilegiados da economia dificulta sua participação no campo político, em especial porque isso limita a oportunidade de concorrer como candidatas. Por outro lado, a condição econômica favorável não elimina a desvalorização cultural e as representações humilhantes às quais a mulher está submetida. O caso Hillary Clinton é bastante ilustrativo, visto que, mesmo oriunda da aristocracia americana, branca, advogada bem-sucedida, senadora, ex-secretária de Estado, esposa de um bem avaliado ex-presidente, foi execrada pela mídia americana em sua campanha presidencial a partir de um discurso francamente sexista (HALE, 2016; MEDIA MATTERS, 2016).

Retomando nosso debate, é possível identificar que Honneth, Fraser e Young, apesar de suas divergências em relação aos modelos de correção das injustiças sociais, convergem na tese de que a falta de reconhecimento social exerce sobre as mulheres o efeito de marginalização das estruturas de poder. A reversão do quadro dependerá de alterações profundas na constituição da ordem social, desde os sistemas normativos e políticos até os modelos de representação simbólica, estes dominados em nosso tempo pela cultura da mídia.

Distante de um cenário de reconfiguração institucional e simbólica, observamos, a partir das referências apresentadas sobre o governo Dilma Rousseff, que o processo de reconhecimento não se realiza. A chegada da primeira mulher à presidência da república brasileira, apesar da marca simbólica inicial, não se converte em quebra real dos estereótipos que demarcam a atuação das mulheres no espaço público, tampouco promove uma institucionalidade mais favorável à participação feminina. É preciso destacar que a presidenta não se apresentou inicialmente com uma agenda feminista, tampouco dedicou seu programa de governo a esses temas, mas, ao longo de sua gestão, algumas ações da agenda feminista foram abraçadas por ela.

O investimento na representação descritiva foi feito com o aumento de mulheres no comando de ministérios e de empresas públicas. A ideia inicial da presidenta era formar um gabinete paritário, seguindo o exemplo da presidenta chilena Michelle Bachelet. No entanto, houve forte resistência dos partidos da base governista a indicar mulheres para suas vagas em detrimento dos quadros masculinos (ARGOLO; BRANDÃO, 2017, p. 192-193).

Houve, ainda, o esforço de tornar as mulheres mais autônomas financeiramente a partir da titularidade nos programas sociais Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família. A Lei do Femicídio também foi aprovada durante sua gestão, assim como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas.

A experiência de Rousseff na presidência, no entanto, expôs as fragilidades do processo de inserção das mulheres ao campo político, em diferentes frentes. Do ponto de vista discursivo, temos o embate pela flexão de gênero; depois, o descompasso com a institucionalidade vigente e os desentendimentos com o Congresso Nacional; por fim, a dificuldade de legitimar sua voz enquanto líder máxima do país.

Assim, já no final do segundo mandato, na batalha pela superação do *impeachment*, a Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM-PR) encomendou uma pesquisa para mensurar a avaliação popular sobre a presidenta com entrevistas. Os resultados indicaram o descontentamento com o governo, mas a percepção mais contundente enunciada pelos entrevistados expressa-se pela sentença: “Ela é honrada, mas falta um presidente” (ALMEIDA, 2016, p. 199).

2.3 O GLASSCLIFF E A EXPECTATIVA DA DIFERENÇA

Para entender um pouco mais o intrincado processo de inclusão das mulheres no espaço político, é preciso também falar de expectativas; de como a oportunidade de maior participação feminina nos espaços de poder é conduzida por uma esperança de diferença no modo de fazer política baseada em concepções essencialistas

sobre o caráter da mulher. Os organizadores das campanhas políticas perceberam, no crescente descrédito na classe política tradicional, uma saída de *marketing* para impulsionar as candidaturas femininas.

Em *A cultura feminina*, publicação do início do século XX, George Simmel argumenta a existência de uma cultura das mulheres que se opõe à cultura objetiva masculina e que essa cultura feminina, ao adentrar o espaço público, agregaria novos valores à cultura. Simmel (1946), no entanto, via na casa um espaço de poder feminino e pressupunha que as mulheres levavam a casa para o espaço público. Ele acreditava que as mulheres possuíam uma natureza diferente do homem e que, por isso, estavam sempre mais inteiras em qualquer situação. Nesse sentido, não havia uma diferença clara entre a casa (mundo particular) e a esfera pública. Mais precisamente, não havia diferença entre cuidar bem de uma casa e cuidar bem de um bem público, pois as duas tarefas exigiam delas a mesma entrega. O texto original é de 1918, mas ainda hoje diferentes trabalhos apontam como a expectativa em qualidades consideradas intrínsecas ao comportamento da mulher são projetadas no exercício de suas funções públicas, como honestidade e cuidado.

Quando analisamos as pesquisas realizadas com os eleitores de mulheres ao redor do mundo, nos deparamos com um processo de valoração dessa “essência”, em um modelo de raciocínio bastante similar ao de Simmel (1946). A eleição de diferentes mulheres para cargos mais altos na estrutura hierárquica se deu para além dos já enunciados discursos de continuidade, por meio da crença de renovação da política, de um comportamento diferenciado do fazer político. Reyes (2008), em estudo sobre a participação das mulheres na política na América Latina, apresenta uma pesquisa com eleitores acerca de sua aceitação dos sistemas de cotas para mulheres nas casas parlamentares. A resposta demonstra a crença do eleitor em características imanentes ao caráter feminino:

[...] a maioria da população da região (57%) apoia a ideia de que se incremente o número de mulheres que

ocupam cargos políticos, e se entende que isso conduz a formação de melhores governos porque as mulheres são mais honestas do que os homens – sessenta e seis de cada cem entrevistados – e são melhores na hora de tomar decisões (85%).¹⁰ (REYES, 2008, p. 8)

Mala (2002) aprofunda essa temática e discorre sobre a crença dos eleitores de que as mulheres fariam um melhor trabalho que os homens no combate à pobreza, em defesa da educação e do meio ambiente e contra a corrupção. Mesmo na área econômica, os eleitores mostram-se confiantes no trabalho das mulheres. Os temas em que as mulheres aparecem em desvantagem estão relacionados à segurança pública e às Forças Armadas. É preciso reforçar que parte dessa crença é sustentada pelas mulheres políticas que estabelecem um diálogo com o discurso essencialista, ressignificando, na política, papéis sexuais distintos de homens e mulheres. Esse essencialismo “naturaliza seus lugares como bons, em contraposição a um mundo político que se apresenta como problemático” (ARAÚJO; BORGES, 2013, p. 86). Em pesquisa com candidatas que participaram da eleição para a Câmara de Deputados em 2010, Clara Araújo e Doriam Borges identificaram que o discurso das candidatas tende a dialogar com as mulheres a partir dos lugares de mães e cuidadoras. “Temas que as interessariam na condição de cidadãs e indivíduos, tais como emprego, são pouco tratados” (ARAÚJO; BORGES, 2013, p. 86).

Lúcia Avelar (2001) também destaca, a partir do resultado de diferentes *surveys*,¹¹ que há uma crença do eleitor em características que seriam inatas ao comportamento feminino, mas que

.....

10 “[...] la mayoría de la población en la región (57%) apoya la idea de que se incremente el número de mujeres que ocupan cargos políticos, en el entendido de que ello conduce a la formación de mejores gobiernos, por cuanto las mujeres son más honestas que los hombres – sesenta y seis de cada cien encuestados – y son mejores a la hora de tomar decisiones (85%)”

11 Método direto de coleta de informações em que os entrevistados respondem a questões de fundo social ou sobre suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças, educação. É geralmente realizado via questionários autoadministrados, nos quais o entrevistado completa os dados, com ou sem assistência.

revelam a intenção de ver temas de natureza social, próximos de suas necessidades, mais bem-atendidos pela classe política. A autora acredita, no entanto, que a oportunidade dada pelo eleitor à mulher teria mais um caráter de teste do que de uma preferência real, uma tentativa de mudança, a partir das desilusões com a classe política tradicional.

[...] a população toma consciência de que por meio da corrupção se retira das políticas públicas e sociais o dinheiro que corrigiria, em alguma medida, as distorções decorrentes da desigualdade na distribuição de renda no país. Não tendo as mulheres participação nessas práticas, também porque sua presença política é muito menor, a população estaria confiando em um segmento ainda pouco comprometido (AVELAR, 2001, p. 74).

As pesquisas que orientaram a campanha de Dilma Rousseff em 2010 também indicavam o viés maternal da avaliação popular sobre a possibilidade de ter uma mulher na presidência. Em 2009, o PT encomendou uma pesquisa ao Instituto Síntese para avaliar a estratégia da sucessão. Na ocasião, foram levantadas informações sobre a questão da continuidade, sobre o desempenho de Lula e os possíveis candidatos à sucessão. Nessa pesquisa, apareceram alguns depoimentos sobre Dilma Rousseff.

A vantagem que eu acho é ela ser mulher e estar inovando, estar mudando a cara do Brasil (*sic*) (Classe B2/C1, 25 a 45 anos, Goiânia). [...] Se tivesse uma mulher para presidente, eu votaria porque você coloca dez, 20 anos atrás, você nunca ouviu falar na televisão que mulher roubou, que mulher fez isso (Classe C2/D, 25 a 45 anos, Belo Horizonte) (AMARAL, 2011, p. 216).

Os resultados obtidos nessas pesquisas orientaram o programa da campanha a reforçar a identidade de mulher e mãe. Conforme os dados apresentados, 46% dos eleitores afirmavam que o fato de ser uma mulher ajudava na candidatura, 38%

declararam-se indiferentes e apenas 12% achavam que atrapalhava o desenvolvimento da candidatura. Ademais, foi testada a adesão ou anuência dos eleitores a sentenças que enfatizavam a honestidade das mulheres (72% a favor), cuidado e carinho para governar (75%), coragem no combate à corrupção (65%), condições para comandar as Forças Armadas (63%) e “jogo de cintura” nas negociações políticas (62%) (AMARAL, 2011, p. 215).

Observemos uma das frases da pesquisa do PT para a qual o entrevistado deveria responder sim ou não: “Mulheres têm mais cuidado e carinho para governar”. A estatística apontou que 75% dos entrevistados responderam afirmativamente a essa questão. Dessa enquete, percebe-se claramente que o imaginário popular sobre a mulher na política está vinculado ao senso comum da mãe, do ser que ainda não foi corrompido pelo poder, e são assim percebidas como oportunidade de moralização dos ambientes da política tradicional. Uma das inferências feitas é que a frustração dessa expectativa faz parte do que moveu de forma tão assustadora a queda de popularidade de Dilma Rousseff e de outras mulheres de estado.

A propósito, a oposição soube trabalhar com a opinião pública a temática da corrupção associada ao governo das presidentes sul-americanas, gerando um sentimento popular de desesperança nos atores políticos. O recorde de abstenções e votos nulos nas últimas eleições municipais no Brasil diz um pouco sobre esse sentimento. Mas, para as mulheres, parece ter gerado um passivo de descrença social, de retrocesso sobre seu papel no espaço público.

Salles Gomes (2016) debate como “os fracassos de líderes políticas como a Presidente afastada do Brasil e a Presidente chilena Michelle Bachelet, e seus desdobramentos, podem atrasar a equidade de gênero no mercado de trabalho”. Para a colunista, ações materiais e simbólicas que conduziram o *impeachment* da presidenta Dilma, além de confirmarem o padrão sexista “inconsciente” da sociedade brasileira, vão gerar mais atraso na participação das mulheres na vida pública. A falta de mulheres no gabinete ministerial do ex-presidente Temer é um dos pontos que sustenta o argumento e, ao analisar o artigo do *The New York*

Times que problematizou as crises das presidentes sul-americanas, ela destaca:

Pessoalmente, acho que, no caso do Brasil, o artigo do *New York Times* atirou no que viu e acertou também no que não viu. O acerto no que viu é que, em nosso país, persiste o sexismo na política e na sociedade. O acerto no que não viu foi trazer à tona o fato de a consciência sobre o sexismo ainda ser mínima, uma vez que um grande número de pessoas que leram e comentaram o artigo mostrou não ter ideia dos estragos do processo como tem sido conduzido – uma frase como ‘tchau, querida’ ou um ministério tipo clube do bolinha fazem um senhor estrago, simbólico e prático (SALLES GOMES, 2016).

Em coluna de opinião do jornal *Estado de S. Paulo*, Eliane Cantanhêde retoma a problemática da participação das mulheres e o que ela considera fracasso de experiências femininas, com críticas diretas a atuação de Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Maria Luiza Fontenelle. A jornalista indaga os possíveis impactos da passagem dessas mulheres pelo poder.

Será que se foi o tempo em que as pesquisas de opinião apontavam a preferência por mulheres na política? Eram consideradas mais honestas, mais confiáveis, mais trabalhadoras, enquanto a lei das cotas simplesmente não deslanchava – nem as cotas eram preenchidas nem as bancadas femininas encorpavam. Aparentemente, vai piorar (CANTANHÊDE, 2016).

Uma avaliação dessa grandeza é muito precipitada, pois sabemos que, em política, diferentes variáveis vão operar não só para a definição dos candidatos, mas também para o sucesso nas urnas. As eleições brasileiras de 2018, a propósito, revelaram maior protagonismo eleitoral das mulheres para as casas legislativas, com aumento de mulheres eleitas para Assembleias e Câmara Federal, e manutenção no Senado. Uma mulher, a advogada Janaína Paschoal, do Partido Social Liberal (PSL) de São Paulo,

obteve a maior votação para deputada na história do país, com mais de 2 milhões de votos, batendo o recorde de eleições estaduais e federais. Já para o Executivo local, houve apenas a eleição de uma governadora, Fátima Bezerra, do PT, no Rio Grande do Norte.

Na disputa presidencial, ficou clara uma tendência de composição de chapas mistas, com 13 candidatas à vice-presidência e duas à presidência – como candidatas a vice: chapa Geraldo Alckmin, com Ana Amélia Lemos; chapa Ciro Gomes, com Kátia Abreu; chapa Fernando Haddad, com Manuela D’Ávila; chapa Guilherme Boulos, com Sônia Guajajara; chapa Cabo Daciolo, com Suelene Nascimento; e como candidatas a presidentas: chapa Marina Silva, com Eduardo Jorge; e chapa Vera Lúcia, com Hertz Dias.

A composição de chapas mistas na eleição presidencial, entretanto, foi observada de forma crítica por cientistas políticos, que, mesmo pontuando um dado positivo de mais inclusão das mulheres no cenário político, enxergaram um movimento de oportunismo político, uma estratégia eleitoral para captar o eleitorado feminino, que, à época, somava uma parcela importante dos indecisos. Eles observaram que, apesar de mais mulheres participarem do processo eleitoral, as pautas sobre gênero foram tangenciadas nas campanhas (GATTO, 2018; SANTOS, 2018).

Retomando o debate sobre o desempenho das mulheres em cargos de liderança, a questão da propensão ao fracasso dessas experiências foi tematizada há aproximadamente dez anos por pesquisadores da Universidade de Exeter, a partir do fenômeno do *glasscliff* (penhasco de vidro), que expressa a tendência de que as mulheres cheguem a determinados locais de poder em cenários de crise, quando a situação está bastante desfavorável e as pressões sobre elas é muito maior, bem como as chances de fracasso (RYAN; HERSBY; ATKINS, 2007). Esse fenômeno foi detectado pelos autores ao avaliar o processo de promoção na carreira em 100 empresas inglesas. Os resultados demonstraram que as indicações variavam conforme o desempenho das companhias. As organizações mais estáveis, com bom rendimento, mantinham os homens nos cargos de poder, enquanto as mulheres

eram indicadas pelas companhias que estavam atravessando momentos de baixo rendimento. “As que ocupam posições de liderança no *glasscliff* podem receber uma desproporcional parte da culpa quando as coisas dão errado, sendo responsabilizadas por eventos iniciados muito antes de assumirem o controle” (RYAN; HASLAM, 2005).

Outras pesquisas nesse sentido – como as de Judge (2003), Ryan, Haslam, Hersby, Kulich & Atkins (2007) e Woods (2004) – revelam, ainda, que a ascensão nessas condições não é uma escolha das mulheres, mas aparece como uma janela de oportunidade para o crescimento na carreira que, fora desses cenários, não surgiria. A imprensa internacional enquadrou a eleição da primeira ministra Theresa May como produto claro desse fenômeno.

Theresa May esta noite vai se tornar a nova primeira-ministra do Reino Unido e uma teoria explica o canto de David Cameron depois de anunciá-la segunda-feira: as suas canções foram de alívio e a partitura poderia ser chamada *glass cliff*. Poucos eventos históricos exemplificam esse efeito que é a chegada de May a 10 Downing Street após a renúncia de Cameron, Johnson e Farage. Os mesmos estereótipos e preconceitos que sustentam o famoso teto de vidro fazem as mulheres escorregar no precipício de vidro para chegar ao cume. E a razão é desconfortável: são cargos complicados, perigosos e onde é tão difícil não fracassar que ninguém quer. São segundo postos de autoridade. Sobras que alguém tem que comer. Sorte que May se chame May e a fonética às vezes ajuda quando parece realidade.¹² (GARRIDO, 2016, tradução nossa).

.....

12 “Theresa May se convertirá esta tarde en la nueva primera ministra de Reino Unido y una teoría explica los canturreos de David Cameron tras anunciarlo el lunes: sus trinos eran de alivio y la partitura se podría llamar Glass Cliff. Pocos acontecimientos históricos ejemplifican este efecto como la llegada de May al 10 de Downing Street tras las renuncias de Cameron, Johnson y Farage. Los mismos estereotipos y prejuicios que apuntalan el famoso techo de cristal hacen resbalar a las mujeres ante el precipicio de vidrio al llegar a la cumbre. Y el motivo es incómodo: son puestos complicados, peligrosos y en los que es tan difícil no fracasar que nadie más los quiere. Segundos platos de la autoridad. Sobras que alguien se tiene que comer. Suerte que May se apellide May y que la fonética, a veces, mejora como suena la realidad”.

Longe de defendermos o *glass cliff* como explicação única para o insucesso de gestões de mulheres, é preciso considerar a incidência do fenômeno na indicação de mulheres ao poder e sua correlação com os resultados não satisfatórios das gestões. A escolha de Dilma Rousseff para a campanha de 2010 provém de um processo de crise que comprometeu os principais líderes homens do PT. Em paralelo a sua ascensão à presidência, consolida-se uma conjuntura econômica internacional desfavorável e há uma saturação do modelo de desenvolvimento adotado pelo país (SINGER, 2016). Alguns críticos chegaram a declarar que o melhor para a presidenta teria sido não se candidatar à reeleição, visto que, assim, a crise ficaria para o próximo, não entraria na sua conta. Inferências à parte, mais do que explicar o baixo rendimento atribuído às mulheres no poder, o conceito do *glasscliff* aponta novamente para a questão da excepcionalidade da mulher no poder, de como a oportunidade surge do risco elevado de fracasso e de conseqüente exclusão.

Outro debate envolve a concepção essencialista sobre o caráter da mulher que traria um diferencial para a política, sempre conectada com valores de honestidade e cuidado. Novamente, a lógica aplicada é a da mística feminina e, como pondera Scott (2001, p. 378): “A menos que se acredite que o feminino esteja ligado apenas a posicionamentos ‘bons’, é de se esperar que a paridade traga para a política mulheres de diferentes correntes”.

Destaca-se que, ainda que consideremos legítima e compreensível a expectativa do eleitor na assunção de uma nova política a partir da eleição das mulheres, há ao menos dois equívocos nessa linha de pensamento. O primeiro refere-se a pensar as mulheres em um único modelo de comportamento, que estabelece uma ligação entre características supostamente inatas ao feminino e o desempenho de funções no espaço público. Retomemos o pensamento de Mary Dietz (1985) para reforçar que o laço materno que uma mulher possui com seu filho não se estende necessariamente a todas as crianças da comunidade. E é preciso observar que mulheres de diferentes perfis ideológicos participam do jogo político e, com frequência perpetuam, as regras já estabelecidas

no campo. A exemplo, a primeira ministra britânica Margareth Thatcher era uma política conservadora, de extrema direita. Em 1970, então ministra da Educação, alegando restrições orçamentárias, Thatcher autorizou o corte do fornecimento gratuito de leite para as crianças das escolas públicas britânicas. Assim, o pesquisador Mathias Mesenhöller (2009, p. 41), ao avaliar a participação das mulheres na política em diferentes regimes políticos, concluiu que não existem indícios de que, devido a sua “natureza”, elas tivessem maior empatia do que os homens, ou mais competência do ponto de vista social, ou que fossem mais zelosas com as questões referentes a conflitos. Ainda assim, é inquestionável a relevância de Thatcher para a luta de representação das mulheres na política.

O segundo equívoco está no fato de aplicarmos à política um pensamento personalista, que, de certo modo, pressupõe que os sujeitos políticos estejam protegidos de sua humanidade, das falhas e defeitos que incidem sobre os demais sujeitos da sociedade. Nesse sentido, Espinosa (apud SANTOS, 2012) argumenta em oposição à crença que reduz a atividade política a uma esfera de “homens virtuosos”. O autor concebe a política a partir da dinâmica da vida humana e do domínio de homens reais, movidos por interesses e paixões, com defeitos e qualidades, como todos os outros. Desse modo, avalia o autor, o Estado não pode ficar à mercê de uma ética da vida privada, sob pena de ruína, e o que deve anteceder qualquer ética da vida privada é a moralidade pública, que, “traduzida em qualidades intrínsecas de um Estado ou de uma instituição, devem obrigar o dirigente a cumprir seu papel público e democrático, independentemente de suas inclinações interiores” (SANTOS, 2012, p. 1).

Assim, é preciso que a busca por mudanças na cultura política seja deslocada da perspectiva personalista ou da identidade de gênero, assimilada como fixa e delimitadora da ação do sujeito. O melhor resultado para o interesse público virá, como advoga Phillips (2001), da equação entre política de presença e política de ideias.

Percebe-se, nesse sentido, que o argumento da diferença aplicado apenas aos grupos minoritários nas esferas de poder gera

uma obrigação, um algo mais, e isso pode ser mais um entrave para sua entrada e desenvolvimento nos espaços políticos. O debate que frequentemente se estabelece é “que diferença fará termos esse ou aquele grupo?”. A questão *per se* comporta uma obrigação, uma condição de participação que não é exigida do grupo dominante. Certamente, não ouvimos em qualquer debate questionamentos do tipo “que diferença faz ter mais um homem branco no poder?”. A legitimidade deles está historicamente dada, fato consumado, sem necessidade de lutas adicionais por ocupação do espaço. No caso dos grupos minoritários, há sempre um obstáculo para a igualdade de participação. Emprega-se uma narrativa da diferença que, em termos de *marketing* político, pode funcionar, mas que, em termos de igualdade de participação, não colabora – ao contrário, estabelece mais obrigações.

A discussão precisa ser deslocada para uma perspectiva de justiça social, de garantia do direito de participação de grupos que foram historicamente marginalizados da constituição e atuação no Estado. Se para a inclusão trabalharmos com a perspectiva obrigatória da diferença, estaremos sempre sabotando esse processo, visto que a assimetria de participação é enorme entre os grupos minoritários e o grupo dominante. E como observa Pierucci (1999, p. 127), “a fixação do olhar na diferença pode terminar em fixação essencializante de uma diferença”.

O impacto prático da estratégia da “diferença” para as gestões femininas, a propósito, é variado, como foi identificado por algumas autoras, como Campus (2013) e Falk (2010). As pesquisadoras destacam que, ao utilizar o argumento da diferença, elas acabam reforçando seu insulamento parlamentar a determinados nichos temáticos associados à “cultura feminina”, como matérias de assistencialismo e cuidado com o outro. Outro dado informado pelas referidas autoras é que a eleição das mulheres políticas a partir dessa promessa de diferença gera a expectativa nos eleitores de renovação na política e, por isso, frequentemente são acusadas de não cumprirem essa expectativa.

O debate da diferença em um ambiente de desigualdade de participação, portanto, não deveria emergir como questão

condicionante para a inclusão de grupos minoritários. Pois, como apontam diferentes autores, como Bourdieu (2011a), Miguel (2011) e Campus (2013), a representação de minorias acontece de modo muito esparso, frequentemente com a entrada de um único representante. Desse modo, a diferença que se queria representar é neutralizada pelo grupo dominante. Assim, parece-nos que o investimento inicial necessário deve ser em alterações institucionais, em políticas que garantam a efetiva participação de grupos minoritários no campo político, para que, inseridos de modo igualitário, possam promover mudanças na institucionalidade e terem a sua diferença materializada.



3 MÍDIA, DEMOCRACIA E GÊNERO

Com o desenvolvimento da internet e das tecnologias de informação, a atividade de comunicar rompeu com esquemas clássicos sobre emissão e recepção e se constituiu como fator estrutural da sociabilidade moderna. A relação moderna entre os homens e os meios de comunicação dão vida à teoria de McLuhan (1964), em que os meios de comunicação são extensões do próprio homem. A mensagem mais fundamental de qualquer meio de comunicação, para o autor, são as mudanças que eles operam na sociabilidade, mudanças estruturais de modelos e hábitos nas relações humanas.

Rubim (1999a, p. 6) argumenta que a comunicação a partir de sua modalidade midiática tornou-se componente fundamental e estruturante da chamada contemporaneidade. “Alguns dos traços vitais da sociabilidade – modo de ser e estar no mundo - dita contemporânea fazem vislumbrar este caráter estruturador da comunicação na atualidade”. Vivemos, portanto, uma espécie de vida midiaticizada, em que as pequenas ações do dia a dia ganham uma dimensão representada, registrada de forma espetacular.

O mundo da representação ou do simulacro converteu-se na arena em que acontece a interação entre a sociedade e o Estado. A mídia atua como articulador dos temas que deveriam compor uma esfera pública de discussão. E no interior dessa vida

mediatizada ou *bios midiática*,¹³ o sujeito pós-moderno “vive” e interpreta a realidade. Raquel Paiva (2008) observa que nenhum sistema de normatização social atuou de modo tão amplo, atingindo tantas esferas de atuação e passando a orientar a moral, a sociabilidade e as formas de cognição.

Nesse sentido, é esperado que a comunicação política seja afetada pela dinâmica dos meios de comunicação e que a relação entre representantes e representados se desenvolva em grande medida por interações mediatizadas. Alguns autores têm observado com preocupação as interações entre os campos da mídia e da política, devido ao fenômeno da espetacularização da política, ao enfraquecimento de uma esfera pública de debate e à formação de uma democracia passiva (BAUMAN, 2000; HABERMAS, 2003; URBINATI, 2013). Outros pesquisadores, porém, advertem para o caráter especular histórico da política, que antecede o desenvolvimento dos meios de comunicação, bem como apontam para as fragilidades que sempre compuseram o conceito de esfera pública de discussão (GOMES, 1999; RUBIM, 1999a, 1999b). Desse modo, Rubim destaca que o debate sobre a interferência da mídia no processo político com frequência está entre dois polos: um que nega a prevalência da mídia sobre a política e o outro que superlativa o poder da mídia sobre a política (RUBIM, 1999a, p. 2).

Para os fins desta pesquisa, o que mais importa nessa discussão é refletir sobre alguns problemas engendrados pelo modelo de interação predominante que marca a dinâmica mídia e política, quais sejam:

1. a supremacia de determinados segmentos sociais, grupos e atores políticos na agenda dos meios;
2. a priorização da cobertura do escândalo;
3. o silenciamento de grupos políticos e sociais; e
4. a manipulação da informação com finalidades antirrepublicanas.

.....
13 Muniz Sodré utiliza o termo “bios midiática” para falar da sociedade moldada e mediada pelos meios de comunicação. Ver: SODRÉ, Muniz. *Antropologia do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Desde que começou a mediar o relacionamento entre os políticos e o povo de modo sistematizado, os meios de comunicação tornaram-se um relevante objeto de pesquisa sobre a dinâmica da arena política. A intervenção da mídia durante campanhas eleitorais ganhou amplo debate acadêmico a partir da década de 1990. Diferentes estudos têm tentado estabelecer parâmetros para caracterizar como a mídia intervém, por exemplo, para o sucesso ou fracasso de um candidato. Ainda que pontos cegos possam ser identificados nessas análises, há ao menos algumas relações de causa/efeito já sistematizadas.¹⁴

A gestão da imagem pública do político, a exemplo, se colocou como ponto essencial para o desenvolvimento de uma carreira bem-sucedida, já que a lógica dos meios, conforme Thompson (2011), tem privilegiado a cobertura política do escândalo. O autor avalia a modalidade escândalo como a componente de fragilidade instaurada pela visibilidade mediada que estrutura o fazer político na modernidade – uma componente que pode gerar problemas para qualquer líder político ou entidade partidária, dado que todos estão sujeitos às regras da visibilidade midiática.

Nessa estrutura de exposição política, dá-se um peso maior ao caráter e à integridade individual do homem político, e, para Thompson, o caráter torna-se o atributo pelo qual os líderes políticos podem ser facilmente capturados. Então, os “partidos e seus líderes procuram obter capital político à custa das falhas no caráter dos demais” (THOMPSON, 2011, p. 19). Nesse processo personalista, a mídia inicia uma espécie de “caça às bruxas”, que, na maior parte das vezes, gera apenas uma “dança das cadeiras”; no entanto, mantém intactos os modelos institucionais e as fragilidades das instituições democráticas, visto que o questionamento

.....
14 Ver: CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. FIGUEIREDO, M. et al. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, CESOP/UNICAMP, v. 4, n. 3, p. 109-120, 1997. PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e as políticas de facções. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 94, 1995. BEADOUX, V.; D'ADAMO, O.; SLAVINSKY, G. *Comunicación Política y Campañas Electorales*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

sobre o comportamento individual se sobrepõe à discussão sobre processos ou procedimentos.

Bourdieu (2011) destaca que os jornalistas, em especial os de televisão, assim como os especialistas em sondagens de opinião, passaram de espectadores para agentes do campo político, uma vez que suas ações produzem efeitos nesse espaço. “Reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retiramos, as coisas se modificam significativamente)” (BOURDIEU, 2011, p. 202). A notoriedade, destaca o sociólogo, tornou-se um ativo para a consolidação do capital político, e, desse modo, manter boa relação com os veículos de mídia tornou-se uma condicionante para o sucesso na carreira política.

Como esclarece Patrick Champagne (1998), a dinâmica especular mediatizada em que se estabelece a comunicação política contemporânea exige uma disposição do político para a criação de uma imagem pública que se conecte com a linguagem midiática e que se sustente a cada prova imposta pela mídia, pois a lógica de exposição se desloca do campo das ideias para a narrativa do personagem:

Os meios de comunicação não implicaram – ou não somente – uma ‘personalização’ do poder. Ao modificarem o próprio conteúdo da atividade socialmente qualificada de ‘política’, transformaram as qualidades sociais necessárias para obter sucesso nesse campo: a ‘notoriedade’ de um político e a ‘boa opinião’ que a população pode ter a seu respeito estão sendo redefinidos por instrumentos que pretendiam avaliá-las e deixam um amplo espaço à fabricação, pelos publicitários, de ‘imagens públicas’ que são elaboradas por especialistas do marketing em função de estudos de impacto (CHAMPAGNE, 1998, p. 145).

Comprovada a interferência da mídia no modo de exposição dos políticos, é preciso problematizar quais são os atores privilegiados e legitimados por ela para atuação no campo político.

O autor utilitarista John Stuart Mill, na obra *Ensaio sobre a liberdade*, defende a liberdade de expressão como instrumento para o melhor desenvolvimento social e para evitar os prejuízos do que chamou de “tirania do maior número”. Para o autor, a discordância de uma minoria em determinado tema jamais deve ser calada, posto que, historicamente, é possível reconhecer casos em que o argumento da minoria provou ser o mais correto. Nesse sentido, destaca o autor: “Se todos os homens menos um, fossem de certa opinião, e um único de opinião contrária, a humanidade não teria mais direito a impor silêncio a esse um, do que ele a fazer calar a humanidade, se tivesse esse poder” (MILL, 2006, p. 44).

Herdeiro do liberalismo político de Mill, Robert Dahl (1989, p. 15-16), filiado ao pluralismo, considera a liberdade de imprensa e a diversidade de informações, elementos essenciais para a consolidação de preferência dos cidadãos e de suas escolhas políticas. Os pluralistas têm apontado como uma das lacunas da atuação da mídia a atenção privilegiada a determinados atores políticos e segmentos sociais, enfraquecendo a deliberação democrática. Os grupos de mídia tradicionais privilegiam setores da elite na organização de sua agenda, levando a preponderância desses públicos, denominados públicos fortes, sobre o conjunto de cidadãos, considerados públicos fracos.

Quando falham as condições para um acesso equilibrado à arena de discussão, a perspectiva do pluralismo não consegue ir muito além da conclusão estabelecida pelas teorias afeitas ao elitismo democrático. O jogo da política acaba por ficar restrito àqueles que já dispõem de recursos políticos para se fazer ouvir na esfera pública ou interferir nas instâncias formais da política (MAIA, 2004, p. 11).

Ressalta-se que a questão do desequilíbrio de participação social nas instituições democráticas antecede a interferência da mídia nos eventos democráticos. Tanto os primeiros modelos de governo democrático, como o grego, quanto as experiências democráticas pós- Revolução Americana e Francesa tinham como distorções do modelo o cerceamento de participação cidadã de diferentes grupos

sociais, como mulheres, pobres e negros (MILL, 2006). O que se pode reivindicar é que, mesmo com a possibilidade formal de participação aprovada, esses grupos jamais participaram do campo político em igualdade com os demais. O desenvolvimento dos meios de comunicação e sua correlação com a liberdade de expressão geraram a expectativa de ampliação da diversidade de grupos e ideias no debate democrático, o que acabou não acontecendo.

Esse ponto é fulcral para o debate sobre mídia, participação política e reconhecimento social. Se a mídia exerce um papel central para a consolidação do capital político na contemporaneidade e nega ou dificulta a visibilidade de determinados grupos, ela se estabelece como peça-chave para a manutenção do *status quo*.

Para Young (2006, p. 116), a presença de diferentes atores, individuais e coletivos, e o diálogo entre eles são o que garantiria a pluralidade na mídia. Uma vez que o confronto entre perspectivas diversas não acontece, há uma desvalorização da experiência de determinados grupos para o debate público, como é o caso das mulheres.

O jornalismo possui alta relevância nesse processo, porque, a partir de sua propalada imparcialidade e de sua suposta função de vigilante da máquina pública, a atividade reveste-se de uma aura de irrefutabilidade e torna-se o orientador da moral social, ratificando valores e condutas. Hallin e Mancini (2010) destacam a falácia comprovada em diferentes pesquisas sobre os pressupostos de neutralidade de objetividade do jornalismo, visto que os jornalistas compartilham crenças e valores disseminados no corpo social ou ainda pelos padrões de recrutamento adotados pelos veículos e a própria rotina de produção da notícia. Schudson (1995) também contesta a visão romantizada de um jornalismo imparcial ao verificar zonas de desvio da atividade jornalística, que banalizam, ridicularizam e marginalizam determinados grupos ou temas. A notícia é enunciada pelo autor como um produto cultural e, nesse sentido, ela reflete valores e estigmas presentes no corpo social:

A notícia deve responder às questões 'quem', 'o que', 'quando', 'onde' e 'por que' sobre um assunto, mas

considerar as notícias como forma de cultura nos exige perguntar qual categoria de pessoas conta como 'quem', que tipos de coisas se passam por fatos ou 'o que', qual geografia e tempo se incluem em 'onde' e 'quando' e o que conta como explicação para 'por que' (SCHUDSON, 1995, p. 14).

Acompanhando o entendimento de Schudson de que a notícia em si é um produto cultural e, por isso, é organizada por valores partilhados socialmente, verifica-se no agendamento da mídia não só o silenciamento de determinados grupos, mas também a indexação e mesmo a cristalização desses grupos em determinados nichos. Paul Lazarsfeld e Robert Merton identificaram a importância para os grupos de se verem representados pelos veículos de comunicação de massa, a partir do que eles chamaram de "*status conferral*". Para eles, os grupos sociais se sentem mais valorizados quando passam a participar da cobertura da mídia: "se você está na mídia, então você importa" (LAZARFELD; MERTON, 1971, p. 245). Os autores defendem que, ao dar visibilidade a determinado ator ou grupo social, uma rádio, TV, revista ou jornal reconhece aquele grupo/indivíduo, afirma que ele é suficientemente importante para ter sido destacado da massa de anônimos, que o comportamento e a opinião daquele grupo/indivíduo são dignos de atenção pública.

No caso das mulheres, que se constituem como o objeto de estudo central desta pesquisa, o silenciamento é uma questão central. Em estudo global, Steeves (1993, p. 41) verificou que, na maioria dos países com população de homens e mulheres quase paritárias, apenas 20% das notícias eram sobre mulheres. Norris (1997) identificou que, mesmo em situações de pouca diferença numérica entre homens e mulheres em estruturas políticas formais, a cobertura das mulheres é menos expressiva que a dos homens. Ao observar alguns casos isolados, a autora percebeu que a premissa se aplicava também na comparação com mulheres que alcançaram o topo da carreira política, como Margaret Thatcher, menos visibilizada pela imprensa do que seus colegas homens. O mesmo acontece em outros setores do espaço público.

Em pesquisa que monitorou a participação das mulheres na cobertura política brasileira de três revistas semanais e três telejornais entre 2006 e 2007, Miguel e Biroli (2009) destacam que o noticiário, de modo geral, apresentou 80,4% (26.169) de personagens masculinas e 19,5% (6.364) de personagens femininas. No noticiário político, a diferença se aprofunda: de um total de 13.017 personagens, 89,9% (11.703) são do sexo masculino, contra apenas 10,1% (1.314) do sexo feminino. Das 15 personagens mais citadas, apenas uma mulher aparece: Dilma Rousseff, que, nessa época, atuava como ministra da Casa Civil do governo Lula. Mesmo em função relevante, Rousseff aparece na 14^o posição atrás do ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso, do governador de São Paulo Geraldo Alckmin, ministros e senadores e mesmo de fontes anônimas.

Tabela 1 – Personagens mais citadas nas revistas brasileiras

NOME NÚMERO DE CITAÇÕES

Luiz Inácio Lula da Silva 769

Geraldo Alckmin 319

Fernando Henrique Cardoso 216

José Serra 208

José Dirceu 187

Antonio Palocci 141

Aécio Neves 115

Tarso Genro 84

Anônimos

(fontes não nomeadas)

82

Márcio Thomaz Bastos 79

34

Aldo Rebelo 78

Ciro Gomes 78

Marcos Valério 77

Dilma Rousseff 74

Guido Mantega 73

Fonte: Miguel e Biroli (2009, p. 33).

Em relação aos telejornais, os referidos pesquisadores também identificaram o predomínio masculino na cobertura política.

No noticiário político da TV, aparecem, em média, seis homens para cada mulher. Foram 609 citações ou entrevistas de mulheres (média de 0,46 por inserção), contra 3800 e homens (média de 2,88 por inserções). Em 68,1% das inserções, não aparece *nenhuma* personagem feminina, ao passo que os homens estão presentes em 84% delas. Em toda a amostra, apenas 64 inserções, *Isto É*, menos de 5% do total, apresentaram apenas personagens femininas (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 40).

As considerações feitas sobre os resultados são de que a mídia não apenas reproduz a assimetria política entre os gêneros como também naturaliza esse estado das coisas ao silenciar ou minimizar a participação das mulheres na agenda política (MIGUEL; BIROLI, 2009).

Alguns estudos – como os de Falk (2010), Campus (2013) e Norris (1997) –, entretanto, indicam que o fator quantidade melhorou na última década, em especial pelo aumento do número de candidatas e lideranças femininas em postos-chave da política formal, como em cargos de primeira ministra ou presidenta. Ainda assim, a diferença numérica na cobertura política permanece com os homens na dianteira. O volume de notícias é uma questão central para o aumento da visibilidade das mulheres políticas, mas tão ou mais importante do que a quantidade é a qualidade das exposições. A questão do enquadramento das notícias, com o destaque na atuação nos espaços políticos, é fundamental para o desenvolvimento e a consolidação das carreiras femininas. No entanto, se a cobertura da mídia segue em sentido contrário, de estereotipar e desqualificar essa participação, as chances de evolução na carreira são comprometidas.

3.1 MULHERES POLÍTICAS E A COBERTURA DE GÊNERO

Em obra precursora, a historiadora Joan Scott (1995) aponta que o conceito de gênero se estabelece na teoria feminista para rejeitar o argumento biológico da diferença sexual entre homens e mulheres e destacar “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 3). O gênero, dessa forma, passa a ser utilizado como um modo de indicar as construções sociais, ou seja, “a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 7). Teresa de Lauretis (1987), a partir de um argumento foucaultiano, destaca que não há “nenhuma realidade social para uma sociedade fora de seu sistema particular de sexo-gênero (as categorias mutuamente exclusivas e exaustivas de masculino e feminino)” (LAURETIS, 1987, p. 237). Nesse sentido, tanto o campo político quanto a mídia operam e reforçam a lógica do sistema sexo-gênero, replicando papéis sociais tradicionalmente reservados às mulheres em suas estruturas e representações.

Em estudo que avaliou a cobertura eleitoral na Grã-Bretanha em 2010, Ross, Evans e Harrison (2013) observaram que as candidatas, quando apareciam, estavam em pautas que destacavam sua condição de mulher. “Quando as mulheres figuravam como notícia, muitas vezes eram histórias sobre mulheres especificamente, de modo que seu sexo era o mais interessante sobre elas, em vez de sua experiência potencial ou anterior como atores políticos sérios” (ROSS; EVANS; HARRISON, 2013, p. 18, tradução nossa).

Neste ponto, retomo o trabalho de Kathleen Hall Jamieson (1995) sobre o fenômeno do *double bind*. A autora esclarece que a tendência psicológica humana diante de situações ou comportamento complexos é dividir e dicotomizar os elementos. Por isso, operamos na lógica bom ou ruim, verdadeiro ou falso, forte ou fraco. O problema, conforme Jamieson, é quando essa mesma lógica é empregada para determinar as escolhas possíveis às mulheres e polarizá-las como elementos excludentes, na dinâmica “ou um ou outro”. Essa dinâmica, diz a autora, é aplicada

para tratar da atuação das mulheres no espaço político, com a diferença que, no caso delas, nenhuma escolha é boa ou má: são sempre escolhas erradas. Porque o fato de elas se aventurarem no espaço político é, por si, uma disfunção. As mulheres políticas, portanto, estão sempre entre duas escolhas, e nenhuma delas é a correta. A autora cataloga os cinco tipos mais frequentes de *double binds* que afetam as mulheres na política:

1. útero ou cérebro;
2. silêncio ou vergonha;
3. a mesma coisa ou diferença;
4. feminilidade ou competência; e
5. idade ou invisibilidade.

O primeiro *bind* refere-se ao simbolismo da mulher como um ser emocional, e não racional. A mulher está identificada com as sensações do corpo, sua predisposição à maternidade e às emoções. Nesse sentido, há uma cobrança entre o sucesso na carreira e o cumprimento do papel social de esposa e mãe. Aquelas que decidem se dedicar apenas à carreira, sem estabelecer relacionamentos conjugais, são representadas como desviantes, com questionamentos à sua feminilidade e sexualidade. Já as que dividem o tempo entre a maternidade e a carreira são frequentemente cobradas de sua atuação no espaço privado, de sua “falta” de dedicação aos filhos e maridos. A autora relembra episódios da carreira de Hillary Clinton em que foram explícitos os questionamentos sobre a sua relação conjugal e com a filha, com avaliações negativas sobre o fato de ela se dedicar mais à carreira pública do que ao lar (JAMIESON, 1995, p. 22-52).

A maternidade surge como uma temática recorrente nesse sentido na vida da mulher política. A tarefa de gerenciar a casa e a família e, ao mesmo tempo, dedicar-se à carreira é apresentada como irreconciliável. A função materna é trabalhada, então, em dois sentidos: como falta para as que decidiram não ter filhos ou como empecilho para as que os têm. Afinal, é senso comum que a prioridade de uma boa mãe são os filhos, não a carreira. Uma

mulher com filhos dedicada à carreira gera o indício de que está falhando na criação das crianças. Por outro lado, a que decidiu dedicar-se por completo ao desenvolvimento profissional desviou-se do seu papel mais relevante enquanto mulher.

A função da mulher na vida pública permanece na visão de sua imagem midiática/cultural inalterada. Como estratégia de *marketing*, ela desloca-se da mãe na vida privada para candidatar-se a mãe da nação. Esse recurso foi empregado nas campanhas de Ellen Johnson-Sirleaf, na Libéria, chamada de “Ma Ellen” (Cantrell; Bachmann 2008, p. 438); também por Violeta Chamorro, na Nicarágua (NORRIS, 1997, p. 159) e Mireya Moscoso, no Panamá, “mães da nação” (FRANCESCHET; PISCOPO; THOMAS, 2015, p. 12); e Dilma Rousseff, “a mãe do PAC”, no Brasil (ARGOLO, 2014, p. 110). “O modelo de mãe da nação tem a vantagem de ser culturalmente aprovado como modelo de liderança feminina, porque está conectado com valores tradicionais de assistencialismo e cuidado.” (CAMPUS, 2013, p. 63, tradução nossa).

No entanto, há uma cobrança sobre o exercício da maternidade que não escapa ao olhar da mídia. Os questionamentos passam pelo planejamento da gravidez ao modo como elas vão conciliar a carreira política e a família. Na Nova Zelândia, durante a campanha para primeira ministra, Jacinda Arden irritou-se com o machismo da imprensa quanto às perguntas sobre maternidade, em especial quando um radialista afirmou: “a Nova Zelândia tem direito de saber se a sua primeira-ministra irá sair de licença-maternidade” (G1, 2017). A deputada brasileira Manuela D’Ávila (PCdoB) recentemente desabafou em texto em suas redes sociais sobre os constantes questionamentos da imprensa sobre o modo como ela cria a filha (D’ÁVILA, 2018).

Sobre as mulheres políticas que decidiram não ter filhos e às solteiras recaem cobranças de desvio, de serem demasiado ambiciosas e carreiristas. A ex-secretária de Estado americana Condoleezza Rice, solteira, em entrevista à emissora de TV CNN, teve que responder a uma lista de perguntas sobre suas expectativas maritais e sobre o homem dos seus sonhos. A aparente intenção era afirmar que, apesar de solteira, ela ainda nutria a expectativa de um casamento

(CAMPUS, 2013, p. 97). Na Alemanha, Angela Merkel foi confrontada na primeira campanha pela ausência de filhos, com insinuações de que ela não teria a empatia necessária para legislar em favor das mães trabalhadoras e crianças alemães. A estratégia não deu certo, e ela tornou-se símbolo da maioria de mulheres trabalhadoras sem filhos, uma tendência na Alemanha. Ainda assim, simbolicamente, ela é marcada como mãe da nação (WILIARTY, 2010, p. 151).

Referente ao segundo *bind*, Jamieson destaca como o silêncio faz parte de uma marca cultural do comportamento considerado adequado para uma mulher. A literatura e os escritos religiosos evidenciam que o silêncio público é uma das condições necessárias para a virtude de uma mulher. Nesse sentido, as mulheres em geral não são encorajadas para a fala em público. Muitas mulheres costumam expressar dificuldades em se expressar publicamente e, mais do que isso, capturar a atenção da audiência (JAMIESON, 1995, p. 82). O discurso feminino é frequentemente depreciado, e, como exemplifica a autora, não faltam adjetivos desqualificadores para as mulheres que expõem as ideias em público: mandona, irritante, fraca, irracional, agressiva.

Conforme Jamieson existe uma tendência histórica em classificar as mulheres por seus discursos como heréticas, putas, bruxas e histéricas. Aciona-se uma dinâmica de silêncio e submissão cuja pena é a vergonha pública. A fala feminina considerada muito pessoal e emotiva está em desacordo com o discurso público, dominado pela “racionalidade” masculina. Young (2006) também enfatizou que o predomínio da chamada “racionalidade argumentativa” gera constrangimento à fala pública das mulheres, considerada destoante da norma padrão. Nesse sentido, as mulheres tentam se adaptar ao modo de falar masculino e às regras desse discurso, o que também lhes rende avaliações negativas sobre ser uma mulher muito masculina. A autora reforça, entretanto, que as mulheres levam vantagem quando a exposição é televisiva, porque o discurso feminino está mais alinhado à linguagem desse meio.

O *bind* diferença em termos de atuação política refere-se ao debate aberto na seção anterior sobre a crença de uma atuação pública das mulheres diferenciada, mas ainda calcada em crenças

essencialistas sobre o caráter feminino. A autora também destaca a caracterização mutuamente excludente entre feminilidade e competência. Esse *bind*, segundo a Jamieson (1995, p. 120-121), está conectado aos outros três já enunciados e se expressa claramente pelas sentenças “muito isso, pouco aquilo”: “muito feminina, pouco assertiva” ou “muito assertiva, pouco feminina”.

A mulher avaliada desviou-se da norma da feminilidade, ao exceder ou ficar aquém da norma de competência masculina. Ela é muito estridente ou abrasiva, ou é pouco agressiva e assertiva. Ou, alternativamente, ela sucumbiu ao efeito incapacitante do estereótipo feminino da emoção (JAMIESON, 1995, p. 121, tradução nossa).

O debate que se apresenta ao chegarmos nesse *bind* é o que deixa mais evidente o fato de a mulher ser identificado como o outro, fora da norma, que se expressa pelo masculino. Como destacou Beauvoir (1989, p. 701-702), o “x” do debate sobre as mulheres está no fato de elas serem avaliadas sempre em comparação com o homem. Ele como o modelo e ela como o outro. Seu modo de ser e agir não é considerado como distinto e legítimo. É um comportamento que está sempre sendo avaliado em oposição ao comportamento masculino. A mulher nunca é referência de si mesma. A propósito, Jamieson (1995, p. 176) destaca que o sucesso de uma mulher é frequentemente representado na mídia como produto da negligência dos outros concorrentes, e não como resultado de sua competência. Outra marca que podemos acrescentar ao que foi destacado pela autora é a tendência da mídia a retratá-las como criação de outros homens.

Nesse sentido, elas perdem todos os créditos por seus feitos, comumente associados ao poder dos homens ao redor. Campus (2013, p. 45-46) observa também que os textos não apenas as identificam como criaturas, mas também como marionetes dos políticos mais poderosos. A autora cita o caso da ascensão de Indhira Ghandi na Índia, atribuída ao fato de seus apoiadores acreditarem que ela poderia ser mais facilmente manipulada; e, ainda, o caso

da primeira ministra francesa Edith Cresson, descrita pela mídia como uma criação do presidente François Mitterrand. O caso brasileiro é soberano nesse aspecto, uma vez que Dilma Rousseff foi considerada a “criatura” do presidente Lula, assim referenciada em muitos meios de comunicação, como veremos na seção 4.

Adicionalmente, ainda na relação com o *bind* feminilidade *versus* competência, aplica-se a estratégia de representar as mulheres bem-sucedidas na área pública como excepcionalidades. Falk (2010, p. 37) identifica que essa tática de representar as mulheres como pioneiras reforça a noção das mulheres como exceção, como mulheres fora do lugar, não pertencentes à esfera política. O chamado enquadramento de novidade (*novelty frame*), apesar de gerar mais curiosidade e visibilidade às candidatas, provoca também esse efeito de distinção, de ponto fora da curva.

A propósito, a primeira campanha eleitoral de Rousseff, em 2010, traz essa marca do pioneirismo como elemento-chave da sua propaganda eleitoral. Para caracterizar a personagem e conferir-lhe credibilidade, foram acionados os discursos do ineditismo e do pioneirismo. “Eu vou eleger a primeira mulher presidente do Brasil”, o que dava ao eleitor a esperança de participar de um fato histórico. As peças de publicidade davam exclusividade aos feitos públicos de Dilma Rousseff; assim, não era qualquer mulher que poderia chegar lá, apenas uma mulher com aquela biografia (ARGOLO, 2014, p. 107).

O pioneirismo é, desse modo, configurado como um discurso sem origens, fazendo com que a ocupação de funções políticas por mulheres apareça como ato fundador. Na ausência de um ‘passado’, as candidatas podem simbolizar a ruptura, a ‘nova política’ ou a expressão de outra contratualidade (BARREIRA, 1998, p. 153).

Ainda que seja empregado como recurso de propaganda eleitoral, anuímos a perspectiva descrita por Falk (2010) de que a aura do pioneirismo, embora seja um recurso de propaganda, acaba por ratificar a exceção à regra. O discurso da primeira mulher,

apesar de reconhecer o feito, demarca a raridade e distingue o personagem do todo, do conjunto de mulheres, desconsiderando as interdições à participação feminina. Por outro lado, denuncia também a invisibilidade. Sabe-se pouco da história das mulheres na política, embora tenham sido poucas.

A superação da dicotomia entre feminilidade e competência, para Jamieson (1995, p. 128), é a ocupação do espaço público pelas mulheres, tê-las cada vez mais presentes em cargos de poder, o que, aos poucos, reconfigurará nossos códigos simbólicos sobre liderança.

O último *bind* destacado por Jamieson refere-se a questões etárias. As histórias clássicas nos contam sobre a autoridade dos anciãos nas sociedades e democracias antigas, e, para o imaginário coletivo, um Senado composto por homens com idade avançada não gera nenhum desconforto ou estranhamento. O mesmo não se aplica quando há mulheres nesse quadro. Jamieson avalia que o corpo é uma marca simbólica central na constituição social das mulheres. A avaliação de que, com a idade, a mulher perde seus atributos físicos, sua sensualidade e sua capacidade reprodutiva compromete seu desempenho na carreira. A cobertura da aparência física das mulheres é comprovadamente maior do que sobre os homens, e o que se verifica é uma representação depreciativa das mulheres mais velhas.

De modo geral, a questão geracional é cruel na maior parte das sociedades, para ambos os gêneros, destaca a autora, mas com as mulheres é mais severa. A estética da mídia invisibiliza esses corpos, e a única forma de evitar a invisibilidade é partir para o modelo avó ou grande matriarca. A senadora Hillary Clinton é exemplo, entre outros, de críticas geracionais pela mídia americana. Durante suas campanhas eleitorais, ela foi ridicularizada em programas de rádio e TV pela aparência envelhecida, com deboches que incluíam questionar os telespectadores se “eles gostariam de assistir uma mulher envelhecer diante de seus olhos diariamente” (MEDIA MATTERS, 2016).

Os *double binds* categorizados por Jamieson foram comprovados por diversas autoras – como Campus (2013) e Murray

(2010) – que analisaram os principais estereótipos associados às mulheres políticas e o enquadramento da mídia em coberturas de campanhas de mulheres políticas ao Executivo. Murray (2010) organizou um livro com nove experiências globais da cobertura durante campanhas eleitorais de mulheres candidatas a presidentas e primeiras ministras: Angela Merkel, Ségolène Royal, Michelle Bachelet, Cristina Kirchner, Irene Saez, Hillary Clinton, Sarah Palin, Ellen Johnson Sirleaf e Helen Clark. Murray aponta que o conjunto de experiências globais pesquisado revelou uma repetição de enquadramentos utilizados pela mídia para cobrir as candidatas mulheres, agrupados e intitulados pela autora como *gendered news frames*.

Conforme Murray, há uma tendência para o reforço de estereótipos tradicionais na cobertura da mídia, fundamentados em expectativas de gênero, ainda que os candidatos tentem se afastar desses estereótipos. Durante as campanhas eleitorais, foi verificado ainda que o número de matérias sobre as candidatas foi menor do que dos adversários homens. Finalmente, a autora destaca os principais enquadramentos associados às candidatas mulheres: foco excessivo na aparência; uso abusivo e informal do primeiro nome da candidata em contrapartida ao dos candidatos; ênfase na “novidade”; maior cobertura de suas relações familiares; e enquadramento das mulheres como mais emocionais e irracionais do que os homens (MURRAY, 2010, p. 11-12). Ou seja, há uma repetição de alguns dos traços já apontados por Jamieson e tratados acima. No entanto, há dois pontos da pesquisa de Murray que merecem um detalhamento: a fixação na aparência e o tratamento informal pelo primeiro nome.

O deslocamento do foco político para o da aparência física é recorrente nas pesquisas sobre a cobertura da mídia sobre as mulheres, dado que reforça o argumento de que o corpo ainda é um elemento-chave de interpretação sobre o feminino. Campus (2013, p. 83) destaca como o *outfit* se tornou uma pauta comum quando se fala de mulher política, mesmo em países progressistas como a Noruega. Tornaram-se comuns as pautas que versam sobre os estilistas preferidos das líderes políticas, destaca

as autoras, apontando-as como embaixadoras da marca. Helle Thorning-Schmidt, líder do partido Social Democrata dinamarquês e a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira ministra, em 2011, por seu guarda-roupa, ganhou o apelido de “Gucci Helle” na mídia local (BBC, 2015).

Lipovetsky (1997) reforça que, a partir da arte renascentista, foi instaurado um novo olhar sobre o corpo feminino que o mitificou e instituiu a cultura do belo sexo. Identificado como um signo de beleza, o corpo feminino carregou historicamente a função de transmitir os padrões estéticos de cada época. Assim, Perrot (1995, p. 448) destaca que as mulheres estiveram sempre subjugadas à política do corpo e, desse modo, “o corpo das mulheres não lhes pertence”.

Em 2008, a presidenta chilena Michelle Bachelet foi fotografada em um banho de mar durante evento na Costa de Sauípe, Bahia. Os principais jornais chilenos publicaram a foto na qual a presidenta aparece de maiô, com água até a cintura. O jornal chileno *La Nación* mancheteou: “Naturalidade de Bachelet: o ‘segredo’ de sua alta nas pesquisas” (UOL, 2008). A imprensa argentina, por sua vez, reforçou a relação entre Cristina Fernández de Kirchner e o mundo da extravagância e do consumismo. “La reina”, como apelidada por alguns periódicos argentinos, foi tematizada pelo visual excêntrico, pelo excesso de gastos com roupas e sapatos de grife e pelas cirurgias plásticas (PISCOPO, 2010, p. 203-205).

Na campanha eleitoral brasileira em 2010, todas as alterações no visual da então candidata Dilma Rousseff foram repercutidas nos mínimos detalhes pela imprensa brasileira, desde as pequenas cirurgias estéticas até o tom exato da coloração de cabelos utilizado por Rousseff. Sobre esse aspecto, é importante ponderar que, para além do reforço ao estereótipo da aparência, há uma associação com o mercado da moda e do cosmético. Citar estilistas e marcas de produtos é motivado pelo prêmio de *merchandising* ofertado pelas marcas e gera expressivo caixa para as empresas de comunicação. Basta dizer que o Brasil é o terceiro maior consumidor de produtos de beleza do mundo (ABIHPEC, 2015).

O fator geracional somado ao estado de saúde também figura nos enquadramentos de gênero. Referências à aparência envelhecida, debilidade e especulações sobre o estado de saúde estão entre os argumentos utilizados para tratá-las, bastante explorados na cobertura da recente campanha eleitoral de Hillary Clinton à presidência dos Estados Unidos (MEDIA MATTERS, 2016). O prontuário médico de Hillary Clinton chegou a ser publicado pela mídia americana. O mesmo não ocorreu com seu oponente Donald Trump. Na Argentina, Cristina Fernández de Kirchner foi descrita pelo âncora do programa argentino *Periodismo para Todos*, Jorge Lanatta, como “sólo una pobre vieja enferma” (YOUTUBE, 2016).

A saúde de Dilma Rousseff também ganhou visibilidade na mídia durante a pré-campanha em abril de 2009, quando ela iniciou tratamento contra um câncer linfático. O anúncio da doença de Rousseff foi acompanhado da suspeição de sua condição para concorrer à presidência da república e de especulações sobre como o câncer poderia ser usado eleitoralmente. Após a posse dela em 2011, a revista *Época* de maio do mesmo ano divulgou reportagem com o prontuário médico da presidenta e os medicamentos que ela tomava. O tema da saúde foi retomado na cobertura de imprensa sobre o *impeachment* de Rousseff, em 2016, para, de forma desrespeitosa, questionar sua sanidade mental, com especulações sobre o uso de remédios psiquiátricos pela presidenta.

Saúde, como tema geral, nos parece recorrente na cobertura da mídia sobre lideranças políticas, independente do gênero. A diferença está na condução das narrativas sobre o tema. Na cobertura médica das mulheres, há questionamentos geracionais e sobre sua capacidade de liderar o governo quando doentes. Em comparação, podemos citar o vice-presidente brasileiro José de Alencar, que exerceu o cargo mesmo em tratamento de um câncer intestinal. Não há vitimização de Alencar nos textos, nem suspeição sobre sua capacidade de atuar como vice-presidente da república. Ao contrário, as narrativas reforçam sua coragem e obstinação, “um guerreiro”.¹⁵

.....
15 AZEVEDO, Reinaldo. A vida corajosa de José de Alencar. *Veja online*, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://Veja.abril.com.br/blog/reinaldo/veja-4-8211-a-vida-corajosa-de-jose-alencar/>>.

Um dos destaques da pesquisa realizada por Murray, além das questões de aparência, refere-se à informalidade no tratamento empregado às mulheres políticas, com uso corriqueiro do primeiro nome nas matérias jornalísticas e adotados nas campanhas eleitorais, enquanto, de modo geral, os homens são referidos pelo sobrenome. O que as pesquisadoras identificaram nesse comportamento é que o uso do primeiro nome confere familiaridade e cordialidade ao invés de autoridade e gravidade (MURRAY, 2010, p. 13). Para Dimitrova e Geske (2009), a utilização do primeiro nome infantiliza as mulheres e as marca como o “outro”, “o diferente”, a novidade. A identificação das mulheres apenas pelo sobrenome é muito menor na comparação com os homens e, em geral, quando tratadas de modo mais solene, o primeiro nome vem acompanhado do sobrenome.

Falk (2010, p. 62-63) argumenta ainda que as mulheres são menos referenciadas pelos cargos oficiais, como senadora e deputada, do que os homens. No caso das mulheres que possuem relações conjugais com políticos reconhecidos, como Hillary Clinton e Cristina Fernández de Kirchner, o uso do primeiro nome é ainda mais forte. Elas ainda são conectadas com o enquadramento “esposa de”. Piscopo (2010, p. 207) aponta que, em sua primeira campanha eleitoral, em 2007, Cristina Fernández de Kirchner, apesar de sua posição de empregar os dois sobrenomes em comunicações formais, foi mais referenciada pelos jornais apenas como “Cristina” ou com a combinação “Cristina Kirchner”. No caso brasileiro, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, a informalidade do tratamento foi uma marca da cobertura da mídia sobre a Presidenta Dilma Rousseff. Não raro as reportagens se referirem à Presidenta apenas como Dilma, muitas vezes sem fazer referência ao cargo. Os pesquisadores apontam como negativa essa característica da cobertura, visto que, mais uma vez, as mulheres são enquadradas em outro tipo de relação com

Acesso em: 15 jul. 2017. MARCONDES, Celso. Nosso “highlander” – José Alencar. *Carta Capital* online, 30 out. 2010. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/nosso-highlander-jose-alencar>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

o espaço político que não o dos seus colegas homens, e de certo modo faz-se uma construção de intimidade que, no imaginário coletivo, denota mais proximidade e menos autoridade. Fora a demarcação da diferença, de um personagem externo ainda não conhecido, não completamente pertencente àquela esfera de atuação. Desse modo, Falk conclui sobre a importância das análises de gênero nos produtos da mídia:

Os estudos que eu mencionei demonstram a importância sobre o que a mídia escreve, como ela escreve e a linguagem que utiliza. É importante porque quando a imprensa escreve menos sobre as mulheres candidatas, essas candidaturas parecem menos comuns, e como resultado menos mulheres aspiram os cargos executivos. É importante porque se a imprensa sempre menciona o que a mulher está vestindo, ela é vista como uma candidata menos séria. É importante porque se as mulheres são descritas por emoções, isto pode levar a falsa crença de que mulheres não são suficientemente racionais para liderar. É importante porque se as mulheres são referenciadas apenas por suas relações familiares ao invés das profissionais, podem parecer menos qualificadas ou menos dedicadas ao trabalho, e é importante porque quando as mulheres são representadas como menos viáveis do que de fato elas são, as pessoas podem acreditar nisso e não votar nelas, ou as mulheres podem acreditar nisso e não se candidatarem (FALK, 2010, p. 29).

Esse panorama do trabalho de diferentes autoras, a partir de diversas experiências de mulheres políticas ao redor do mundo, evidencia que a construção de inferioridade e suspeição da capacidade intelectual, bem como a indexação das mulheres ao ambiente privado, marca diferentes culturas, sejam elas de matriz ocidental ou oriental. Seja na Índia ou na Nova Zelândia, as mesmas questões se colocam como desafios para o desenvolvimento das carreiras públicas femininas. A maternidade como carro-chefe das cobranças, o escrutínio sobre a aparência, a construção simbólica

da mulher como ser emocional, as restrições e o constrangimento na fala pública das mulheres, o destaque para as relações familiares. Pode-se dizer que há um conjunto de prejuízos históricos constantemente reforçados material e simbolicamente que afetam a identidade do grupo social mulheres. Se nos benefícios há muitas diferenças entre mulheres do Norte e do Sul, do Ocidente e do Oriente, da burguesia ou da classe operária, os prejuízos, especialmente os simbólicos, estão partilhados.

3.1.1 Presidentas da América do Sul e o estereótipo das mulheres autoritárias

As presidentas da América do Sul, como informado anteriormente, carregam semelhanças em suas trajetórias políticas e se configuram como pontos importantes para a avaliação das narrativas da mídia sobre o desempenho das mulheres no poder. Desde a campanha eleitoral, podemos detectar nos produtos dos meios de comunicação uma narrativa de suspeição sobre a capacidade de Cristina Fernández de Kirchner, Michelle Bachelet e Dilma Rousseff para o mais alto cargo do Executivo (VALENZUELA; CORREA, 2009; PISCOPO, 2010; ARGOLO, 2014). Os conteúdos desqualificavam a autonomia das candidatas, associando suas candidaturas a uma manobra para manutenção do poder do presidente antecessor. Aqui, é preciso ressaltar que as três presidentas representavam a continuidade do partido que já estava no poder. Nesse sentido, a vitória dessas mulheres foi associada ao carisma e sucesso dos homens, presidentes, seus predecessores. Das três, Bachelet é a que menos sofreu com esse tipo de associação, o que não se pode dizer de Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner (ARGOLO, 2014).

A pesquisadora chilena Teresa Valdés (2010, p. 267) identificou, no entanto, que a campanha de Bachelet sofreu enorme violência simbólica e enfrentamento com os parceiros homens. Ela descreve que, apesar de Bachelet despontar em todas as pesquisas como o nome mais aprovado pela população, o partido demorou a decidir-se por ela, e, a partir daí os homens do partido

trataram-na de forma paternalista, a fim de tutelar a candidata. “Operava a cultura de gênero que menospreza as mulheres no espaço público e na política, e que adquire força quando aqueles homens que deveriam se solidarizar com elas em sua posição de liderança, não as reconhecem e calam.” (VALDÉS, 2010, p. 257). Nesse sentido, durante a campanha eleitoral de 2010, a autora destaca que os meios de comunicação deram menos espaço à candidata em detrimento do presidente Lagos, que a apoiava, e dos outros candidatos homens. Considera-se que havia outra mulher na disputa, que também despontava nas pesquisas como favorita, a candidata democrata-cristã Soledad Alvear (VALDÉS, 2010, p. 257-258).

Nos casos de Rousseff e Fernández de Kirchner, a relação entre criador e criatura se estabelece como marca. Para que se tenha mais clareza dessa percepção, basta atentar para os discursos veiculados pela mídia. Em outubro de 2010, logo após o anúncio da morte de Néstor Kirchner, o *Jornal da Globo*, em uma espécie de editorial televisivo, fez uma análise do impacto da ausência do ex-presidente para a política da Argentina. Após apontar que Néstor Kirchner controlava o governo argentino por meio da esposa, o âncora William Waack pergunta: “Qual é a sua impressão a respeito de Cristina Kirchner? Ela consegue governar sem o marido?” (G1, 2010). Dilma Rousseff, por sua vez, foi intitulada “o poste de Lula” (ARGOLO, 2014, p. 132-133).

Mesmo com a campanha estereotipada da mídia, as três mulheres não apenas venceram as eleições, como também foram alçadas a um segundo mandato. Todas com bons índices de popularidade. No segundo mandato, contudo, há um desgaste de imagem das três presidentas, acompanhado de uma dura cobertura da imprensa, conforme informado na seção anterior. O que chama a atenção na análise das notícias que trazem as presidentas é a similaridade no enquadramento.

Durante o levantamento dos conteúdos da imprensa, verificamos títulos de matérias idênticos, em diferentes veículos, que tematizavam a crise de popularidade e a falta de apoio para ajudá-las a superar as crises: “A solidão de Cristina”, *O Globo*, outubro

de 2012; “A solidão de Dilma Rousseff”, capa revista *Época*, abril de 2016; “A solidão de Michelle Bachelet”, *FolhaBlog*, agosto de 2016.

As três matérias passeiam pelo descrédito, queda de popularidade e dificuldade de apoio no poder Legislativo, sem, no entanto, apresentar um contraponto, como as medidas oposicionistas que contribuíram para os quadros de instabilidade das gestoras. “Solidão”, veremos adiante, foi um enquadramento recorrente na cobertura política sobre Rousseff. É importante pontuar aqui que essa solidão não é apresentada ao mesmo modo da cobertura tradicional sobre a solidão dos grandes líderes em seus dias de infortúnio. A solidão no caso das mulheres vem acompanhada da análise de suas relações na vida privada. E no caso das presidentas sul-americanas, há ainda a similaridade entre elas de não possuírem cônjuge. Bachelet e Rousseff são divorciadas e Fernández de Kirchner, viúva.

Outra similaridade na cobertura das presidentas diz respeito à inaptidão para lidar com os pares. A opinião pública brasileira reforçou, durante o processo de impedimento de Dilma Rousseff, a “falta de jogo de cintura para se relacionar com o Congresso Nacional” (MONTEIRO; NOSSA, 2016). Cristina Fernández de Kirchner foi acusada do mesmo: “O estopim para iniciar a manifestação urbana foi a falta de jogo de cintura de Cristina para resolver o conflito” (CLICRBS, 2008). No final do mandato de Cristina Fernández, o portal brasileiro G1 fez uma reportagem sobre o fim da Era “K” na Argentina – uma referência ao sobrenome Kirchner. Primeiro, há uma descrição concisa de Néstor Kirchner: “Em seu governo, Néstor abraçou a bandeira nacional-desenvolvimentista quando chegou ao poder e defendia a autonomia em relação aos Estados Unidos, ao contrário do antecessor Carlos Menem”. Na sequência, vem a descrição da presidenta Cristina Fernández de Kirchner:

Por sua vez, Cristina é criticada por autoritarismo e pela falta de diálogo em sua administração. ‘Cristina radicalizou muito o discurso. Ela era muito ruim de diálogo, e isso fica muito evidente depois que o Néstor morreu’

diz o cientista político e professor de relações internacionais da ESPM, Pedro Costa Junior (FRANCO, 2015).

Esse texto foi aplicado a Rousseff diversas vezes para reforçar falta de maturidade política e inadequação ao cargo. No caso de Fernández, a afirmação do cientista político reforça, ainda, que era o marido Néstor que contornava a falta de habilidade da esposa para o diálogo.

Há também uma referência constante ao suposto autoritarismo das presidentas: “El autoritarismo creciente de Cristina Kirchner”, *La Nación online*, janeiro de 2013; “O autoritarismo histórico de Dilma Rousseff”, *Critica Nacional online*, março de 2016; “El autoritarismo de Bachelet”, *El Mostrador*, junho de 2016. É possível afirmar que há uma predisposição a taxar as mulheres em posição de poder como autoritárias, tiranas. Não raro, a imprensa norte-americana usa o termo pejorativo “bitch” para descrever o comportamento das mulheres políticas, consideradas por eles demasiado assertivas, “mandonas”. Podemos citar Hillary Clinton, Condoleezza Rice e Kim Campbell como algumas das mulheres que ganharam a alcunha de “bitch” nos noticiários e em discursos de seus adversários.

A mídia americana também insiste em textos e exemplos que desvinculam as mulheres ao exercício do poder ou associam as mulheres que ambicionam funções de liderança às características negativas do poder, desqualificando-as publicamente. Nas primárias democratas de 2008, a imprensa americana favoreceu a indicação de Barack Obama, com intensa campanha de desqualificação de Hillary Clinton. Em editorial televisivo, o apresentador da FOX News, Marc Rudov, afirmou: “Quando Barack Obama faz um discurso, os homens ouvem: ‘o povo seguirá em frente’. Quando Hillary Clinton fala, os homens ouvem: ‘leve o lixo para fora!’” (RUDOV apud NEWSON, 2011).

Diante de tantas repetições, não há como denegar o traço sexista da mídia em suas críticas às mulheres políticas. A desqualificação não é de uma característica política apresentada pelo agente público mulher, mas é algo mais relacionado ao próprio fato de serem mulheres.

Retomando o caso sul-americano, percebe-se, por exemplo, que os produtos da mídia destacam como inadequados os comportamentos e características apresentados pelas presidentas do Cone Sul. Os discursos jogam com elementos que constituiriam a “natureza feminina”, atribuindo-lhes menos valor na comparação com as qualidades ditas masculinas. Como bem observado por Nancy Fraser (2015), os “padrões que consideram as qualidades ‘masculinas’ melhor do que as ‘femininas’ estão arraigados nas nossas instituições e práticas sociais”, e a mídia reflete esse padrão, mantendo inalteradas as relações de poder. Pesquisadores como Genovese e Thompson (1993) e Sourd (2003), que trabalham com a temática de mulheres na política, têm apontado que determinadas características, quando associadas ao masculino, podem ser irrelevantes ou mesmo positivadas. Mas se associadas às mulheres, assumem um significado negativo. Assim, características como agressividade, centralização e arrogância associadas a Cristina Fernández de Kirchner e Dilma Rousseff são consideradas elementos que acarretaram o declínio de ambas (RANGEL, 2016).

As associações aos papéis tradicionais de gênero aparecem, pois há uma essencialização fundamentada na representação social do que seria adequado ao comportamento feminino, circunscrito pelo senso comum à docilidade, fragilidade e, como já destacado, o silêncio público. O enquadramento emocional que alcança as mulheres políticas de modo global torna-se recorrente para descrever as mulheres como mais suscetíveis à mudança de humor.¹⁶ Ao descrever a então primeira ministra canadense Kim Campbell, o jornalista Murray Dobbin (1993, p. 29) enfatizou que Campbell perdia a cabeça facilmente e era definida por seus colegas como agressiva, arrogante e histérica.

Destaco que as similaridades dos relatos sobre as mulheres políticas demarcam um padrão de comportamento. O livro de Dobbin sobre a primeira ministra Kim Campbell, o livro da

.....
¹⁶ CAMPUS, Donatella. *Women Political Leaders and the Media*. Palgrave Mcmillan, 2013.

pesquisadora Carla Martins (2015) sobre a primeira ministra portuguesa Manuela Ferreira Leite e os resultados das pesquisas sobre o que se diz de Dilma Rousseff geram a sensação de que os personagens descritos são a mesma pessoa. Comportamentos muito próximos e adjetivos idênticos: “dureza”, “aspereza”, “arrogância”, “irritabilidade”, “pouco queridas pelos colegas e funcionários”, “centralizadoras”, “incompetentes” etc. Podemos inferir que há um padrão de comportamento adotado pelas mulheres no poder? Ou é um padrão de representação da mulher no poder?

Vinculado ao estereótipo de severidade, surgem os apelidos que dão conta dessa “dureza”, como “Dama de Ferro”, associado a Margareth Thatcher (Inglaterra); Erna de “ferro”, a Erna Solberg (Noruega); “gerentona”, Dilma Rousseff (Brasil); e “Cavaco de saias”, Manuela Ferreira Leite (Portugal). A última citada foi secretária de Estado do Orçamento e ministra da Educação em Portugal durante o governo de Cavaco Silva e, entre seus apelidos e adjetivos na mídia, estavam “Dama de Ferro”, “durona” e “Cavaco de saias”. Considerada dura, arrogante e severa por seus pares, em uma entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, Ferreira Leite comentou sobre o epíteto:

Não sei muito bem o que significa ser ‘dama de ferro’. Mas se dama de ferro significa ter colada uma imagem de intransigência enorme nos valores e nos princípios, de não abdicar deles e de prosseguir caminho independente da popularidade das ações e dos efeitos na minha imagem, se significa isso não tenho nada que me incomodar (LEITE, 2008).

Observe-se, no entanto, que o contrário também é utilizado de modo discriminatório à ação das mulheres, que, uma vez consideradas “muito femininas”, não estariam aptas a esses cargos. No Chile, Bachelet foi vinculada a uma imagem de gestora conciliadora, materna e, por isso, apontada como uma líder fraca (RANGEL, 2016).

Cantrell e Bachmann (2008) enfatizam que a cobertura sobre Bachelet associava a questão do gênero à capacidade dela de tomar decisões difíceis. Na pesquisa realizada, as autoras verificaram que a imprensa chilena reforçava que as líderes femininas eram suaves, frágeis para negociações mais duras, vítimas das características de seu sexo. As autoras reproduzem texto do periódico chileno sobre uma negociação política de Bachelet com países vizinhos:

‘Presidente Michelle Bachelet disse ontem em Antofagasta que ela espera (ao invés de demanda) que a Argentina ‘honre’ o acordo existente sobre o suprimento de gás, de forma que o impacto do novo cenário no país vizinho, devido à sua convenção com a Bolívia não afete o Chile. (EM, 10 July 2006)’ (CANTRELL; BACHMANN, 2008, p. 440).

A partir do exemplo das presidentas sul-americanas, é fácil perceber a dinâmica do *double binds*. Não há escolha ou comportamento correto quando se trata de mulheres no poder. O erro está em uma mulher ousar participar do espaço político e, de certo modo, romper com o contrato sexual, com os papéis tradicionalmente atribuídos a ela. Em relação à mídia, fazendo um paralelo com o mundo dos negócios, Chait Barnett destaca que há uma predisposição da mídia para publicar reportagens sobre mulheres que falham em posições de poder, abrindo uma discussão nacional sobre o comprometimento das mulheres com o mundo do trabalho. A autora dirá ainda: “Enquanto os meios de comunicação frequentemente tratam o fracasso de uma empresária como prova de que as mulheres em geral não podem ser bem-sucedidas em espaços masculinos, o contrário não acontece quando elas prosperam” (CHAIT BARNETT, 2007, p. 156-157, tradução nossa).

A relação criatura e criador também merece destaque quando falamos de mulheres na política. Como são consideradas extensão dos antigos líderes, a forma de permanência indireta deles no poder, cabe a elas a manutenção do legado. A mídia de modo

global faz do antecessor a referência para o enquadramento da “pupila”. Nota-se que os episódios e as descrições sobre Ferreira Leite, em Portugal, são muito próximos dos mesmos que temos lidos sobre Dilma Rousseff, Cristina Fernández e tantas outras mulheres políticas. Apesar de sua formação técnica e dedicação à política, Ferreira Leite foi completamente associada ao “cavaquismo”, herdeira do legado do presidente Cavaco Silva e, nesse sentido, após seu mandato como presidenta do Partido Social Democrata (PSD), reduto do antigo presidente português, recebeu a seguinte crítica do pesquisador José Maltez (2010): “Manuela Ferreira Leite foi um ‘Cavaco de saias’ e veio provar que o cavaquismo sem cavaco não dá barraca”. (MALTEZ apud COELHO, 2010) Processo semelhante foi vivenciado por Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, consideradas um fracasso na missão de dar continuidade ao lulismo e ao kirchnerianismo. O fracasso dos modelos é associado ao desempenho das mulheres, expressado de modo claro pela cobertura em frases como “ela não deu conta”. Assim, ambas são representadas como o fim de um projeto político em seus respectivos países.

3.2 DILMA ROUSSEFF E A MÍDIA: UMA DIFÍCIL RELAÇÃO

A representação de Dilma Rousseff pela cobertura da imprensa desde o governo Lula, quando exerceu as funções de ministra de Minas e Energia e, posteriormente, de ministra da Casa Civil, até seus dias como presidenta, está marcada pela caracterização de uma mulher centralizadora, enérgica e inflexível (BARBARA; GOMES, 2010; RANGEL, 2016). Em 2009, durante a pré-campanha eleitoral, a imprensa chamava atenção aos desentendimentos da então ministra com os colegas de governo, que a consideravam muito contundente em suas cobranças. A revista *Época*, de 10 de julho de 2009, relatou incidente entre Rousseff e um integrante do governo na nota “Não briga agora Dilma”, em que enfatiza os conselhos de Lula para que a pré-candidata à presidência evite desentendimentos com os pares naquele momento. Um dos trechos

da nota traz a descrição do comportamento de Rousseff. “Em Brasília, amigos leais de Dilma admitem que a melhor forma de descrever o temperamento da ministra é pensar no ‘seu Saraiva’, aquele personagem que vivia surtos de ‘tolerância zero’ no programa Zorra Total, da TV Globo” (MOREIRA LEITE; LEITÃO, 2009).

Os companheiros de partido e “aliados” também ajudavam a construir um imaginário negativo sobre a candidata, a partir de episódios como presenteá-la como um bambolê para que aprendesse a ter jogo de cintura e ao reafirmarem em entrevistas que ela era severa e dura (LÔBO, 2008; ARGOLO, 2014). É preciso frisar novamente que as características atribuídas a Rousseff, quando aplicadas ao gênero feminino, ganham conotação diversa do masculino. Nos homens, assertividade e autoritarismo são interpretadas de modo positivo – “um homem retado” ou, ainda, um “cabra macho”. No caso da presidenta, “uma mulher dura”. Um breve exercício comparativo nos dará essa correlação. A truculência e os comentários de teor fascista do atual presidente Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), apesar das críticas de uma ala mais progressista da sociedade, renderam-lhe também o apelido de “mito” e um relevante número de apoiadores. No caso de Ciro Gomes, também criticado por seu “excesso de sinceridade” com a mídia e pelo destempero, emerge o símbolo do “coronel”, do “cabra macho” identificado com a cultura do homem nordestino.

Retomando o caso Rousseff, após a confirmação de sua candidatura para a presidência da república, os principais veículos de imprensa do Brasil passaram a tratá-la como “poste de Lula”, uma laranja do presidente que constituía o desejo do líder de permanecer no poder por via indireta. Kátia Saisi (2014) verificou que, durante a campanha eleitoral de 2010, entre 443 notícias da *Folha de S. Paulo*, 345 (77,8%) referiam-se de modo negativo a Dilma Rousseff. A relação da então candidata com o presidente Lula e a suposta falta de experiência política eram os principais argumentos.

As avaliações da imprensa brasileira desqualificavam a candidata e personificavam-na como um fantoche: “Lula parece confiar em Dilma porque ela, ao contrário de José Dirceu, não tem

projeto político próprio” (ÉPOCA, 2009); “Ela não deseja ser política. Dilma quer só mandar” (VEJA, 2008); “Além disso, e esse é um dado relevante para quem conhece a personalidade política do presidente, Dilma Rousseff não oferece sombra ao Presidente nem ameaça lhe empanar o brilho” (ÉPOCA, 2008). As entrevistas dos aliados também tratavam a candidatura de Rousseff como contingência e, de certa forma, lhe tiravam o mérito da indicação. O ex-governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, primeiro político a oferecer uma secretaria a Dilma Rousseff, afirmou à imprensa que a candidatura dela à presidência não era um projeto de carreira, mas “a força das circunstâncias ou, como diria o filósofo espanhol José Ortega y Gasset, eu sou eu e as minhas circunstâncias”. E completou: “a candidatura dela é mais um projeto coletivo de que uma vontade individual” (GALHARDO, 3 out. 2010). Franklin Martins, então ministro chefe da SECOM-PR, em entrevista à revista *Piauí*, chegou a declarar que havia uma relação paternal entre Lula e Dilma (CARVALHO, jun. 2009).

Durante a campanha eleitoral, esse enquadramento da mídia foi ampliado e balizado pela onipresença de Lula na campanha eleitoral de Dilma. Em tempo, é importante ressaltar que o protagonismo do presidente dificultou a consolidação do simbólico dela como líder, visto que as mensagens emitidas durante a campanha eleitoral eram de que a candidata representava sua continuidade e retiravam seu protagonismo (ARGOLO, 2014).

Desse modo, a representação que a mídia constrói de Dilma Rousseff desde o início de sua trajetória na presidência é de uma presidente tampão sem traquejo político. A capa do jornal *Estado de S. Paulo* um dia após a eleição presidencial de 2010 traz uma foto da presidenta com a manchete “A vitória de Lula”.

Foi empregada uma estratégia de desqualificação em que Rousseff é representada como um ser “fora de lugar”. Nesse sentido, a professora Clara Araújo (2018, p. 45) destaca que a presidenta passou por um processo de personificação ambíguo em que ora ela é enquadrada como um ser sem substancialidade, vazia de atributos pessoais e competência política, ora surge como um ser ameaçador, manipulador e ambicioso.

Como um ser ‘fora do lugar’, Dilma parece surgir como aquela sem habilidades e apetite para governar [...]. Ao mesmo tempo, Dilma é alguém de natureza autoritária e perigosa. Alguém ora sem condição de exercer uma agência de poder, ora ambiciosa em excesso, a ponto de achar que poderia direcionar essa agência prescindindo das práticas institucionalizadas da política brasileira. Sobre Dilma, transitou-se e transita-se entre excessos e faltas, nunca o equilíbrio (ARAÚJO, 2018, p. 45).

Desse modo, o que se observou nos anos seguintes à eleição de Rousseff foram questionamentos à capacidade da presidenta de lidar com o Congresso, bem como seu eventual envolvimento nos escândalos de corrupção na Petrobrás. As críticas também alcançavam a oratória da presidenta, o que lhe rendeu a desrespeitosa alcunha de “dilmanta” divulgada em *blogs* e programas da internet (YOUTUBE, 7 jul. 2016). O jornalista Reinaldo Azevedo afirmou sobre a presidenta em programa de rádio: “é uma anta de tênis” (RÁDIO JOVEM PAN ONLINE, 2016).

Outro capítulo que merece destaque refere-se ao termo “presidenta”, reivindicado por Dilma Rousseff, mas rejeitado de imediato pelos veículos de imprensa. O termo não foi adotado pela grande imprensa; ao contrário disso, foi empregado apenas em comentários que ridicularizavam o desempenho de Rousseff.

A rejeição em torno do vocábulo “presidenta” é muito sintomático sobre o modo como o jogo de poder nas instituições perpassa também a linguagem, como bem observou Marcia Tiburi (2018). A imprensa que, desde o início, rejeitou o uso do termo, ficou ainda mais irascível quando a presidenta decretou a Lei nº 12.605/2012, que disciplinava o uso da flexão de gênero correspondente à profissão em diplomas e certificados das instituições de ensino públicas e privadas. Ruy Castro (2012), em artigo de opinião na *Folha de S. Paulo*, criticou: “Tal lei serve apenas à teimosa vontade da Presidente Dilma de ser chamada de Presidenta, na ilusão de, com isso, estar valorizando as mulheres”.

Um caso particular é o da revista *Isto É*, que, inicialmente não adotou o termo. Em novembro de 2011, entretanto, a publicação

passa a nomear Dilma Rousseff como presidenta. Mas, na primeira edição após a reeleição dela, em 2014, retorna ao termo “presidente” e, desde então, não utiliza mais o termo “presidenta”, senão para fazer um chiste em que convoca a saída de Rousseff da presidência: “Em breve, ao que tudo indica, pode não restar mais Presidenta” (ISTO É, ed.2415, 23/03/2016).

A revista *Carta Capital* foi um dos poucos veículos a adotar o termo e questionou a recusa dos demais representantes da imprensa. No artigo “Presidenta, sim”, o professor doutor em língua portuguesa Marcos Bagno introduz a discussão sobre a participação feminina na vida pública e o uso da flexão de gênero nas profissões, para questionar enfaticamente os motivos da polêmica:

E chovem as perguntas das pessoas que têm preguiça de abrir um dicionário ou uma boa gramática: é certo ou é errado? Os dicionários e as gramáticas trazem, preto no branco, a forma Presidenta. Mas ainda que não trouxessem, ela estaria perfeitamente de acordo com as regras de formação de palavras da língua.

Assim procederam os chilenos com a Presidenta Bachelet, os nicaraguenses com a Presidenta Violeta Chamorro, assim procedem os argentinos com a Presidenta Cristina K. e os costarriquenses com a Presidenta Laura Chinchilla Miranda. Mas aqui no Brasil, a ‘grande mídia’ se recusa terminantemente a reconhecer que uma mulher na presidência é um *fato extraordinário* e que, justamente por isso, merece ser designado por uma forma marcadamente distinta, que é Presidenta (BAGNO, 2011, grifo nosso).

Fato extraordinário. A partir desse gancho ofertado pelo professor Bagno, destacamos outro episódio marcante na representação midiática de Rousseff. Na teoria do jornalismo, são listados alguns critérios de noticiabilidade, pré-requisitos para que um fato possa ser enquadrado na categoria notícia. Entre esses critérios, estão alcance, representatividade e, mais importante: ineditismo. Nesse sentido, a posse da primeira mulher presidente do Brasil configurava-se em uma pauta especialmente expressiva para o país. Não bastasse esse primeiro dado, outra cena ofertava um gancho

de alta proporção simbólica: o desfile presidencial trazia um *double* de mulheres, já que Dilma Rousseff fez o desfile acompanhada pela filha Paula Rousseff. Duas mulheres subiram a rampa do Planalto, naquele 1º de janeiro de 2011, para dizer ao mundo que, sim, era possível que as mulheres ocupassem aquele espaço, era possível que as mulheres chegassem ao posto mais alto da república.

O que se viu e ouviu, horas depois, no entanto, nas manchetes e comentários de redes sociais, era como a beleza da vice-primeira dama chamou atenção dos homens brasileiros. Reportagens em editoriais de política de grandes empresas de comunicação¹⁷ teciam elogios e alçavam a então desconhecida Marcela Temer ao posto de protagonista da posse de Dilma Rousseff. A nota de *O Globo online* tem como manchete: “Beleza da vice-primeira dama rouba a cena na posse da Dilma” (SETTI, 2011). Note-se a inversão hierárquica que se produz neste título. Marcela Temer é reconhecida formalmente em um cargo que não existe, enquanto a presidenta da república é apresentada de forma vulgar como Dilma. Presidentes da república, conforme a literatura sobre teorias do jornalismo (SCHUDSON, 1995), se configuraram como personagens prioritários das reportagens. Em eventos com a presença presidencial, ela ou ele são, via de regra, o destaque da notícia. Desse modo, o simbolismo dessa manchete é enorme, porque denota a primeira desqualificação de Rousseff, já na posse, como principal liderança política do país.

Adicionalmente, o conteúdo da reportagem trabalha com os estereótipos mais banais sobre o feminino, com a caracterização de que a presidenta Dilma Rousseff “até se esforçou”, mas foi a beleza de Marcela Temer que “capturou o olhar dos homens”. A nota faz ainda questão de frisar que a beleza da esposa do vice-presidente virou um dos assuntos mais comentados da rede social Twitter no Brasil. Destaca-se que as duas personagens mulheres

.....
17 Diversos portais de notícia repercutiram a presença de Marcela Temer na posse, como um dos grandes destaques da cerimônia. Portal G1: “Mulher de Temer vira um dos tópicos mais comentados no twitter”; Último Segundo IG: “Mulher de Temer se destaca na posse de Dilma”; Estadão online: “Posse de Dilma transforma mulher de Michel Temer em musa do twitter”; Portal Terra: “Marcela Temer fica mais de 32 horas no top 10 do Twitter”.

da reportagem são encapsuladas pelo estereótipo mais comum endereçado ao feminino. As duas são desqualificadas como sujeitos para serem retratadas apenas como possíveis objetos do desejo masculino. A desqualificação está na discussão rasa sobre o corpo feminino, desconsiderando as potencialidades políticas e intelectuais daquelas mulheres. A beleza de Marcela Temer surge como antídoto à possibilidade da emergência de um novo feminino, ela encarna a manutenção de um padrão de mulher valorizado pela estética midiática e que, além disso, sugere um retorno a papéis convencionais desempenhados pelas mulheres no espaço público. Esse simbolismo é novamente convocado na campanha pelo *impeachment* de Rousseff em 2016.

Os primeiros meses da cobertura da primeira gestão de Dilma Rousseff têm um tom diferenciado da campanha. A revista *Veja* tece elogios ao modo técnico de gestão da presidenta, inclusive avaliando positivamente seu comportamento frente ao do ex-presidente Lula. Na edição com cobertura da posse de Rousseff e reportagens sobre os desafios da presidenta, a revista enalteceu seu discurso de posse enfatizando “A Presidente apresentou-se a nação não sob as tintas do messianismo, e sim com a postura de quem se sabe uma servidora pública encarregada de enormes responsabilidades” (VEJA, ed.2198, 5/01/2011, p. 57). Páginas depois, destacou o estilo duro de Rousseff, exemplificando os casos de desentendimentos com os pares. Mas o que mais adiante no tempo foi desqualificado na figura da presidenta, naquele momento, foi relativizado, considerado “ato de coragem para dizer a verdade”. A reportagem termina com o seguinte texto: “O estilo tolerância zero, evidentemente, será mais do que saudável para esferas como corrupção, compadrio, nepotismo, uso abusivo da máquina do estado, espionagem de adversários e correlatos. Nesses casos roga-se que ela bata. Sem mertiolate depois” (VEJA, 2011, p. 84).

A edição nº 1, de 3 de novembro de 2010, da revista *Isto É* destacou: “Perfeccionista, exigente e obcecada por resultados, ex-ministra adotou estilo de chefia mais próximo ao de executivos do setor privado do que de burocratas do poder público” (PARDELLAS, BOECHAT, 2010). As avaliações mudam radicalmente durante a

gestão e especialmente no segundo mandato, como evidenciamos no próximo capítulo. O mesmo Sérgio Pardellas, que valorizou o comportamento de Dilma Rousseff como próximo ao de uma executiva nata, a rotulou como histérica em uma reportagem de capa da *Isto É* de abril de 2016.

Outro ponto observado pela pesquisadora Flávia Biroli (2018) é que, mesmo quando a cobertura pretendia elogiar a presidenta, mesmo quando a qualificação vinha de seus apoiadores, era realizada a partir de estereótipos. Na primeira gestão, após a demissão de funcionários do alto escalão do governo envolvidos em escândalos de corrupção, a presidenta recebeu a alcunha de “faxineira ética” – a remissão a uma atividade que é realizada majoritariamente por mulheres no Brasil e que possui uma conexão histórica com o trabalho doméstico da esfera privada. Atribui-se a alcunha ao marqueteiro de Dilma Rousseff, João Santana. O apelido “faxineira ética” foi prontamente abraçado pela imprensa e foi tema de várias charges.

Para esclarecer esse raciocínio, pega-se a título comparativo à representação do presidente Fernando Collor, também afastado do cargo em 1992 após um processo de *impeachment*. Collor foi o candidato a presidente mais acolhido e festejado pela mídia desde o retorno da democracia brasileira, uma promessa de renovação da política. O então candidato recebeu a alcunha de “o caçador de marajás”, o que simbolicamente o associava a um herói, aventureiro, corajoso, forte, um homem do mundo. Nessa época, o personagem hollywoodiano Indiana Jones, o famoso caçador de tesouros, fazia muito sucesso no Brasil e, segundo a *Folha de S. Paulo* (1991), era assim que o presidente norte-americano George Bush se referia a Collor: o “Indiana Jones brasileiro”. Percebe-se que o elogio a Rousseff e a Collor tem quase a mesma natureza, que é o de renovação da moral pública, de banimento da corrupção, mas o adjetivo endereçado a eles reflete o senso comum de papéis masculinos e femininos. Ele, o caçador, o homem do mundo, do espaço público. Ela, a faxineira, a cuidadora, do espaço privado. Destaca-se ainda que, quando um homem público resolve empregar um elemento associado ao espaço privado como *marketing*, como o caso de Jânio Quadros e a vassoura, as representações gráficas que

o acompanharam passaram ao largo das insinuações de cunho sexistas, como se pode comprovar nas figuras abaixo:

Figura 1 – Jânio Quadros por Pedro Bottino



Fonte: Acervo Estadão.

Figura 2 – Dilma Rousseff por Sponholz



Fonte: <http://www.sponholz.arq.br/>

A cobertura de imprensa da primeira gestão do governo começa a ficar mais inflamada a partir da divulgação do envolvimento da Petrobrás em escândalos de corrupção, no âmbito da investigação Lava-Jato da Polícia Federal. No entanto, foram as Jornadas de Junho, em 2013, que ofertaram o cenário ideal para maior articulação da oposição e a maximização da cobertura de oposição ao governo a partir da ascensão de grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua. Os representantes desses grupos passaram a protagonizar entrevistas e escrever colunas de oposição ao governo, sem que a imprensa fizesse uma investigação sobre suas origens, nem sobre seus patrocinadores (AMARAL, 2016). De 2014, ano da campanha para reeleição, até 2016, a imprensa brasileira desempenhou papel central na potencialização da crise. Em comparação com a campanha de reeleição de Fernando Henrique Cardoso, a pesquisadora Luna Sassara (2014) identificou uma expressiva diferença no enquadramento das notícias dos jornais *Folha*, *Estadão* e *O Globo*.

FHC teve uma proporção de notícias negativas para neutras menor do que 1 para 5, mais especificamente, de 19%. Dilma alcança até agora a marca de 80%, ou seja, de 4 negativas para cada 5 neutras. Assim, a grande imprensa é quatro vezes mais 'contrapoder' no caso da candidatura do PT do que foi para a do PSDB em 1998. FHC também recebeu um número alto de matérias positivas, o que é algo raro nas coberturas de todas as eleições (SASSARA, 2014).

Longe das questões de gênero, importa ressaltar que o embate entre Rousseff e a imprensa revela mais sobre um embate particular entre o ex-presidente Lula e a mídia do que de fato uma queda de braço com a presidenta. Para chegarmos a uma medida de quanto o ex-presidente se configura como protagonista da cobertura política brasileira, basta informar que, entre 2015 e 2016, ápice da crise de Rousseff, Lula apareceu em 35 capas da revista *Veja*, 24 de *Isto É* e 9 da revista *Época*, todas com pautas negativas ao ex-presidente. Assim, é importante entender que o

combate a Rousseff, antes de mera indisposição contra ela, significava uma batalha contra Lula e o PT. Segundo Azevedo (2017, p. 132), entre 1989 e 2014, tanto as manchetes quanto os editoriais dos principais diários da grande imprensa foram predominantemente negativos para o PT, seus candidatos presidenciais e os governos petistas instalados em Brasília a partir de 2003. O autor destaca origens históricas do antipetismo, consonantes com a disposição histórica da imprensa brasileira a apoiar liberais e conservadores, combater correntes alinhadas ao nacional-desenvolvimentismo e às políticas distributivas, bem como ao estatismo e ao intervencionismo estatal na economia (AZEVEDO, 2017, p. 132).

Ponderações feitas, retomamos os traços da cobertura da imprensa sobre Dilma Rousseff, identificando que, para além de uma oposição ao modelo de gestão adotado pela presidenta, a cobertura abusou na remissão à violência política.¹⁸ A narrativa fotojornalística, a propósito, passeou por antigos mitos, a exemplo da incineração das bruxas, da execução sumária e da mulher histérica, para descrever o comportamento da presidenta Dilma Rousseff e o destino previsto para ela¹⁹ (MORETZSOHN, 2016; LIMA, 2014). Por meio da exposição a imagens recorrentes ou imagens ressonantes, aquelas que “ressoam em nossas experiências e são assimiladas por nossa mente, levando-nos a certos pensamentos e ações”, a mídia gera o efeito cumulativo e associa valor a imagem dos personagens (KELLNER, 2001, p. 140).

No caso da presidenta, as imagens e textos faziam o reforço negativo e convocam sua completa eliminação. Ressalta-se que as imagens e os mitos acionados jogam com o simbólico clássico sobre o feminino transgressor, da bruxa à rainha louca. Não se trata de crítica a partir de uma ação concreta da presidenta que se

.....

18 O conceito de violência política refere-se ao conjunto de ações de natureza material (física) ou psicológica que constroem e ameaçam a participação e a carreira das mulheres no campo político. Sobre o tema ver: Krook; Salín. Gender and political violence in Latin America. Concepts, debates and solutions. *Política y gobierno*. Volume XXIII, nº1, 2016.

19 Ver fotos em anexo.

quer discordar, mas de recorrer a estereótipos comuns do feminino para consolidar a mensagem de inadequação de Rousseff ao cargo, para imputar-lhe o desastre e a maldade como marcas.

As classificações de gênero perpassam toda nossa educação, e, como esclarece Karen Beckwith (2005), gênero é categoria e processo. As divisões baseadas em gênero orientam os processos de organização social, de construção da legislação e modos de funcionamento das instituições, bem como o comportamento de homens e mulheres na sociedade e nas relações interpessoais. Pensamos e vivemos de maneira genderizada. O maior problema da divisão de gêneros é que um deles foi socialmente mais qualificado e dignificado do que o outro – o masculino como regra, e o feminino como o outro. O que a abordagem de gênero da mídia sobre as mulheres políticas nos diz é que ainda falta muito para a valorização do feminino. E para tal, não basta apenas ajustar os produtos da mídia. Exige reconfiguração completa dos nossos modos de organização política, jurídica e econômica. Caímos novamente no que foi expresso pelos teóricos do reconhecimento social. Não há chance de superar *double binds* sem que se conceba a mulher como parte legítima do espaço público, sem que se reestruturem as institucionalidades, hoje calcadas em modelos androcêntricos e excludentes de participação.



4 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

A definição da metodologia levou em consideração o caráter eminentemente feminista da pesquisa e, portanto, aciona um conjunto epistemológico que rompe o padrão cartesiano e a suposta neutralidade defendida pelo método positivista.

Conforme Narvaz e Koller (2006), não há como dissociar teoria e método e advogar uma neutralidade científica, visto que a escolha do paradigma de pesquisa implica assumir um conjunto político ideológico que trará impactos à condução da investigação, assim como resultará em evidências específicas para o objeto estudado.

As abordagens positivistas da ciência destacam Sofia Neves e Conceição Nogueira (2005), ao encorajar a neutralidade e a isenção dos investigadores frente ao projeto de pesquisa e à interpretação dos resultados, cristalizaram a ideia de um cientista alheio ao objeto de pesquisa e sem percepção de como sua subjetividade atuava na leitura e análise dos elementos observados. O ideal de cientista competente seria compatível ao cientista despido de suas crenças, valores e ideologias e desatento aos fatores sociais, políticos, históricos e culturais que regem a performance dos atores e atrizes sociais com os quais interagia (NEVES; NOGUEIRA, 2005, p. 408).

No entanto, identificam as autoras, há ainda uma recusa em assumir-se nos debates científicos que a escolha de um

método e de um conjunto teórico se configure como ato político. Para Harding (1991), essa recusa é parte da estratégia das elites hegemônicas para evitar a responsabilização sobre as motivações e consequências da produção científica e, mais do que isso, parte da resistência a desconstruir e deslegitimar discursos e pontos de vista considerados como os únicos legítimos (universais).

Margareth Rago (1998, p. 4) destaca que os pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista, que opera em categorias incapazes de pensar a diferença. Está orientado em um modelo universalista que remete ao “homem branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo”. “Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes”, resume a autora.

Conseqüentemente, pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista – de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (SARDENBERG, 2001, p. 3).

Nesse sentido, a pesquisa feminista convoca um novo olhar sobre as questões sociais, deslocando o foco para problemas e discussões que foram negligenciados e sublimados pelo paradigma universalista, de matriz androcêntrica, para constituir um novo arcabouço científico que reconhece como legítimas as questões e produções das mulheres e que, fundamentalmente, atua em prol de mudanças sociais (JAGGAR; BORDO, 1997; HARDING, 1991; RAGO, 1998).

A pluralidade metodológica na construção das investigações científicas, que vão da coleta de dados aos modelos de avaliação, é observável nas metodologias feministas, o que as faz mobilizar

diferentes ferramentas e constituir abordagens multidisciplinares sobre um objeto.

A opção da pluralidade metodológica pelos/as investigadores/as feministas é assim uma opção técnica deliberada, na medida em que expressa preocupações em prol do compromisso que esta visão da ciência assume face à mudança social. Também por esta razão muitos/as autores/as insistem na ideia de que não há apenas uma metodologia feminista específica, mas antes um conjunto de metodologias que, ao ser usado ao serviço dos princípios feministas, pode ser denominado de metodologias feministas (NEVES; NOGUEIRA, 2003, p. 50).

A proposta é que os pressupostos de uma metodologia feminista sejam orientados para uma postura política responsável do pesquisador, que considere a perspectiva feminista (*feminism standpoint*),¹ reconhecendo-se, no entanto, as variabilidades das experiências das mulheres – raça, etnia, classe, religião, região, sexualidade, geração.

Creemos que a alteração do paradigma científico da neutralidade para processos científicos de matriz reflexiva, que considerem as diferentes perspectivas do sujeito/investigador, trará benefícios científicos para a leitura e análise dos fenômenos sociais, com a possibilidade de construção de soluções e desconstruções socio-culturais que serão benéficas à totalidade da sociedade.

Particularmente para os estudos feministas, ainda que sejam consideradas as diferenças que permeiam a realidade das mulheres, tendemos a concordar com Linda Alcoff, a partir de sua avaliação das críticas pós-estruturalistas sobre o feminismo, mais notadamente sobre a identidade mulheres, que a defesa de um feminismo que só desconstrói e não constrói é potencialmente perigosa para grupos politicamente ativos (ALCOFF, 1994, p. 418-420).

.....
1 Ver: SARDENBERG, 2001.

Acreditamos, portanto, que as pesquisas de perspectiva feminista, construídas a partir de uma metodologia própria, com foco nas relações de gênero e seus efeitos sociais, têm grande potencial para produzir uma nova materialidade para o conjunto de mulheres e, conseqüentemente, um novo repertório simbólico sobre elas e seus papéis sociais.

Assim, para trabalhar o objeto de pesquisa, recorreremos ao referencial teórico de matriz feminista apresentado nas seções 2 e 3, e que congregam áreas do saber como ciência política, sociologia, liderança, filosofia e comunicação social para a avaliação qualitativa do *corpus* de pesquisa. O caráter multidisciplinar aplicado à investigação foi necessário para garantir uma leitura articulada do objeto, que observasse as eventuais intersecções entre os campos em favor da manutenção do *status quo* e como as diferentes instituições e práticas sociais são impactadas pelas relações de gênero.

4.1 O JORNALISMO COMO BASE DA INVESTIGAÇÃO

Por se tratar de uma pesquisa que busca compreender o espectro da representação simbólica de mulheres políticas e os eventuais efeitos materiais dessa representação, o jornalismo foi escolhido como objeto central da análise. Como apresentado em seção anterior, as relações entre mídia e política, com o jornalismo no cerne dessa relação, alcançaram seu ápice na contemporaneidade, com efeitos positivos e negativos para ambos os campos.

Como já discutido, o mito da imparcialidade jornalística é utilizado para dar confiabilidade à prática profissional, mas, em verdade, esconde a carga ideológica em que são produzidas as narrativas. A neutralidade é uma impossibilidade nesses discursos, uma vez que toda a rotina produtiva é permeada por ações de construção de sentidos, iniciada na seleção da pauta e continuada nos atores escolhidos para compor as reportagens, bem como no que é liberado ou não para publicação. Retomamos, nesse sentido, a constatação de Orlandi (2002, p. 9) sobre o universo de

produção simbólica: “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e com o político”. Sobre o tema, Mariani (1999) destaca, ainda, a impossibilidade de neutralidade considerada a correlação de interesses ideológicos e econômicos do jornal, repórteres, anunciantes e leitores.

Assim, para os fins desta pesquisa, retomar a postura do jornalismo durante a crise do segundo mandato de Dilma Rousseff nos pareceu a escolha mais correta para analisarmos a cadeia de produção de sentidos construída sobre a mandatária. A análise de conteúdo jornalístico pode ser realizada em diferentes dimensões, de um viés quantitativo, com emprego de *softwares* para contagem de palavras e expressões, até estudos de natureza qualitativa, como estudos de valência, agendamento, enquadramento e análise de discurso.

O objeto de pesquisa solicitava a conjunção de alguns desses métodos para um resultado mais robusto. Nesse sentido, adotamos os postulados de Kellner (2001) e Ferguson (2007) sobre a análise crítica da mídia, que congrega não só elementos quantitativos, mas uma abordagem qualitativa que cruze o conteúdo da mídia com dados sócio-histórico e culturais que envolvem o fenômeno observado. Os autores apontam que a interpretação da mídia não pode se realizar fora da sua relação com a sociedade, seus contextos, interesses, cultura e economia, dado que seus conteúdos estão estreitamente ligados ao contexto social de sua produção e utilização ideológica e, dessa forma, “estudar os meios implica estudar muito mais que os meios” (FERGUSON, 2007, p. 14). A análise deve considerar a leitura articulada dos conteúdos observando-se a dinâmica das relações e das instituições sociais nas quais os textos são produzidos e consumidos (KELLNER, 2001, p. 148-160).

A leitura diagnóstica da cultura da mídia, portanto, possibilita a compreensão da situação política atual, dos pontos fortes e vulneráveis das forças políticas

em disputa, bem como das esperanças e dos temores da população. Dessa perspectiva, os textos da cultura da mídia propiciam uma boa compreensão da constituição psicológica, sociopolítica e ideológica de determinada sociedade em dado momento da história. Sua leitura diagnóstica também permite detectar as soluções ideológicas que estão sendo oferecidas aos vários problemas, sendo então possível prever certas tendências, entender problemas sociais e aquilatar as ideologias dominantes e as forças contestadoras emergentes (KELLNER, 2001, p. 153).

Nesse sentido, para o desenvolvimento desta análise, em consonância com os objetivos da pesquisa, utilizamos como ferramenta metodológica a *frame analysis* (enquadramento), amplamente explorada nos estudos sobre a relação entre mídia e política, em especial no estudo sobre a cobertura de mulheres políticas.

4.1.1 Enquadramento e enquadramento de gênero

O conceito de enquadramento ganhou visibilidade a partir da obra de Erving Goffman, *Frame analysis: an essay on the organizational experience*, originalmente proposto por Gregory Bateson (1954) em estudos sobre interação no campo da psicologia. Bateson avaliou como as interações se desenvolvem a partir de quadros de sentido que moldam os comportamentos dos atores envolvidos. O autor propôs uma distinção dentro da comunicação verbal em três níveis: o denotativo, referente ao conteúdo da mensagem; o metalinguístico, que informa como a mensagem pode ressignificar a linguagem; e o nível metacomunicativo, em que o assunto do discurso é definido pela relação entre os falantes.

A partir dessa premissa, Goffman trabalha o conceito na perspectiva das ciências sociais, aplicando-o à análise de interações sociais. *Frame* é definido pelo autor como princípios de organização que governam eventos sociais e nossa interação subjetiva nesses eventos (GOFFMAN, 1986, p. 10-11). Desse modo, os

enquadramentos podem ser compreendidos como marcos interpretativos que organizam nossa compreensão sobre os eventos e situações sociais.

A socióloga Gaye Tuchman é a primeira autora que trabalha o conceito de enquadramento no campo da comunicação social. Tuchman reconhece a notícia como uma “ação negociada”, estruturada em torno do enquadramento consolidado pelas escolhas do que noticiar, como, quando e com que fontes. A autora argumenta que notícias são “um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea” (TUCHMAN, 1978, p. 215).

Desde então, há um crescente esforço teórico para definir o escopo do conceito de enquadramento dentro do campo da comunicação, bem como apontar caminhos metodológicos de análise desses enquadramentos. Na definição de Gitlin, amplamente utilizada por outros autores, enquadramentos “são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão, etc.) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (GITLIN apud PORTO, 2002, p. 6).

O grupo de pesquisadores encabeçado por William Gamson construiu uma importante tradição em estudos de enquadramento. O grupo, que analisou o discurso da mídia sobre diferentes temas como políticas de assistência social e ação afirmativa, defende que o tema político tem uma cultura, um discurso que se modifica no decorrer do tempo e que carrega interpretações e significados sobre fatos relevantes. Eles trabalham com a perspectiva de “pacotes interpretativos” que competem entre si (PORTO, 2002, p. 6).

No centro de cada pacote está o enquadramento, definido como ‘uma idéia central organizadora’ que atribui significados específicos aos eventos, tecendo uma conexão entre eles e definindo o caráter das controvérsias políticas [...]. De acordo com esta perspectiva, os temas políticos são caracterizados por uma disputa

simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer. Para analisar os enquadramentos da mídia, os autores propõem o método da ‘matriz de assinatura’ (signature matrix). Esta matriz inclui as práticas de enquadramento que caracterizam cada ‘pacote interpretativo’, tais como as metáforas, slogans e imagens presentes nos discursos dos diversos agentes (PORTO, 2002, p. 6).

Gamson e Lasch (1981) aplicam a matriz de assinatura para analisar os conteúdos da mídia sobre políticas de assistência social nos Estados Unidos. Baseados na ideia de pacotes interpretativos, os autores enumeram elementos para orientar a análise:

1. Metáforas: a metáfora tem sempre duas partes – o assunto principal que a metáfora objetiva iluminar e o assunto associado que a metáfora evoca para melhorar nossa compreensão;
2. Exemplos: enquanto metáforas dependem de eventos imaginários para enquadrar o principal sujeito, eventos reais do passado ou presente são frequentemente usados para o mesmo propósito;
3. Frases de efeito: os comentaristas de eventos frequentemente tentam capturá-los em uma única declaração de tema, *tag-line*, título ou *slogan* que se destina a sugerir um quadro geral. Frases de efeito são tentativas de declarações resumidas sobre o principal sujeito;
4. Representações: pacotes (interpretativos) trazem assuntos caracterizados de uma maneira particular. Eles podem fazer isso através de metáforas de valor único ou de exemplos;
5. Imagens: ícones e outras imagens que sugerem o núcleo de um pacote interpretativo;
6. Raízes (origem): um dado pacote tem uma análise característica da dinâmica causal subjacente à faixa de eventos. A raiz do problema é trabalhada no pacote para justificar a cadeia de eventos. A raiz fornecida no pacote do Vietnã é a de um ataque militar por uma procuração soviética contra um aliado dos Estados Unidos e país independente;

7. Consequências: o pacote também apresenta as consequências que fluirão de determinadas políticas, que podem ser de longo ou curto prazo;
8. Apelo a princípios: os pacotes são desenvolvidos a partir de recursos morais e para o cumprimento de preceitos gerais (GAMSON; LASCH, 1981, p. 4-6, tradução nossa).

Um dos pontos mais expressivos da ideia de pacote interpretativo desenvolvido pelos autores é o foco nos padrões culturais de cada sociedade. Gamson e Lasch ressaltam, no texto, que os resultados serão diferentes ao longo do tempo porque a cultura de um lugar e de uma sociedade está em constante transformação e acrescentam também que elementos como a cultura política e religiosa do lugar serão balizadores para os pacotes interpretativos desenvolvidos pela mídia (GAMSON; LASCH, 1981, p. 2).

Outra gama de autores tem desenvolvido estudos de identificação de enquadramentos, como Patterson (1980, 1993), Robinson e Sheehan (1983) e Hallin (1994). Robert Entman foi o primeiro autor a realizar uma revisão sistemática do conceito dos estudos sobre enquadramentos da mídia e destaca que o processo envolve especialmente seleção e saliência, com o objetivo de promover uma definição particular do problema, interpretação moral e tratamento do problema (PORTO, 2002, p. 7).

Entman (1989) reforça que, por meio do enquadramento, é possível observar o poder do texto comunicativo e os aspectos da realidade percebida que são ressaltados no texto para gerar interpretação, avaliação moral e tratamento recomendado à questão descrita. Para a identificação do enquadramento, é necessário, conforme o autor, definir a natureza do problema – se política ou econômica, por exemplo – e avaliar quais são os atores envolvidos, a quem está creditada a solução do problema, as soluções propostas e a avaliação moral do problema dentro do contexto social, se o momento crítico é positivo ou negativo (ENTMAN, 1989, p. 1-8).

Uma contribuição importante advinda do conceito de enquadramento diz respeito à superação do paradigma da objetividade

jornalística. Tuchman (1978) questiona a imprecisão do termo “objetividade jornalística” e sentencia que o que se reveste como objetividade seria melhor descrito como rotina técnica. Para a autora, os jornalistas se defendem de críticas a partir do paradigma da objetividade, mas não conseguem explicá-lo, senão pela apresentação dos procedimentos de redação das notícias, o que não configuraria prova de objetividade.

Diferentes autores têm identificado padrões de enquadramento utilizados pelos jornalistas na construção da notícia. Em tempos de eleição, é empregado o enquadramento “corrida de cavalos” focado nas pesquisas, estratégias e chances dos candidatos. Hallin (1994), em investigação sobre a cobertura da mídia americana em conflitos na América Central, identifica os enquadramentos “Guerra Fria” e “direitos humanos”. O conceito tem sido amplamente utilizado por diversos pesquisadores da comunicação e ciências sociais para avaliar a relação da mídia com movimentos políticos e sociais.

Cantrell e Bachmann (2008) avaliam que, apesar das críticas ao conceito de enquadramento, considerado um paradigma fraturado pela falta de coesão metodológica (ENTMAN, 1993, p. 55-56), é um elemento de análise único para auxiliar o pesquisador a dar sentidos às notícias, em particular na aplicação de estudos culturais. Nesse sentido, autores dos estudos feministas têm empregado esse conceito para avaliar a presença de enquadramentos estereotipados de gênero.

Tuchman (1978) foi a primeira autora a trabalhar o enquadramento considerando a categoria gênero como ponto da análise. No artigo “The symbolic annihilation of women by the mass media”, a autora discute o apagamento das mulheres nos conteúdos da mídia americana, em especial a televisão, e como as mulheres, quando são representadas, aparecem como vítimas ou consumidoras e, acima de tudo, nos tradicionais papéis de mãe, dona de casa ou religiosas.

Diferentes pesquisas, como a de Murray (2010), apresentada na seção anterior, demonstram a formação de padrões de enquadramento da cobertura da mídia sobre as mulheres políticas.

A maior parte dos estudos, no entanto, está concentrada em períodos eleitorais. Assim, há uma lacuna de estudos de enquadramento acerca de governos de mulheres. Se os enquadramentos estereotipados que acompanham as candidatas ao longo da corrida eleitoral já estão melhor identificados, poucos ainda são os estudos que analisam a percepção e a repercussão das lideranças das mulheres nos meios de comunicação.

Esse dado trouxe mais um desafio metodológico para nossa pesquisa, uma vez que a experiência de Rousseff traz muitos elementos de novidade para a análise. Além de ser a primeira mulher eleita para a presidência da República do Brasil, foi também a primeira mulher presidente a sofrer um processo de *impeachment*.

A primeira necessidade metodológica foi definir com mais clareza o que poderia ser classificado como enquadramento de gênero. Afinal, a categoria gênero não abarca apenas o conjunto de mulheres, apesar de ser imediatamente identificado com uma expressão referente a esse grupo social. Assim, o que estamos chamando de enquadramento de gênero são aqueles baseados em estereótipos e que ratificam papéis sociais tradicionalmente definidos pelo gênero do personagem.

Para realizar a análise crítica da mídia, portanto, foram empregados os critérios da matriz de assinatura proposta por Gamson e Lasch enunciados: metáforas, exemplos, representações sociais acionadas, apelos a princípios, imagens e ícones. Essa avaliação englobou a parte qualitativa da investigação. Em paralelo, a análise quantitativa foi realizada com emprego de técnicas de estatística simples que indicaram frequência e repetição de termos e pautas e percentuais de participação de repórteres na cobertura por gênero.

4.2 O CORPUS DA ANÁLISE

As revistas de variedades possuem uma importante atuação na cobertura política brasileira. Elas chegaram ao Brasil pelas mãos da Corte Portuguesa no século XIX. A autorização para impressão em território nacional foi concedida a partir da

instalação da Imprensa Régia, em 1808, determinada por D. João VI. Entretanto, a primeira revista impressa no Brasil foi *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, criada em 1812, que seguia padrões editoriais usados na Europa e versava sobre questões morais e sociais (SCALZO, 2003, p. 27). Em 1928, o Brasil teria um fenômeno nesse segmento: a revista *Cruzeiro*, fundada por Assis Chateaubriand, que estabeleceu uma nova linguagem na imprensa brasileira, com grandes reportagens e investimento em fotojornalismo. Depois disso, o mercado editorial de revistas no Brasil entrou em expansão, e podemos citar ainda as revistas *Manchete* (Editora Bloch, 1950) e *Realidade* (Editora Abril, 1976) como precursoras desse nicho.

Scalzo (2003) destaca que as revistas consolidaram uma representação de confiabilidade, um *status* de verdade na relação com seu consumidor. A autora pontua que, historicamente, as produções impressas são consideradas mais confiáveis e, como há a crença de aprofundamento do conteúdo pelas revistas, elas se revestem da aura de um trabalho jornalístico mais aprofundado, de maior credibilidade. “As revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores.” (SCALZO, 2003, p. 14).

Adicionalmente, as revistas costumam pautar os outros meios de comunicação a partir do desdobramento de suas reportagens investigativas. Em geral, cada edição é lançada no fim de semana, aos domingos, o que confere às revistas certo protagonismo sobre o agendamento dos temas que serão repercutidas no início da semana.

[...] Com uma regularidade editorial impressionante, se mesclam os elementos mais cotidianos da vida social e privada [...] com aqueles mais marcantes e significativos: a denúncia dos grandes escândalos nacionais e as principais cruzadas políticas. Se, no passado, cabia a certos jornais, ou jornalistas, a alcunha de ‘derrubadores de presidentes’, dificilmente alguém irá contestar que tal primazia, hoje, a ninguém mais pode caber do

que à grande revista informativa de penetração nacional (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 182).

A relação das classes média e média alta com os semanários no Brasil é destacada por Kucinsky (1998), para quem as revistas funcionam como aparatos ideológicos que reforçam e constroem conceitos e preconceitos partilhados pela classe média e que influenciam seus leitores nos processos de adesão política.

Scalzo ressalta, ainda, que as capas são elementos fundamentais de uma revista, pois se constituem no primeiro elemento de persuasão do meio para o estabelecimento de uma relação comercial. Assim, elas são organizadas para maximizar as vendas. Suzuki (1985) destaca que a primeira página de um jornal é a porta de entrada para a identificação com os leitores. Nesse sentido, trará a mensagem que o veículo considera ser a mais importante para o maior número de leitores. As capas, portanto, comportam a tentativa de fazer a agenda de leitura do público, apontando o que seriam os temas mais relevantes do debate público.

O *designer* visual gráfico Milton Ribeiro (2003) explica que a construção da capa é uma etapa que passa por diversos processos de organização e decisão editorial. Em geral, a definição da imagem utilizada na capa é tarefa do diretor de arte ou *designer* editorial, que deve apresentar em estilo original o material requisitado pelos editores, a partir do *briefing*, fotografia e imagens entregues pelos jornalistas, fotógrafos e ilustradores. O processo minucioso de decisão da capa correlaciona-se à estratégia comercial de cada publicação, como explica Ribeiro: “a capa é o cartão de visitas e a apresentação da revista: nas bancas, oferece-se ao público o primeiro elemento de atração e de julgamento. Muitas pessoas são levadas a adquirir o semanal exatamente porque os gostos destas revelam-se na escolha da capa.” (RIBEIRO, 2003, p. 446).

Nesse sentido, reforça o autor, os elementos precisam estar organizados de modo a facilitar a busca do leitor por itens individuais nos quais está interessado. Por isso, há uma hierarquia da exposição de conteúdos. Leslie (2003) observa que tudo o que está disposto na capa foi planejado para capturar a atenção do

leitor, ainda que a estratégia não seja clara ou facilmente identificável. A diagramação, portanto, é mais um elemento de persuasão e cooptação do leitor. Nas palavras da professora Kelma Rocha (2004, p. 77):

Diagramação é a arte de organizar, de forma harmônica e atraente, os elementos gráficos da página e o conteúdo informativo. São eles: títulos, tabelas, fotos, publicidades, fios, tarjas. Na verdade, o ato de diagramar visa conciliar estética com técnica. Estética no sentido de deixar a página leve, suave e com uma bonita apresentação. Já a técnica diz respeito aos recursos práticos que têm a finalidade de tornar o processo de leitura algo coerente, lógico e agradável.

Adicionalmente, destaca-se que o pacote visual ofertado pelas revistas também merece atenção nesta análise, visto que a narrativa fotojornalística atua como elemento textual que corrobora e, por vezes, extrapola os limites da escrita e ativa representações sociais associadas aos lugares e personagens retratados. Como destacam Vaz e Tavares (2003, p. 1-2, grifo nosso):

[...] nas imagens jornalísticas a alteridade desponta ora disfarçada, ora naturalizada, impregnada em sujeitos específicos. As imagens, portanto, podem maquilar e/ou construir um Outro; elas podem revelar identidades e a estrutura da sociedade, suas diferenças e contradições. Elas podem contribuir, e muito, para a perpetuação e atualização de um imaginário acerca dos sujeitos.

Desse modo, as revistas semanais de conteúdo político de maior circulação e tiragem no país *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital* foram as escolhidas para composição do *corpus* de pesquisa. As quatro revistas de periodicidade semanal se constituem como as publicações que possuem cobertura política de maior tiragem, circulação e venda no Brasil. As capas e reportagens analisadas compreendem o período do início do segundo

mandato da presidenta Dilma Rousseff, 1º de janeiro de 2015, até a semana do julgamento final do processo de *impeachment* pelo Senado Federal, em 31 de agosto de 2016. Como critério inicial, foram selecionadas edições que trazem a presidenta em alguma reportagem de capa, mencionada com foto, ilustração/caricatura ou que tragam seu nome nos textos dos títulos ou intertítulos. Nesse sentido, qualquer chamada de capa das revistas que mencionou Dilma Rousseff foi selecionada para a análise, resultando em um total de 139 capas e 186 reportagens correspondentes.

4.2.1 As revistas escolhidas, breve apresentação e relação com o objeto

A revista *Veja* é a líder do mercado brasileiro, com tiragem de 861 mil exemplares (IVC, 2017). Foi criada em 11 de setembro de 1968 pela Editora Abril, com o nome original de *Veja e Leia*. Inspirada na revista americana *Time*, criada em 1922 por Henry Luce, foi a segunda revista do segmento no Brasil. Historicamente, a revista tem tido atuação marcante nos processos políticos, com a formação de uma agenda direcionada para a cobertura política do Congresso Nacional.

Na sequência, a revista *Isto É* foi lançada no Brasil em 1976 pelo jornalista italiano Mino Carta, recém-demitido da revista *Veja*, em parceria com Domingos Alzugaray, proprietário da Editora Três. Também teve forte participação no período da pré-redemocratização. É a terceira em tiragem do país.

Já a *Carta Capital* foi fundada em 1994 por Mino Carta, Bob Fernandes, Nelson Letaif e Wagner Carelli, que trabalharam juntos na *Isto É*. A proposta é que a revista fosse uma alternativa diferenciada das concorrentes. No início, era editada mensalmente; depois quinzenalmente, até passar a ter edições semanais em 2001. O semanário, dentre as publicações pesquisadas, é o quarto em tiragem e circulação, com cerca de 75 mil exemplares, e publicado pela Editora Confiança.

A revista *Época*, apesar de ser a mais nova em termos de fundação, é a segunda revista em tiragem e circulação, com 170 mil

exemplares (IVC, 2017). Foi lançada pela Editora Globo em 1998, com inspiração gráfica na revista alemã *Focus*.

As quatro publicações realizaram cobertura expressiva sobre o segundo mandato de Dilma Rousseff, com foco nas disputas políticas, nos escândalos da Lava-Jato e nos resultados da economia. Entre janeiro de 2015 e agosto de 2016, esses temas-chave foram manchete de 237 capas dessas revistas, com a crise política e os escândalos de corrupção na dianteira da cobertura.

Tabela 2 – Temas mais abordados pelas revistas

REVISTAS	POLÍTICA	ECONOMIA	LAVA-JATO
<i>Veja</i>	29	6	28
<i>Isto É</i>	27	8	27
<i>Época</i>	26	3	21
<i>Carta Capital</i>	35	13	14
TOTAL	117	30	90

Fonte: elaborada pela autora.

Ressalta-se que, apesar de não apresentarem posicionamento político oficial em favor de um candidato durante a campanha eleitoral de 2014, *Veja* e *Isto É* explicitaram em suas narrativas a preferência pelo ex-senador Aécio Neves, pelo PSDB de Minas Gerais, deixando claro o descontentamento com a reeleição de Rousseff (VEJA, ed.2337, ed.2399, 12/11/14; ISTO É, ed.2345, 5/11/2014). A revista *Época*, por seu turno, vinha dando destaque à candidatura do ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e, após a morte dele durante a campanha em um acidente aéreo, voltou-se para a vice dessa chapa, Marina Silva, que figurou na capa de três edições da revista durante o pleito eleitoral de 2014, contra uma de Aécio Neves e uma da presidenta Dilma Rousseff.

A *Carta Capital*, desde 2002, quando assumiu oficialmente seu apoio à candidatura do ex-presidente Lula, ficou marcada por uma postura ideológica de esquerda. Em 2010, lançou editorial assinado por Mino Carta que declarava apoio à candidatura de Dilma Rousseff, gesto repetido em 2014 com a seguinte explicação:

O apoio de Carta Capital à candidatura de Dilma Rousseff decorre exatamente da percepção de que o risco de uns é a esperança de outros. Algo novo se deu em 12 anos de um governo fustigado diária e ferozmente pelos porta-vozes da casa-grande, no combate que desfechou contra o monstruoso desequilíbrio social, a tolher o Brasil da conquista da maioria.

Carta Capital respeita Aécio Neves e Eduardo Campos, personagens de relevo da política nacional. Permite-se observar, porém, que ambos estão destinados inexoravelmente a representar, mesmo à sua própria revelia, a pior direita, a reação na sua acepção mais trágica. A direita nas nossas latitudes transcende os padrões da contemporaneidade, é medieval. Aécio Neves e Eduardo Campos serão tragados pelo apoio da mídia e de uma pretensa elite, retrógrada e ignorante (CARTA, 4 jul. 2014).

Se as outras revistas foram menos enfáticas que a *Carta Capital* na declaração de apoio aos candidatos, não mantiveram essa postura durante a campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. As revistas *Veja*, *Isto É* e *Época* foram abertamente a favor da destituição da presidenta, com editoriais dedicados a contestar a versão de que a presidenta Dilma Rousseff estaria sofrendo um golpe parlamentar. A *Carta Capital*, apesar de também criticar as decisões do governo, opôs-se ao *impeachment*, que considerou ser um golpe parlamentar jurídico midiático.



5 ANÁLISE: números e discussão

As representações simbólicas da presidenta Dilma Rousseff nas revistas semanais ocorreram conforme apresentado a seguir.

5.1 AS CAPAS DAS REVISTAS, NÚMEROS E SIMBOLOGIAS

Ao total, Dilma Rousseff figurou na capa de 139 edições entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de agosto de 2016. A revista *Isto É* foi a que mais trouxe a presidenta na capa: 56 edições. A *Carta Capital* tem o menor número, com 24 edições. O total de reportagens é superior, visto que, em muitas edições, são realizadas mais de uma reportagem referente à chamada de capa.

Tabela 3 – Número de capas e reportagens

REVISTA	CAPAS	REPORTAGENS
<i>Veja</i>	32	39
<i>Isto É</i>	56	67
<i>Época</i>	26	40
<i>Carta Capital</i>	24	40

Fonte: elaborada pela autora.

Na tabela abaixo, apresentamos como se deu essa menção a Dilma Rousseff nas capas – se apenas em texto, imagem ou na junção de texto e imagem.

Tabela 4 – Incidência da presidenta em imagens e textos

REVISTA	ROUSSEFF COM IMAGEM	ROUSSEFF SÓ NOS TEXTOS
<i>Veja</i>	15	17
<i>Isto É</i>	29	27
<i>Época</i>	9	17
<i>Carta Capital</i>	10	15

Fonte: elaborada pela autora.

Dilma Rousseff está mais presente com imagem nas capas do período que antecede a primeira votação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Após esse período, há uma notável ausência da imagem de Rousseff das capas, com exceção da *Carta Capital*, que investe na estratégia inversa e dá mais protagonismo à presidenta após as votações na Câmara e Senado Federal. Outro ponto a ser destacado é que Rousseff não é especialmente uma fonte das revistas. Fala-se de seu governo, de suas decisões, mas há poucas citações de autoria da presidenta. Quando Dilma Rousseff aparece em discurso direto, em geral, são retirados extratos de seus pronunciamentos ou de coletivas em eventos. A única publicação que traz entrevista exclusiva com a presidenta é a *Carta Capital*, após a aprovação da abertura do processo de *impeachment* pela Câmara e Senado (CARTA CAPITAL, ed. 902, 19/05/2016).

O padrão editorial das revistas é diverso, mas, em geral, as capas são acompanhadas por logotipo, chamada principal e chamadas secundárias. O logotipo fixa a marca da revista: é o elemento responsável pelo reconhecimento do produto pelo leitor. A quantidade de chamadas da capa é definida pelo potencial de venda das pautas, bem como pela legibilidade no projeto gráfico e até pela posição da publicação na banca de revistas. Nas edições analisadas, as chamadas secundárias são dispostas na parte superior das revistas (RIBEIRO, 2003).

O formato das revistas acompanha o padrão internacional e mede 27cm x 20 cm, uma opção mercadológica para facilitar a manipulação das publicações pelos leitores, que podem facilmente guardá-las em pastas e bolsas.

A imagem veiculada nas capas pode ser composta por fotografias, ilustração, tipologia ou fotomontagem. A direção de arte das revistas pesquisadas costuma trabalhar com fotos, ilustrações, caricaturas e fotomontagens.

Figura 3 – A arte das capas de *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital*



Fonte: recorte das capas: *Veja*, ed.2434/2015; *Época*, ed.875/2015; *Isto É*, ed.2373/2015, *Carta Capital*, ed.905/2015.

A análise identificou que a *Isto É* possui uma proposta mais sensacionalista para as capas, com padrão mais próximo aos chamados periódicos populares. Na definição da Enciclopédia Intercom da Comunicação (2010), o “sensacionalismo” designa produtos jornalísticos que privilegiam a superexposição de

sangue, sexo e crimes e é uma forma de jornalismo que valoriza o tratamento exacerbado do fato de acordo com o interesse do produto jornalístico. Desse modo, “o sensacionalismo extrapola, por meio da linguagem (texto, som e imagem), o que já é implícito na natureza do próprio fato. Em uma leitura ideológica, o sensacionalismo é uma maneira mais mercadológica de vender a notícia [...]” (ENCICLOPÉDIA INTERCOM, 2010, p. 1101).

Nesse sentido, a *Isto É* utiliza continuamente fundos escuros que caracterizam a notícia denúncia. Conforme os estudos sobre a psicodinâmica das cores, elas se associam a hábitos sociais longamente empregados e produzem efeitos psicológicos no indivíduo que se enraízam na cultura, gerando expressões e a identificação de sensações. Assim, “se um indivíduo pensa, consciente ou inconscientemente, em uma cor em relação a determinado uso que irá fazer dela, é evidente que sua reação não é diante da cor em si mas da cor em função de algo” (FARINA; PEREZ; BASTOS, 2006, p. 87). O fundo escuro nesse catálogo da dinâmica das cores oferece ao leitor a sensação da treva de atos obscuros. Ao assumir essa opção de planejamento visual gráfico, a revista, em nossa análise, pretende associar Dilma Rousseff e membros do governo a ações criminosas. Das 56 edições pesquisadas, 18 possuem o fundo escuro, conforme exemplos a seguir:

Figura 4 – O sensacionalismo da *Isto É*





Fonte: recorte das capas: *Isto É*, ed.2381/2015; ed.2415/2016; ed.2416/2016; ed.2412/2016.

Observa-se, ainda, que as cores preta e vermelha são bastante exploradas pelas revistas, especialmente para caracterizar as pautas referentes ao ex-presidente Lula e ao PT. Essas pautas, em geral, versam sobre o declínio da legenda e de sua liderança mais importante. Ainda que haja uma limitação desta pesquisa para adentrar em cada item que compôs a crise do governo e o processo de *impeachment* de Rousseff, é fundamental ressaltar que tanto o PT quanto o ex-presidente Lula foram ostensivamente incluídos na agenda da crise das revistas *Veja* (35 capas), *Isto É* (24) e *Época* (9). A *Carta Capital* só traz o ex-presidente em uma edição especial (ed.892/2016), em que afirma haver um complô político-jurídico contra Lula.

Figura 5 – Lula nas capas



Fonte: recorte das capas: *Época*, ed.890/2015; *Veja*, ed.2478/2016; *Isto É*, ed.2367/2015.

Em outra perspectiva, temos o uso das fotografias e fotomontagens da presidenta. Ana Maria Mauad (2005, p. 144) aponta a “fotografia como resultado de um processo de construção de sentido”. E desse modo, destaca a autora, a fotografia revela, “por meio do estudo da produção da imagem, uma pista para se chegar ao que não está aparente ao primeiro olhar, mas que concede sentido social à foto”. Destaca-se que a fotografia nos veículos de comunicação apoia o sentido da mensagem que se quer passar para o leitor/receptor. As imagens da presidenta Dilma Rousseff nas capas a representam de cabeça baixa, com semblante preocupado. Essas imagens associadas aos textos analisados qualificam a narrativa de derrota, abatimento e solidão da presidenta.

Figura 6 – A presidenta Dilma Rousseff nas capas



Fonte: recorte das capas: *Veja*, ed.2448/2015; *Carta Capital*, ed.901/2016; *Época*, ed.905/2015; *Isto É*, ed.2362/2015.

As fotomontagens e caricaturas ironizam ou satirizam a presidenta. A utilização de charges e caricaturas é tradicional no

jornalismo, em especial na relação com a política. “Caricatura” vem da palavra italiana que significa “exagerar”, “carregar”, e é associada aos sentidos de “ridicularizar”, “satirizar”. Já a palavra “charge” é empregada pelos franceses com o sentido de “carga”, “exagero”, “ataque”. “Além da imagem do alvo que pretende atingir, o discurso chargístico explicita uma crítica à realidade social e política. Ao mesmo tempo projeta e reproduz, as principais concepções sociais, pontos de vista e ideologias em circulação.” (QUADROS; ZUCCO; MORETTI, 2009, p. 57). Nesse sentido, os semanários empregam o recurso de forma opinativa, novamente, para acentuar as críticas a Dilma Rousseff.

Figura 7 – Charges e caricaturas nas capas



Fonte: recorte das capas: *Veja*, ed.2412/2015; *Isto É*, ed.2389/2015; *Carta Capital*, ed.868/2015.

Outro recurso estilístico encontrado foi o uso da sombra projetada, que, aparentemente, evoca a presença/ausência de Dilma Rousseff no poder. Há um apagamento da presidenta, como a dizer que ela já não existia em sua totalidade como titular do cargo. A sombra projetada se coadunava com o clamor das revistas pelo *impeachment*, pelo desaparecimento de Dilma Rousseff das páginas da imprensa. Mesmo a *Carta Capital*, contrária ao processo do *impeachment*, usou o recurso da sombra falar da crise do governo. Esse apagamento parece se ajustar ao conteúdo expresso nas reportagens, que sugeriam a presidenta perdida no “escuro”, como uma governante sem poder, como uma liderança figurativa.

Figura 8 – A sombra projetada



Fonte: recorte das capas: *Isto É*, ed.2402/2015; *Isto É*, ed.2419/2016; *Época*, ed.875/2015; *Carta Capital*, ed.842/2015.

Outro apelo empregado em três capas que compõem o enquadramento das reportagens sobre o governo Dilma Rousseff foi a associação à catástrofe, ao caos. Frequentemente, como veremos adiante, as revistas associaram a presidenta à calamidade, a partir do desempenho da economia. Nas capas, as imagens e títulos convergem para o entendimento de um país em colapso:

Figura 9 – O país em colapso



Fonte: recorte das capas: *Carta Capital*, ed.846/2015; *Veja*, ed.2444/2015; *Época*, ed.920/2016.

Pontuamos, ainda, que algumas capas fazem remissão a Dilma Rousseff sem, no entanto, haver ligação da pauta com a presidenta. Ficam claros um apelo para comprometê-la e o uso da capa como recurso da campanha midiática em favor do desgaste da imagem dela. Eticamente, uma prática deveras questionável e que fere os preceitos do bom jornalismo.

Um recurso explorado pela revista *Isto É*, a exemplo, foi associar Rousseff à corrupção a partir dos personagens citados ou denunciados nas investigações. No entanto, nas reportagens, a revista utiliza inferências e convoca eventuais relações pessoais da presidenta com os personagens para afirmar a impossibilidade de ela não saber ou não fazer parte de determinado esquema. Ou seja, nesses textos, a presidenta não era agente do fato noticiado; construía-se apenas associações com os personagens das delações e denunciados.

Figura 10 – Associação com corrupção



Fonte: recorte capas: *Isto É*, ed.2414/2016; ed.2420/2016, ed.2426/2016.

Outro resultado perceptível a partir da avaliação das capas é a tentativa de um agendamento de determinados temas, como as delações no âmbito da Operação Lava Jato, negociações com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o declínio do PT. As pautas se repetem nas capas das revistas com a diferença de uma semana para outra, e é possível perceber, na leitura das reportagens, a uniformidade do enquadramento dado à matéria,

à exceção da *Carta Capital* em algumas pautas de natureza político-partidária ou conectadas ao trabalho do Judiciário no tocante às ações da Operação Lava-Jato. As críticas à condução econômica e ao desarranjo institucional do governo são unânimes nas quatro publicações. Na sequência, abordaremos como as capas e suas respectivas reportagens consolidaram em conjunto alguns enquadramentos baseados em estereótipos de gênero.

5.2 OS ENQUADRAMENTOS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

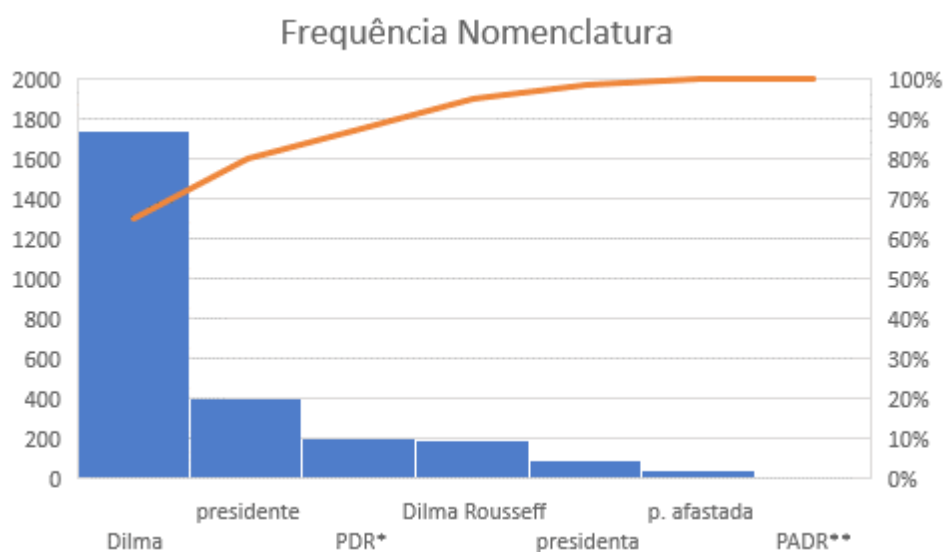
Nesta subseção, apresentamos os principais enquadramentos de gênero identificados na investigação do *corpus* de pesquisa e a respectiva análise qualitativa. Para essa classificação, foram considerados os conteúdos das capas e as reportagens associadas a elas. Tentamos aplicar um *software* de contagem de palavras, com o sentido de relacionar adjetivos especificamente associados a Rousseff. Durante o desenvolvimento da pesquisa, entretanto, percebeu-se que o método trazia resultados inconsistentes para o propósito da investigação, porque deixava de fora um sem número de construções textuais que, semanticamente, possuíam o mesmo significado do adjetivo isolado. Destacam-se as diferentes palavras e jogos de linguagem utilizados pelas revistas para afirmar que Rousseff era inábil para a política. Essas narrativas traziam desde o termo “incapacidade” até frases do tipo “não foi muito inteligente politicamente”. Assim, optou-se por aprofundar a questão da adjetivação/qualificação durante a análise qualitativa, considerando a incidência dessas menções nas quatro revistas pesquisadas.

Os quadros encontrados conectam-se às questões e cenários já identificados pelos pesquisadores de estudos feministas, conforme apresentado nas seções teóricas.

São poucas as remissões à aparência da presidenta; todavia, aspectos emocionais, descrições da vida privada e a recorrência ao *frame* criador e criatura são recorrentes. Sobre a aparência da presidenta, destacam-se as menções à sua dieta alimentar, referenciada pelas publicações como uma febre entre os políticos de Brasília.

Uma característica já destacada na seção 3 é a resistência da imprensa ao termo “presidenta”. No material pesquisado, apenas a revista *Carta Capital* adota a nomenclatura. Como destacado pela literatura feminista, percebe-se de forma enfática maior informalidade nas referências à presidenta, tratada com frequência apenas pelo primeiro nome. O gráfico abaixo demonstra tal percepção.

Gráfico 1 – Frequência das nomenclaturas



*PDR: Presidente Dilma Rousseff

**PADR: Presidenta Dilma Rousseff

Fonte: elaborado pela autora.

Pondera-se, entretanto, que, nos materiais de campanha da presidenta Dilma Rousseff, foi dado esse tratamento informal à candidata. A inferência possível é que isso tenha sido compreendido como um tratamento informal autorizado. Constrói-se a imagem de uma presidenta mais informal, mais próxima dos seus eleitores. No Brasil, é comum tratar o candidato eleito pelo nome usado nas campanhas ou no desenvolvimento da carreira política, a exemplo de Lula ou do uso da sigla FHC para designar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

A análise identifica que os preconceitos de gênero estão presentes em diferentes estilos; desde narrativas mais diretas, como

a da revista *Isto É*, que associa a presidenta ao símbolo da histeria, até em construções mais sutis de jogos de linguagem que desqualificam sua liderança. A comparação com outros líderes homens é expressiva, às quais eles logram o reconhecimento de detentores do saber político.

Outra estratégia utilizada pelas revistas foi estabelecer uma antítese entre a presidenta Dilma Rousseff e a vice-primeira dama Marcela Temer, obviamente para solidificar o lugar estabelecido pela mulher na cultura patriarcal e, com isso, reafirmar a síndrome da mulher “fora” do seu devido lugar.

Percebe-se que as narrativas confirmam o traço apontado pela teoria feminista de uma cobertura que dá ênfase às relações familiares das mulheres públicas e sua relação com a casa. Diferentes personagens femininos presentes na cobertura são referenciados em suas dimensões privadas a partir de suas relações familiares e afetivas, desde a presidenta Dilma Rousseff à ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia Antunes Rocha.

Destacamos, na perspectiva de atuação da mulher no espaço político, os enquadramentos referentes à incapacidade política da presidenta e à desvalorização da liderança feminina em comparação com a liderança masculina. Por fim, o debate sobre a solidão de Dilma Rousseff e as emoções no foco do noticiário.

5.2.1 Criador e criatura: a presidenta como poste de Lula

Em 15 das reportagens analisadas, o ex-presidente Lula é nomeado criador da carreira da presidenta Dilma Rousseff; em outras 30, a relação entre os dois também é convocada. O tema é recorrente nas revistas *Veja*, *Época* e *Isto É*, mas também aparece, ainda que de modo mais sutil, na *Carta Capital*, revista que declarou apoio durante as eleições aos governos petistas. A metáfora mais empregada para falar dessa relação é a de “criador e criatura”. Como abordado em seção anterior, desde o lançamento da primeira candidatura de Rousseff, em 2010, a imprensa brasileira utilizou o epíteto “o poste de Lula” para referenciar a candidata. Não por acaso, o

enquadramento “criador e criatura” foi identificado como um dos mais recorrentes na cobertura das mulheres políticas no mundo inteiro (MURRAY, 2010; CAMPUS, 2013; FRANCESCHET; PISCOPO; THOMAS, 2015).

O apadrinhamento político de um homem para uma mulher sugere uma forma de manipulação e perpetuação do poder político do homem. Nesse caso, as mulheres atuam a serviço dos padrinhos, em obediência a seus comandos, inclusive na condução do governo. A *Veja* assume esse discurso em diferentes edições: “Lula escolheu Dilma como sua sucessora por acreditar que ela cumpriria suas ordens e seria um títere em suas mãos” (VEJA digital, 16/09/2015, p. 8). A propósito dessa afirmação, é a revista que mais publica a figura do ex-presidente nas capas no mesmo período analisado: 35 edições dedicadas a ele.

A relação com Lula instituiu-se como marca da representação simbólica de Dilma Rousseff, do primeiro ao segundo mandato. Identificou-se, no entanto, que a tematização dessa relação tem duas faces distintas: se, no primeiro mandato, Lula aparece como detentor dos méritos, no segundo, a representação desloca-se para o “pai” decepcionado com a filha, também culpado pela crise no país. Sobre o primeiro mandato, a narrativa construída retira o mérito de Rousseff pela conquista em 2010, atribuída à popularidade do ex-presidente, conforme explicitado em reportagem da revista *Veja*:

Dilma Rousseff ascendeu ao poder em 2010 pela graça de uma só pessoa, o ex-Presidente Lula, que atuou na comissão de frente de sua campanha, abrindo espaço para que a candidata recebesse o voto de milhões de brasileiros. Mas sua queda é uma obra pela qual ninguém mais do que ela pode responder (VEJA, ed.2474 abril 2016, p. 19).

Destaca-se que a narrativa da ausência de mérito em Rousseff é um ponto evidenciado na análise das revistas e compõe tanto o enquadramento criador e criatura quanto o enquadramento de valorização da liderança masculina, tratado adiante. Os acertos são dos outros – à presidenta Dilma Rousseff, só se atribuiu o caos.

A segunda face da relação criador e criatura no segundo mandato é materializada pelas revistas *Veja*, *Isto É* e *Época* sob a narrativa da decepção do pai com a filha. A crise do governo é tratada, em certa medida, pelas publicações como uma crise da relação entre Lula e Dilma Rousseff. As narrativas conduzem o debate sugerindo que o erro de Lula foi a aposta feita em Rousseff e que, por tabela, a culpa da crise no Brasil seria dele. Nesse sentido, as críticas ao governo realizadas pelo ex-presidente são interpretadas pelas revistas como uma tentativa de se distanciar da impopularidade de Dilma Rousseff. “Há tempos o criador reclama da deslealdade da criatura”, destaca a *Veja* (VEJA, ed. 2469, 16/03/2016, p. 41). Ou seja, nem o “seu criador a acolhe”.

As metáforas das relações familiares aparecem nesse tipo de enquadramento com a presidenta em lugar da filha que necessita da proteção e tutela do pai, simbolizado na figura do ex-presidente. Nesse sentido, a fala de Lula é usada para apoiar a afirmação de *Época* de que Dilma Rousseff não tinha condições de conduzir o governo. É um texto emblemático para o contexto desta pesquisa, que merece o destaque e a reflexão:

Num encontro recente com os principais chefes do PMDB, o ex-Presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva, novo líder da oposição ao governo petista de Dilma Rousseff, comparou a Presidente a uma adolescente mimada. Na analogia, Lula se apresenta no papel de pai preocupado. O petista, como é de seu hábito, sempre aparece nesse tipo de metáfora como figura sensata, arguta, sábia. Desempenha a função do pai – do bom pai. ‘Ela (Dilma) faz bobagem, você senta para conversar e dizer por que aquilo foi errado. Ela concorda, claro’, disse Lula. ‘Mas não demora, logo no dia seguinte, ela vem e faz tudo de novo. Te chamam na delegacia para buscar a filha pelo mesmo motivo.’ Todos eram homens, e riram. A culpa pelas desgraças do país não é da Geni. É de Dilma (ÉPOCA, ed. 890, 27/06/2015).

O texto traz diversos elementos que fazem remissão às marcas das narrativas estereotipadas a partir do gênero. A convocação do

pai como a figura da autoridade, da argúcia e do melhor discernimento. A presidenta representada como uma adolescente, o ser incompleto, que ainda não está maduro para assumir determinadas responsabilidades e que repete os erros, em atitude desafiadora ao pai.

A estrutura do *mansplaining* realçada, em que o homem simboliza a sabedoria e, nesse caso, é quem precisa explicar à mulher o que e como fazer. O termo em inglês, de modo genérico, refere-se a situações em que um homem explica algo a uma mulher de forma didática. Os escritos teóricos iniciais sobre o tema apontam para uma ampliação do conceito na perspectiva feminista que abarcaria também o menosprezo ao discurso feminino e a tentativa de silenciamento das mulheres (KIDD, 2018).

Os repórteres salientam no texto “todos eram homens e riram”, demarcam a questão de gênero e finalizam com a remissão à famosa personagem da canção de Chico Buarque de Hollanda, “Geni”, a mulher/travesti apedrejada que ganhou, na linguagem coloquial, o signo da culpa. Dilma Rousseff é a Geni do Brasil, o signo da culpa, segundo a revista. Nota-se que, para além dessa analogia, a canção “Geni” é símbolo de uma intensa crítica à hipocrisia social e ao enfrentamento do indivíduo marginalizado às pressões dos homens poderosos (o prefeito, o bispo, o banqueiro); é a figura da transgressão. Na Ópera do Malandro, musical para o qual a canção foi escrita, esclarece-se que Geni é uma travesti, mais um elemento de ruptura com o padrão social, de desafio à regra estabelecida. É o ser desencaixado, fora do papel social estabelecido. De forma análoga, Dilma Rousseff é uma Geni da política brasileira, pelas inúmeras rupturas que instaurou, por romper os padrões esperados de uma mulher, ela é também esse ser desencaixado, fora do lugar. O fato de ser a primeira mulher presidente do Brasil *per si* configura um ato de transgressão.

Na sequência, Época destaca a falta de mérito de Rousseff, considerada uma mulher beneficiada pela queda dos homens fortes do governo Lula e inventada por marqueteiros. Essa expressão “o homem forte do governo”, isoladamente, fala muito de como o universo da política no Brasil é identificado

com o masculino. Se convocarmos nosso repertório simbólico, perceberemos a ausência de expressões populares que associem mulheres a poder.

Época continua a usar a fala do ex-presidente Lula para reforçar o discurso da inadequação de Rousseff ao cargo e finaliza atribuindo a ele parte da responsabilidade pela crise do governo: “Os erros dela eram, em certa medida, erros dele. Como os erros de um filho, muitas vezes, podem ser atribuídos a um pai – inclusive os erros de uma adolescente que, como na metáfora de Lula, são repetidos, apesar das censuras da figura paterna” (ÉPOCA, ed.890, 2016)

Se, no primeiro mandato, Lula aparecia na imprensa como “o criador vitorioso”, na crise do segundo mandato do governo Dilma Rousseff, as reportagens pesquisadas convergem para uma narrativa do “criador arrependido” (VEJA, ed.2469; ÉPOCA, ed.890; ISTO É, ed.2378). Os dois enfoques menosprezam a trajetória política da presidenta Dilma Rousseff, uma característica recorrente das publicações pesquisadas. De um lado, ela é representada como um poste, destituída de ideias próprias, que não tem capacidade, nem legitimidade para vencer uma eleição sem o apoio de Lula; do outro, ela é simbolizada como a catástrofe que compromete o país e os planos de carreira do ex-presidente.

A decisão de nomear Lula como ministro da Casa Civil alimentou a narrativa de transferência de poder de Dilma Rousseff para o ex-presidente, com reações do Judiciário e da imprensa. A revista *Isto É* dedica a capa da edição 2415, de 23 março de 2016, aos trechos do áudio da conversa entre o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff, gravados no âmbito da Operação Lava-Jato e divulgados pelo juiz Sérgio Moro. No diálogo, a presidenta combina a dinâmica para a assinatura do termo de posse, o que é considerado pela mídia uma tentativa de obstrução de justiça, de garantir foro privilegiado a Lula, para evitar sua prisão. A reportagem diz que, na prática, diante da fragilidade da mandatária, é o início do terceiro mandato do ex-presidente petista. A revista *Veja* (ed.2470,2016) também repudia a decisão da presidenta e classifica a medida como tentativa de transferência de poder de Dilma Rousseff para Lula.

Nenhum dos textos referenciados nesta seção, no entanto, é tão contundente quanto o do articulista da revista Época, Guilherme Fiúza, que não apenas convoca a relação criador e criatura, mas também retira qualquer mérito da presidenta e, adicionalmente, convoca a relação da mulher com o espaço privado, por meio da referência às panelas, símbolo dos protestos contra o governo Dilma Rousseff e também símbolo da cozinha, espaço da casa em que, segundo o imaginário popular, as mulheres reinam. Assim, o referido autor proclama:

O homem que inventou essa mulher entrou na mira da polícia. O homem que escrevia o que ela falava foi preso. O mito da mãe coragem foi construído com dinheiro roubado do contribuinte, apontou a Lava-Jato. Sobrou um fantoche que não fala, uma mulher que tem medo de panela (FIUZA, 2016, p. 24).

Esse excerto sintetiza o pacote interpretativo enunciado pelas revistas sobre Dilma Rousseff, representada como criação de Lula, como uma liderança frágil, sem poder, inapta para a política e que apresenta comportamentos dissonantes daqueles esperados de uma mulher.

Tabela 5 – Criador e criatura

VEJA, EDIÇÃO 18/11/2015	“Lula acha que Dilma arruinou a economia do país, desmontou a base governista e permitiu o avanço das investigações da Operação Lava-jato sobre ele e seus parentes. Aos interlocutores considera a criatura um desastre.”
VEJA, EDIÇÃO 16/09/2015	“Oportunista, Lula, o criador, há muito reclama de sua criação, e nos últimos tempos passou a fazer isso até publicamente”
VEJA, EDIÇÃO 16/09/2015	“Lula age com desenvoltura nos bastidores porque quer manter vivas as chances de disputar a Presidência em 2018. Ele é claro aos interlocutores: será candidato. Para tanto precisa tutelar Dilma e fazer dela uma marionete. A fragilidade da sucessora facilita o plano”

- VEJA, EDIÇÃO 14/01/2016** “Depois de meses de pressão, o criador, enfim, dobrou a criatura – e o terceiro mandato de Lula começou.”
- ÉPOCA, EDIÇÃO 27/06/2015** “A historinha de Lula, compartilhada num momento de intimidade política, revela quanto Lula tem, de fato, de argúcia – e quanto Dilma tem de impopularidade.”
- ÉPOCA, EDIÇÃO 16/04/2016** “Dilma se disse otimista e usou o nome de Lula 13 vezes, marcando o retorno oficial do criador”.
- ISTO É, EDIÇÃO 20/04/2016** “Seu criador, o ex-presidente Lula, responsável por legá-la ao País, - contrariando seu próprio Partido, o PT -, e idealizador da narrativa da gerentona, “mãe do PAC”, pouco lhe telefonou na semana crucial de seu governo”

Fonte: elaborada pela autora.

Figura 11 – Criador e criatura



Fonte: recortes das capas: *Veja*, ed.2447/2015; *Época*, ed.890/2015; *Carta Capital*, ed.890/2016.

5.2.2 Liderança masculina valorizada: ausência de mérito, liderança e poder em Dilma Rousseff

A leitura e análise das revistas indicam que a valorização da liderança masculina se apresenta como um padrão. Os exemplos positivos de gestão e de experiência na vida política se expressam na referência masculina. Essa situação também é identificada por Duerst-Lahti (2006) ao observar que a maior parte da bibliografia sobre liderança está centrada em personagens masculinos. A autora afirma que a categoria gênero é subutilizada nas análises sobre a liderança, o que, em sua perspectiva, é um erro, visto que a liderança, assim como qualquer outro processo social, passa pelas diferenciações de gênero. Nesse sentido, como a literatura de ciência política assume, em geral, que os líderes são ou serão homens, isso gera diversas consequências para as mulheres, como menos poder no espaço público, construções culturais associadas ao masculino sobre liderança política e, o mais importante, a dificuldade de que as mulheres sejam vistas e reconhecidas como líderes (DUERST-LAHTI, 2006, p. 5).

Somada à já identificada assimetria entre homens e mulheres em cargos de liderança política, com eles em posição de domínio, a cobertura da mídia sobre as mulheres sugere descrédito nas líderes e mesmo o silenciamento das mulheres políticas. Essa postura é evidenciada na análise do material pesquisado. Como recurso metodológico para comprovação empírica desse comportamento, avaliamos três tópicos:

1. eventuais comparações entre Rousseff e outras líderes mulheres nas edições pesquisadas;
2. o número de vezes em que mulheres políticas apareciam em enquadramentos positivos; e
3. a frequência com a qual as mulheres políticas participavam das reportagens.

A presidenta Dilma Rousseff não é comparada a outras líderes femininas em atividade em 98% dos casos. A relação com lideranças femininas se dá apenas pela comparação, em duas reportagens, com a já falecida primeira ministra britânica Margaret Thatcher e com a rainha da Inglaterra. Ambas reportagens desqualificam a liderança da presidenta, no sentido de representá-la como desprovida do talento de Thatcher; e na comparação do governo Rousseff com o da rainha da Inglaterra, ou seja, sem exercício do poder de fato.

O fato da ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher, já falecida, surgir como único exemplo qualificado de liderança feminina nas revistas causa espécie e denota que, para as publicações, a experiência feminina bem-sucedida na política ficou no passado. Destaca-se a atuação no tempo presente de outras mulheres no cenário político mundial, como a da chanceler alemã Angela Merkel, reeleita quatro vezes na Alemanha, ou das primeiras ministras Jacinda Arden, da Nova Zelândia, e Theresa May, da Inglaterra. As atuais líderes políticas femininas não possuem atuação relevante para tal exercício comparativo? Se não é possível negar a existência dessas lideranças, não as reconhecer parece ter sido a opção da imprensa brasileira.

A constatação mais expressiva é o silenciamento das mulheres políticas que aparecem em porcentagem muito inferior aos homens, aproximadamente 4%. Só para destacarmos um período significativo englobado pela pesquisa, observou-se que, no auge da campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, da qual as senadoras participaram ativamente dos processos de oposição (Simone Tebet, do PMDB do Mato Grosso, e Ana Amélia, do Partido Progressista (PP), do Paraná) e defesa ao governo Dilma Rousseff (Gleise Hoffman, do PT do Paraná, e Vanessa Grazziotin, do PCdoB da Amazonas), o número de incidência do nome dessas mulheres nas reportagens pesquisadas é baixíssimo, sem citações diretas dessas fontes, uma falta grave do ponto de vista da apuração jornalística, e mais um dado que comprova a tendência à invisibilidade das mulheres políticas na imprensa tradicional.

Tabela 6 – Mulheres políticas nas revistas

PARLAMENTARES BRASILEIRAS CITADAS	Nº DE EDIÇÕES QUE APARECEM
Kátia Abreu	2
Luíza Erundina	1
Gleise Hoffman	2
Vanessa Grazziotin	3

Fonte: elaborada pela autora.

Uma das poucas remissões às senadoras aparece na edição 2436 da *Isto É*, que trata do julgamento final do *impeachment* no Senado Federal. A reportagem destaca, no entanto, a atuação do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandovsky, diante do excesso das parlamentares.

Não raro alinhado às teses petistas, o Presidente do STF, Ricardo Lewandowski, atuou como manda o figurino. Com elegância chegou a suspender o áudio de Gleise Hoffmann: ‘Senhora senadora, eu tenho que ser muito rígido com o tempo. Peço escusas à Vossa Excelência’, disse. Repetiu a dose ante os excessos de Grazziotin e Kátia Abreu (PMDB-TO). Esta última também teve o microfone cortado. Tranquilo e sereno, o Presidente do Supremo adentrou ao Plenário às 9h05 (ISTO É, edição 2436, 12/08/2016).

Ressaltamos a caracterização das parlamentares como excessiva, que não sabem obedecer às regras da casa, enquanto o juiz aparece como a figura da serenidade e sensatez. Uma das abordagens mais positivas em que uma parlamentar aparece é na entrevista concedida pela deputada federal Luiza Erundina à *Carta Capital*, na qual trata-se, pela primeira vez nas publicações pesquisadas, da questão de gênero no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Sem discutir o mérito de seu desempenho no governo, é inegável que o componente gênero entra no jogo. A maioria dos homens, com honrosas exceções, não acredita na capacidade da mulher de governar, conduzir

e liderar. A bancada feminina tem menos de 10% das cadeiras na Câmara, apesar de as mulheres representarem 52% do eleitorado. Desde a aprovação do sufrágio feminino, levamos 78 anos para eleger uma mulher Presidente da República. O simples fato de Dilma chegar ao poder ainda mais saída do campo da esquerda, determina essa má vontade contra ela, ainda que isso não seja reconhecido publicamente por eles (ERUNDINA, 2016).

Outro dado verificado é que as líderes políticas mulheres, quando aparecem, estão mais referenciadas a comportamentos negativos do que positivos. Nesse sentido, não se cria um arcabouço simbólico em que as mulheres figuram como líderes competentes. Apesar de nossa análise se concentrar no cenário brasileiro, percebe-se esse dado como uma tendência da mídia também em outras partes do globo.

A documentarista Jennifer Newsom revela essa abordagem desqualificadora sobre as mulheres políticas nos Estados Unidos. No documentário *Miss Representation* (2011), a partir da análise da cobertura da mídia americana e do depoimento de mulheres políticas, Newsom destaca como a imagem predominantemente depreciativas das mulheres na mídia contribui para a baixa representatividade delas em posições de liderança. Em um dos quadros comparativos, a propósito, o documentário revela que o deputado John Boehner, nas primeiras quatro semanas como presidente da Câmara de Deputados, foi capa de cinco revistas semanais nacionais, enquanto a deputada Nancy Pelosi, que assumiu a mesma função por quatro anos, nunca apareceu em uma capa dessas revistas. O documentário demonstra ainda a diferença de enquadramento, o uso de verbos diferenciados para tratar a fala de homens e mulheres, a exemplo de “os senadores declaram”, enquanto as “senadoras reclamam”. A mídia americana também insiste em destituir as mulheres políticas de mérito pessoais, sempre associando seus avanços às suas relações pessoais com homens poderosos. Comportamento semelhante, como observado nesta investigação, tem sido adotado pela imprensa brasileira.

A destituição de mérito é um elemento central nas narrativas de desqualificação da presidenta Dilma Rousseff no material analisado. Como descrito acima, a vitória em 2010 é associada ao apoio do ex-presidente Lula e, no segundo mandato, as narrativas se estabelecem para dividir os acertos do governo como ações dos homens e os erros como ações de Dilma Rousseff. A *Carta Capital* reforça esse padrão em duas edições que elogiam ações tomadas pelo governo. O retorno das reuniões do Conselho da Presidência, medida celebrada pela revista, é atribuída ao trabalho do ministro da Casa Civil Jacques Wagner (CARTA CAPITAL, edição 886, 3/,2/2016). O então ministro da Fazenda Nelson Barbosa é o protagonista da edição 884/2016, com sua foto acompanhada do seguinte título: “Em Busca da Esperança”. A reportagem comemora a posse do ministro e enfatiza: “Ponto para o ex-Presidente Lula e o PT, há tempos a cobrar de Dilma Rousseff tal saída” (CARTA CAPITAL, edição 884, 2016, p. 15).

Gamson e Lasch (1981) apontam que a utilização do exemplo é uma das ferramentas da mídia para cristalizar seu posicionamento em determinados temas. *Veja* emprega essa técnica para ratificar que o poder e o saber residem nas mãos dos homens parlamentares e são características ausentes na presidenta Dilma Rousseff. Em geral, os textos da revista trazem um nariz de cera² em que se destaca uma ação protagonizada por um líder masculino comparada a alguma decisão do governo de Rousseff, como no excerto a seguir:

Quando era Presidente Fernando Henrique Cardoso cultivou a fama de exterminador de crises, que, dizia-se, sempre saíam do Palácio do Planalto menores do que entravam. De Dilma Rousseff, fala-se exatamente o oposto. Centralizadora e avessa a negociações, a

.....
2 “Nariz de cera” é um termo empregado no jornalismo para designar a introdução do texto que não obedece ao *lead* e contém informações consideradas desnecessárias, que retiram objetividade do texto jornalístico.

Presidente semeou um quadro de recessão econômica e derrotas no Congresso (VEJA, 15/07/2015, p. 28).

A tendência a valorização dos homens políticos, no entanto, não se restringe à *Veja* – é observada no conjunto das capas e reportagens analisadas em todas as revistas. A frequência de capas dedicadas à ação masculina no campo político, bem como de reportagens elogiosas sobre a atuação deles, supera substancialmente as que se referem à atuação delas. No período pesquisado, à exceção da presidenta Dilma Rousseff, apenas duas mulheres do campo político brasileiro aparecem em capas: a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, personagem de uma reportagem da *Isto É* (ed.2414) sobre corrupção; e a senadora Gleise Hoffman que aparece em conjunto com outros parlamentares denunciados por corrupção na *Carta Capital* (ed.840).

Nesse sentido, as revistas repetem títulos como “Os homens que estão mudando o Brasil”, juízes da Lava-Jato (*Época*, ed.870, 07/02/2015); “Ele salvou o ano”, referência ao juiz Sérgio Moro (*Veja*, ed.2458, 30/12/2015); “A guarda do palácio”, referência a Michel Temer, Eduardo Cunha e Renan Calheiros (*Época*, ed.892, 10/07/2015); ou ainda “Deixa o homem trabalhar”, referência ao ministro Joaquim Levy (*Época*, ed.861, 29/11/2014). A ausência de edições com capas dedicadas a mulheres políticas é um forte indicativo de que a atuação das mulheres no campo político ainda é desconsiderada no agendamento da mídia e não está fortemente institucionalizada. As parlamentares não são reconhecidas pelas publicações como agentes influentes no campo político e a voz delas é flagrantemente silenciada.

Um aspecto recorrente é o *mansplaining* com narrativas que localizam os homens como detentores da experiência e do saber. Isso se instituiu na cobertura sobre Dilma Rousseff com diferentes personagens. Um exemplo é a relação que se estabeleceu entre as revistas e o ministro da Fazenda Joaquim Levy, encarnado pelas publicações como a figura racional do Governo. Quando da indicação de Levy, em novembro de 2014, a revista *Época* (ed.861, 29/11/2014) celebrou o nome e cobrou

da Presidenta: “Deixa o homem trabalhar”. *Veja* foi ainda mais enfática: na edição 2407, de 7/01/2015, a capa da revista traz uma imagem de Dilma Rousseff e Joaquim Levy com o título: “O poder e o saber”. O texto da reportagem adverte que, se em Rousseff reside o poder formal, é em Levy que se encontra a sabedoria para lidar com a gestão do país. A *Carta Capital*, ainda que em tom de crítica, destacou que a presidenta era refém do ministro da Fazenda e destacou, na capa da edição 844 de 01/04/2015: “Joaquim manda”. Além do caso de Levy, a própria relação de Rousseff com o ex-presidente Lula, como apontado na subseção anterior, tem esse caráter de professor e pupila, em que ele é o símbolo da sabedoria, da argúcia, e ela da mulher que precisa ser tutelada.

A ausência de poder em Dilma Rousseff é outro aspecto amplamente reforçado pelas publicações. Liderança implica poder, assim como implica influência, conforme Duerst-Lahti (2006, p. 7). Na visão das revistas, a presidenta não possuía essas características. Assim, uma série de capas e reportagens reforçam que a presidenta detinha apenas o poder formal, mas que a autoridade e o cérebro do governo foram deslocados para mãos masculinas, como as do ex-presidente Lula, do vice-presidente Michel Temer e dos presidentes do Senado e Câmara Federal, Renan Calheiros e Eduardo Cunha. As revistas *Veja*, *Época* e *Isto É* intitulam Dilma Rousseff de “presidenta figurativa” e convocam o modelo britânico em que a rainha não toma as decisões do governo, que ficam a cargo do Parlamento. As publicações insistem que a presidenta não tem as características de um líder e que já não possui autoridade sobre o governo.

Para reforçar esse ponto de vista, elas usam afirmações de opositores ao governo de Rousseff e de aliados, incluído nesse rol o ex-presidente Lula. Nesse sentido, *Isto É* afirma: “Nos bastidores aliados e oposição concordam que Dilma transformou-se, contraditoriamente, numa figura menor do seu próprio mandato”. Já a revista *Veja* repercute fala atribuída ao ex-presidente Lula: “Dilma é ótima para ser mandada, mas uma tragédia para mandar” (VEJA, ed. 2469, 16/03/2016, p. 41).

A revista *Época* faz a reportagem mais contundente, em que descarta qualquer característica de liderança em Rousseff. A publicação destaca o que, na sua percepção, são os dois grandes líderes modernos: o ex-presidente americano Bill Clinton e a ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher. O título da reportagem é por si o indicativo da desqualificação a Rousseff: “Líderes que iluminaram o Caminho. Mais à esquerda ou mais à direita governantes com diferentes qualidades já mostraram como enfrentar crises. *Nenhum se portou como um poste*” (ÉPOCA, ed.902, 19/09/2015, p. 35, grifo nosso). O texto da reportagem destaca a trajetória política de Clinton e Thatcher para reafirmar que Dilma Rousseff não possuía um histórico na vida pública que lhe credenciasse a atuar como líder do país.

Dilma deveria seguir à risca o conselho de Margaret Thatcher, primeira-ministra inglesa e conhecida como ‘dama de ferro’ devido aos cortes orçamentários implementados por ela nos anos 1980: ‘Ser líder é como ser uma dama: se você precisa provar que é, então você não é’ (ÉPOCA, ed.902, 19/09/2015, p. 32).

Apesar de não apoiar o processo de *impeachment*, *Carta Capital* faz críticas severas ao governo Dilma Rousseff, em especial à influência de líderes do PMDB, bem como do ministro Joaquim Levy. A revista também reforça a ausência de liderança da presidenta Dilma Rousseff e sua dificuldade de diálogo, comparando-a com o ex-presidente Lula, reconhecido pela publicação como verdadeiro líder. “Dilma Rousseff não tem o carisma e o extraordinário tino político de Lula e cometeu erros graves de pontos de vista variados”, afirma a publicação (CARTA CAPITAL, ed.903, 01/06/2016). Em outro trecho, que aborda a participação do ex-presidente em manifestação pública, a *Carta Capital* sentencia: “O ex-presidente, que compareceu à passeata paulistana, teve bons motivos para se comover ‘com o carinho do povo’, como ele próprio diz ao acentuar a presença

preponderante dos jovens *que nele enxergam o líder*” (CARTA CAPITAL, ed.903, 2016, p. 19, grifo nosso).

Novamente, destacamos que a ausência do mérito da presidenta Dilma Rousseff em estar no cargo é o elemento central utilizado pelas revistas em suas narrativas de desqualificação, uma vez que a eleição de Rousseff é atribuída à popularidade de Lula e a trajetória dela no campo político é desconsiderada. Lula, tido como um líder carismático, que vinha de dois mandatos extremamente populares, continua no imaginário coletivo como figura maior dos governos petistas. Ele permanece como representação do líder, e ela como sombra.

Ainda que a imprensa brasileira reforce esse simbólico, ela não o produziu sozinha. As campanhas eleitorais de Dilma Rousseff foram construídas com a narrativa da continuidade e com a presença constante do ex-presidente Lula, ao extremo de ele afirmar em propaganda eleitoral de 2010: “Votar na Dilma é a mesma coisa que estar votando em mim” (HPEG, 07/08/2010). A estratégia de *marketing* retirou o protagonismo da candidata e reforçou sua condição de pupila do ex-presidente. É fato que a própria presidenta, ao aceitar essa dinâmica, se colocou em situação de seguidora, e não de líder. Ao mesmo tempo, quando aparentou maior protagonismo, foi mais criticada e associada à incompetência. Percebe-se que o mérito da vitória bem como os acertos de gestão são amplamente vinculados a Lula ou outras figuras masculinas do núcleo duro do governo, enquanto os erros e as crises são direcionados a Rousseff.

Diferentes autores, entretanto, identificaram que há uma relação cultural entre liderança e masculinidade, simbolicamente reforçada, como Kellerman (1984), French e Raven (1984) e Eagly e Carli (2004).

Existe uma associação cultural porque a maioria dos líderes foram homens. Pelas mesmas razões culturais – e mais – as pessoas podem ter dificuldades em ver o potencial de liderança de uma mulher, confiar que qualquer mulher pode liderar bem ou estar disposto

a legitimá-la como líder, mesmo que ela tenha uma posição formal (DUERST-LAHTI, 2006, p. 9).

Apesar da pesquisa focar o caso Dilma Rousseff e considerar suas especificidades, ao checarmos a representação simbólica de outras lideranças políticas femininas, percebemos que esse traço cultural da desconfiança sobre a performance das mulheres nos cargos públicos alcança a maioria delas. “Uma mulher confronta expectativas culturais amplamente compartilhadas sobre mulheres e líderes, e as duas não correspondem. Portanto, elas podem ser vistas como eficazes, como boas organizadoras ou coordenadoras, ativistas talentosas, mas não necessariamente como líderes” (DUERST-LAHTI, 2006, p. 10).

Ao recordar a trajetória de Rousseff quando ministra dos governos Lula (2002-2010), observamos sua valorização pela mídia como a gerente, a executiva dedicada à técnica e ao bom serviço público,³ características que, ao longo dos mandatos dela, foram desvalorizadas e que, aos olhos da imprensa, não a legitimavam como líder.

A caracterização depreciativa da liderança feminina, no entanto, não se restringe a Dilma Rousseff, mas alcança o conjunto de mulheres em posições de poder, o que demonstra um padrão de cobertura da mídia com viés de preconceito de gênero, que acompanha, de certo modo, o senso comum e lamentavelmente tem contribuído para a permanência do simbólico que dissocia as mulheres às funções de poder.

.....
3 Ver: revista *Isto É*, ed.1, 03/11/2010; revista *Veja*, ed.2198, 05/01/2011.

Tabela 7 – Valorização da liderança masculina

VEJA, EDIÇÃO 07/01/2015	“Na economia, o primeiro passo foi dado no bom caminho, com a nomeação de Joaquim Levy, que a Presidente buscou no Bradesco, <i>um profundo conhecedor da máquina pública, certeza de racionalidade e sensatez.</i> ” (versão digital, p. 4)
VEJA, EDIÇÃO 21/01/2015	“Por fim, Dilma, neófito na política, <i>nunca foi pragmática como Lula</i> ” (versão digital, p. 10)
VEJA, EDIÇÃO 07/10/2015	“Se há uma coisa que o senador Romero Jucá <i>entende como ninguém</i> é a quase sinuosa relação que os governos estabelecem com o Congresso” (versão digital, p. 1)
VEJA, EDIÇÃO 14/10/2015	“O abraço dos enforcados entre Dilma e Cunha foi ideia do ex-Presidente Lula, <i>mestre na arte de escapar de situações extremas.</i> ” (versão digital, p. 2)
VEJA, EDIÇÃO 18/05/2016	“Collor já dizia em conversas reservadas que o governo Dilma estava morto. <i>Nada como a experiência.</i> ” (p. 63)
VEJA, EDIÇÃO 18/05/2016	“Com seus mais de 30 anos de política, Michel Temer <i>sabe muito bem disso.</i> ” (p. 66)
VEJA, EDIÇÃO 08/06/2016	“O ex-Presidente José Sarney <i>sabe das coisas.</i> Com a autoridade de seus 60 anos de vida pública e um talento nato para resistir a tormentas, Sarney disse numa conversa gravada que a delação premiada de executivos da Odebrecht provocaria um estrago digno de “uma metralhadora de ponto 100”. (p. 50)
VEJA, EDIÇÃO 27/07/2016	“Calheiros é a expressão mais viva do que <i>se pode chamar de “político de Brasília.”</i> p.
ISTO É, EDIÇÃO 15/04/2015	“ <i>Hábil tanto nas articulações de bastidor como no manejo das palavras, o experiente</i> Temer nunca admitirá ultrapassar a fronteira decisória e hierárquica que o separa da Presidência da República e o distingue da Presidente eleita.”
ÉPOCA, ED. 906, 19/10/2015	“Cunha <i>tem a frieza de quem teceu, durante toda a sua carreira política e em várias frentes, uma rede de proteção digna dos mais ousados equilibristas</i> ” (p. 29)
ISTO É, EDIÇÃO 08/17/2015	“Em 2005, auge do escândalo do mensalão, <i>o governo petista contava com a liderança e o carisma de Lula,</i> sua capacidade de mobilização e, principalmente, com a sustentação do Congresso.”

Fonte: elaborada pela autora.

Figura 12 – Liderança masculina valorizada



Fonte: recorte das capas: *Veja*, ed.2407/2015; *Isto É*, ed.2382/2015; *Época*, ed.892/2015; *Carta Capital*, ed.844/2015; *Época*, ed.870/2015; *Carta Capital*, ed.883/2016; *Época*, ed.902/2015.

5.2.3 O ser fora de lugar: a inabilidade política

A qualificação mais uniforme em todas as revistas pesquisadas é de Dilma Rousseff como alguém que não sabe fazer política. Os textos sobre a incapacidade da presidenta para atuar no campo foram repetidos à exaustão. A primeira ênfase dada é à dificuldade de diálogo da presidenta com os pares. Nesse sentido, Rousseff é classificada pelos semanários como arrogante, centralizadora e que, em sendo inexperiente na política, não sabia dialogar com o Congresso (VEJA, ed. 2469, 16/03/2016; ÉPOCA, ed. 905, 12/10/2015; CARTA CAPITAL, ed. 886, 03/02/2016; ISTO É, ed. 2362, 11/03/2015). A segunda ênfase, no entanto, está mais circunscrita à sua capacidade de negociar, no sentido de barganha política.

Poderíamos aceitar, inicialmente, que se trata apenas de crítica que pode alcançar também os homens políticos. De fato, pode-se dizer de um político incompetente, mau gestor. A diferença, nesse caso, nos parece um pouco mais problemática pela forma como essa inabilidade política foi tematizada.

O primeiro ponto a ser destacado é a negação da trajetória de Dilma Rousseff na política. Ora, a presidenta, desde os 22 anos, integrou organizações de resistência ao regime militar instalado no Brasil e foi presa política. Após sua libertação da cadeia, foi para Porto Alegre, onde retomou a militância política no partido legalizado de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com o fim do bipartidarismo, Dilma Rousseff e seu marido, à época, Carlos Araújo, uniram-se a Leonel Brizola para refundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após a perda da sigla partidária para o grupo de Ivete Vargas, juntaram-se novamente para fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Foi assessora da bancada do PDT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 1985, após o apoio à candidatura de Alceu Collares à prefeitura de Porto Alegre, ela foi convidada, inicialmente, para a Secretaria de Indústria e Comércio, mas reivindicou, junto ao aliado, o comando da Secretaria da Fazenda, em que de fato tomou posse. Em 1999, assumiu no governo de Olívio Dutra (PT) a

pasta de Minas, Energia e Comunicação do estado do Rio Grande do Sul. No governo Lula, foi ministra de Minas e Energia e depois ministra da Casa Civil.

Mas esse histórico é completamente desacreditado pela mídia como trajetória na política. A pesquisadora Céli Pinto destaca como o enfoque da técnica Dilma Rousseff negava a atuação dela na política. Nesse sentido, a autora pondera:

A crise que resultou no impeachment aflorou a grande contradição da vida de Dilma na política: por um lado, uma mulher que, desde os 16 anos, esteve profundamente envolvida em política; por outro adversários e companheiros acusando-a de não ser política, de não ter sabido conversar com os deputados, de não ter sabido negociar. Somou-se a isto o grito preconceituoso das urnas. Em que os que apontaram o dedo para Dilma estavam pensando, quando a acusaram de não ser política? (PINTO, 2018, p. 30).

Clara Araújo (2018) destaca como a mídia apaga ou critica as experiências de Dilma Rousseff na política, em um processo de constante deslegitimação. A autora indica que a atuação política privilegiada na cobertura da mídia reduz-se à participação em pleitos eleitorais, argumento utilizado para desqualificar todas as experiências da presidenta, incluso nessa lista o exercício de cargos no Executivo que têm o viés político. Araújo identifica, na perspectiva de gênero, como o argumento da inexperiência ganha outros contornos na cobertura da mídia quando se trata de personagens masculinos, os casos do governador de São Paulo João Dória e do presidente francês Emanuel Macron. A despeito de não terem vasta experiência na política, tampouco em escrutínios eleitorais, foram caracterizados como resposta “a velha política”. Nesses candidatos, reforça a autora, a inexperiência adquire a áurea de distanciamento da “velha” política e dos “velhos políticos” (ARAÚJO, 2018, p. 43). Nesse sentido, observa-se que tudo em Rousseff foi caracterizado como falta, ausência, transgressão. Ela era o “ser fora do lugar”.

A insistência da mídia em destituir Dilma Rousseff como agente político passa pela mistura de política com barganha. Política se reduz, nos textos midiáticos, à capacidade de barganhar, inclusive admitindo-se que muitos desses acordos feriam preceitos republicanos. É certo que o campo político, como um campo agonístico, é movido por disputas e negociações que solicitam de seus atores capacidade de articulação e estratégia. O que fica evidente na análise do *corpus* de pesquisa é que a inadequação da presidenta Dilma Rousseff, na definição da mídia, passa mais pela resistência a se incorporar ao tipo de jogo político vigente em Brasília. Esse jogo passa longe do primeiro conceito de política desenvolvido por Aristóteles, que, em linhas gerais, tem a política como meio para alcançar a felicidade dos cidadãos e que se divide em ética (que se refere à felicidade individual do homem na cidade-estado ou pólis) e no exercício da política propriamente dita (relacionada a ações pela felicidade coletiva).

Há uma incoerência nas reportagens que ora clamam por um novo sistema político, livre de corrupção, e ora reificam a capacidade de barganhar dos políticos. Observa-se este trecho da revista *Época*: “Dilma está atada a um paradoxo. Enquanto sua fraqueza é não saber fazer política, sua virtude é a conduta oposta àquelas associadas aos políticos. Hoje, o maior capital de Dilma é a percepção da população de que ela não é corrupta.” (*ÉPOCA*, ed.913, 2015, p. 16). Vê-se que o entendimento do exercício da política está conectado a um imaginário de práticas nem sempre éticas que, a princípio, a Presidenta não participa, traço que se, por um lado, a qualifica eticamente, por outro, a destitui de características do que é ser político para a imprensa brasileira. Institui-se um cabo de guerra entre pragmatismo generalizado e virtude.

Esse trecho nos remete à discussão do filósofo brasileiro Henrique Cláudio de Lima Vaz (1988) sobre a transformação da política e da ética na modernidade. O autor revisita a estrutura clássica grega que configurou a ética e a política como conceitos interdependentes. Na ética, a finalidade (*telos*) é o bem como fim da *práxis* individual, e para a política, o *telos* é o bem de todos,

ou seja, a justiça da cidade (VAZ, 1988, p. 259). A modernidade, a partir de Maquiavel e, posteriormente Hobbes, desloca a visão clássica grega da política e, em certa medida, destitui a ética em favor da tecnicidade, da razão instrumental, em que o bem de todos já não é o fim, e as leis se concentram mais em garantir a prática do poder. Assim, o filósofo adverte para a emergência de um novo paradigma que se afasta do pensamento político clássico em favor do imediatismo do poder pelo poder:

Quando essa ordem começa a ruir, na aurora dos tempos modernos, a vontade de poder se impõe como constitutiva do político, sem outra finalidade a não ser ela mesma e sem outras razões legitimadoras senão as que podem ser deduzidas da hipótese inicial da sua força soberana (VAZ, 1988, p. 259).

Nesse sentido, ao analisar as narrativas da mídia sobre Rousseff, percebemos que muito do que está sendo avaliado como capacidade/incapacidade política está conectado à capacidade de se manter no poder, da “vontade de poder”, o que justificaria ações pragmáticas e a adaptação ao jogo político instituído.

Novamente, estamos diante de construções textuais que flagrantemente apontam para um jogo político condicionado mais pela troca de favores pessoais do que pelo compromisso com o interesse público. Se, por um lado, a imprensa brasileira dedica boa parte de sua agenda a criticar a corrupção e o *modus operandis* do Parlamento brasileiro, de outro, legitima e reconhece as habilidades de determinados atores políticos que mantêm viva essa estrutura viciada. De certo modo, ao fazer essas considerações, a imprensa sustenta a permanência da política de varejo brasileira.

Um claro exemplo dessa incoerência são as narrativas que se referem ao ex-deputado Eduardo Cunha, considerado pelas revistas o algoz de Dilma Rousseff. Em 38 anos de política, não há indicativo legislativo, material ou simbólico de alguma ação que tenha beneficiado a coletividade oriunda do trabalho

do deputado, preso por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Uma análise de sua trajetória política aponta para uma longa ficha de crimes contra a administração pública, desde sua primeira atuação como gestor público na Telerj, em 1990. Sobre sua atuação legislativa, enumera-se um conjunto de projetos de lei de cunho religioso com retirada de direitos das mulheres, de caráter homofóbico e que favorecem empresários do setor ruralista e da indústria de alimentos.⁴ No entanto, a argúcia política de Cunha é exaltada em diferentes publicações (ISTO É, ed.2394; ÉPOCA, ed.906).

A análise nos leva a compreender que a pergunta socialmente necessária se desloca da perspectiva personalista da figura política e alcança uma questão mais ampla, que exige maturidade social para enfrentar e diz respeito ao modelo de política que queremos. Thompson (2011), ao falar do domínio do escândalo político, ressalta que, ao focar a atenção nas personagens políticas e nas polêmicas, a sociedade deixa de diagnosticar e combater a raiz dos problemas, que são mais de ordem institucional, de regras e tradições, do que de indivíduos. Nesse sentido, governo após governo, assistimos a escândalos de mesma natureza se repetirem, com a imprensa a repercuti-los, sem, no entanto, se alterarem institucionalidades ou as regras do jogo político.

A comparação entre a abertura do processo de *impeachment* de Rousseff e a votação para a admissibilidade do processo de *impeachment* do presidente Michel Temer, em 2017, nos leva ainda para a dimensão do clube masculino da política brasileira. Novamente, destacamos como a imprensa brasileira assume a perspectiva de que o comportamento natural é da negociata política. Observa-se trecho da revista Época, de 2017, que tratou da votação de admissibilidade do pedido de *impeachment* do presidente Temer. Não há mulheres na referida confraternização.

.....
4 Ver: GERMANO, Felipe. 7 projetos de lei perigosos que apareceram desde que Cunha assumiu a Câmara. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/7-projetos-de-lei-perigosos-que-apareceram-desde-que-cunha-assumiu-a-camara/>. Acesso em 13 ago.2016. Ver: Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830533. Acesso em: 15 set. 2018.

Durante a votação, na sala de reuniões da 1ª vice-presidência da Câmara, o deputado Fábio Ramalho, do PMDB de Minas Gerais, o Presidente da Casa, Rodrigo Maia, do DEM do Rio de Janeiro, e deputados de situação e oposição se juntaram para almoçar a famosa galinhada servida por Ramalho, conhecido como Fabinho Liderança, em sua casa. De frente para a longa mesa de madeira, há um quadro que dá o tom do estado de espírito presidencial e de parlamentares que se protegem mutuamente: ‘Nesta Casa somos verdadeiros, nos divertimos, pedimos desculpas, damos segundas oportunidades. Abraçamos, perdoamos, somos pacientes, rimos bem alto, amamos. Somos uma família.’ Um dia antes, Fabinho lotara seu apartamento com cerca de 60 deputados para confraternizar em torno de Temer, onde resolveram tomar uma providência. Uma não, cinco garrafas da cachaça mineira Providência, produzida em Buenópolis, envelhecida em tonéis de carvalho e amburana e teor alcoólico de 47%. Temer dispensou a bebida e pediu sorvete de queijo com limão, enquanto abraçava os congressistas. Essa camaradagem não garante a aprovação das reformas. Mas ajudou a salvar Temer. Não há relato de coisa parecida feita por Dilma Rousseff, nem mesmo para salvar seu mandato (BERGAMASCO; CAMPOREZ, 2017).

No decorrer do processo de *impeachment*, a imprensa brasileira reforça que Dilma Rousseff era uma presidente estranha, alheia à gravidade da situação (VEJA, ed.2434, 15/07/2015; ÉPOCA, ed.890, 27/06/2015). Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, após o processo de *impeachment*, a presidenta reconhece erros na condução do governo e fala sobre sua postura com os parlamentares, em especial com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha: “Tinha gente que dizia pra mim: ‘Tem que fazer aliança com Eduardo Cunha’, mas o rompimento, olhando de hoje, era inexorável. Não existe acordo com Eduardo Cunha. Existe submissão” (ROUSSEFF, 2017). A repórter questiona a presidenta sobre as consequências dessa recusa em negociar com o parlamentar:

Maria Cristina Fernandes: - A recusa a um acordo não lhe custou um mandato?

Dilma Rousseff: Custaria mais para o país. Muito mais.

Maria Cristina Fernandes: Não está custando agora, pelo conjunto da obra do Governo Michel Temer?

Dilma Rousseff: Acontece o seguinte minha querida, custaria eu fazer, né? Você vai me desculpar, mas eu não vou assaltar o país (ROUSSEFF, 2017).

Essa postura autêntica de Dilma Rousseff, de observância aos seus padrões morais e éticos, diverge do padrão. Na percepção da presidenta, o acordo a afetaria moralmente mais do que a perda do cargo. O texto de domínio público é que falta em Dilma Rousseff o gosto pelo poder.

Propomos que, nesse sentido, Rousseff personifica a diferença. Como discutido em seção anterior, esse debate tem muitas nuances, pois, ao passo em que se alimenta um discurso sobre qual diferença fará a participação do grupo x ou y nos espaços de poder, há um embate dentro das instituições para que essa diferença seja apagada.

A presidenta, em nossa percepção, é um exemplo de como a diferença foi lida como ameaça, e, por isso, a necessidade de expurgá-la antes que se produzissem efeitos concretos, de longo prazo, na institucionalidade vigente. A mídia também leu Rousseff como algo fora do padrão, e isso precisava ser controlado e desqualificado discursivamente. Não tratamos apenas do estilo político da presidenta, mas das mudanças na institucionalidade que a chegada dela à presidência significaram.

Recordamos que, em 2011, a edição 2198 de *Veja* sobre a posse de Dilma Rousseff em seu primeiro mandato destacava as alterações que precisavam ser feitas na organização administrativa do Palácio do Planalto para atender a uma mulher presidente. Os ritos e os recursos humanos que operavam no Palácio estavam orientados a servir os líderes homens, e seriam necessárias diversas adaptações. A revista chama atenção ao fato de que mais mulheres seriam incorporadas ao *staff*, como na tripulação

do avião presidencial. Parecem pequenos arranjos, no entanto, materialmente, significam uma inversão de poderes. A tripulação do avião presidencial, antes majoritariamente masculina, tornava-se um espaço dominado por mulheres. Havia também mais ministras de Estado e mais mulheres em cargos comissionados do Executivo Federal. Já nessa reportagem, *Veja* adverte que as mulheres precisam provar competência e que outras experiências com ministras não haviam sido exitosas.

O debate da adaptação, integração e inclusão das mulheres encaixa-se bem nessa reflexão sobre Dilma Rousseff. Como apresentado em seção anterior, a entrada das mulheres no espaço político está condicionada a uma série de adaptações que pressupõem a aceitação tácita de regras e institucionalidades desenvolvidas em um modelo androcêntrico que constroem e impossibilitam a “inclusão”, ou seja, que novos atores possam introduzir novas práticas e perspectivas às instituições democráticas.

Observa-se que, com a saída de Rousseff da presidência, os vestígios da diferença vão sendo apagados. Isso é comprovado pela diminuição de mulheres no Executivo Federal, pelo desmonte da Secretaria de Políticas para Mulheres, pela ausência de negros no governo e, sobretudo, pela ofensiva vitoriosa das pautas conservadoras.

Nessa guinada conservadora, *Veja* divaga sobre o possível destino de Rousseff pós-impeachment, remetendo-a ao ambiente familiar, para cumprir de modo tradicional os papéis de mãe e avó:

Dilma nunca teve pretensões eleitorais. Se for cassada, voltará a morar em Porto Alegre, dedicando-se à filha e aos dois netos, à leitura e eventualmente, a assistir peças de teatro. Ela já havia reconhecido que, caso derrotada, seria ‘carta fora do baralho’ (VEJA, ed.2478, 09/03/2016, p. 63).

Essa expectativa, no entanto, não se cumpre. Dilma Rousseff permaneceu na política, e saiu candidata ao Senado Federal pelo estado de Minas Gerais nas eleições de 2018, sem sucesso eleitoral dessa vez.

Tabela 8 – Inabilidade política

ISTO É, EDIÇÃO 18/02/2015	“No Congresso, a fragorosa derrota na escolha do presidente da Câmara sacramentou a <i>fama de inabilidade política da presidente</i> . Mesmo contando com uma ampla maioria parlamentar e articulando o nome de um candidato alternativo para o posto, tomou uma sova.”
ISTO É, EDIÇÃO 11/03/2015	“A coleção de evidências de sua insuperável <i>inabilidade política</i> em todos os campos e com inúmeros interlocutores alimentou a descrença geral na mandatária e colocou um grande ponto de interrogação sobre como ela conduzirá o país daqui para frente.”
ISTO É, EDIÇÃO 31/08/2016	“Se é incapaz de transferir votos, <i>inepta</i> para pavimentar maiorias parlamentares, como poderia nutrir planos políticos para si própria ou pra outrem?”
VEJA, EDIÇÃO 16/03/2016	“Com sua <i>habitual inabilidade política</i> , introduziu no vocabulário de Brasília uma palavra da qual qualquer governante fraco faz tudo para passar longe – renúncia.”
VEJA, EDIÇÃO 11/05/2016	“Se nunca se deu ao <i>trabalho de distribuir os pequenos mimos que tanto aquecem o coração dos políticos</i> , não foi apenas porque isso não é do seu feitio, mas porque os atalhos que a levaram à Presidência permitiram-lhe pular certas etapas.”
ÉPOCA, EDIÇÃO 21/09/2015	“Dilma Rousseff, no entanto, <i>não foi a líder que os brasileiros esperavam, ou precisavam</i> . Sabendo o que precisava ser feito – cortar despesas –, não o fez. Sabendo o que não deveria ter feito – aumentar impostos –, apresentou um pacote que se assenta sobre um tributo cuja implantação trará, entre outros efeitos, a alta nos preços e o aumento do desemprego.”

Fonte: elaborada pela autora.

Figura 13 – Inabilidade política



Fonte: recorte das capas: *Época*, ed.913/2015; *Veja*, ed.2474/2016; *Carta Capital*, ed.860/2015, ed.857/2015.

5.2.4 A solidão das mulheres

Outro enquadramento marcante da cobertura do segundo mandato de Dilma Rousseff refere-se ao isolamento político e à solidão da presidenta. A tematização da solidão no poder é comum na cobertura política, especialmente em fins de mandatos, quando a mobilização em torno dos novos governantes se instaura. No caso de Dilma Rousseff, entretanto, o tema extrapola as questões da vida pública e chega à ambiência privada.

Na edição 2399, a primeira após a reeleição de Rousseff em 2014, *Veja* traz a presidenta na capa com a seguinte manchete: “A solidão da vitória”. Durante o segundo mandato, as revistas se revezam na repercussão dessa temática. Em março de 2015, três meses após o início do segundo mandato, a revista *Época* afirmou:

Ela é a mulher mais poderosa do Brasil – mas não consegue mandar. Ela é a mulher com nove partidos aliados no Congresso – mas está abandonada. Ela é, afinal, a mulher a quem o Brasil deu mais quatro anos – mas que, com apenas dois meses de segundo mandato, não consegue governar. Acossada pelas consequências políticas, econômicas e sociais dos erros que cometeu nos primeiros quatro anos, Dilma Rousseff está só (ÉPOCA, ed.875, 14/03/2015, p. 16).

Esse isolamento/solidão é, na opinião das quatro revistas pesquisadas, resultado da inabilidade política da presidenta, de sua dificuldade de diálogo com os pares e de seu temperamento difícil. “A Presidente nunca foi muito querida entre os servidores, pelos mesmos motivos que não é querida pelos políticos: seus arroubos de impaciência, o hábito de gritar e a rispidez no trato”, afirma reportagem da Época com o objetivo de esclarecer os motivos da solidão da presidenta (ÉPOCA, ed.931, 16/04/2016).

As narrativas convergem para uma representação de Rousseff como alguém que não consegue produzir parcerias e laços afetivos tanto na vida pública quanto na vida privada.

O isolamento da Presidente Dilma está também na vida privada. Sua filha, Paula, que está grávida, e seu neto, Gabriel moram em Porto Alegre. Dilma, que é divorciada, vive no Palácio da Alvorada apenas com a mãe, Dilma Jane, de 92 anos. Desde que dona Dilma adoeceu, a filha almoça todos os dias em casa quando está em Brasília. Elas estão juntas no Alvorada desde 2011[...] s presidentes desde a redemocratização eram políticos, com amigos na política. Não é o caso de Dilma. Nos finais de semana, é comum a Presidente telefonar a ministros e auxiliares mais próximos para ter com quem conversar. Vencer o delicado momento do impeachment, para Dilma, é antes derrubar seu claustro (ÉPOCA, ed.913, 07/12/2015, p. 17).

Quase o mesmo texto, escrito por repórteres diferentes, é publicado em *Veja*:

Todos os presidentes da República padecem de solidão, mas é certo que Dilma é uma Presidente mais sozinha do que foram seus antecessores. No Alvorada, mora só com a mãe. Dilma Jane, de 92 anos, é assistida diariamente por três enfermeiras, locomove-se em cadeira de rodas e, por causa dos lapsos de memória, já não é capaz de fazer companhia à filha (VEJA, ed. 2477, 11/05/2016, p. 51).

A “solidão” da presidenta é, portanto, um tema comum às revistas, com pontos de interseção entre elas no modo de abordar o assunto. As relações familiares e afetivas de Rousseff são problematizadas com ênfase no seu estado civil. A qualificação de personagens públicas femininas a partir da apresentação das condições familiares, especificamente sobre o estado civil, tem sido uma tendência na abordagem da mídia. Campus (2013) descreveu como a secretária de Estado americana Condoleezza Rice, solteira, era questionada em programas de auditório sobre sua disposição para um possível casamento.

A cobrança sobre as mulheres de suas relações afetivas ou do desempenho de funções relacionadas ao espaço privado nos mostra como há uma dificuldade da sociedade e suas instituições em romper com o padrão cultural da mulher dedicada à casa, à família e especialmente ao amor. A representação simbólica clássica da mulher está cristalizada em sua relação com o amor. Seja o amor romântico, representado pelas princesas e esposas devotadas, ou o amor materno, solidificado no imaginário coletivo como sublime e incondicional. Nesse sentido, a professora Linda Rubim (2003, p. 171) esclarece:

A mulher é reconhecida desde o Século XVIII como um ser sensível destinada para o amor. É ela que representa a encarnação suprema da paixão amorosa, do amor absoluto e primordial. Nas sociedades modernas, o amor se impôs como um pólo constitutivo da

identidade feminina. Assimilada a uma criatura caótica e irracional, a mulher é supostamente predisposta às paixões do coração. A necessidade de amar e a ternura aparecem, cada vez mais, como atributos especificamente do feminino. Na verdade, ainda mais longe, pode-se afirmar que, desde a era clássica, a expressão do sentimento é considerada coisa mais adequada ao feminino que ao masculino. Os homens são obrigados, em suas revelações íntimas a mais reserva, mais moderação, mais controle dos sentimentos e das emoções que as mulheres. As visões tradicionais das mulheres como ser de excesso e desmedida, assim como as ideologias modernas que se recusam a considerar a mulher como um indivíduo autônomo vivendo para e por si mesmo, contribuíram para conjugar estreitamente identidade feminina e vocação para o amor. Celebrando o poder do sentimento sobre a mulher, definindo-a pelo amor, os modernos legitimaram seu confinamento à esfera privada. A ideologia do amor contribuiu para reproduzir a representação social da mulher naturalmente dependente do homem, incapaz de chegar a plena soberania de si.

Ao insistir em tematizar questões sobre os relacionamentos amorosos ou familiares das mulheres políticas, a imprensa ratifica esse simbólico sobre o feminino e o amor, pontuando como falta ou incompletude, no caso das mulheres, a ausência de um companheiro ou de uma estrutura familiar tradicional.

Observou-se, na pesquisa, nesse sentido, que a “solidão” ou, mais especificamente, o estado civil das mulheres públicas é tematizado e explicado pela imprensa. A apresentação da ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia publicada na *Época* no preâmbulo de uma entrevista revela tal comportamento:

Cármen Lúcia estaria sozinha na casa branca e imaculada no Lago Sul de Brasília não fossem os processos que estuda, não fosse a fé que a acompanha. Essa mineira de 61 anos, não tem empregada, nunca se casou e não

tem namorado há alguns anos porque trabalha demais, adora os 18 sobrinhos e os nove sobrinhos-netos. É uma mulher casada com o Direito e com suas causas (ÉPOCA, ed. 931, 16/04/2016).

Nota-se que o destaque realizado pela revista se refere às relações privadas da ministra, e não ao seu currículo profissional. A publicação, inclusive, precisa explicar e dar sentido à ausência de marido e filhos na vida de Cármen Lúcia. Outro ponto a ser observado é que a personagem tem a simpatia do veículo, e, nesse caso, tenta-se construir uma narrativa elogiosa de sua “solidão”. Se em Dilma Rousseff, personagem combatido pelas revistas, a solidão provém de seu temperamento difícil, em Cármen Lúcia, vem da dedicação religiosa ao trabalho.

A propósito dessa afirmação, percebe-se que a revista utilizou os símbolos mais tradicionais para completar a descrição da ministra, santificando-a por meio de elementos como devoção à família e à religião.

Fotos da família grande, da mãe com quem se parece muito, do pai que tem hoje 97 anos e a quem é muito apegada. Um quadro pequeno retrata o Rio São Francisco. Vejo Jesus no crucifixo junto à porta, a escultura da santa pintada à mão, um cálice de comunhão, o desenho do rosto de Cristo com a sua coroa de espinhos, a toalha bordada com Nossa Senhora das Graças estendida sobre a cama com uma bíblia. Sua fé explica muitos de seus gestos e votos. [...] Sem maquiagem e sem esmalte, os cabelos prateados e naturais, a juíza assa um tabuleiro de pães de queijo e prepara, ela mesma, um gnocchi al pomodoro, seguido de pudim de leite e goiabada cascão com queijo da serra [...] (ÉPOCA, ed. 931, 16/04/2016).

O poder não é algo que deva ser desejado por uma mulher. Afirmar, portanto, que uma mulher se dedicou amplamente ao crescimento na carreira profissional fere a hierarquia de sentidos da cultura patriarcal. A propósito, Valcárcel (1994, p. 77-78)

esclarece que as mulheres poderosas da história quando associadas à Igreja, salvavam-se da representação da mulher diabólica. A filósofa afirma que o poder está associado a características como maldade, ambição, volúpia, elementos contrários ao que se espera de uma boa mulher. Nesse sentido, ela aponta que as rainhas cristãs que chegaram ao poder exorcizavam-no associando-se aos símbolos da religiosidade e, assim, estavam protegidas da associação ao mal. De sua pesquisa sobre as diferentes personagens femininas que ocuparam o poder, Valcárcel constata que, para o exercício pacífico do poder, só resta às mulheres:

[...] ostentar o poder algemadas, com as mãos juntas, em atitude de desculpa, e casadas com sua própria virgindade ou com algum homem sombrio, e com o tempo se converter em viúvas inconsoláveis. Porque se a mulher assim não o faz, simplesmente peca, peca contra a natureza e a cultura, e como a mãe Eva, introduz o pecado (VALCARCEL, 1994, p. 77).

Quando *Época* destaca a religiosidade da ministra Cármen Lúcia, seu amor pelos sobrinhos e o hábito de cozinhar, está atuando para enquadrá-la nos signos culturalmente acolhidos do feminino e, desse modo, para preservá-la. Ao fazê-lo, no entanto, a revista reforçou o senso comum e perdeu a oportunidade de construir um novo simbólico sobre a mulher no poder.

No caso de Rouseff, a entrada na seara familiar foi utilizada para a construção de sua antítese: Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer. No ápice da campanha pelo *impeachment*, a revista *Veja* publicou o artigo “Bela, recatada e do lar”, que trata da relação conjugal de Marcela e Michel Temer e da rotina da “vice primeira-dama” como dona de casa, esposa e mãe zelosa (VEJA, ed.2474, 2016). A sentença da repórter é de que o vice-presidente é um “homem de sorte”. O artigo gerou indignação das mulheres no país, que iniciaram uma campanha bem-humorada nas redes sociais para questionar o viés machista adotado pela revista. A filósofa Djamilia Ribeiro percebeu a atitude

de *Veja* como uma tentativa de apresentar um perfil de mulher oposto ao da presidenta Dilma Rousseff, em mais uma manobra para enfraquecer sua imagem.

Fica evidente a tentativa da revista de fazer uma oposição ao que Dilma representa. Uma mulher aguer-rida, forte, fora do padrão imposto do que se entende que uma mulher deve se comportar. Mas, é como se dissessem: mulher boa é a esposa, a primeira dama, a “que está por trás de um grande homem (RIBEIRO, 2016).

A revista segue um padrão de representação com as marcas da tradição patriarcal, representando o homem político como o chefe da família, acolhido e amado pela esposa e filho. Enquanto uma narrativa posiciona a Presidenta como uma mulher fora dos padrões, do outro retrata “o homem de família”.

Logo depois de acordar o vice tomou café, escolheu o terno com a ajuda da primeira-dama e deu os retoques finais no discurso de posse [...]. Michelzinho, o filho mais novo de Temer, acompanhava junto ao pai a intensa movimentação no início daquela manhã (VEJA, ed.2478, 18/05/2016, p. 65).

Nota-se que a vida privada do homem político é também acio-nada com a intenção de qualificá-lo, conferir-lhe simpatia, credibilidade e empatia. As investigações sobre representação simbólica de mulheres e homens políticos indicam, no entanto, que as questões familiares têm menor peso na representação deles (PAIVA, 2008; NORRIS, 2007).

A família sempre foi um elemento de destaque nas campanhas eleitorais; no entanto, as mulheres estão historicamente conectadas à figura da primeira dama. Essa mudança de perspectiva da mulher primeira dama para a mulher chefe de Estado ainda não amadureceu no repertório simbólico das diferentes sociedades. Nos últimos anos, observa-se que o papel da família tradicional tem sido intensificado nas campanhas eleitorais,

acompanhando a onda conservadora emergente. Fraser (2007, p. 300) destaca que, nos Estados Unidos, a campanha de Bush escolheu como estratégia de campanha em Ohio destacar os valores familiares, com a “defesa do casamento” como um dos temas escolhidos pelos republicanos para a realização de um plebiscito naquele colégio eleitoral, o que atrairia muitos eleitores cristãos fundamentalistas. Nesse sentido, a socióloga reflete que, apesar de as propostas políticas do governo Bush acarretarem perdas de redistribuição de renda e tornarem as condições de vida da população mais difíceis, “a direita conseguiu persuadi-los de que são os direitos ao aborto e ao casamento gay que ameaçam seu estilo de vida” (FRASER, 2007, p. 301). Ao focar em uma estratégia de política cultural regressiva, aponta a autora, a direita consegue desfocar a atenção de sua política de redistribuição regressiva.

Ao defender padrões familiares, as instituições consideradas democráticas, como a imprensa, no limite, estão defendendo o ambiente privado como o local primaz da atuação das mulheres. Percebam que, na representação da família Temer, há uma convocação ao modelo de família consolidado e valorizado na tradição patriarcal, em que a mulher é a dona de casa dedicada ao marido e ao filho. Dilma Rousseff, no entanto, confronta esse padrão, sendo mulher divorciada, sem parceiro, e já avó, um retorno à independência dos rituais familiares primários do dia a dia. Desse modo, associa-se a crise econômica e ética do governo a uma crise de valores da sociedade, a um estado de insegurança motivado pela mudança dos padrões morais, com a família no centro dessas questões.

A explicação, para alguns autores, como Engels (1884/1964) e Xavier (1998), é de que o modelo familiar na tradição patriarcal⁵

.....

5 A relação entre família e patriarcado remete à origem do termo “família”, do vocábulo latino “famulus”, que significa “escravo doméstico”. Esse organismo social configurou-se como instituição na Roma Antiga. A família romana era centrada no homem, e o patriarca tinha como propriedade a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, inclusive com o poder de decidir o direito de vida e de morte sobre eles (ENGELS, 1884/1964; XAVIER, 1998). No entanto, o patriarcado não se refere ao poder do pai, mas ao poder dos homens,

atua para a manutenção do *status quo*, e, nesse sentido, há uma disputa também em torno da definição do que é família. Contestar modelos familiares que saiam do padrão da família nuclear patriarcal é contestar em verdade mudanças nas estruturas de poder. Não por acaso, a disputa no Brasil que se constituiu em torno do projeto de lei sobre o estatuto da família, com bancadas religiosas e as igrejas atuando para impedir a alteração da legislação que define o que é considerado “família”.

Fizemos esse recorte para deixar claro que as representações simbólicas pela mídia não estão isoladas da produção de efeitos no plano material e que se trabalha em uma cadeia de sentidos em prol da manutenção do sistema vigente, visto que as disputas pelo rompimento do *establishment* são constantes. Como bem observa Foucault em *A microfísica do poder* (2001), o sistema vigente percebe as ameaças a seu domínio e trata de neutralizá-las, para que sejam incorporadas à lógica do sistema ou para que sejam condenadas.

Figura 14 – Solidão



Fonte: recortes das capas: *Veja*, 2434/2015; *Época*, ed.931/2016; *Isto É*, ed.2437/2016.

.....

como categoria social. Em linhas gerais, o patriarcado se configura em duas diretrizes: a subordinação hierárquica das mulheres aos homens e a subordinação dos jovens aos homens mais velhos (MATOS, 2008).

Tabela 9 – Solidão

ÉPOCA, EDIÇÃO 07/12/2015	“Os presidentes desde a redemocratização eram políticos, com amigos na política. Não é o caso de Dilma. Nos finais de semana, é comum a presidente telefonar a ministros e auxiliares mais próximos para ter com quem conversar. Vencer o delicado momento do impeachment, para Dilma, é antes derrubar seu claustro.”
ÉPOCA, EDIÇÃO 07/12/2015	“Os aliados políticos se foram. Os funcionários mais próximos buscam emprego. Até em casa, no Palácio da Alvorada, Dilma Rousseff está sozinha e reclusa”.
CARTA CAPITAL, EDIÇÃO 25/05/2018	“A segunda impressão, pelo contrário, confirma aquela que tive no passado. Vi, melhor, senti uma personagem solitária naquele cenário desmesurado, esmagador antes que imponente.”
VEJA, EDIÇÃO 11/05/2016	“Todos os presidentes da República padecem de solidão, mas é certo que Dilma é uma presidente mais sozinha do que foram seus antecessores.”
ISTO É, EDIÇÃO 20/04/2016	“A solidão dos políticos, nos últimos dias de poder, é tamanha que até o cafezinho passa a ser servido frio, reza a tradição. A presidente Dilma não sofreu com isso na semana antecedente à votação do seu impeachment na Câmara. Seu café já estava gelado fazia algum tempo.”

Fonte: elaborada pela autora.

5.2.5 As emoções em foco

Os estudos feministas, como apontado na seção anterior, ressaltam o foco da cobertura da atuação política das mulheres em traços emocionais. As mulheres identificadas na cultura como seres emocionais são mais representadas simbolicamente a partir de seus sentimentos e estado de humor. A cobertura política da presidenta Dilma Rousseff reforça intensamente esse postulado. Na análise das revistas, observa-se a presença da descrição do humor da presidenta, críticas a sua personalidade e ilações sobre sua condição psíquica.

Os textos perpassam dois eixos, ambos vinculados a uma perspectiva psicológica. A primeira caracteriza a presidenta como uma mulher temperamental, mal-educada, irritadiça, grosseira, à beira da histeria. A segunda aposta na descrição de uma mulher

fora da realidade, com reações distantes da normalidade, fria diante da crise.

Mais uma vez, o que se apresentam são narrativas baseadas em construções preconceituosas e essencialistas baseadas em gênero. Percebe-se que os textos obedecem aos seguintes parâmetros: mulheres são mais sensíveis, choram. Dilma Rousseff não chora, não está abatida. Mulheres são dóceis, frágeis. Dilma Rousseff é dura, ou, nas palavras de um aliado, segundo a revista *Época*, “Dilma é um general” (ed.931). Há o choque entre expectativas dissonantes. A mídia trabalha com uma representação de mulher calcada em estereótipos secularmente consolidados no imaginário popular. Dilma Rousseff rompe quase que na totalidade com esse repertório e, por isso, é interpretada como uma ameaça, uma disfunção. Assim, é empreendido um processo de desqualificação da mulher Dilma.

Nesse sentido, todas as revistas caem nas armadilhas dos estereótipos emocionais para explicar as ações ou reações da presidenta. As revistas a favor do *impeachment*, *Veja*, *Isto É* e *Época*, utilizam a descrição de traços emocionais para reafirmar a inadequação da presidenta ao cargo: irada, irascível e irritada são alguns dos adjetivos repetidos. Já a *Carta Capital* (ed.903, 30/03/2016), contrária ao *impeachment*, também usa estereótipos sobre a mulher para fazer de Dilma Rousseff a vítima do golpe e infere que ela é “um tanto ingênua”. É interessante perceber como os dois lados se apegam a representações essencialistas sobre a ação das mulheres para legitimar seus argumentos.

A prática de *gaslighting* é reconhecida no conjunto de textos analisados. O termo foi inspirado no filme de 1944 e se refere à manipulação psicológica para que a mulher e todos ao redor acreditem que ela enlouqueceu ou que não é mais capaz do próprio juízo.

O caso mais emblemático foi a edição “As explosões nervosas da presidente”, da revista *Isto É*. A publicação afirma que Dilma Rousseff usa medicamentos psiquiátricos e, “segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca” (ISTO É, ed.2417, 06/04/2016, p. 34). A reportagem, cujo

título é “Uma Presidente fora de si”, é questionável em todas as suas dimensões. O texto é construído apenas com *off* atribuídos a “assessores palacianos”, a capa é descontextualizada e utilizam uma fotomontagem em situações e lugares absolutamente distintos para insinuar o descontrole emocional da presidenta. A foto, sabe-se, é da presidenta comemorando um gol da seleção brasileira, conforme imagem abaixo.

Figura 15 – A fotomontagem da Isto É



Fonte: Blastingnews.

Conforme o inciso V, artigo 12, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), o profissional deve “rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomontagem, edição de imagem, reconstituição de áudio ou quaisquer outras manipulações”. A *Isto É* usa de má fé e não explica ao leitor o contexto da fotografia. O preconceito de gênero no texto é explícito, tanto pela remissão ao mito clássico da histeria, quanto pela comparação feita entre Rousseff e a rainha Maria I, conhecida como “Maria, a louca”. Adicionalmente, atinge de modo amoral aqueles que utilizam medicamentos psiquiátricos.

Para aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a Presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de

afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar (ISTO É, ed.2417, 06/04/2016, p. 34).

Entre receituários e depoimentos de assessores palacianos, a revista problematiza a continuidade de Rousseff no cargo, insistindo que ela não possuía controle emocional: “Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. A autoridade se esvai quando seu exercício exige exacerbar no tom, com gritos, berros e ofensas.” (ISTO É, ed.2417, 06/04/2016, p. 37).

A associação ao mito da mulher histérica não é privilégio de Rousseff. Insinuações sobre o estado psíquico de outras presidentas ou mulheres públicas são comuns na cobertura da imprensa. A presidenta Cristina Fernández de Kirchner foi destaque da revista argentina *Noticias*, que também questionou sua sanidade mental.

Figura 16 – Cristina Fernández de Kirchner na revista *Noticias de la Semana*



Fonte: reprodução da capa da *Revista Noticias de la Semana*, ed.1902/2013.

A histeria é histórica e simbolicamente relacionada às mulheres há alguns séculos. Diagnosticada como uma doença feminina uterina, a histeria remonta a escritos do Egito Antigo e

só desmistificada pelos estudos de psicanálise de Freud, no início do século XX. O cerne da associação entre mulheres e histeria está no fato de elas serem identificadas como emotivas e sensíveis, e não como seres racionais. Desse modo, às mulheres é denegada a possibilidade de um discurso mais inflamado ou o aumento do tom de voz sem que isso lhe impute a pecha de histérica. O mesmo comportamento, se manifestado por um homem, terá na cultura outros significados, como virilidade, agressividade ou, mais negativamente, como grosseria. Mas jamais põe em risco o *status* da racionalidade do homem.

Observa-se que, na edição 2378, de 01/07/2015, a *Isto É* traz uma capa com o ex-presidente Lula em que também destaca “desequilíbrio e desespero”, mas, já na foto, a diferença de tratamento entre ele e Dilma Rousseff se impõe. A reportagem, apesar de sublinhar o abatimento do ex-presidente e seus ataques contra o governo de Dilma Rousseff, faz a avaliação desse comportamento como uma estratégia política, incluindo depoimentos de analistas políticos comentando a tática do ex-presidente. A irritação de Lula ganha contornos racionais, tem um propósito definido pela revista. Já as reações de Rousseff, ao contrário disso, são prova de incapacidade política e intelectual na visão da revista, avaliadas a partir de análises psiquiátricas.

Figura 17 – Lula na *Isto É*



Fonte: recorte da capa *Isto É*, ed.2378/2015.

Novamente, é preciso reforçar um padrão de representação da mídia que vive de reconfirmar estereótipos, sem interesse em rompê-los. Há uma clara dificuldade da mídia em lidar com mulheres que têm voz no espaço público. Para aquelas que escolhem o silêncio, como a primeira dama Marcela Temer, há uma reverência; já para as que decidem expor suas ideias, colocar-se publicamente, a reação invariavelmente é um severo julgamento público. Citamos o caso da ex-primeira dama norte-americana Michelle Obama, também atingida pelo *gaslighting* da imprensa local. Reportagem do *New York Post*, de 2012, traz a seguinte manchete: “Mad as hell Michelle” (Michelle irada). A manchete vinha acompanhada de uma foto de Michelle Obama com o semblante fechado e a seguinte legenda: “Eu não sou mulher negra irritada”. A edição de setembro de 2008 da revista *Radar* perguntava em sua capa: “What’s so scary about Michelle Obama?” (O que é tão assustador sobre Michelle Obama?). A edição trazia uma espécie de FAQ (*Frequently Ask Questions*) com perguntas e respostas sobre a personalidade, as ideias e o comportamento da primeira dama. Entre as questões, a provocação: “Por que ela é tão brava?”.

A diferença entre Michelle Obama e Marcela Temer, por exemplo, está clara. A primeira tem voz ativa, uma carreira pública e uma atuação política extremamente marcante. Já a segunda manteve-se quieta, silenciosa, conformada aos padrões mais tradicionais da representação simbólica feminina: a beleza, a casa e a maternidade. Nesse sentido, é possível afirmar que a reatividade ao discurso político das mulheres é muito alta nos conteúdos da mídia, o que as faz serem menos legitimadas como líderes frente aos leitores, porque ali não são reconhecidas. Esse comportamento dos produtos da mídia perpetua uma tradição histórica de apelar ao silêncio público das mulheres, traço constantemente ratificado pelas produções simbólicas.

Mary Beard (2018), na obra *Mulheres e poder: um manifesto*, destaca a interdição da fala pública como um dos elementos que definem a separação das mulheres dos espaços de poder. A partir da análise das obras da literatura clássica que fundam a cultura ocidental, a autora recorda trecho da *Odisseia*, de Homero, em que o

jovem Telêmaco repreende a mãe, Penélope, que acabava de pedir ao bardo que se apresentava no saguão do palácio uma música alegre.

Mãe, diz ele –, volte para os seus aposentos e retome seu próprio trabalho o tear e a roca... Discursos são coisas de homens, de todos os homens, e meu, mais de que qualquer outro, pois meu é o poder nesta casa. E lá se vai ela de volta ao andar de cima. Há algo um tanto ridículo nesse menino recém-saído das fraldas calando a experiente Penélope, de meia-idade. Mas é uma boa demonstração de que, no ponto em que começam as provas escritas da cultura ocidental, as vozes femininas não eram ouvidas em âmbito público (BEARD, 2018, p. 16).

Jamieson (1995) declara o silêncio como um dos *double binds* a que as mulheres públicas estão expostas. Se, por um lado, o silêncio pode conduzi-las ao ostracismo, por outro, a fala está sempre sob rígida avaliação do público.

Retomando o *corpus* da pesquisa, o uso de metáforas e mitos negativos sobre o feminino também deve ser ressaltado. A *Isto É*, a propósito, mantém essa linha narrativa mesmo após a polêmica com a edição sobre o estado psicológico de Rouseff acima referenciada. Dessa vez, o mito convocado pela revista é o da Medusa. A reportagem usa um nariz de cera que fala do amor de Dilma Rouseff pelas artes, em especial pela obra de Caravaggio e sua Medusa. A pauta, entretanto, trata a suposta sabotagem de Rouseff e demais integrantes do PT ao governo interino de Michel Temer. A nota descreve as ações de Dilma Rouseff como violentas e traiçoeiras com o país. A foto da reportagem destaca a presidenta observando o quadro da Medusa com a seguinte legenda: “A vida imita a arte? A Presidente contempla a pintura Medusa Murtola, de Caravaggio”. No encerramento da nota, novamente, a crítica desqualificadora: “Os discursos de Dilma estão longe de ter potencial para ingressar na história como a Medusa de Caravaggio. Mas o conteúdo é de uma violência contra a verdade digna de deixar os brasileiros paralisados.” (ISTO É, ed.2421, 29/04/2016, p. 40).

Destacamos que a Medusa é um símbolo que tem sido amplamente utilizado para representar mulheres poderosas. Existem algumas explicações para a origem da Medusa. A mais difundida delas remonta à mitologia grega. Medusa teria sido uma bela mulher, sacerdotisa de Atena, que, seduzida/violentada⁶ por Poseidon no templo, foi castigada pela deusa, que a transformou em uma criatura monstruosa com poder de fazer virar pedra quem olha nos seus olhos. Medusa significa proteção e, na Líbia, foi simbolizada como a sabedoria feminina. Mas o mito foi também significado como a raiva e a selvageria feminina. A morte de Medusa, decapitada por Perseu, é considerada uma metáfora da instalação do patriarcado na sociedade, a cabeça cortada e exposta seria a expressão do poder dos homens sobre as mulheres.

Nas representações atuais que correlacionam as mulheres políticas ao mito, as simbologias acionadas são as mais negativas. Ao final da eleição americana de 2016, os partidários de Donald Trump fizeram uma montagem em que ele aparece como Perseu decepando a cabeça de Hillary Clinton como Medusa. Theresa May recebeu a alcunha de Maydusa, e Angela Merkel também ganhou uma montagem associada ao mito (BEARD, 2018, p. 81-82). Mais uma vez, percebe-se a tentativa de denegar às mulheres a possibilidade do exercício do poder. São acionadas simbologias que as correlacionam com o descontrole, a raiva, como personagens dissonantes dos espaços de poder, vencidas pelos homens.

A insistência na desqualificação de Rousseff como agente político era tão alta que mesmo mitologias positivas eram utilizadas de modo reverso para associar a presidenta a efeitos negativos de toda sorte, como explicitado no trecho de reportagem da revista *Época*:

.....
6 Existem diferentes versões sobre a história. Em uma, Medusa teria sido seduzida e amado Poseidon no templo. Em outra, ela teria sido violentada por Poseidon.

Parlamentar que se aproxima de Dilma em busca de força e prestígio colhe, ao contrário, enfraquecimento e desprestígio entre os colegas. Picciani tentou crescer no Congresso apoiado em Dilma, não em seu partido, e se deu mal. Como um Midas ao contrário, em vez de ajudar, Dilma derruba quem se aproxima (ÉPOCA, ed. 905, 12/10/2015).

A associação à mulher diabólica também se faz presente. Primeiro, na fala do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, repercutida por *Isto É*: “A Presidente fez um pacto com o demônio para salvar o seu governo. Vai governar como? Não vai. Vai ser governada” (ISTO É, ed.239I, 30/09/2015, p. 23). E no trocadilho usado por *Veja* para dizer que a presidenta faz de tudo para se manter no poder:

Quando era candidata à reeleição, Dilma Rousseff disse que poderia ‘fazer o diabo’ para vencer a sucessão presidencial. Disse e fez arruinando as finanças do país. Agora, com o mandato ameaçado, ela recorre outra vez ao tihoso – o tihoso do fisiologismo... (VEJA, ed. 2473, 13/04/2016, p. 54).

As simbologias convocadas alcançam também a incineração das mulheres consideradas bruxas⁷ pelo Tribunal da Inquisição. O fogo está presente em charges, caricaturas e na foto mais utilizada pela imprensa brasileira para ilustrar reportagens sobre a crise do governo da presidenta Dilma Rousseff. Os títulos das reportagens faziam a associação entre o fogo e a crise, como na chamada de *Veja online* que destaca: “Dilma e o fogo olímpico. A imagem de um mandato em chamas” (VEJA online, 2015). A fotografia foi utilizada tanto pelos jornais de grande circulação do país quanto em três das quatro revistas pesquisadas:

.....
7 Dilma Rousseff aparece como bruxa também em charges de jornais e internet. Ver imagens em anexo.

Figura 18 – Em chamas



Fonte: Dida Sampaio.

Percebe-se que, em todas as associações apresentadas, há uma construção simbólica que leva à aniquilação da personagem. São todas mulheres que ousaram desafiar a estrutura de poder vigente e ter uma atuação para além do espaço reservado. A elas, coube a repressão, que as conduziu à morte e ao ostracismo, e permaneceram ao longo dos séculos referenciadas simbolicamente como figuras perigosas e abjetas.

Fato é que a mídia recorre a simbologias facilmente partilhadas pelo senso comum para gerar rápida identificação e decodificação. Ao associar mulheres poderosas a símbolos de comportamentos femininos historicamente condenados, amplamente reprisados pela literatura e dramaturgia, a mídia reforça a inadequação das mulheres aos espaços de poder, instalando a suspeita sobre o caráter daquelas que lá estão.

Voltando a Dilma Rousseff, outra descrição recorrente é de que ela seria violenta. A *Veja*, ao falar da relação da presidenta com os funcionários, reforça: “Por fim, nos momentos de grande fúria, pode mesmo lançar objetos sobre seu interlocutor (grampeadores de seu gabinete já tiveram de ser repostos mais de uma vez)” (VEJA, ed.2477, 11/05/2016, p. 52). Em linha semelhante, *Época* afirma: “Dilma gosta de se aprofundar nos detalhes de cada projeto, o que seus subordinados chamam de ‘sessão de espancamento’” (ÉPOCA, ed. 913, p. 16).

Essa violência associada a Dilma Rousseff pode guardar relação com seu passado de militante em organizações de resistência à ditadura militar, um dado que, em diferentes oportunidades, foi utilizado por seus opositores para qualificá-la como guerrilheira e terrorista.⁸

Como informado, outra narrativa utilizada pelas publicações pesquisadas descreve Dilma Rousseff como alguém fora da realidade, que apresenta reações diferentes daquelas esperadas de um governante em crise. Em alguns textos, nomeiam a presidenta de autista (VEJA, ed.2454), insinuam que ela construiu um mundo paralelo e é insensata na resolução dos problemas do governo. Destarte, a *Época* destaca: “Ninguém discorda que Dilma é uma Presidente estranha. Num momento de crise profunda no país que ela governa, só aparece em público para pedalar pelas ruas de Brasília” (*ÉPOCA*, ed.890, 27/06/2015).

A metáfora da mulher sem razão fica muito evidente na análise conjunta das publicações. As narrativas utilizam termos da área médica para analisar ou referenciar comportamentos da presidenta (autista, em negação, apoplética). O sentido que se atribui é de que há uma ausência de racionalidade em Dilma Rousseff e, conseqüentemente, em seu governo. Novamente, é necessário destacar a manutenção do estereótipo da ausência de racionalidade na mulher enquanto gênero. Qualquer comportamento da presidenta é interpretado a partir desse parâmetro: se está mais enfática, é uma reação histérica, consequência de seu desequilíbrio emocional; se aparenta calma, está em estado de alheamento da realidade, é lunática. Assim, percebe-se que todas as reações de Rousseff passam por uma avaliação negativa, por questionamentos e cobranças sobre seu comportamento.

O estereótipo da “mulher sem razão” perpassa a produção escrita desde a Grécia Antiga até os dias atuais. Tedeschi (2008, p. 14), ao estudar as representações do feminino na história, destaca

.....

8 MOURA, Felipe. *O terrorismo de Dilma Rousseff e a insanidade brasileira*. Disponível em <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/o-terrorismo-de-dilma-rousseff-e-a-insanidade-brasileira/>. Acesso em: 19 fev.2018.

que o discurso de matriz filosófica grega descrevia as mulheres como “criaturas irracionais, sem pensar próprio”, que precisavam do controle dos homens. Esse pensamento, perpetuado por muitos séculos, promove a desconfiança sobre a capacidade intelectual da mulher e persiste em diversos campos do conhecimento, especialmente os que estiveram historicamente sob domínio masculino. Na construção filosófico-religiosa que embasou leis e tradições, as mulheres são identificadas como o “outro”; e se o homem é a referência da racionalidade, elas são a emoção.

A propósito dessa afirmação, cabe observar que a presidenta não chorou em público, mesmo nos momentos mais dramáticos do processo de *impeachment*, o que causou estranheza à imprensa. Tal falta em geral tida como fragilidade, fraqueza, adquire a aura de insensibilidade em Dilma Rousseff. Por não se apresentar como uma mulher emotiva, foi caracterizada como sintomas de mulher fria, gélida, um *iceberg*, ou seja, mais uma ruptura com o padrão (ISTO É, ed.2423; ÉPOCA, ed.902). Em entrevista, a jornalista Mariana Godoy questionou Dilma Rousseff sobre o fato de ela não ter chorado durante o processo de *impeachment* e comparou sua reação com a do ex-presidente Lula:

Mariana Godoy: A senhora é muito calma, mesmo no dia do impeachment a senhora não chorou. O Presidente Lula ficou mais emocionado, ele chorou mais, ele é mais emotivo. A senhora estava bem [...].

Dilma Rousseff: Posso te falar uma coisa? É que as pessoas são emotivas cada uma a sua maneira. Eu não sou uma pessoa que chora. O que não significa que eu não me emociono. Eu não choro porque em uma parte da minha vida não podia chorar (ROUSSEFF, 2016).

Essas questões não são feitas a homens. O estranhamento ocorreu por se tratar de uma mulher, e como o nosso repertório cultural associa as mulheres à emotividade, a ausência de lágrimas em Rousseff foi identificada como insensibilidade. Assim, a representação de Dilma Rousseff pelas revistas é de uma mulher que contraria o comportamento padrão e causa estranhamento.

Em contraponto à presidenta, *Veja, Isto É* e *Época* oferecem o que consideram um homem sereno e experiente, o vice-presidente Michel Temer. “Temperança é uma palavra que o próprio Temer gosta de usar para definir sua personalidade, sempre serena, como se liberta de qualquer tipo de aflição. O oposto de Dilma, cujos arroubos são célebres.” (*ÉPOCA*, ed.931, 16/04/2016, p. 46).

O que em Rousseff é tranquilidade doentia, em Temer é serenidade. Quando ele bate na mesa em uma coletiva, é sinônimo de autoridade; quando ela faz o mesmo gesto, remete-se à falta de condição emocional para atuar naquele espaço. São as caixinhas de gênero atuando na leitura dos comportamentos considerados adequados para mulheres e homens. Nessa leitura “genderificada”, a presença de uma mulher naquele espaço de poder é, por si, um desvio.

Tabela 10 – Emoções

ISTO É, EDIÇÃO 11/03/2015	“Dilma nunca esteve tão <i>irascível</i> , segundo relatos de auxiliares”.
ISTO É, EDIÇÃO 21/01/2015	“Segundo assessores próximos a Dilma, <i>ela teria ficado irritada</i> com as declarações dadas por ele em dezembro, criticando a medida provisória 627, que alterou a forma de tributação das companhias com produção no exterior.”
ÉPOCA, EDIÇÃO DE 16/04/2016	“A presidenta <i>nunca foi muito querida</i> entre os servidores, pelos mesmos motivos que não é querida pelos políticos: <i>seus arroubos de impaciência, o hábito de gritar e a rispidez no trato</i> ”, define um aliado da presidente.
ÉPOCA, EDIÇÃO 21/09/2015	“Dilma, <i>um iceberg</i> com os políticos, agora está solícita. É sinal da necessidade em um momento delicado”.
ISTO É, EDIÇÃO 13/05/2016	Um interlocutor a definiu como “ <i>fria. Absolutamente fria</i> ”. “ <i>De tão gélida</i> , a presidente ganha objetividade e, às vezes, até faz troça da própria desgraça”

Fonte: elaborada pela autora.

5.3 OS PROFISSIONAIS DA COBERTURA: O GÊNERO DO REPÓRTER IMPORTA?

Uma das perguntas que tem orientado diversas pesquisas é se o gênero dos repórteres traz diferenças para a cobertura jornalística. Diversas investigações apontam que a mídia ainda é um espaço controlado majoritariamente por homens e que as mulheres ainda estão em desvantagem na hierarquia dos meios, ocupando poucas vagas de chefia nas redações, seja qual for o tipo do veículo (SHAMES; JUST, 2007; CREEDON; CRAMER, 2007). Outras pesquisas destacam, ainda, que a presença das mulheres na imprensa configura um olhar diferente sobre as pautas e traz um “valor agregado às notícias” (RHODE, 2002; SWERS, 2002).

Nesse sentido, levantamos o expediente das publicações, mais detidamente nas equipes responsáveis pelas reportagens pesquisadas. O número de homens ainda é maior do que o de mulheres, conforme tabela abaixo. Há também um número maior de reportagens assinadas por homens.

Tabela 11 – Repórteres na cobertura

REVISTAS	HOMENS NA COBERTURA POLÍTICA	MULHERES NA COBERTURA POLÍTICA
VEJA	13	6
ISTO É	7	7
ÉPOCA	15	8
CARTA CAPITAL	11	1

Fonte: elaborada pela autora.

O conteúdo das reportagens, no entanto, não revela uma diferença tão expressiva nos modos de enquadramento ou nas reflexões sobre os temas da agenda pública. Percebemos, no material analisado, que os estereótipos de gênero foram utilizados tanto por homens quanto mulheres.

A *Carta Capital*, a propósito, é a publicação com a maior diferença numérica entre homens e mulheres na redação, não obstante é a que menos recorre aos estereótipos na cobertura

política.⁹ Pode-se inferir, nesse sentido, que a orientação ideológica do veículo e dos profissionais, assim como a compreensão sobre relações de gênero, é mais determinante na produção discursiva do que uma simples correlação sexo-gênero.

Observa-se que, no caso das demais revistas, as mulheres repórteres produziram textos com as marcas dos estereótipos mais comuns, como a questão da solidão na vida privada da presidenta, editadas por *Veja* e *Época* e assinadas por mulheres. Para ficar em uma situação bastante emblemática, citemos o caso da jornalista Débora Bergamasco, da revista *Isto É*. Ao publicar a delação não homologada do senador Delcídio do Amaral, com acusações de que a presidenta Dilma Rousseff teria tentado, em duas oportunidades, frear a Operação Lava-Jato por meio do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a jornalista, que até então não cobria aquele tipo de matéria, foi acusada de ter recebido informação privilegiada do ministro Cardozo, com quem teria um relacionamento amoroso. Bergamasco tinha atuado anos antes como assessora de imprensa do ministro e, em entrevista ao Portal Imprensa, declarou: “É a primeira vez que me vi diante de um machismo desta magnitude” (PORTAL IMPRENSA, 2016). A repórter recebeu o apoio de representantes do movimento feminista e dos colegas da imprensa.

Um mês depois, Bergamasco assinou com o editor da revista, Sérgio Pardellas, a reportagem “As explosões nervosas da presidenta”, a maior expressão do *gaslighting* da imprensa brasileira contra Dilma Rousseff. Apesar da indignação popular com a reportagem, nem Bergamasco nem a *Isto É* se retrataram com a presidenta.

Nesse sentido, chamamos atenção para o fato de que, na cobertura sobre Rousseff, o gênero do(a) repórter não foi um fator relevante para evitar posturas sexistas. Ao contrário, revelou como o machismo permeia de modo estrutural a cultura brasileira. Mesmo uma jornalista que se disse ultrajada pelas desconfianças ao mérito do seu trabalho foi capaz de reproduzir ato de machismo e desrespeito com outra mulher.

.....
9 Exceção aos editoriais de Mino Carta, que, em duas oportunidades intitula a presidenta de “Dona Dilma”.

As mulheres repórteres que estão cobrindo política também aprenderam a ler e analisar o poder a partir de um referencial masculino, assim como veem o comportamento aceitável para uma mulher a partir de estruturas tradicionais do agir feminino. Observa-se que o tratamento estereotipado não se detém em Dilma Rousseff. A entrevista referenciada acima com a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia Antunes, também é assinada por uma mulher, a jornalista Ruth Aquino, assim como a também citada reportagem “Bela, Recatada e do Lar”, assinada por Juliana Linhares.

Destacamos, ainda, que os artigos de opinião mais flagrantemente sexistas contra Rousseff em *Veja* no período estudado são de autoria feminina. A exemplo, a articulista Vilma Grizynski critica severamente a gestão de diferentes mulheres políticas e desqualifica o argumento de Dilma Rousseff sobre o machismo na política brasileira. A articulista discorre de forma desabonadora sobre mulheres políticas, como Angela Merkel e Hillary Clinton, até chegar aos exemplos da Rainha Maria I e de Carlota Joaquina, tratadas pela autora como incompetentes e inaptas. O encerramento do artigo eivado de conclusões preconceituosas associa a presidenta Dilma Rousseff a comportamentos violentos:

Chegar ao poder através de homens ainda é uma estratégia comum entre mulheres de status relativamente inferior. Quando não têm acesso aos cofres públicos, como demonstrou o caso recente da senhora Ministério do Turismo, só ofendem o bolso de seus alvos. Muito pior é quando uma mulher ocupa posição que a habilita a armar bombas da capacidade explosiva de um rombo fiscal de 100 bilhões de reais, entre outras perversidades tramadas pela quase ex. Aí, ela pode entrar para a história como miss Boum Boum.¹⁰ (GRYZINSKI, 2016).

Dessa avaliação, percebe-se claramente como o debate sobre gênero se faz importante para a desnaturalização de determinados

.....
¹⁰ A onomatopéia “Boum Boum” é empregada no sentido de explosão de uma bomba, então Dilma Rousseff seria a Miss Explosão ou Miss Explosiva.

comportamentos e papéis assumidos compulsoriamente tanto por mulheres quanto por homens. A cultura machista é perpetuada socialmente e partilhada pelos dois gêneros. Ela é ensinada às crianças, assim como todos os processos da tecnologia de gênero. Esse processo não é completamente interrompido através da consciência da existência do machismo. Como observa Bourdieu (1989, p. 100), “podemos compreender que o ser social é aquilo que foi; mas também aquilo que uma vez ficou inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos”. Ou seja, ainda que de forma racional saibamos que determinado comportamento está orientado por um ensinamento machista sobre a ação social de homens e mulheres, o hábito, o costume social e nossos estoques simbólicos embaçados pela cultura machista prevalecem nas rotinas diárias.

Neste sentido, é preciso atuar para a construção de um novo simbólico sobre as mulheres, bem como na reforma dos padrões de organização das nossas instituições democráticas e daquelas dedicadas à formação social e intelectual do indivíduo. Para as mulheres políticas, a inversão e ressignificação dos padrões culturais patriarcais é de suprainportância para a superação dos entraves que têm comprometido o desenvolvimento de suas carreiras.

5.4 DILMA ROUSSEFF, A CULTURA E “ESSA NOVIDADE DE SER MULHER”

A indicação de Dilma Rousseff para concorrer às eleições presidenciais em 2010 foi envolta pela expectativa do novo. Questionado por Olívio Dutra sobre o candidato do PT à eleição, o então presidente Lula teria dito: “– Claro que o PT tem nome. O PT tem a Dilma Rousseff, que você conhece muito bem. [...] – E ela ainda tem essa novidade de ser mulher” (AMARAL, 2011 p. 157). José Eduardo Dutra, presidente do PT em 2010, também ratificou a intenção do partido de trazer à disputa eleitoral uma novidade: “Eu apenas calculava que, depois do Lula, o país ia querer alguém fora do convencional; por exemplo, uma mulher que nunca tinha disputado eleições [...]” (AMARAL, 2011, p. 157).

Não era a primeira vez que uma mulher participava da corrida presidencial no Brasil, mas as chances de sucesso em 2010 eram maiores. Em 1989, na primeira eleição por voto direto desde 1960, as mulheres figuraram na lista de candidatos. Nesse escrutínio, concorreram 22 candidatos, entre eles: Leonel Brizola, Fernando Collor de Mello, Lula e a advogada mineira Livia Maria Ledo Pio de Abreu, do Partido Nacionalista (PN). Livia foi a primeira mulher a disputar a vaga à presidência da República do Brasil, mas terminou em 16º lugar, com cerca de 190 mil votos. Nas eleições de 1994 e 2002, não houve candidatura feminina. Em 1998, Thereza Tigreiros Ruiz, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), recebeu 166 mil votos e foi a única candidata na lista de 12 homens. Em 2006, são duas candidatas na lista dos oito concorrentes: a senadora Heloisa Helena, que havia deixado o PT e fundado o Partido Socialista (PSOL), e a cientista política Ana Maria Rangel, do Partido Republicano Progressista (PRP). Heloisa Helena obteve 6,5 milhões de votos, aproximadamente 7% do colégio eleitoral brasileiro, e, até a campanha de 2010, era a mulher com maior número de votos em disputa presidencial.

Desse histórico, Dilma Rousseff foi a única que chegou à campanha eleitoral com elementos mais favoráveis para a disputa: tinha o apoio do governo, que apresentava excelentes índices de popularidade, e possuía recursos financeiros para a campanha, assim como uma expressiva base parlamentar de apoio.

A novidade de ser mulher, no contexto da campanha de 2010, tem diferentes nuances. O governo do presidente Lula foi afetado nas duas gestões (2002-2006, 2006-2010) por diferentes escândalos de corrupção, com o afastamento de lideranças tradicionais do partido e dos quadros administrativos. Nesse cenário, emerge a estratégia de blindar a Casa Civil, com a indicação de um nome mais técnico, menos referenciado à articulação política, e Rousseff é designada para personificar essa ideia. O intento é demonstrar uma renovação que sai da esfera dos políticos tradicionais para o que nomeamos de política técnico-administrativa. Nesse sentido, a mulher Dilma Rousseff emerge como um contraponto à política realizada pelos políticos tradicionais, homens em sua maioria (ARGOLO, 2014, p. 71). Desse modo, o partido decidiu apostar na novidade.

No dicionário, o vocábulo “novidade” é apresentado como substantivo feminino, com diferentes significados. Entre as definições, estão: “Qualidade, caráter ou condição do que é novo”; “condição daquilo que se vê, se conhece ou se sente pela primeira vez”; “ inédito, original, e que atrai atenção e interesse; inovação, originalidade”; “caráter do que é diferente, estranho; que suscita estranheza” (MICHAELIS, 2019). Pode-se dizer que a experiência de Rousseff à frente da presidência da república se encaixa nessas diferentes definições da palavra “novidade”.

A chegada de Dilma Rousseff à presidência da República do Brasil interrompe 121 anos de gestão masculina no cargo de maior *status* do poder Executivo. Esse momento inovador tem consequências materiais e simbólicas mais profundas e relevantes do que se imagina. Ao romper com a tradição de presença masculina na presidência, Dilma Rousseff instaurou “a desordem”, a reconfiguração de símbolos e ritos organizados e experienciados até então na perspectiva androcêntrica. Foi preciso rever institucionalidades, modos de se comportar, rotinas dos Palácios do Planalto e da Alvorada que até então seguiam as condutas e normas da cultura masculina.

Para ela, as rupturas e os processos de adaptação também se impunham. As mudanças alcançam da parte estética às questões comportamentais. Durante entrevista ao programa de televisão Fantástico, em setembro de 2011, foi questionada sobre seu figurino e o porquê de ter passado a usar mais saias e vestidos depois da eleição. A presidenta afirmou que poderia usar sempre calças, mas, pelo fato de ser mulher, precisava “afirmar essa característica feminina” (ROUSSEFF, 2011). A cobrança dos pares mais destacada pela mídia, no entanto, é sobre o jeito demasiado assertivo da presidenta, segundo a avaliação dos colegas políticos. Na mesma entrevista, Dilma Rousseff afirmou: “Só porque sou mulher e estou num cargo que, obviamente, é de autoridade eu tenho de ser dura. Você já viu alguém falar, aqui no Brasil, fulano tá num cargo e ele é uma pessoa durona? Homem pode ser durão, mulher não” (ROUSSEFF, 2011).

Rousseff prossegue ao segundo mandato em 2014 em uma conjuntura política e econômica muito desfavorável. As críticas cada vez maiores à gestão da presidenta e os desacertos do

governo, como adotar medidas opostas às prometidas no programa da campanha eleitoral, alimentam o linchamento midiático. Em paralelo, a sequência de delações no âmbito da Operação Lava-Jato enfraquece a credibilidade da classe política.

As questões que conduziram ao *impeachment* da presidenta, entretanto, não se encerram no estilo de Rousseff ou nos desastros da gestão. Outras condicionantes, como a oposição ao projeto político em curso e a não aceitação de outra derrota nas urnas de grupos políticos opositores, precisam ser consideradas em uma análise conjuntural.

Para além das críticas que possam ser feitas à presidenta ou sobre as decisões do governo, dados que não desconsideramos nesta avaliação, o componente de gênero pesou sobremaneira nas críticas e no modo como os erros foram representados e estandardizados pela sociedade brasileira. A experiência da primeira mulher presidente do país revelou a face machista de nossa cultura e as condições de desconhecimento ou não reconhecimento da mulher no seio social. O nível de desrespeito ficou patente em manifestações como o bordão “tchau, querida”, nas charges e imagens que incitam a violência contra a presidenta e nos diversos textos em que a desqualificação de Rousseff reflete uma desvalorização social das mulheres.

Neste ponto, observamos que uma das questões problematizadas na fase de qualificação desta tese se referia à personalidade da presidenta Dilma Rousseff e o quanto nossas indagações sobre gênero poderiam obliterar a percepção sobre o sujeito Dilma, sobre sua responsabilidade pelo desfecho de seu mandato ou sobre sua falta de aptidão para a política. Sem desconsiderar os equívocos cometidos pela presidenta e pelo PT na condução política, já assumidos publicamente por esses atores, defendemos, entretanto, que o gênero interferiu sobremaneira na avaliação da gestão da presidenta, nas percepções sobre sua personalidade e, mais profundamente, no exercício de suas funções. Gênero, enquanto processo e categoria de classificação social, estrutura o modo como o sujeito é percebido socialmente e seu papel nas relações de poder. Nesse sentido, de modo praticamente universal, a mulher, ou o feminino, não é identificada com o signo do poder. A participação das mulheres

nos espaços decisórios da vida pública denota o desarranjo da ordem, a marca de que algo ou alguém está fora do seu lugar.

Os estudos culturais e a centralidade do conceito de cultura nos processos sociopolíticos se fazem muito relevantes para a compreensão desse fenômeno. Stuart Hall (1997) apontou em suas publicações que, ao analisar sistemas de representação, é necessário fazer a correlação entre cultura e significado. Nossa interpretação do mundo e do comportamento das pessoas ao nosso redor é dada a partir de nosso conjunto simbólico, que, por sua vez, foi construído e consolidado dentro dos elementos partilhados socialmente e que, em conjunto, formam a cultura de um povo ou lugar. Nesse sentido, Kathryn Woodward (2000, p. 41) destaca que:

É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por 'cultura'.

A criação de padrões e rituais que permeiam o processo de consolidação das culturas foi organizada, no entanto, a partir de premissas binárias, em que não apenas se propõe uma divisão classificatória, mas uma cadeia de valores em que uma das partes é desqualificada, dando-se a ela o sentido de desvio ou diferença – e à outra, associa-se o valor correto ou padrão. Para Douglas, essas separações, demarcações e punições de transgressões têm como principal função “impor algum tipo de sistema a uma experiência inerentemente desorganizada” (DOUGLAS, 1966, p. 4). Nesse sentido, a antropóloga reforça que “é apenas exagerando a diferença entre o que está dentro e o que está fora, acima e abaixo, homem e mulher, a favor e contra, que se cria a aparência de alguma ordem” (DOUGLAS, 1966, p. 4). As classificações de ordem simbólica estão relacionadas, portanto, à ordem social.

Em debate sobre essas definições binárias que organizam a cultura, Cixous (1986) concentra-se na divisão dos gêneros e destaca que, nesses dualismos, um dos termos é sempre mais

valorizado do que o outro, e, no caso de homens e mulheres, a cultura binária fez uma demarcação classificatória que identifica as mulheres com a natureza, e não com a cultura. Do mesmo modo, as identifica com o coração e as emoções, e não com a “cabeça” e a racionalidade. Cixous avalia a tendência a classificar o mundo em uma oposição entre princípios masculinos e femininos, uma herança que, para a autora, não provém simplesmente de uma lógica da linguagem e pensamento, mas de uma cadeia histórica de determinações culturais. A relação entre gênero e cultura é tratada por Lauretis (1987), que discorre sobre a definição do conceito de gênero indexando-o a sua dimensão sociocultural.

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados, formam dentro de cada cultura um sistema de gênero, um sistema simbólico ou sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade (LAURETIS, 1987, p. 211).

Esse debate se ajusta aos propósitos da pesquisa e às questões referenciadas sobre o peso da categoria gênero nesta investigação, porque nos informa de que as nossas práticas cotidianas e análises sobre o comportamento dos indivíduos são lidas a partir dessas estruturas simbólicas consolidadas no âmbito de uma cultura. Quando Dilma Rousseff assume a presidência, ela inicialmente instaura uma quebra secular na hierarquia de poder entre os gêneros, com consequências materiais e simbólicas importantes. Recordemos novamente alguns episódios que nos informam dessas quebras e da contra-ofensiva a essas mudanças.

A primeira ofensiva da mídia foi tratá-la como poste de Lula na campanha. Na sequência, em sua posse, os mesmos meios de comunicação esvaziam o sentido histórico de termos a primeira

presidente mulher do Brasil em favor de uma cobertura sexista sobre a beleza da vice-primeira dama Marcela Temer. Na cobertura da posse presidencial de Rousseff, “as mulheres foram representadas como mulheres”, ou seja, afastadas de qualquer signo de poder, percebidas a partir do corpo, um marcador arbitrário, porém histórico, da legitimação das relações de poder entre homens e mulheres. Após a posse, a polêmica em torno do termo “presidenta”, rechaçado pelos principais grupos de comunicação do país. Afinal, linguagem é poder. Só nesses primeiros exemplos, as tensões de gênero estão postas, situações a que os homens políticos não são expostos, uma vez que, pela construção binária da cultura, eles são a identidade, e as mulheres, a diferença.

Bourdieu (2011b) destaca como nossa percepção do mundo e da relação entre os gêneros está severamente comprometida por uma matriz androcêntrica de pensamento. Ele pontua, a propósito, que, mesmo quando tentamos falar cientificamente da dominação masculina, recorremos despercebidamente a esquemas de pensamento e de teorização herdados desse sistema de ordenação social. Esse sistema de dominação, resultado de um processo histórico de construção material e simbólica, na visão do autor, se encontra inscrito nos mínimos detalhes de nossa experiência cotidiana e, de forma mais impositiva, nas instituições de organização social, como a escola e o Estado. Assim, Bourdieu destaca que as mulheres desprovidas simbolicamente de qualquer ligação a signos de poder, ao adentrarem espaços de dominação masculina, como as assembleias, confrontam uma cadeia simbólica que associa virilidade/masculinidade a poder. Como consequência, a percepção sobre elas, dada pelo “olhar masculino ou por um olhar marcado pelas categorias masculinas”, é de desvio dos pressupostos da feminilidade, definida por signos antônimos de autoridade e poder (BOURDIEU, 2011b).

Foi nessa cadeia simbólica, no seio de uma cultura machista e patriarcal, que a personalidade, os modos de agir ou as decisões de Dilma Rousseff foram decodificados e avaliados como desviantes, anormais, erráticos. A expectativa da novidade foi superada pelo estranhamento e incômodo de se ter uma mulher naquela posição de poder. A propalada “personalidade difícil” de Dilma Rousseff,

nesse sentido, é mais rejeitada e combatida porque se contrapõe a uma série de comportamentos e símbolos da cultura sobre o comportamento feminino, supostamente mais dócil e afável do que o dos homens e, sobretudo, vazio de poder. A classe política brasileira, constituída por homens em sua maioria, acostumados a proferir a primeira e a última palavra, não tinha o *habitus* de ser interpelada por uma mulher. O olhar desacostumado à subversão da autoridade se incomodou com os posicionamentos, acertos e erros da presidenta – “aquela mulher”.

Não eram os coronéis, generais, caudilhos ou os senhores de engenho de nosso costume que estavam como símbolo da autoridade. Era uma mulher em uma atividade nobre. E como observa Bourdieu (2011b), historicamente, as atividades nobres na divisão sexuada do trabalho são realizadas por homens, outro fator da organização arbitrária da relação entre os gêneros que concorre para a perpetuação do sistema de dominação masculina. Esta investigação evidencia elementos que tornaram a experiência da primeira mulher na presidência do Brasil tão traumática. As condições ofertadas pela cultura machista e patriarcal precisam ser destacadas, nesse sentido, para que se tenha mais clareza de como regras e costumes, naturalizados e irrefletidos, configuraram obstáculos significativos ao desenvolvimento da gestão de uma mulher, tanto da perspectiva prática, material, cotidiana, quanto na consolidação de um referencial simbólico positivo sobre ela.

Ao confrontar expectativas da cultura machista e patriarcal, a presidenta torna-se um elemento de ruptura da ordem. Na vida pública, ela desorganiza a ordem da cultura política brasileira ao rejeitar uma adaptação irrestrita ao jogo político tal qual está organizado em Brasília. Na vida privada, rompe com a imagem da família tradicional – é a mulher divorciada do segundo casamento, sem novo companheiro. Dilma Rousseff subverte os imaginários clássicos da mulher frágil, desprotegida. Não há príncipe em sua história. Ela não é a primeira dama; ela é a protagonista. Esse conjunto, como pudemos observar na análise do material investigado, foi representado mais como subversão do que como mérito ou inovação. Desse modo, os apelos à normalidade se sobrepuseram à novidade.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O começo desta pesquisa se deu de modo simultâneo ao convulsivo segundo mandato de Dilma Rousseff. Como dito na introdução desta tese, em 2015, nosso primeiro objetivo era estudar a representação das mulheres a partir das políticas especiais desenvolvidas pelas presidentas sul-americanas durante suas gestões. A observação e a vivência diária da crise do governo Dilma, bem como o desmantelamento da Secretaria de Política para Mulheres e a ausência de mulheres já no primeiro anúncio da equipe do governo interino, trouxeram à tona uma questão que nos pareceu central para a avaliação da gestão e da crise de Rousseff: de que modo o gênero da presidenta interferiu na sua incursão pelo poder.

Gênero, em nossa avaliação, é um elemento fundamental para a avaliar a experiência de Dilma Rousseff na presidência e também seu processo de destituição. Afinal, era a primeira vez que o Brasil tinha uma mulher como chefe do Executivo. A primeira vez que o Palácio do Planalto teve que reorganizar seus ritos e recursos humanos para uma gestão de mulher. No entanto, havia um enorme silêncio nas narrativas da crise sobre as questões de gênero, sempre encaradas como tema menor nos debates de domínio público.

O anúncio do primeiro gabinete ministerial do então presidente interino Michel Temer acusava a ausência de mulheres na lista, o que claramente indicava uma ofensiva pela permanência

do domínio masculino na política e que a passagem de Rousseff pela presidência acentuou o enfrentamento de gênero.

Nesse sentido, foi necessário recuperar e debater na pesquisa as condições de inserção e adaptação das mulheres ao campo político. A seção “Mulheres no campo político: desafios da inclusão” recupera os enunciados dos estudos feministas sobre a construção do Estado liberal realizada a partir de um modelo androcêntrico, não inclusivo, que, por suas regras e institucionalidades, intimida e deslegitima a participação das mulheres. Apesar de terem sido realizadas modificações no modelo original para que as mulheres pudessem participar do campo político, todo um conjunto de regras e institucionalidades, formais ou informais, que regem o funcionamento do campo não se modificaram para permitir as mesmas oportunidades de desenvolvimento na carreira para ambos os gêneros. Desse modo, é preciso aprofundar não somente o debate sobre a entrada das mulheres aos espaços de poder, mas também as condições de desenvolvimento da carreira política feminina em instituições regidas pela cultura androcêntrica.

Como ação prioritária, reverter a assimetria de participação parece o caminho mais objetivo para uma inversão de cultura organizacional. Se a maioria expressiva nos parlamentos permanece sendo masculina, há poucas chances de se inverter as relações de poder, bem como a institucionalidade vigente.

O *corpus* da investigação destaca o papel desempenhado pela mídia durante a crise. A escolha da mídia como ponto de observação deve-se à reconhecida centralidade que os veículos de comunicação alcançaram na estruturação da sociabilidade moderna, na organização dos eventos políticos e das carreiras políticas. Na seção “Mídia, democracia e gênero”, aprofundamos esse ponto para avaliar o modelo de representação adotado pela mídia para tratar as mulheres políticas. Conforme demonstrado, ao redor do mundo, as mulheres inseridas no campo político recebem cobertura análoga dos meios de comunicação, que geraram enquadramentos com preconceito de gênero. A insistência na aparência, a desvalorização a partir das ligações com homens da política

ou ainda os constantes questionamentos sobre maternidade e família são alguns dos pontos que têm orientado a cobertura jornalística das mulheres. Nota-se, ainda, a absurda similaridade na descrição dos comportamentos e adjetivos utilizados para qualificar diferentes lideranças femininas de países distintos de diversos continentes. Isso aponta para aspectos estruturais do olhar sobre as mulheres no espaço público. Está caracterizada uma deslegitimação do papel das mulheres nos espaços de poder que alcança todo o globo – marcas culturais que persistem apesar dos avanços obtidos por elas nos últimos séculos.

Para prosseguir analisando as implicações entre mídia e gênero, focado no objeto de pesquisa, foi preciso adotar uma metodologia não ortodoxa, de caráter multiperspectivista e, acima de tudo, de matriz feminista. De fato, no decorrer da análise, percebeu-se que, a partir de uma análise crítica da mídia, sem bases restritivas, que levasse em consideração cruzamentos interdisciplinares, a avaliação do objeto ganharia em profundidade, bem como abriria caminho para investigações futuras.

Como observado na seção dedicada à análise, o *corpus* de pesquisa abriu frentes interpretativas que vão desde a observação da estratégia de planejamento visual gráfico utilizado pelas revistas, passando pelo debate de teorias clássicas do jornalismo, como critérios de noticiabilidade e enquadramento, até o debate de conceitos em franco desenvolvimento nos estudos feministas, como *mansplaining* e *gaslighting*.

Estudar os meios, como bem disse Ferguson, é mais que estudar os meios. Os resultados da investigação a partir das revistas possibilitou compreender como o sistema político-social funciona de modo organizado para que não haja drásticas rupturas na ordem instituída. A mídia, no caso Dilma Rousseff, demonstrou não apenas sexismo, mas reforçou sua participação na manutenção da engrenagem que mantém em funcionamento as bases do Estado liberal.

A escolha pela avaliação das edições das quatro revistas de maior circulação no país trouxe mais complexidade à análise qualitativa, porque, além do volume, a análise individual de cada

publicação revelou um sem número de questões a serem trabalhadas de modo científico, o que depreendeu maior disciplina com o recorte de pesquisa. Por outro lado, chegou-se a resultados consistentes sobre padrões de representação da mulher política compartilhados pelas publicações.

No início da análise, nas primeiras incursões sobre as revistas, foi difícil equacionar de modo didático o que chamaríamos de enquadramento de gênero. Apesar de o termo ser imediatamente conectado às mulheres, sabemos que nada é codificado na linguagem e na cultura fora do sistema sexo-gênero. Observa-se que tamanha é a naturalização de alguns comportamentos sociais que, em uma primeira leitura das revistas, passam despercebidas determinadas qualificações ou construções discursivas baseadas em preconceitos de gênero.

Ao empreender a análise, entretanto, alguns padrões foram se estabelecendo, como a evidenciada desconfiança e desqualificação da liderança feminina. As mulheres políticas claramente invisibilizadas pelo noticiário, quando aparecem, estão em pautas negativas, ou pior, recebem análises depreciativas sobre seu trabalho. Os homens, por sua vez, ao mesmo tempo em que são criticados de modo negativo, são reconhecidos como solução dos problemas, referência de liderança e detentores da experiência e do saber político.

É importante destacar esse ponto da investigação porque, durante o processo de levantamento bibliográfico, verificou-se uma lacuna nos estudos sobre liderança de mulheres e, como observou Duerst-Lahti (2006), a maior parte dos estudos sobre o tema configuram aspectos e comportamentos associados ao líder que são compartilhados pelos homens, ou seja, pertencem a uma “cultura masculina”. Ademais, essas mesmas qualidades quando assumidas por lideranças femininas são interpretadas como defeitos, como desvios do comportamento esperado de uma mulher. O resultado, efeito do que Jamieson (1995) chama de *double binds*, é que as mulheres ficam entre escolhas binárias em que nenhuma delas se mostra correta. Há, portanto, uma clara necessidade de reavaliação do repertório que identifica e qualifica o conceito de liderança.

Registre-se, ainda nesse debate, a emergência do conceito de *glasscliff*, que vem sendo trabalhado por pesquisadoras inglesas e que reflete sobre o momento em que posições de poder são ofertadas às mulheres, em geral momentos de crise em que a possibilidade de fracasso na atividade é maior que a de sucesso.

A análise confirmou muitas tendências apontadas pela literatura feminista, como a utilização de *gaslighting*, o *mansplaining* e a convocação dos elementos familiares e do estado emocional na cobertura da mulher política. O uso desses elementos marcou os episódios mais lamentáveis da cobertura da crise de Dilma Rousseff e, de certo modo, corroborou a violência simbólica contra a presidenta nos atos de rua e nas manifestações em redes sociais.

Alcançando uma singularidade do objeto de pesquisa, observou-se uma narrativa unânime em todas as revistas pesquisadas: a presidenta tinha dificuldade de diálogo e era inábil para a política. A questão é que, ao explicar em seus textos o que seria um comportamento político adequado, as revistas apontam:

1. em primeiro lugar, para práticas comuns, mas pouco republicanas dos políticos brasileiros, sempre a partir de exemplos masculinos;
2. para ações partilhadas pelo clube de homens que habita o Congresso, como festinhas noturnas e churrascos com futebol;
3. para modelos de comportamento em que o único objetivo é a permanência do indivíduo no poder.

Dilma Rousseff, portanto, não faz nem participa das festinhas, tem dificuldade de barganhar e age como se não estivesse tão desesperada pelo poder. O modo de agir da presidenta, em certa medida, não faria parte do que se chama “fazer a diferença”? Entre os inúmeros textos que tratam a inserção das mulheres ao campo político, o debate sobre “que diferença fará termos mais mulheres na política” é recorrente e, diria, central. Alguns autores constataam que, ao adaptar-se a referência masculina de fazer política, as mulheres abrem mão da diferença que trariam

para os espaços de poder. Entretanto, a experiência de Rousseff nos revela que a diferença nesses espaços altamente institucionalizados da política pode ser um elemento de autodestruição – pelo menos a diferença assim exercida de modo solitário, ao estilo “eu contra todos”.

Esse dado, em diversos momentos, remete ao debate de Bourdieu (2011a) sobre as regras de participação no campo político e de como “os profissionais” tendem a expulsar os “profanos”, identificados pelo autor como aqueles que não se adaptam completamente às regras do jogo. Nesse sentido, a diferença só triunfará quando rupturas profundas ocorrerem nas regras de participação no campo ou, dito de modo mais claro, quando as condições de entrada e participação para os diferentes grupos sociais sejam equânimes.

Ressalte-se que a opinião da mídia é inconstante. Em 2011, as características de Rousseff foram apontadas como qualidades de uma boa gestora pública, não messiânica, honesta, focada no trabalho, alguém capaz de mudar a política do varejo e da barganha no Brasil. Nos anos de 2015 e 2016, as mesmas características ganharam novo significado e tornaram-se a principal cantilena do *impeachment*. Então, observam-se essas incoerências como um ponto a ser tensionado e considerado criticamente em futuras investigações sobre objetividade e imparcialidade da mídia.

Destaca-se que se a experiência de Rousseff na presidência termina de modo dramático, seu tempo no Executivo marcou um novo momento para a mobilização das mulheres e seu desenvolvimento nos espaços de poder. Como informado na seção “Mulheres no campo político: desafios da inclusão”, diferentes ações foram efetuadas durante o governo Dilma Rousseff para o incremento da representação descritiva no Executivo Federal, bem como foi dado maior protagonismo às mulheres nos programas sociais do governo. Certo também é que a maior movimentação das mulheres e a tentativa de discussão de pautas importantes da agenda feminista geraram resistências profundas no Congresso Nacional, com a tentativa de demonização de debates que incluíssem a perspectiva de gênero.

Não há como fazer uma relação precisa entre os fenômenos, mas, concomitantemente à crise do governo Dilma Rousseff, aparecem com mais recorrência e amplitude ações de ativismo digital feminista nas redes sociais. Percebe-se que o debate sobre pautas feministas tem ganhado maior destaque no noticiário motivado por essa mobilização nas redes. O período eleitoral de 2018 foi profundamente marcado pelo movimento das mulheres insurgentes aos discursos machistas e às propostas de redução de direitos das mulheres que pavimentaram a campanha de candidatas à presidência da república e de demais cargos do Legislativo brasileiro. No momento, ainda não se tem clareza dos efeitos dessas ações em relação à produção de resultados materiais concretos, mas o conjunto de ações aponta para uma mudança cultural sobre o papel das mulheres na discussão e mobilização política, capitaneada pelas novas gerações.

Retomando a pesquisa, uma de suas limitações é não encerrar o debate sobre as questões que culminaram no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Para traçar algo dessa proporção, a investigação deveria levar em consideração questões como programa de governo, resultados da economia, governabilidade, acordos de partidos, acordos de bancadas, bem como adentrar na literatura sobre partidos políticos, presidência de coalização, modelos econômicos, entre outros. Neste momento, não foi possível abarcar um projeto tão amplo.

Para finalizar, a tese, em termos científicos, especialmente na sua interlocução com os estudos feministas, abre debates importantes sem, no entanto, exauri-los. Cabem ainda aprofundamentos sobre a relação entre gênero e campo político, gênero e liderança, bem como entre mídia e gênero. Apesar de alguns diagnósticos estarem mapeados, é necessário avançar nos estudos e em políticas públicas que promovam a equidade de gênero.



REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida. *Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos*

sobre igualdade de gênero. Brasília: Ipea, 2011.

ABREU, Alzira Alves; LATMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. *Eles mudaram a*

imprensa: depoimentos aos CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AB'SÁBER, Tales. *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo: Hedra. E-book, 2016.

ABIHPEC. Dados do Mercado Brasileiro. Disponível em: <http://www.abihpec.org.br/dadosdomercado_dados_mercado.php>. Acesso em: 01 out. 2016.

ALCOFF, Linda “Cultural Feminism Versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory”. In: N. Tuana e R. Tong (eds.), *Feminism and Philosophy: Essential Readings in Theory, Reinterpretation and Application*. Boulder: Westview Press, 1994.

ALMEIDA, Rodrigo. *A sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. São Paulo: Leya, 2016.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo *impeachment*. IN: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. *Por que gritamos golpe?*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ARAÚJO, Celso Arnaldo. *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*. São Paulo: Record, 209 p., 2016.

ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 69-91, junho 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So10444782013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar.2015.

_____. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

ARGOLO, Fernanda. *Dilma Rousseff: Trajetória e Imagem da Mulher no Poder*. Salvador: UFBA, 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2014.

_____; BRANDÃO, Hanayana. Cultura e Mulher: uma trajetória de crise, instabilidade e resistência no Estado brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*, vol. 10, n.1, 2017 pp-186-211.

_____; RUBIM, L. TCHAU QUERIDA: Questões de gênero na cobertura da mídia sobre o governo Dilma. *Revista Observatório*, v. 4, n. 1, p. 466-491, 1 jan. 2018.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Editora da UNESP, 2001.

_____. As mulheres, os partidos e as eleições de 2010. *Teoria e Debate*, n. 91, mar./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/mulheres-os-partidos-e-eleicoes-de-2010>>. Acesso em: 10 maio 2013.

AZEVEDO, Fernando. *A Grande Imprensa Brasileira. Paralelismo Político e Antipetismo (1989 -2014)*. Tese apresentada para obtenção do cargo de Titular na Universidade Federal de São Carlos (Ciência Política), 2017.

- BACHELET, Michelle. Bachelet diz que impeachment no Brasil foi mais fácil por Dilma ser Mulher. *Ópera Mundi*, 22 set. 2016. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/45320/bachelet+diz+que+impeachment+no+brasil+foi+mais+fácil+por+dilma+ser+mulher.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2016.
- BAGNO, Marcos. Presidenta, sim! *Carta Capital online*, 11 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/presidenta-sim>[13/01/2011]>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- BAL, Mieke. *Conceptos viajeros en las humanidades: una guía de viaje*. Trad. Yaiza Hernández Velázquez. Murcia, España: CENDEAC, 2009.
- BARBARA, Leila; GOMES, Maria Carmen. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. *Letras*, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 67–92, jan./jun. 2010.
- BARRANCOS, Dora. In: Souza, Marcela. Cristina, Bachelet, Dilma e o velho machismo latino. *Calle II*. Disponível em: <<http://calle2.com/dilma-bachelet-e-cristina-e-o-velho-machismo-latino/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- BARREIRA, Irllys. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BBC. O pequeno grupo das mulheres que lideram países. *BBC online*, 13 jan. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150112_governos_mulheres_gch_cc>. Acesso em: 10 ago 2016.
- BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. Trad. Celina Portocarrero, São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 4. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, 1989.
- BECKWITH, Karen. A Common Language of Gender? *Politics & Gender* 1 (1). Cambridge University Press, 2005.
- BELUZZO, Luiz Gonzaga. Economia, Estado e Democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, p. 201-208, abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451993000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BENHABIB, Seyla. *Democracy and Difference*, Princeton: Princeton University Press.

BENHOLD, Kathrin. 'Glass Cliff, not just ceiling, often impedes women rising in politics. *The New York Times online*, 5 out. 2016. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2016/10/05/world/europe/glass-cliff-uk-women-politics.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BERGAMASCO, Débora, CAMPOREZ, Patrick. A crise não acabou para Temer. *Época online*, 4 ago.2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/08/crise-nao-acabou-para-temer.html>>. Acesso em: 13 set.2018.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

BLASTINGNEWS. Os apelos da Revista Isto É por leitores. *Blastingnews*, 21 jul. 2017. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/sociedade-opiniaio/2017/07/os-apelos-da-revista-istoe-por-leitores-001865211.amp.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BORDO, Susan. A feminista como o outro. *Estudos Feministas*. Ano 8, (1), 2000, p. 11-29.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011a, pp. 193-216.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

BRASIL. Mulheres são as principais contratantes do Minha Casa, Minha Vida. *Portal Brasil*, 28 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/01/mulheres-sao-as-maiores-contratantes-do-minha-casa-minha-vida-rural>>. Acesso em: 15 maio 2016.

BRESSIANI, Natalie. Multiculturalismo ou Desconstrução? Reconhecimento em Young e Fraser. *Revista Humanidades em Diálogo*, vol I, n. 1, nov. 2007, p. 81-98.

CAMPUS, Donatela. *Women Political Leaders and the Media*. Palgrave Mcmillan, UK, 2013.

CANTANHÊDE, Eliane. Nós Mulheres. *Estadão online*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nos-mulheres,10000055646>>. Acesso em: 16 set. 2016.

- CANTRELL, Tânia, BACHMANN, Ingrid. Who's the lady in the window. *Journalism Studies*, Vol. 9:3, 2008, p. 429-446.
- CARTA, Míno. *Por que escolhemos Dilma*. Publicado em 4 jul. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/807/por-que-escolhemos-dilma-rousseff-131.html>. Acesso em: 5 maio 2016.
- CARVALHO, Luiz. Mares nunca dantes navegados. *Revista Piauí Online*, jun. 2009. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-34/vultos-da-republica/mares-nunca-dantes-navegados>. Acesso em: 3 set. 2013.
- CASTRO, Ruy. Presidenta por decreto. *Folha de S.Paulo online*, 27 abr. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/39481-presidenta-por-decreto.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- CHAIT BARNETT, Rosalind. "Women, Leadership and Natural Order," In: RHODE, D; KELLERMAN, B. *Women and Leadership*. San Francisco, CA: Wiley and Sons, 2007.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHRISTIE, Jessie. *Negotiating gendered discourses: Michelle Bachelet and Cristina Fernández de Kirchner*. Lanham: Lexington Books, 2015.
- CIXOUS, Hélène. *The Newly Born Woman*. Tradução de Wing, Betsy. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1986.
- CLIC RBS. Cristina Fernández de Kirchner enfrenta primeira grande crise de seu mandato. 26 mar. 2008. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/olimpiada2008/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&action=noticias&id=1806539§ion=Not%EDcias>. Acesso em: 15 maio 2014.
- COELHO, Hugo. Cavaquismo sobrevive ao 26 de março, mas não se recomenda. *Diário de Notícias online*, 25 mar. 2010. Disponível: <https://www.dn.pt/portugal/interior/cavaquismo-sobrevive-ao-26-de-marco-mas-nao-se-recomenda-1527614.html>. Acesso em: 15 set. 2017.
- COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. *Revista Famecos*, v. 9, n. 17, 2002, p. 88-101.
- CREEDON, Pamela J.; CRAMER, Judith, eds.: 2007. *Women in Mass Communication*, 3rd Ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

- CUÉ, CARLOS E. Juiz acusa Cristina Kirchner e ex-ministro da Economia de prejuízo ao Estado. *El País online*. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/26/internacional/1456512344_492217.html. Acesso em: 28 fev. 2016.
- DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- DÁVILA, Manuela. *Post publicado na rede social Facebook*, em 13 mai.2018.
- DE BOLLE, Mônica Baumgarten. *Como matar a borboleta azul: uma crônica da era Dilma*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- DIETZ, Mary. Citizenship with a feminist face: the problem with maternal thinking. *Political Theory*, v. 13, n. 1, p. 19-37, 1985.
- Dimitrova, D. V. & Geske, E. (2009). To cry or not to cry: Media framing of Hillary Clinton in the wake of the New Hampshire primary. *Paper presented to the 2009 International Communication Association conference*, Chicago, IL.
- ÉBOLI, Evandro. Cunha perde votação, manda votar de novo e, aí, ganha. *O Globo online*. 28 abr.2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/cunha-perde-votacao-manda-votar-de-novo-ai-ganha-19183978>>. Acesso em: 28 abr. 2016.
- DOBBIN, Murray. *The Politics of Kim Campbell: From School Trustee to Prime Minister*. James Lorimer & Company, Publishers. Toronto, 1993.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Ed. 70, 1966.
- DUERST-LAHTI, Georgia. The consequences of gender for women and political leadership. *Paper apresentado no IPSA World Congress*, Fukuoka, Japan, 2006.
- EAGLY, Alice H; CARLI, Linda L. Women and Men as Leaders. In: ANTONAKIS, J; CIANCIOLO, A.T.; STERNBERG, R. J. *The Nature of Leadership*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- ENGELS, Frederic. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1974.
- ENTMAN, Robert. *Democracy without citizens – media and the decay of american politics*. New York: Oxford University Press, 1989.

ENTMAN, Robert. "Framing: Toward clarification of a fractured paradigm," in M. Levy e M. Gurevitch, eds., *Defining Media Studies*, New York: Oxford University Press, p.

293-300, 1993.

ESTADO DE S. PAULO. Dilmês Castiço. *Estadão Online*, 21 abr. 2013. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,dilmes-castico-imp-,1023657>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

ESTEVES, João. Duas perspectivas sobre a comunicação no espaço público: integração ou inclusão? IN: Silveirinha, Maria; Peixinho, Ana Teresa; Santos, Clara Almeida. *Gênero e Culturas Mediáticas*. Mariposa Azul: 2010, ebook. Disponível em: <http://www.triplov.com/cyber_art/cibercultura/genero-culturas-mediaticas/ebook-gcm-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE COMUNICAÇÃO. Enciclopédia INTERCOM de comunicação. – São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. v.1.

FALK, Erika. *Women for president: media bias in nine campaigns*. 2nd. ed. University of Illinois Press, 2010.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. *Psicodinâmica das cores em*

comunicação. 5. ed. ver. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2006. 173p.

FERGUSON, Robert. *Los medios bajo sospecha: Ideología y Poder em los medios de comunicación*. Barcelona: Gedisa, 2007.

FERES JR, João; POGREBINSCHI, Tamy. *Teoria Política Contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Campus/Elsevier, 2010.

_____; SASSARA, Luna. Corrupção, Escândalos, e a Cobertura Midiática da Política. *Novos estudos*. CEBRAP. São Paulo, v. 35.02, p. 205-225, jul. 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971. Tradução: Edmundo Cordeiro. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. *A Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Graal, 2001.

FRANCESCHET, S.; PISCOPO, J.; THOMAS, G. *Politics & Gender*, 4 (2008), 393–425. Cambridge University.

FRANCO, Marina. Era K acaba após 12 anos; Veja o legado dos Kirchner. *GI*, 10 dez. 2015. Disponível em: <http://gi.globo.com/mundo/noticia/2015/12/era-k-acaba-apos-12-anos-Veja-o-legado-dos-kirchner-na-argentina.html>. Acesso em: 16 jan. 2016.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

_____. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, 70: p. 101-138, 2007.

_____. “Capitalismo, Feminismo e a Astúcia da História”. Salvador: *Comunicação Oral*. Reitoria da UFBA, 3 nov. 2015.

FREITAS, Zilda de Oliveira. A literatura de autoria feminina. In: FERREIRA, Lúcia; NASCIMENTO, Enilda. (Orgs.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

FRENCH, Jr. J.R. P; RAVEN, B. 1959/1984. “The Bases of Social Power.” In: KELLERMAN, Barbara. *Political Leadership: A Source Book*. Pittsburgh, PA: The University of Pittsburgh Press, 1984.

GAMSON, William; LASCH, Kathryn. The political culture of social welfare policy. In: S. Spiro e E. Yuchtman-Yaar, eds., *Evaluating the Welfare State*. New York: Academic Press, p. 397-415, 1981.

_____; MODIGLIANI, André. “The changing culture of affirmative action,” *Research in Political Sociology*, Vol. 3, p. 137-177.

GI. Bachelet tem nível de aprovação mais baixo desde retorno da democracia. *GI*, 19 ago. 2016. Disponível em: <<http://gi.globo.com/mundo/noticia/2016/08/bachelet-tem-nivel-de-aprovacao-mais-baixo-desde-retorno-da-democracia.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Primeira ministra da Nova Zelândia anuncia gravidez e licença de 6 semanas. *GI*, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://gi.globo.com/mundo/noticia/primeira-ministra-da-nova-zelandia-anuncia-gravidez-e-licenca-de-6-semanas.ghhtml>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. Janaína Paschoal é a deputada mais votada da história de São Paulo. *GI*, 7 out. 2018. Disponível em: <https://gi.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/janaina-paschoal-e-a-deputada-mais-votada-da-historia-de-sp.ghhtml>. Acesso em: 8 out. 2018.

GALHARDO, Ricardo. Alceu Collares diz que “nem Dilma Rousseff imaginava chegar onde chegou”. **Último segundo**, 3 out. 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/alceu+collares+diz+que+nem+Dilma+Rousseff+imaginava+chegar+onde+chegou/n1237790184089.html>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

GARRETÓN, Manuel. Liderazgo de género y fin de un ciclo político en Chile. El gobierno de Michelle Bachelet. *Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120404122920/cheresky-cap8.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

GARRÍDO, Maria. Lo que tienen em común todas las mujeres que llegan al poder. *Revista Vanity Fair*, 13 jul. 2016. Disponível em: <http://www.revistavanityfair.es/actualidad/politica/articulos/mujeres-en-el-poder-y-teoria-del-acantilado-de-cristal-glass-cliff/22610>. Acesso em: 10 set. 2016.

GATTO, Malu. Entrevista concedida a Talita Abrantes. *Exame online*, 14 jun 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/machismo-nao-e-a-unica-barreira-para-mulheres-na-politica/>

GENOVESE, Michel; THOMPSON, Seth. Women as chief executives: does gender matter? In: GENOVESE, Michael A. (Ed.) *Women as national leaders*. Newbury Park, CA: Sage, 1993. p. 1-12.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media and the making and unmaking of the New Left*. Berkeley, CA: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e Media II. IN: RUBIM, Albino; BENTZ, Ione; PINTO, Milton. *Práticas discursivas na Cultura Contemporânea*. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 1999.

GRAZZIOTIN, Vanessa. Dilma: símbolo para a participação política feminina. IN: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

GRIZYNSKI, Vilma. Miss Boum Boum. *Revista Veja*. São Paulo: Editora Abril, ed. 2477, 11 de maio de 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. O governo dos banqueiros. *El País*. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/26/opinion/1435340365_023707.html. Acesso em: 28 jun. 2015.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo, Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n. 22, v. 2, jul.-dez, 1997.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALLIN, Daniel. *We Keep America on Top of the World*. New York: Routledge, 1994.

_____; MANCINI, Paolo. *Sistemas de mídia: Estudo comparativo (três modelos de comunicação e política)*, Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

HARDING, Sandra. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

..... 'Introduction: Is there a Feminist Method?'. In: Sandra Harding (ed.), *Feminism & Methodology*, Bloomington: Indiana University Press, 1987, p. 1-14.

HAVAGNANI, Herbert Baruci. Luta por Reconhecimento: A filosofia social do jovem Hegel segundo Honneth. *Kínesis*, Vol. I, n° 01, Março-2009, p. 39-57.

HALE, Laura. What are some words the media is using to describe Hillary Clinton that are unnecessarily gendered or sexist? *Quora*. 26 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.quora.com/What-are-some-words-the-media-is-using-to-describe-Hillary-Clinton-that-are-unnecessarily-gendered-or-sexist>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HUDDY, Leone; TERKILDSEN, Nayda. A gender stereotypes and the perception of male and female candidates. *American Journal of Political Science*, v. 37, p. 119-147, 1993.

JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Brítta Lemos de Freitas. - Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

JAMIESON, Kathleen Hall. *Beyond the double binds: women and leadership*. Oxford University Press, 1995.

JINKINGS, I.; DORIA, K; CLETO, M (org). *Por que gritamos golpe?: para entender a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

JUDGE, E. (2003, November 11). Women on board: Help or hindrance? *Times*, 21.

KELLERMAN, Barbara. 1984. *Political Leadership: A Source Book*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KIDD, Anna-Grace. Mansplaining: the systematic sociocultural silencer. *Presentation. University of North Georgia*. Disponível em: <<https://digitalcommons.northgeorgia.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://scholar.google.com.br/&httpsredir=1&article=1681&context=ngresearchconf>>. Acesso em: jun. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. "Imprensa e Democracia no Brasil". In: Universidade e Sociedade, nº15. Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior/Andes, 1998.

LAURETIS, Teresa. The technology of gender. In: LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Indiana University Press, 1987. p. 1-30.

LAZARSFELD, Paul; MERTON, Robert. "Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada". In: COHN, Gabriel (org.) *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1971, p. 230-253.

LE BON, Gustave. La Psicología de las masas. *La Editorial virtual*. Disponível em: <<http://laeditorialvirtual.com.ar/Pages/LeBon/Psicologíadelasmassas>>. 2004.

LESLIE, Jeremy. *Novo design de revistas*. Barcelona: Ed. Laurence King Publishing, 2003.

LIMA, Venício A. *Presunção de culpa: a cobertura da crise política de 2005-2006*. In: *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

..... A capa do Correio Braziliense. *Observatório da Imprensa*, 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed815_a_capa_do_correio_braziliense/>. Acesso em: 20 maio 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Instituto Piaget, 1997.

LISPECTOR, Clarice. Trecho. In: *Todos os Contos*. Org. Moser, Benjamim, 1ª ed. Rio de Janeiro, Rocco, 2016.

LÔBO, Cristina. Bambolê, para Dilma ter mais "jogo de cintura". *GI*, 22 jan. 2008. Disponível em <<http://gi.globo.com/platb/cristianalobo/2008/01/22/bambole-para-dilma-ter-mais-jogo-de-cintura/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

LOVENDUSKI, Joni. *Feminizing politics*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2005.

MACKINNON, Catarina. The Liberal State. In: *Toward a feminist theory of the state*. First Harvard University Press paperback edition, 1991.

MAIA, R.C.M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: Lemos, A. [et al]. (Org.). Livro da XII Compós: Mídia.BR. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 9-38.

MALA, Htun. Mujeres y poder político em Latinoamérica. In: Mala, Htun, org. *Mujeres en Parlamento. Más allá de los números*. Estocolmo: Serie Manuales, Internacional IDEA, 2002.

MARIANI, S.C., Bethania. 'Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30'. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MARTINS, Carla. *Mulheres, Liderança Política e Media*. Alêtheia Editores: Lisboa, 2015.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. v. 13. n. 1. jan.-jun. 2005.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas* 16(2), Florianópolis-SC, maio/ago. 2008, p. 333-357.

McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem* (Understanding media). São Paulo, Editora Cultrix, 1964.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, Vol. 36, Número 2, Summer 1972, p. 176-187.

MEDIA MATTERS. A Comprehensive Guide to Sexist Attacks On Hillary Clinton From The 2008 Campaign. *MediaMatters.org*. 5 fev. 2016. Disponível em: <<http://mediamatters.org/research/2016/02/05/a-comprehensive-guide-to-sexist-attacks-on-hill/199700>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

MESENHÖLLER, Mathias. O poder nas mãos delas. *Revista GEO*, São Paulo: Editora Escala, n. 12, p. 41-46, 2009.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. *Michaelis online*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/NOVIDADE/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MIGUEL, Luís Felipe; COUTINHO, Aline. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, p. 97-123, jun. 2007.

_____.; BIROLI, Flávia. Mídia e Representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p. 55-81.

_____. Representação Democrática: Autonomia e Interesse ou Identidade e Advocacy. *Lua Nova*, São Paulo, 84: p. 25-63, 2011.

_____. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILL, John Stuart. *Ensaio sobre a Liberdade*. São Paulo: Escala, 2006.

Morte de Néstor Kirchner joga a Argentina num vazio político. *Jornal da Globo*. São Paulo: Globo, 27 de outubro de 2010.

Programa de TV. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/10/morte-de-nestor-kirchner-joga-argentina-num-vazio-politico.html>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MONTEIRO, Tania; NOSSA, Leonencio. Perfil Dilma Rousseff: o preço da falta de jogo de cintura. *Agência Estado*. 12 de maio de 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,perfil-dilma-rousseff-o-preco-da-falta-de-jogo-de-cintura,1000050673>>. Acesso em: 12 maio 2016.

MOREIRA LEITE, P.; LEITÃO, M. Não briga agora Dilma. *Época online*, em 10 jul. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT81918-15223-81918-3934,00.html>. Acesso em: 25 maio 2012.

MORETZSOHN, Sylvia. A bruxa na fogueira do Estadão, uma imagem e seus símbolos. *Objethos*, em 5 mai. 2016. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2016/05/05/ponto-de-vista-a-bruxa-na-fogueira-do-estadao-uma-imagem-e-seus-simbolos/>. Acesso em: 19 maio 2016.

MURRAY, Rainbow. *Cracking the Highest Glass Ceiling: a Global Comparison of Women's Campaigns for Executive Office* (Praeger), ed, 2010.

NARVAZ, Martha; KOLLER, Sylvia. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 43-64, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-71822003000200004>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. Metodologias Feministas: a Reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2005, 18 (3), p. 408-412.

NORRIS, Pipa. *Women, Media, and Politics*. Ed. New York: Oxford University Press, 1997.

OLIVEIRA, Rosyska Darcy. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

ORLANDI, P. Eni. *Análise do discurso*. Campinas: Pontes, 2002.

PAIVA, Raquel. *Política: palavra feminina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PARDELLAS, Sérgio; BOECHAT, Yan. O jeito de comandar. *ISTO É online*, 1 nov.2010. Disponível em: <https://istoe.com.br/103644_O+JEITO+DE+COMANDAR/>. Acesso em: 13 jul.2017.

PASSARINHO, Nathalia; ALEGRETTI, Laís. Se bate como homem, mulher tem que apanhar como homem, diz deputado. *GI*. 6 de maio de 2015. Disponível em: <<http://gi.globo.com/politica/noticia/2015/05/se-bate-como-homem-mulher-tem-que-apanhar-como-homem-diz-deputado.html>>. Acesso em: 6 maio 2015.

PATEMAN, Carole. Women and consent. *Politica ITheory*, Vol. 8, No. 2. (May, 1990), p. 149-168.

PATTERSON, Thomas. *The Mass Media Election*. New York: Praeger, 1980.

_____. *Out of Order*. New York: Vintage Books, 1993.

PEREIRA DA SILVA, Josué. Reconhecimento, redistribuição e ambivalências do discurso sobre o Bolsa Família. *Ciências Sociais Unisinos*. Volume 45, n. 3, set./dez. 2009, p. 196-205.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 447-454.

PHILLIPS, A. Democracy and representation: or why should it matter who our representantives are? In: PHILLIPS, Anne. (Ed.). *Feminism and politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 224-240, 1998.

_____. De uma política de idéias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

_____. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, p. 223-240.

PIERUCCI, Antônio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINHEIRO, Luana. *Vozes femininas: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, 74: p. 35-58, 2008.

_____. As eleições presidenciais de 2010: candidatas mulheres ou mulheres candidatas? In: ALVES, José Eustáquio; PINTO, Céli Regina; JORDÃO, Fátima. *Mulheres nas eleições de 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. p. 207-228.

_____. IN: VERAS, Paulo. Dilma Rousseff batalha agora pela história. *Jornal do Comércio Online*, 1 set. 2016. Disponível em: <<http://jconline.nero.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2016/09/01/dilma-rousseff-batalha-agora-pela-historia-251184.php>>. Acesso em: 3 set. 2016.

_____. Dilma, uma mulher política. IN: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

PISCOPO, Jenniffer M. Primera Dama, Prima Dona?. In: MURRAY, Rainbow. (Org.) *Cracking the Highest Glass Ceiling: a Global Comparison of Women's Campaigns for Executive Office* (Praeger), ed, 2010. p. 197-219.

POLITO, Reinaldo. Quem fala melhor: Temer, Dilma ou Lula? *Uol Economia*, 17 maio 2016. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2016/05/17/diferencas-na-comunicacao-de-lula-dilma-e-temer.htm>>. Acesso em: 20 maio 2016.

PORTAL IMPRENSA. Repórteres da Isto É divulgam repúdio às ofensas recebidas por Débora Bergamasco. *Portal Imprensa*, 8 mar. 2016. Disponível em: http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/76397/reporteres+da+istoe+divulgam+repudio+as+ofensas+recebidas+por+debora+bergamasco+na+web. Acesso em: 29 ago. 2018.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (Sessão “Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa” do GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições), Caxambu/MG, Brasil, 22 a 26 de outubro de 2002.

PULITI, Paula. *A Financeirização do Noticiário Econômico no Brasil (1989-2002)*. Tese (Doutorado em Comunicação). Departamento de Jornalismo e Editoração/Escola de Comunicação e Artes/USP. São Paulo, 2009, 286 p.

QUADROS, C.; ZUCCO, F.; MORETTI, S. Com a palavra, a charge: entre o jornalismo, a política e a arte. *Comunicação & Informação*, 12(2), 48-62, 2009.

RABELO, Maria Mercedes. *Redistribuição e Reconhecimento no Programa Bolsa Família*. Porto Alegre, 2011. 288 f. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2011.

RÁDIO JOVEM PAN ONLINE. “Os Pingos nos Is”. *Rádio Jovem Pan*. Em 27 jan. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Nr3E2I2oTs>. Acesso em: 4 maio 2016.

RAGO, Margaret. ‘Epistemologia Feminista, Gênero e História’. In: Joana M. PEDRO

e Miriam P. GROSSI (orgs.), *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p. 21-42.

RANGEL, Patrícia Duarte. In: Souza, Marcela. Cristina, Bachelet, Dilma e o velho machismo latino. *Calle II*. Disponível em: <<http://calle2.com/dilma-bachelet-e-cristina-e-o-velho-machismo-latino/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

REYES, Alma. *Participación política de la mujer en América Latina*. Cidade do México: Centro de Documentación, Información y Análisis; Camara di Diputados LX Legislatura, 2008.

RHODE, Deborah. L. Gender and the Profession: The No-Problem Problem, *Hofstra Law Review*: Vol. 30: Iss. 3, Article 16, 2002.

RIBEIRO, Djamilia. Bela, recatada, e do lar: matéria de 'Veja' é tão 1792. *Carta Capital online*, 26 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792/amp/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

RIBEIRO, Milton. *Planejamento Visual Gráfico*. Brasília: LGE Editora, 2003.

RÍOS-TOBAR, Marcela. *Mujer y política*. El impacto de las cuotas de género en América Latina. Santiago, Chile: Catalonia, 2008.

_____. Feminist Politics in Contemporary Chile: From the Democratic Transition to Bachelet. IN: JAQUETTE, J S. *Feminist Agendas and Democracy in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2009, p. 21-44.

ROBINSON, Michael; SHEEHAN, Margareth. *Over the Wire and on TV*, New York: Russel Sage Foundation, 1980.

ROCHA, Kelma. Q. J. S. Evolução gráfica da revista Veja em três décadas de existência. *Janus - Revista de Pesquisa Científica*. FATEA, Lorena - SP, v. 2, p. 75-96, 2004.

ROSENWASSER, Shirley; DEAN, Norma. A gender role and political office: effects of perceived masculinity/femininity of candidate and political office. *Psychology of Women Quarterly*, v. 13, p. 77-85, 1989.

ROSS, K., EVANS, E, HARRISON, L. The Gender of News and News of Gender: A Study of Sex, Politics, and Press Coverage of the 2010 British General Election. *International Journal of Press/Politics*, 18(1): p. 3-20.

ROUSSEFF, Dilma. *Leia íntegra do discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso*. Disponível em: <<http://www.folhaonline.com.br>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

_____. Entrevista concedida à Patrícia Poeta. *Fantástico*, 11 set. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas-presidenta/entrevista-exclusiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-ao-programa-fantastico-da-rede-globo-brasilia-df>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. Sessão de Julgamento do Processo de Impeachment. *Resposta a Regina Sousa*. Em 29 ago. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/08/em-resposta-a-regina-sousa-dilma-diz-que-e-a-mesma-mulher-que-resistiu-a-ditadura>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. Discurso de despedida. *GI*, 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://gi.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. Entrevista concedida à Mariana Godoy. *Rede TV*, 1 set. 2017. Disponível em: <<https://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/marianagodoyentrevista/videos/programas-na-integra/mariana-godoy-recebe-a-ex-presidente-dilma-rousseff-integra>>. Acesso em: 2 set. 2017.

_____. Entrevista concedida à Maria Cristina Fernandes. *Valor online*. 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/cultura/4902470/segunda-torre-de-dilma>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

RUBIM, Albino. Nova Configuração das Eleições no Brasil Contemporâneo. *Trabalho apresentado no XXIII Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu – MG, 1999a.

_____. *Práticas discursivas na Cultura Contemporânea*. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 1999b.

_____. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

RUBIM, Linda. Imprensa de mulheres no Brasil (1852-1982). *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-2, p. 189-205, 1984.

RUBIM, Linda. O Feminino como Lugar do Amor. In: Maria Rosaria Fabris; Afrânio Catani; Wilton Garcia; Antonio Albino Canelas Rubim; Júlio Lobo. (Org.). *Estudos Socine de Cinema*. Ano V. São Paulo: Editora Panorama, 2003, p. 170-177.

_____ ; ARGOLO, Fernanda. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

RYAN, M. K.; HASLAM, S. A. The Glass Cliff: Evidence that Women are Over-Represented in Precarious Leadership Positions. *British Journal of Management*, v. 16, n. 2, p. 81-90, June 2005. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=734677>.

RYAN, M. K.; HASLAM, S. A.; HERSEY, M. D.; KULICH, C.; ATKINS, C. Opting out or pushed off the edge? The glass cliff and the precariousness of women's leadership positions. *Social and Personality Psychology Compass*, 1, 266-279, 2007.

Saffioti, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, p. 115-136, 2001.

SAISI, Kátia. A construção da imagem política de Dilma Rousseff na mídia: a propaganda televisiva x a cobertura jornalística na Folha e no Estado na campanha de 2010 *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.7, n. 20, p. 31-50, jul.-set. 2014.

SALLES GOMES, Adriana. Dilma, Temer e as pequenas coisas que depreciam as mulheres. *Estadão online*. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/adriana-salles-gomes/dilma-temer-e-as-pequenas-coisas-que-depreciam-as-mulheres/>>. Acesso em: 16 maio 2016.

SANTIAGO, Paulo Rubem. Democracia e Economia: a urgência das reformas estruturais. *Brasil de Fato*, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/33836/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SANTOS, Pedro. Entrevista concedida a Deutsche Welle. *Deutsche Welle online*, 15 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/vices-mulheres-oportunismo-ou-avan%C3%A7o/a-45092144>>.

SANTOS, Vinicius. Espinosa, o mensalão e o sistema político brasileiro. *Revista Eletrônica Teoria e Debate*. Ed. 104, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/espinosa-o-mensalao-e-o-sistema-politico-brasileiro?page=0,1>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme. A mídia virou partido político. Entrevista concedida a Paulo Henrique Amorim. *Observatório da Imprensa online*. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/midia-virou-partido-diz-wanderley-guilherme/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. *Trabalho apresentado no X Encontro da REDOR*, NEIM/UFBA, Salvador, 29 de outubro a 1 de novembro de 2001.

SASSARA, Luna. É a Economia, estúpido, ou não? A cobertura do Estadão nos pleitos de 1998 e 2014. 8 out. 2014. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/artigos/2014/10/08/e-a-economia-estupido-ou-nao-a-cobertura-do-estadao-nos-pleitos-de-1998-e-2014/>. Acesso em: 14 jul. 2015.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SCHUDSON, Michael. *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. *Only paradoxes to offer: french feminists and the rights of man*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

_____. “La querelle de femmes” no final do século XX. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001, p. 379.

_____. *Parité!: sexual equality and the crisis of French Universalism*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

SENADO FEDERAL. + *Mulheres na política*. Procuradoria Especial da Mulher, 2015, 2 ed. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/institucional/procuradoria/publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 12 dez. 2015.

SETTI, Renan. “Beleza da vice-primeira dama rouba a cena na posse da Dilma”. O Globo online, 1 jan. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/beleza-da-vice-primeira-dama-rouba-cena-na-posse-da-dilma-2844111>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

Shames S; Just M. *Women, News, and Political Participation*. Cambridge, MA: Shorenstein Center, Kennedy School of Government, Harvard University; 2007.

SILVEIRINHA, Maria. *Democracia Deliberativa e Reconhecimento*: repensar o espaço público. Disponível em: <http://labcom-ifp.ubi.pt/files/agoranet/06/silveirinha_democraciadeliberativa.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

SIMMEL, George. *A cultura feminina*. 5. ed. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1946.

SINGER, André. Por uma frente ampla, democrática e republicana. IN: JINKINGS, I.; DORIA, K; CLETO, M (org). *Por que gritamos golpe?: para entender a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho*: uma teoria da comunicação linear e em rede. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

STEEVES, H.L. Gender and Mass Communication in a Global Context. In: CREEDON, P. (Ed.) *Women in mass communication*, Second Edition, p. 32-60, Newbury Park, CA: SAGE, 1993.

SOURD, Cécile. *L'exclusion symbolique des femmes politiques dans les medias français*. 2003. 94 f. Dissertação (Mestrado em Política) – Institut d'Études Politiques de Lyon, Université Lumière, Lyon 2, 2003. Disponível em: <http://doc.sciencespo-lyon.fr/Ressources/Documents/Etudiants/Memoires/Cyberdocs/MFE2003/sourd_c/pdf/sourd_c.pdf>. Acesso em: 2 set. 2012.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho*. Rio de Janeiro. Estação Brasil: 2018.

SUZUKI JR., Matinas. A maquiagem do mundo. In.: Primeira Página. (Especial). *Folha de S. Paulo*, 1985.

SWERS, Michelle L. *The Difference Women Make: The Policy Impact of Women in Congress*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

TAYLOR, Charles (Org). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

_____. "Living with Difference". In: *Debating Democracy's Discontent: Essays on American Politics, Law and Public Philosophy*, editado por Anita L. Allen & Milton C. Reagan Jr. Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 212-226.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008. 144 p.

TERRA NOTÍCIAS. *Cristina se despede da presidência diante da multidão*. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/america-latina/cristina-kirchner-se-despede-da-presidencia-diante-de-multidao-de-seguidores,b6982e61c83b23ffe65a6425b34b8coani5qhp7h.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

TUCHMAN, Gaye. *Making News*. New York: The Free Press, 1978.

UOL Notícias. Imprensa chilena destaca fotos de Michelle Bachelet na praia. 18 dez. 2008. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2008/12/18/imprensa-chilena-destaca-fotos-de-michelle-bachelet-na-praia.jhtm>. Acesso em: 10 ago. 2012.

URBINATI, Nádia. Crise e metamorfoses da democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 28, n° 82, junho/2013, p. 5-16.

VALCÁRCEL, Amelia. *Sexo y filosofía: sobre mujer y poder*. Barcelona: Antrophos; Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre, 1994.

_____. *Feminismo em el mundo global*. Ediciones Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, 4ª edición, Madrid, 2012.

VALDÉS, Teresa. El Chile de Michelle Bachelet: Género en el poder? *Latin American Research Review*, 2010, p. 248-273.

VALENZUELA, Sebastián; CORREA, Teresa. (2009) "Press Coverage and Public Opinion on Women Candidates", *International Communication Gazette* 71(3): 203-23.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1988. 295 p. (Filosofia, 8).

VAZ, Paulo Bernardo F.; TAVARES, Frederico de Mello. "O negro-mestiço e a narrativa fotojornalística: um outro nos cadernos "Cidade". Comunicação Oral. Belo Horizonte: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set. 2003.

VENTURA, Teresa. Luta Social por Reconhecimento: dimensões e impasses na articulação pública do desrespeito. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 159-170, out. 2011.

VILADOT Y PRESAS, Maria. La imagen de las mujeres políticas en los medios de comunicación. In: *Mujeres, política y medios de comunicación*. Fundação Audiovisual de Andaluzia. Disponível em: <http://www.fundacionava.org/?section=mujer-y-medios-publicaciones&action=ficha&ontentid=163>. Acesso em: 20 set. 2015.

WILIARTY, Sara. "How the Iron Curtain Helped Break Through the Glass Ceiling: Angela Merkel's Campaigns in 2005 and 2009," In: MURRAY, Rainbow. (Org.) *Cracking the Highest Glass Ceiling: a Global Comparison of Women's Campaigns for Executive Office* (Praeger), ed, 2010. p.137-158.

WOODS, J. (2004). Are female execs walking into trouble? *Daily Telegraph*, 23.

WOODWARD, Katherine. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T. (org.) *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, p. 7-72, 2000.

XAVIER, E. *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998.

YOUNG, I. M. *Justice and the politics of difference*. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

_____ (1996), 'Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy', In: *Benhabib, Seyla*. Democracy and Difference, Princeton, Princeton University Press, p. 120-35.

_____. Unruly categories: A critique of Nancy Fraser's dual system theory. *New Left Review*. n. 222. 1997, p. 147-160.

_____. *Representação Política, Identidades e Minorias*. Lua Nova, São Paulo, 67: p. 139-190, 2006.

YOUTUBE. Jorge Lanata a Cristina Fernández de Kirchner: “Es una pobre vieja enferma”. Periodismo para Todos. 16 out. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l-phrbtjSYk>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. “Dilmanta no Teleprompter”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gtZff2xiFvw>. Acesso em: 7 jul. 2016.



APÊNDICE A – Revistas pesquisadas

CARTA CAPITAL. Editora Confiança;

- Ed.842, 25 de março de 2015
- Ed.844, 1º de abril de 2015.
- Ed. 846, 24 de abril de 2015.
- Ed. 846, 11 de junho de 2015.
- Ed. 856, 1º de julho de 2015.
- Ed. 857, julho de 2015.
- Ed. 860, 29 de julho de 2015.
- Ed. 865, 2 de setembro de 2015.
- Ed. 868, 23 de setembro de 2015.
- Ed. 871, 14 de outubro de 2015.
- Ed. 879, 9 de dezembro de 2015.
- Ed. 882, 22 de dezembro de 2015.
- Ed.883, 13 de janeiro de 2016.
- Ed. 884, 20 de janeiro de 2016.
- Ed. 886, 2 de fevereiro de 2016.
- Ed. 888, 17 de fevereiro de 2016.
- Ed. 890, 23 de março de 2016.
- Ed.894, 30 de março de 2016.
- Ed. 901, 18 de maio de 2016.

Ed. 902, 25 de maio de 2016.
Ed. 903, 1 de junho de 2016.
Ed. 905, 15 de junho de 2016.
Ed. 909, 13 de julho de 2016.
Ed. 913, 4 de agosto de 2016.

ÉPOCA. Editora Globo;

Ed.866, 10 de janeiro de 2015.
Ed.868, 24 de janeiro de 2015.
Ed. 875, 14 de março de 2015.
Ed. 878, 3 de abril de 2015.
Ed. 880, 18 de abril de 2015.
Ed.884, 16 de maio de 2015.
Ed.890, 27 de junho de 2015.
Ed. 892, 10 de julho de 2015.
Ed. 897, 15 de agosto de 2015.
Ed. 902, 19 de setembro de 2015.
Ed.905, 10 de outubro de 2015.
Ed. 907, 24 de outubro de 2015.
Ed. 903, 5 de dezembro de 2015.
Ed.914, 12 de dezembro de 2015.
Ed. 918, 16 de janeiro de 2016.
Ed. 920, 30 de janeiro de 2016.
Ed. 926, 12 de março de 2016.
Ed. 928, 25 de março de 2016.
Ed. 929, 2 de abril de 2016.
Ed. 930, 9 de abril de 2016.
Ed. 931, 16 de abril de 2016.
Ed. 932, 22 de abril de 2016.
Ed. 933, 30 de abril de 2016.
Ed. 934, 7 de maio de 2016.
Ed.950, 27 de agosto de 2016.

ISTO É. Editora Três;

Ed.2354, 14 de janeiro de 2015.
Ed.2358, 11 de fevereiro de 2015.
Ed.2359, 18 de fevereiro de 2015.
Ed.2360, 25 de fevereiro de 2015.
Ed.2362, 11 de março de 2015.
Ed.2364, 25 de março de 2015.
Ed.2366, 8 de abril de 2015.
Ed.2367, 15 de abril de 2015.
Ed.2368, 22 de abril de 2015.
Ed.2370, 6 de maio de 2015.
Ed.2371, 13 de maio de 2015.
Ed.2372, 20 de maio de 2015.
Ed.2377, 24 de junho de 2015.
Ed.2378, 1 de julho de 2015.
Ed.2379, 8 de julho de 2015.
Ed.2381, 22 de julho de 2015.
Ed.2382, 29 de julho de 2015.
Ed.2384, 12 de agosto de 2015.
Ed.2385, 19 de agosto de 2015.
Ed.2386, 26 de agosto de 2015.
Ed.2387, 2 de setembro de 2015.
Ed.2389, 16 de setembro de 2015.
Ed.2390, 23 de setembro de 2015.
Ed.2391, 30 de setembro de 2015.
Ed.2393, 14 de outubro de 2015.
Ed.2394, 21 de outubro de 2015.
Ed.2401, 9 de dezembro de 2015.
Ed.2402, 16 de dezembro de 2015.
Ed.2404, 30 de dezembro de 2015.
Ed.2406, 20 de janeiro de 2016.
Ed.2409, 10 de fevereiro de 2016.
Ed.2411, 24 de fevereiro de 2016.
Ed.2412, 2 de março de 2016.
Ed.2413, 9 de março de 2016.

Ed.2414, 16 de março de 2016.
Ed.2415, 23 de março de 2016.
Ed.2416, 30 de março de 2016.
Ed.2417, 4 de abril de 2016.
Ed. 2418, 13 de abril de 2016.
Ed.2419, 20 de abril de 2016.
Ed.2420, 27 de abril de 2016.
Ed.2421, 29 de abril de 2016.
Ed. 2422, 6 de maio de 2016.
Ed.2423, 13 de maio de 2016.
Ed.2425, 27 de maio de 2016.
Ed.2426, 3 de junho de 2016.
Ed.2427, 10 de junho de 2016.
Ed.2429, 24 de junho de 2016.
Ed.2431, 8 de julho de 2016.
Ed.2432, de 15 de julho de 2016.
Ed.2436, de 12 de agosto de 2016.
Ed.2437, de 19 de agosto de 2016.
Ed.2438, de 26 de agosto de 2016.

VEJA. Editora Abril;

Ed. 2407, 7 de janeiro de 2015.
Ed.2409, 21 de janeiro de 2015.
Ed.2411, 4 de fevereiro de 2015.
Ed.2412, 11 de fevereiro de 2015.
Ed.2417, 18 de março de 2015.
Ed.2421, 15 de abril de 2015.
Ed.2422, 22 de abril de 2015.
Ed.2425, 13 de maio de 2015.
Ed.2434, 15 de julho de 2015.
Ed.2443, 16 de setembro de 2015.
Ed.2444, 23 de setembro de 2015.
Ed.2446, 7 de outubro de 2015.
Ed.2447, 14 de outubro de 2015.
Ed.2448, 21 de outubro de 2015.

Ed.2452, 18 de novembro de 2015.
Ed.2454, 2 de dezembro de 2015.
Ed.2455, 9 de dezembro de 2015.
Ed.2456, 16 de dezembro de 2015.
Ed.2465, 17 de fevereiro de 2016.
Ed. 2467, 2 de março de 2016.
Ed.2468, 9 de março de 2016.
Ed.2469, 16 de março de 2016.
Ed.2473, 13 de abril de 2016.
Ed.2474, 20 de abril de 2016.
Ed.2474 Especial, 20 de abril de 2016.
Ed.2477, 11 de maio de 2016.
Ed.2478, 18 de maio de 2016.
Ed.2481, 8 de junho de 2016.
Ed.2488, 27 de julho de 2016.
Ed.2490, 10 de agosto de 2016.
Ed.2493, 31 de agosto de 2016.

APÊNDICE B – Fotogaleria

Imagens de Dilma Rousseff na imprensa brasileira

1 – Violência

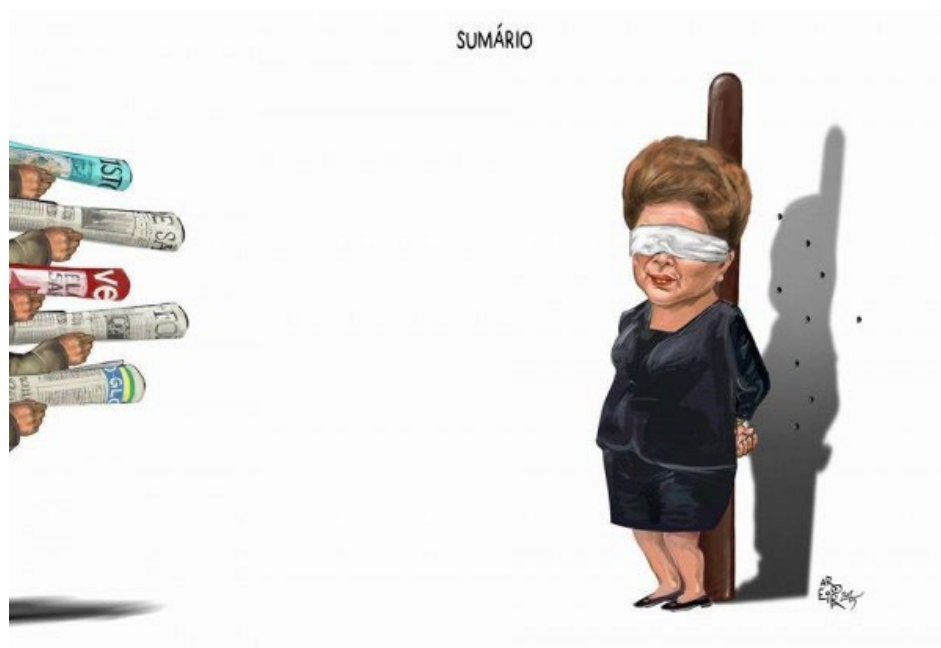




Fonte: Chico Caruso. *O Globo*, 08/03/2015. Fonte: Wilton Júnior. *Estado de S. Paulo*, 21/08/2011.



Fonte: Daniel Ferreira. *Correio Braziliense*, 08/09/2015.



Fonte: Renato Aroeira. *O Dia*, 15/09/2015.



Fonte: Chico Caruso. *O Globo*, 11/03/2014.



Fonte: Sérgio Lima, *Folha de S. Paulo*, 20/04/2012.

2 – Ironia e ridicularização



Dilma Rousseff (PT) é perturbada por uma mosca durante o ato do Dia do Trabalho organizado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) no centro de São Paulo.

Fonte: Bruno Santos. *Folha de S. Paulo*, 02/05/2016.



Fonte: jornal *Meia Hora*, 27/10/2014.



Fonte: Chico Caruso. *O Globo*, 23/01/2015.

3 – Mitos:



Fonte: Amarildo. Blog do Amarildo, 03/04/2015.



Fonte: Chico Caruso. O Globo, 07/03/2015.



Fonte: Gustavo Miranda.



Fonte: Renato Aroeira. *O Dia*, 05/01/2011.

4 – Criador e criatura



Fonte: Folha de S. Paulo, 01/11/2010. Fonte: Paulo Caruso. Época, 22/12/2010.



Fonte: Estado de S. Paulo, 01/11/2010.

Ilustrações sobre a presidenta Dilma Rousseff em redes sociais



www.contraovento.com.br

Fonte: autor desconhecido.

DILMA APOIA
MOVIMENTO



Fonte: Elvis. Amazonas em Tempo, 04/2014.



NO DIA EM QUE EU SAI DE CASA
MINHA MÃE ME DISSE...



...TCHAU, QUERIDA!



DEPILAÇÃO A LASER



